

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

FLAVIA RENATA MACHADO PAIANI

**A HISTÓRIA COMO BEST-SELLER: ASPECTOS NARRATIVOS DOS LIVROS DE
DIVULGAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL**

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

FLAVIA RENATA MACHADO PAIANI

**A HISTÓRIA COMO BEST-SELLER: ASPECTOS NARRATIVOS DOS LIVROS
DE DIVULGAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL**

Tese apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Luciana Murari

Porto Alegre

2017

Ficha Catalográfica

P142 Paiani, Flavia Renata Machado

A história como best-seller : Aspectos narrativos dos livros de divulgação histórica no Brasil / Flavia Renata Machado Paiani . – 2017.

285 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari.

1. Divulgação histórica. 2. Historiografia. 3. Leitor de história. 4. Mary Del Priore - Crítica e interpretação. 5. Laurentino Gomes - Crítica e interpretação. I. Murari, Luciana. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JUCÁ – Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.

(...)

MACHADO – Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel. (...) É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ – Com Supremo, com tudo.

[Transcrição do áudio gravado entre o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e o senador Romero Jucá, do PMDB-RR, divulgado em 23 de maio de 2016 pela imprensa brasileira.]

Foi em meio a um vendaval político que esta tese foi escrita. Ao ingressar no doutorado no 2º semestre de 2013, eu não fazia ideia de que o país atravessaria uma crise de tamanha envergadura nos espectros ético, político, econômico e social; de que meu voto à presidência da República nas eleições do ano seguinte, juntamente com o de 54 milhões de brasileiros, seria acintosamente contestado a ponto de ser usurpado em 31 de agosto de 2016; de que sofreríamos um golpe parlamentar-jurídico-midiático travestido de impeachment “num grande acordo nacional” para “estancar a sangria”; de que o programa de governo do candidato derrotado nas urnas em 2014 seria traiçoeiramente implementado pelo vice-presidente da chapa vencedora; de que o reacionarismo e o neoliberalismo voltariam com ferocidade absoluta em nome do “combate” à corrupção; de que esse mesmo “combate” mobilizaria discursos anacrônicos, quando não apócrifos, amplificados pelas redes sociais; de que muitos dos nossos direitos seriam atacados por um presidente sem voto e por um Congresso eleito pelo voto popular. Não, eu não fazia ideia do que viria a ocorrer nesses quatro anos. No momento, sei, ao menos, a quem agradecer pela contribuição à minha tese e pela alegria de ter concluído mais uma etapa desta trajetória.

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Luciana Murari, pela orientação sensível desta tese, assim como pela prontidão com a qual veio em meu auxílio em momentos-chave do doutorado;

Ao Prof. Jurandir Malerba, pela orientação inicial e pelo incentivo/encaminhamento ao doutorado sanduíche;

Ao Prof. Stefan Rinke, pela co-orientação na Alemanha;

Ao Prof. Luís Carlos dos Passos Martins (PUCRS), à Prof^a Márcia Ivana de Lima e Silva (UFRGS), ao Prof. Rodrigo Bragio Bonaldo (UFSC) e ao Prof. Sérgio Ricardo da Mata (UFOP), pela arguição como membros da banca examinadora;

Aos professores Fernando Nicolazzi (UFRGS) e Juremir Machado da Silva (PUCRS), pela participação no exame de qualificação;

À CAPES, pela concessão da bolsa integral no Brasil, além da bolsa sanduíche (PROBRAL) no Lateinamerika-Institut da Freie Universität Berlin de dezembro de 2014 a outubro de 2015;

À PUCRS, em especial ao Programa de Pós-Graduação em História, pela boa acolhida, e à Secretaria do PPGH, pela afável presteza;

Ao Iberoamerikanisches Institut e à Staatsbibliothek zu Berlin, pela qualidade e variedade do acervo de ambas as bibliotecas;

Ao Harry e à sua esposa, Heike, pelas boas vindas germânicas; à Dani, pelas dicas iniciais em Berlim; à Carol, pela companhia na capital alemã; e ao Alex Menez, pelo suporte bibliográfico durante sua estada nos Estados Unidos;

Aos meus pais, pela boa vontade de cuidar dos meus gatos enquanto eu pesquisava no exterior;

À vida, pela sua “insustentável leveza” – ou porque, como cantava Belchior, “viver é melhor que sonhar”, apesar de tudo.

Porto Alegre, 29 de agosto de 2017.

RESUMO

Esta tese é uma análise crítica de sete livros de divulgação histórica, publicados entre 2006 e 2013, que versam sobre o Brasil do século XIX: *Condessa de Barral*, *O Príncipe Maldito*, *A Carne e o Sangue* e *O Castelo de Papel*, de Mary Del Priore, e *1808*, *1822* e *1889*, de Laurentino Gomes. Priore é uma historiadora brasileira com filiação acadêmica, especializada em biografias históricas, nas quais ela constrói personagens históricos romanceados. Gomes, por seu turno, é um jornalista brasileiro, mais conhecido pelo grande sucesso comercial de seus três livros, nos quais ele apresenta personagens pitorescos em um formato fragmentado de contar história. Este estudo pretende, pois, investigar a relação das obras desses autores com a historiografia, bem como o papel atribuído ao seu público leitor a partir da análise da estrutura do texto e de seus aspectos narrativos. Nesse sentido, uma discussão teórica e historiográfica é desenvolvida na análise, de modo a compreender a dimensão estética dos livros de divulgação histórica e suas implicações epistemológicas.

Palavras-chave: Divulgação histórica. Historiografia. Leitor de história. Mary Del Priore – Crítica e interpretação. Laurentino Gomes – Crítica e interpretação.

ABSTRACT

This dissertation is a critical evaluation of seven popular history books concerning nineteenth-century Brazil, published between 2006 and 2013: *Condessa de Barral, O Príncipe Maldito, A Carne e o Sangue*, and *O Castelo de Papel* by Mary Del Priore, and *1808* [in English, *The Flight of the Emperor: How a Weak Prince, a Mad Queen, and the British Navy tricked Napoleon and changed the New World*], *1822*, and *1889* by Laurentino Gomes. Priore is a Brazilian historian with academic affiliation, specialized in historical biographies in which she constructs quasi-literary historical characters. Instead, Gomes is a Brazilian journalist, best known for the great commercial success of his three books, featuring picturesque characters in a fragmented storytelling format. Thus this study aims to investigate the relationship of their works with historiography as well as the role assigned to their readership, by analyzing the text structure and its narrative elements. In this regard, the analysis develops a theoretical and historiographical discussion, in order to understand the aesthetic realm of popular history books and its epistemological implications.

Keywords: Popular History. Historiography. History Readership. Mary Del Priore – Criticism and Interpretation. Laurentino Gomes – Criticism and Interpretation.

LISTA DE TABELAS

Tabela A – Produção e venda de livros no Brasil de 1990 a 2014	31
Tabela B – Frase que melhor explica o que é leitura (2011)	34
Tabela C – Frase que mais se aproxima do que significa leitura (2015)	35

LISTA DE QUADROS

Quadro A – Esquema de uma explicação nomológica	185
Quadro B – Esquema de uma explicação intencional	186
Quadro C – Esquema de uma explicação intencional em 1889 (Mal. Deodoro)	188
Quadro D – Esquema de uma explicação intencional em 1889 (B. Constant)	189
Quadro E – Esquema de uma explicação narrativa	190
Quadro F – Esquema de uma explicação narrativa em 1889	191

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 VERSÃO POPULAR DA HISTÓRIA E DEMANDA SOCIAL	20
2.1 Best-sellers contemporâneos de história, o setor editorial brasileiro e o lugar da leitura no Brasil	26
2.2 História como entretenimento, história como conhecimento: o papel dos historiadores e dos jornalistas frente às demandas do público	39
2.3 Os divulgadores da história no Brasil: os casos de Mary Del Priore e Laurentino Gomes	49
2.4 Versões populares da história da independência do Brasil	79
3 A VIDA COMO UM ROMANCE: A DIMENSÃO ESTÉTICA DOS LIVROS DE DIVULGAÇÃO	98
3.1 A visão íntima da sociedade de consumo	102
3.2 A dimensão estética dos livros de divulgação: o lugar do leitor	114
3.3 Os personagens ilustres como protagonistas da “historiografia” popular brasileira	126
3.3.1 <i>Pedro Augusto de Saxe e Coburgo</i>	128
3.3.2 <i>Dona Carlota Joaquina e dom João VI</i>	139
4 A NARRATIVA DE UMA HISTÓRIA: EM BUSCA DA RACIONALIDADE DO PENSAMENTO HISTÓRICO NOS LIVROS DE DIVULGAÇÃO	169
4.1 A narrativa da história	171
4.1.1 <i>Explicar a história: o potencial explicativo da narrativa histórica</i>	173
4.1.2 <i>(Re)escrever a história: o caminho da ciência especializada à vida prática (e vice-versa)</i>	195
4.2 A narrativa do Segundo Reinado e seus personagens	214
4.2.1 <i>Princesa Isabel: o Terceiro Reinado que não se concretizou</i>	216
4.2.2 <i>Dom Pedro II: o império que chegou ao fim</i>	235
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	267
REFERÊNCIAS	271

1 INTRODUÇÃO

A escrita da história em suas origens devia ensinar lições e fornecer modelos de conduta aos vivos, especialmente na prossecução de assuntos públicos. E esse foi bem o caso até o século XVIII. Mas, no século XIX, o estudo da história cessou de ter qualquer utilidade prática precisamente à medida que ocorria sua transformação em ciência. Os historiadores podiam lhe dizer o que a evidência apropriadamente processada autoriza-o a acreditar sobre o que aconteceu em determinadas partes do passado histórico, mas não podiam lhe dizer como lidar com sua situação presente ou como resolver seus problemas práticos atuais.^{1 2}

No livro *The Practical Past*, o historiador estadunidense Hayden White sintetiza as colocações do filósofo político Michael Oakeshott ao apontar a distinção entre o “passado prático” e o “passado histórico”. O passado prático refere-se àquelas noções do passado que todos nós carregamos no dia a dia e as quais aproveitamos, mesmo que não seja de forma autoconsciente, para buscar “informação, ideias, modelos, fórmulas e estratégias para resolver nossos problemas práticos”. Esses problemas vão desde “lembrar como se liga o carro” até aqueles aspectos pessoais e sociais relativos à “memória reprimida”, ao “sonho” e ao “desejo”. O passado histórico, ao contrário, é “construído pelos historiadores profissionais modernos como a versão corrigida e organizada daquela parte de todo o passado que foi estabelecida como tendo realmente existido”. Essa construção é “baseada na evidência, [que é] autenticada por outros historiadores como admissível no tribunal de apelação da história”. Por ser um fim em si mesmo, o passado histórico pouco tem a nos dizer sobre o futuro ou como agir no

¹ Nesta tese, à exceção das edições brasileiras e portuguesas (já traduzidas para a língua vernácula), todas as outras traduções (do inglês, do francês ou do espanhol para o português) são minhas. Privilegiei reproduzir, na nota de rodapé, o excerto na língua original quando ele fosse longo (isto é, quando ultrapassasse quatro linhas) ou quando ele servisse para contextualizar as citações do corpo do texto.

² “Historical writing in its origins was supposed to teach lessons and provide models of comportment for living human beings especially in the prosecution of public affairs. And this remained the case well into the eighteenth century. But in the nineteenth century, the study of history ceased to have any practical utility precisely in the extent to which it succeeded in transforming into a science. Historians could tell you what the properly processed evidence licenses you to believe about what happened in given parts of the historical past, but they could not tell you how to deal with your present situation or solve your current practical problems.” WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Evanston: The Northwestern University Press, 2014, p. 10.

presente, limitando-se a proferir “o que as pessoas de outros tempos, lugares e circunstâncias fizeram na situação em que se encontravam *naquele* tempo e lugar”.³

Indo além de Oakeshott, White critica a disciplinização da história no início do século XIX, que a levou a dissociar-se da retórica (da qual faziam parte a epistolografia, a filosofia e o *romance* – predecessor do *novel*, o qual corresponde atualmente ao romance) e a limitar-se aos “fatos”. Nesse contexto, o surgimento da história como disciplina atrelava-se à construção do Estado-nação, servindo basicamente aos seus interesses e à construção de uma identidade nacional. De modo concomitante, a literatura também se dissociava da retórica, elaborando, ao longo do oitocentos, novas “formas” e um novo “conteúdo” – o realismo ou, antes, a “realidade histórica”, que não se restringia ao passado, mas que se estendia ao presente. A esse respeito, White cita os exemplos de Honoré de Balzac, Gustave Flaubert e Charles Dickens que trataram o presente como história, ou seja, que “viram o presente como uma consequência e uma realização do passado histórico e, ao mesmo tempo, submetido a mudanças causadas pelos próprios processos que haviam produzido o passado”. Essa ideia de história possibilitada, principalmente, pelo romance realista resultou na criação de um “passado prático” para Hayden White – passado esse que “serve como base para todos os tipos de percepções de situações, de soluções de problemas e de julgamentos de valor e importância que precisamos fazer em situações cotidianas do tipo nunca experimentado pelos ‘heróis’ da história”.⁴

Nesse quesito, a historiadora Mary Del Priore e o jornalista Laurentino Gomes encontraram, a seu modo, uma utilidade para a história no Brasil. Ao recuperarem imagens do passado produzidas, sobretudo, pela historiografia dos séculos XIX e XX – trabalhada aqui em um sentido relativamente amplo, desde aquela história produzida no oitocentos que se percebia como “científica” até a atual história acadêmica –, eles reabilitaram certo modo “literário” de contar a história. Houve, decerto, transformações no próprio modo de conceber, fazer e narrar a história ao longo de dois séculos, que ora se aproxima, ora se afasta de um modo literário de narrá-la. Esse modo, porém, não se circunscreve ao uso de metáforas e demais figuras de linguagem (muito utilizadas, em especial, por Mary Del Priore): antes, inclui a construção de personagens a partir de seus

³ Grifos do autor. Ibid., p. 9-10.

⁴ Ibid., p. 10-15.

aspectos físicos, psicológicos, sentimentais e morais, que não necessariamente são pautados pelas evidências. Da mesma forma, os eventos narrados são explicados, em determinados momentos, por meio de uma interpretação extradocumental, cujo resultado é, dentre outros, uma perspectiva fatalista (ao apontar a marcha *inexorável* dos acontecimentos) ou uma perspectiva anacrônica da história (ao valer-se do privilégio do “futuro” para “vaticinar” e *julgar* as ações dos personagens do passado).

Foi, no entanto, a partir desse modo de narrar os eventos históricos e seus personagens que os autores conferiram “utilidade” ao passado e o transformaram em um produto comercializável no mercado editorial, atingindo um público leitor de não especialistas. Ao inserirem o passado em um “presente multiforme e multívoco”, o qual é “ao mesmo tempo, tudo (só há presente) e quase nada (a tirania do imediato)”,⁵ os autores estabeleceram um senso de continuidade entre duas temporalidades originalmente distintas. Nesse caso, Priore e Gomes, ao recuperarem, em certa medida, as interpretações e os juízos de valor expressos por parte da historiografia precedente – produzida, principalmente, por profissionais sem formação acadêmica, uma vez que a profissionalização no Brasil ocorre por volta dos anos 1960 e 1970 –, reatualizaram o apelo a julgamentos e sentimentos (simpatia, escárnio, etc.) que essas obras, que podem ser consideradas “clássicos historiográficos”, mobilizavam.

Nesse contexto, esta tese é uma análise crítica de sete livros publicados entre 2006 e 2013 relativos à história do Brasil do século XIX, os quais transitam em torno de personagens pertencentes ou próximos à dinastia de Bragança. Logo, são analisados os seguintes livros de Mary Del Priore: *Condessa de Barral - a paixão do imperador* (2006), *O príncipe maldito - traição e loucura na família imperial* (2007), *A carne e o sangue - a imperatriz d. Leopoldina, d. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos* (2012) e *O castelo de papel - uma história de Isabel de Bragança, a princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu* (2013). Quanto à obra de Laurentino Gomes, são analisados os três livros publicados até o momento: *1808 - como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil* (2007), *1822 - como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*

⁵ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 259.

(2010) e *1889* - como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil (2013).⁶

Em face da presença, do consumo e da circulação desses livros, advém a questão norteadora desta pesquisa: *de que modo o passado – ou, especificamente, a história do Brasil do oitocentos – é reelaborado por esses autores em seus livros voltados para o grande público?* No intuito de perscrutar o modo de reelaboração desse passado, cabe, em um primeiro momento, articular esses livros ao seu contexto de produção, o que inclui indagar o lugar social ocupado pelos autores, bem como o fenômeno da “história popular” para além do contexto brasileiro. Afinal, o modo que acadêmicos e não acadêmicos escrevem a história no Brasil do século XXI não está dissociado da “exterioridade da qual [o “escrever”] foi previamente isolado”.⁷ Mas são, sobretudo, a estrutura do texto e seus aspectos narrativos que merecem especial atenção, uma vez que sua análise demanda levar em consideração determinados textos nos quais os autores se inspiraram para a coleta e interpretação dos dados e/ou para o modo de apresentação de suas pesquisas. Isso significa dizer que a análise pressupõe inserir os livros de Priore e de Gomes em um debate historiográfico que se detenha no período da história reelaborado por eles. Pressupõe, além disso, discutir seus livros à luz de teorias que privilegiem a dimensão estética da escrita da história, o potencial explicativo da narrativa histórica e os porquês de sua (re)escrita.

⁶ Nesta tese, são desconsideradas as versões juvenis de *1808*, *1822* e *1889*, dadas as especificidades do tipo de livro voltado para um público leitor jovem, tampouco é analisada a versão em inglês de *1808*, a qual foi traduzida por Andrew Nevins e publicada nos Estados Unidos no segundo semestre de 2013 pela Lyons Press sob o título *The Flight of the Emperor: How a Weak Prince, a Mad Queen, and the British Navy deceived Napoleon and changed the New World*. O “príncipe medroso” tornou-se simplesmente um “príncipe fraco” e antecedeu a mãe na ordem do protagonismo da mudança da história. A mãe manteve-se como “rainha louca”, porém a “corte corrupta” cedeu lugar à “marinha britânica”, para a qual foi dispensado qualquer adjetivo depreciativo. Os três personagens teriam “enganado” Napoleão e mudado o Novo Mundo, não mais especificamente a história de Portugal (atrelada ao Velho Mundo) e do Brasil (apenas uma parte desse Novo Mundo ao qual o subtítulo se refere). É o próprio Laurentino Gomes quem explica as razões para o lançamento do livro nos Estados Unidos em entrevista concedida ao *Estadão* em 2011: “Jonah Strauss, nosso agente literário em Nova York, acredita que os dois livros [*1808* e *1822*] podem ter grande interesse do público americano e europeu às vésperas da Copa do Mundo em 2014 e da Olimpíada de 2016”. Além disso, o autor ressalta “a linguagem simples e atraente” com que a história do Brasil é contada no livro.

Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral/laurentino-gomes-fecha-trilogia-com-1889-imp-815660> Acesso em: 25 jun. 2017.

⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 12 ed. Petrópolis: Novas Vozes, 1994.

O desenvolvimento da discussão considera que uma das especificidades da categoria “livros de divulgação histórica” é o papel atribuído ao público para o qual esses livros são destinados. Nesse sentido, cabe a formulação de um segundo problema atrelado ao primeiro: *qual é o papel desempenhado pelo leitor de história?* Um modo de verificar o papel do leitor na tríade autor-obra-leitor é evidenciar os dados da *Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil*, do Instituto Pró-Livro, relativos aos hábitos de leitura no país. É possível perscrutar, nas duas últimas edições da referida pesquisa (que datam dos anos 2011 e 2015), o significado da leitura para o brasileiro e os motivos que o levam a ler, embora também seja possível problematizar a metodologia e os resultados das pesquisas em questão.

O certo é que, na tentativa de situar os livros de história em um contexto maior que diz respeito ao lugar que a leitura ocupa no dia a dia do brasileiro, esta tese recorre a determinadas reformulações teóricas, como a noção de “visão íntima da sociedade de consumo” inspirada em Jean Baudrillard e em Richard Sennett. Também propõe uma *releitura* da estética da recepção (ou, especificamente, da teoria do efeito estético) como modo de compreender o ato de leitura dos textos de história e seu “leitor implícito” – este que, segundo Wolfgang Iser, “não se funda em um substrato empírico, mas na estrutura do texto”.⁸ Nesse caso, o processo característico da leitura de um texto de história requer a percepção das orientações temporais como estratégias de desfamiliarização e familiarização junto ao leitor. Isto é, trata-se de uma leitura específica, a qual pressupõe que o leitor saia do mundo que lhe é familiar (o presente) e adentre no mundo não familiar do texto (o passado representado) a fim de torná-lo familiar aos seus olhos (o passado-tornado-presente). Para tanto, é necessária a “flexibilidade mental” que o romance setecentista requisitou de seus leitores, propiciando certo tipo de “provisoriedade cognitiva” a que se refere Catherine Gallagher.⁹ Também é necessário, em termos rüsenianos, que o leitor de história, em sua curiosidade *empírica*, ultrapasse seus próprios limites e saia em “busca do conteúdo empírico do saber histórico” e de “novas experiências históricas”.¹⁰

⁸ ISER, Wolfgang. *O ato da leitura. Uma teoria do efeito estético*. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1996.

⁹ GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco (Org.). *O romance 1: A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

¹⁰ RÜSEN, Jörn. *História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da UnB, 2007, p. 112-113.

Em relação a isso, deve-se atentar aqui para uma obviedade: o historiador é, antes de tudo, um leitor e passa mais tempo lendo história do que a escrevendo.¹¹ Logo, conjecturar sobre o leitor de história implica também conjecturar sobre o outro lado: sobre o fazer da história, cuja leitura frequentemente pressupõe escutar as vozes dos mortos, como “a voz de uma parteira preocupada, de um escravo foragido, de um moleiro enfurecido, de um desconhecido escritor de diário”.¹² A esse respeito, caberia outra pergunta: o romance histórico também não envereda por esse caminho e, ao mesmo tempo, vai além dele? “Como os historiadores, os romancistas não conseguem evitar retratar o passado nos termos atuais”, avalia David Lowenthal.¹³ Ainda assim, eventos reais misturam-se a episódios imaginados e criam um sentido para a estória contada, unificando as incongruências do passado, de modo que, com Sir. Walter Scott, “a ficção vai além dos episódios significativos da história para a vida cotidiana vibrante”. E completa: “Restritos aos fatos conhecidos, os historiadores abdicam da onisciência bárdica. E à medida que a história se circunscreveu aos confins áridos do rigor empírico, a ficção antecipou o colorido e o fantasioso que os historiadores abandonaram”.¹⁴ Nesse aspecto, Lowenthal assemelha-se a White ao polarizar a discussão e sentenciar que “hoje a ficção [*literária, televisiva, etc.*] é a principal – e frequentemente a única – fonte de compreensão pública dos tempos remotos e recentes”.¹⁵

Se essa linha de raciocínio for seguida, a história, na vida prática, é pensada precisamente a partir da incapacidade da história *como disciplina* (ou da história *como ciência*) de atuar na vida prática contemporânea. Essa perspectiva desconsidera, porém, que uma das especialidades do historiador tem a ver “com a construção e a reconstrução do passado”, de modo que, ao realizar bem seu trabalho, o historiador estará “notavelmente bem equipado para criticar políticos e cidadãos em geral que representam equivocadamente o passado em uma tentativa de apoiar essa ou aquela

¹¹ HARLAN, David. Reading, Writing, and the Art of History. *American Historical Association*. November 2010. Disponível em:

<https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/november-2010/reading-writing-and-the-art-of-history> Acesso em: 05 jul. 2017.

¹² Ibid.

¹³ LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country – Revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 371.

¹⁴ Ibid., p. 369.

¹⁵ Ibid., p. 377.

linha de legislação ou política”, conforme Allan Megill.¹⁶ Em outras palavras, os historiadores atuavam incisivamente na vida prática contemporânea quando seu trabalho servisse *empiricamente* para criticar (e se contrapor a) os maus usos do passado no presente.

Por isso, a perspectiva adotada nesta tese é, em linhas gerais, a do historiador alemão Jörn Rüsen, o qual não apenas reconhece na história suas dimensões estética e política (dimensões não cognitivas), como procura aliá-las ao saber empírico do passado (dimensão cognitiva), entrevendo, em sua interdependência, a constituição histórica de sentido. Nesse aspecto, tanto as obras historiográficas quanto as obras de divulgação histórica produzidas contemporaneamente devem ser percebidas na interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico (no esquema da matriz disciplinar da ciência da história) que transitam da vida prática à ciência especializada e vice-versa. Os interesses (“carências de orientação na mudança temporal do mundo contemporâneo”), que se constituem como o primeiro fator, deverão resultar, ao final, nas funções (“de orientação cultural sob a forma de um direcionamento do agir humano e de concepções da identidade histórica”), que se constituem como o quinto fator. Ambos surgem na *vida prática* como estratégia política da memória coletiva. Já as perspectivas de interpretação (“teorias, perspectivas, categorias”), os métodos (“regras da pesquisa empírica”) e as formas (“de representação”) são, respectivamente, o segundo, o terceiro e o quarto fatores que surgem na *ciência especializada*, em que o segundo e o terceiro fatores funcionam como estratégia cognitiva da produção do saber histórico, enquanto o quarto e o quinto fatores constituem a estratégia estética da poética e da retórica da representação histórica.¹⁷

Nesse sentido, os livros de divulgação aqui analisados, independentemente de terem sido escritos por um historiador ou por um jornalista, surgem na vida prática a partir de interesses *distintos* da história como ciência, fato que interferirá não apenas nos fatores relativos à ciência especializada (como diretrizes de interpretação, métodos e formas de representação), mas também nas funções de orientação cultural/existencial, retornando à vida prática mediante a satisfação *limitada* das carências humanas de

¹⁶ MEGILL, Allan. *Historical Knowledge, Historical Error: A Contemporary Guide to Practice*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 37.

¹⁷ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001, p. 163-164.

orientação no tempo. Para Rüsen, a satisfação das carências de orientação em meio às mudanças temporais pressupõe a capacidade de o sujeito interpretar a experiência histórica, a qual, por sua vez, implica a “distinção qualitativa entre passado e presente”. Esses livros, grosso modo, *não* desenvolvem essa distinção, porquanto não vislumbram ou não explicitam que “as condições da vida prática de cada um são historicamente específicas”.¹⁸ Ao recorrerem ao sentido de continuidade, esses livros endossam uma perspectiva presentista do passado, dando ao leitor um *estreito* senso prático de orientação no tempo, mesmo quando seus autores (Laurentino Gomes, em especial) aparentam recorrer à concepção da *historia magistra vitae*. Assim, como parte do “presente multiforme e múltívoco”, os livros em questão não ampliam a capacidade do leitor de constituir sentido sobre a experiência do tempo, já que tendem a reduzir as três orientações temporais (passado, presente, futuro) a um único tempo – o presente. O que está em jogo, portanto, é a própria formação da consciência histórica, a qual, formulada a partir da perspectiva ocidental contemporânea, não se coaduna com outras perspectivas ocidentais em voga nas últimas décadas, como o já citado *presentismo*.

Levando-se isso em conta, a tese é dividida em três capítulos que desenvolvem os resultados da pesquisa, além da (1) Introdução e das (5) Considerações finais. O capítulo a seguir, (2) *Versão popular da história e demanda social*, trata de perscrutar a demanda social por história a partir da comercialização de sua versão popular, (i) estabelecendo uma revisão bibliográfica sobre o tema; (ii) evidenciando os dados relativos aos hábitos de leitura no país; (iii) contextualizando o lugar de enunciação de Mary Del Priore e de Laurentino Gomes; (iv) problematizando o papel delegado à mulher nas narrativas dos autores (com ênfase na imperatriz d. Leopoldina) e (v) comparando suas versões sobre a independência do Brasil com algumas obras que tratam do mesmo assunto. Nesse capítulo, devido à convergência temática, são analisados os livros *A carne e o sangue*, de Priore, e *1822*, de Gomes. Já no capítulo (3) *A vida como um romance: a dimensão estética dos livros de divulgação*, a ênfase é dada à teorização sobre o leitor de história a partir de seu interesse por personagens históricos. São analisados os livros *O príncipe maldito*, de Priore, e *1808*, de Gomes, cujo ponto em comum é o fato de que ambos os livros foram publicados no mesmo ano (2007). O primeiro é uma biografia de Pedro Augusto de Saxe

¹⁸ Idem. *História viva*, op. cit., p. 111; p. 113.

e Coburgo, neto mais velho de d. Pedro II e sobrinho da princesa Isabel, que disputou com a tia a sucessão do trono imperial. O segundo, por sua vez, é um livro-reportagem publicado na efeméride dos duzentos anos da vinda da corte portuguesa para o Brasil, cujos personagens-destaque são d. João VI e d. Carlota Joaquina. Por último, o capítulo (4) *A narrativa de uma história: em busca da racionalidade do pensamento histórico nos livros de divulgação*, trata da racionalidade específica do pensamento histórico a partir do potencial explicativo da narrativa histórica e busca entrever nas sucessivas reescritas da história, das quais são parte os livros de divulgação, a atuação da história na vida prática contemporânea. Aqui são analisados os livros *Condessa de Barral* e *O castelo de papel*, de Priore, e *1889*, de Gomes. Os três livros têm como pano de fundo o Segundo Reinado e evidenciam, em maior ou menor grau, os mesmos personagens – o imperador Pedro II e sua filha, a princesa Isabel. Em todos os capítulos, são desenvolvidas discussões teóricas e historiográficas nas quais se inserem os livros analisados neste estudo – até mesmo porque, a partir dessas discussões, torna-se possível realizar uma análise crítica e *embasada* do modo pelo qual o passado é reelaborado pelos autores desses livros.

Finalmente, deve-se ressaltar que, a despeito das semelhanças, existem diferenças entre o modo pelo qual Laurentino Gomes reelabora a história do Brasil do século XIX e o modo pelo qual Mary Del Priore seleciona, critica, interpreta, escreve e organiza sua versão do passado para o grande público. Gomes preocupa-se em demonstrar nas notas de quais obras/autores foram extraídas as informações que constam no corpo do texto e em sublinhar na introdução de seus livros o emprego do método jornalístico para sua pesquisa. Ele também redige capítulos concisos e autônomos, que não necessariamente se articulam com os capítulos precedentes ou subsequentes, optando por uma história fragmentada e não processual. A ênfase nos grandes personagens do passado é acompanhada, em sua maioria, de caracterizações burlescas, à exceção de seu último livro, *1889*, cujo delineamento dos perfis é mais equilibrado. Ademais, sua linguagem é direta, isto é, o autor opta pela concisão das palavras, empregando seu sentido denotativo, ao passo que Mary Del Priore opta pelas descrições detalhadas e pelo sentido figurado da linguagem para caracterizar os personagens, os eventos e os contextos. A autora chega mesmo a apropriar-se de um

modo anacronicamente romântico – para não dizer “kitsch” – de narrar a história para construir a história de amor de personagens como d. Pedro II e a Condessa de Barral. Além disso, a historiadora não explicita o objetivo de suas biografias nem a perspectiva teórico-metodológica utilizada nas obras, embora ela faça uso de fontes primárias para embasar empiricamente sua produção escrita. De todo modo, essas diferenças e semelhanças entre os autores serão trabalhadas nos capítulos que seguem, atentando para os aspectos narrativos de seus livros e para suas implicações epistemológicas.

2 VERSÃO POPULAR DA HISTÓRIA E DEMANDA SOCIAL

Os primeiros historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, não se limitaram a narrar “os fatos acontecidos localizando-os temporalmente”, mas buscaram intervir na exposição dos fatos pretéritos por meio de “uma proposta de inteligibilidade”, produzindo, assim, sentido para o passado, de acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães.¹⁹ O certo é que, no contexto de construção de uma identidade nacional, os textos produzidos caracterizavam-se pelo “forte traço propositivo, preocupados que estão em definir o que entendem por uma história do Brasil, qual seu sentido e significado para a atualidade em que vivem e os meios para a realização desse trabalho intelectual”.²⁰ Nesse quesito, a definição e a significação do passado pressupunham situá-lo no presente: mais que reconstituí-lo, tratava-se de instrumentalizá-lo naquele período do oitocentos para a proposição de uma história que se configurasse como *a História do Brasil*. Em disputa, estava uma narrativa sobre o passado que satisfizesse as demandas daquele presente, algo que, em realidade, perduraria nos séculos seguintes em meio à constituição da história como ciência e às crises de seu estatuto. Não é à toa que, na década de 1960 na França, o antropólogo estruturalista Claude Lévi-Strauss, em uma querela com o filósofo Jean-Paul Sartre, assumiu uma postura crítica em relação à história. O posicionamento do antropólogo é sintetizado por José Antonio Vasconcelos: “Obcecados por preocupações contemporâneas, os historiadores escolheriam que elementos do passado seriam ou não resgatados, que personagens históricos e respectivas motivações seriam valorizados ou condenados”, ou seja, “o conhecimento histórico nada mais seria que uma função da práxis atual”.²¹

Com a mudança de conjuntura, qual seria o estatuto epistemológico da escrita da história nessas primeiras décadas do século XXI? Esse questionamento é dirigido, sobretudo, aos livros de divulgação aqui analisados, em que pesem suas *despretensões* historiográficas. Afinal, a reafirmação de um sentido de continuidade frente a um tempo

¹⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 101.

²⁰ *Ibid.*, p. 102.

²¹ VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005, p. 115.

que se acelera²² e a um conhecimento que se fragmenta – ou, antes, a imposição da unidade sobre as discontinuidades, para remetermos a Beatriz Sarlo²³ – tem implicações na maneira que apreendemos e conhecemos a história. Nesse aspecto, certos livros de divulgação são sintomáticos de um modo próprio de lidar com o tempo, em que a produção de sentido para o presente, capturada pelos diferentes nichos mercadológicos, impulsiona seus autores a uma releitura e a uma reescrita do passado.

Neste capítulo, pretendo, assim, combinar a revisão bibliográfica sobre a escrita da história para o grande público no Brasil com a análise de duas fontes. A bibliografia relativa ao tema destaca três artigos (pontuando o andamento das discussões desde o final dos anos 1990),²⁴ uma dissertação de mestrado²⁵ e uma tese de doutorado.²⁶ Já as fontes analisadas são os livros *A carne e o sangue*, de Mary Del Priore,²⁷ e *1822*, de Laurentino Gomes,²⁸ em que destaco a construção biográfica de d. Leopoldina, bem como as diferentes interpretações sobre a independência do Brasil, envolvendo a análise de seus personagens.

²² Em realidade, a sensação de aceleração do tempo vem desde o final do século XVIII, segundo David Lowenthal. “O ritmo da visível mudança tornou o passado não apenas remoto, mas assustadoramente diferente. (...) Um abismo particularmente pungente separou o presente do *ancien régime*. A velocidade com a qual tudo – a paisagem, os costumes, as maneiras, as fortunas, as lealdades, as fidelidades – pareceu mudar deixou os sobreviventes da Revolução Francesa e de suas consequências à deriva, cômicos de que o mundo de seus antepassados havia partido para sempre”. Contudo, para esta tese, penso especificamente nas revoluções digital e tecnológica pós-Segunda Guerra Mundial, que propiciaram a sensação de aceleração do tempo de modo *globalizado*, afirmando a prevalência do presente sobre as demais temporalidades. LOWENTHAL, *The Past is a Foreign Country – Revisited*, op. cit., p. 364.

²³ SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo*. Una discusión. México: Siglo XXI Editores, 2006, p. 15.

²⁴ (i) SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 3-21, 1997. (ii) GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. O campo da história e as “obras fronteiriças”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. *Revista IEB*, São Paulo, n. 49, p. 13-30, março 2009. (iii) MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 15, p. 27-50, ago. 2014.

²⁵ BONALDO, Rodrigo Bragio. *Presentismo e presentificação do passado: a narrativa jornalística da história na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno*. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

²⁶ RAVAZZOLO, Ângela. *A escrita da história por jornalistas: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso Elio Gaspari*. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 175 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

²⁷ PRIORE, Mary Del. *A carne e o sangue*. A imperatriz d. Leopoldina, d. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

²⁸ GOMES, Laurentino. *1822 - como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

Em *A carne e o sangue* – a Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos (2012), a historiadora divide o livro em nove capítulos e o finaliza indicando a bibliografia, as referências iconográficas e as fontes consultadas no Arquivo do Museu Imperial, no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos e Divisão de Periódicos). Nesse sentido, o uso de fontes primárias é um diferencial da autora em relação ao livro de Gomes. Em *1822* – como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado (2010), o jornalista utiliza basicamente a bibliografia já existente como fonte. Todavia, ao contrário de Priore, Gomes preocupa-se em esboçar o propósito de sua obra logo na introdução do livro (“explicar como o Brasil conseguiu manter a integridade de seu território e se firmar como nação independente”)²⁹ e em disponibilizar um índice onomástico e notas explicativas/remissivas no fim de cada um dos 22 capítulos. De todo modo, ambos os livros retratam a independência do Brasil em meio à vida amorosa de d. Pedro I (1798-1834) e de seu relacionamento com as duas mulheres, a esposa Leopoldina (1797-1826) e a amante Domitila (1797-1867),³⁰ além de disporem de imagens sobre o período e de legendas que as identificam, mas que não as problematizam (as imagens são meramente ilustrativas). Existem, decerto, outras diferenças significativas entre os dois livros, sobretudo no que diz respeito à construção da narrativa, que serão trabalhadas adiante.

Por ora, sublinhemos que a combinação das análises requer alguns desdobramentos. Primeiramente, porque os livros vendidos como livros de história para o público não acadêmico têm características próprias, seja quando a ênfase é dada à história privada de uma vida (no caso da biografia), seja quando a história é contada por meio de uma linguagem literária a partir de um viés jornalístico (no caso do livro-reportagem). Em segundo lugar, porque a produção de obras de divulgação histórica requer levar em consideração o seu leitor. Aqui, faz-se, então, necessário adentrarmos em uma questão correlata, que se torna meu terceiro ponto: a possível articulação do lugar da história e da leitura na realidade brasileira com seu desdobramento como produto cultural.

²⁹ GOMES, *1822*, op. cit., p. 18.

³⁰ No caso de Priore, a ordem inverte: a autora retrata a vida amorosa dos personagens em meio à independência do Brasil e aos eventos precedentes e subsequentes.

Começamos pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas,³¹ o qual entrevê na “cultura de massas” a conformação das “necessidades de distração e diversão de grupos de consumidores com um nível de formação relativamente baixo (...)”.³² Segundo Habermas, temos, de um lado, o mercado de bens culturais facilitando o acesso econômico às camadas mais amplas em decorrência do barateamento dos produtos. Do outro, temos também o referido mercado facilitando o acesso psicológico a essas camadas quando ele “adapta de algum modo o conteúdo dos bens culturais às próprias necessidades”.³³ No entanto, essa facilidade de acesso nos aspectos econômico e psicológico implica mercantilizar a cultura, levando-a a alienar-se “àqueles momentos cuja recepção exigem (*sic*) uma certa escolarização”.³⁴ Poderíamos, portanto, encarar os livros de divulgação sob essa perspectiva?

Creio que esses livros sejam, em certa medida, um aspecto da modernidade à qual se refere o historiador francês Jean Chesneaux em *De la modernité*.³⁵ Embora a obra tenha sido publicada no início da década de 1980, ela suscita questões pertinentes ao início deste século frente ao uso corrente da internet e do *smartphone*, que realoca não apenas nossos modos de leitura, mas nossa noção de tempo e nossa relação com o passado. Se o computador foi a grande invenção moderna até aquele ponto do século XX, outras “modernidades” viriam a evidenciar a sensação de aceleração do tempo que caracterizaria o século XXI.

Por modernidade, o autor entende “a estrutura geral da sociedade contemporânea”, fruto da “combinação original de duas globalidades”: de um lado, em uma epifania sartriana, “a serialização dos seres” e “a redução a um modelo único de vida banalizada”; de outro, baseado no Conde de Saint-Simon, “a interdependência universal das economias” e “o despotismo do mercado mundial”.³⁶ A visão do autor é, decerto, uma visão sombria da modernidade, mas é pertinente assinalar como ele a concebe em sua relação com o passado:

³¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

³² *Ibid.*, p. 195.

³³ *Ibid.*, p. 196.

³⁴ *Ibid.*, p. 196.

³⁵ CHESNEAUX, Jean. *De la modernité*. Paris : Éditions de la Découverte, 1983.

³⁶ *Ibid.*, p. 6.

(...) a modernidade recusa o passado como desenvolvimento progressivo; ela não é menos incapaz, em seu próprio princípio, de vislumbrar que ela seria uma etapa temporária, podendo eventualmente dar lugar a um futuro diferente. Excluído da continuidade do tempo, o passado se reduziria a um amálgama de fatos, de conhecimentos e de objetos materiais, que bastaria ser corretamente inventariado para ser armazenado no computador. O passado é ainda um artefato cultural, que deve saber ser habilmente rentável.³⁷

Poderíamos acrescentar que, sob essa perspectiva, prepondera uma única temporalidade – o presente –, pois também o futuro é “excluído da continuidade do tempo”: não há porvir, quando o reconhecimento da efemeridade de nosso tempo leva a uma experiência temporal que valoriza o “aqui e agora”. Nesse contexto, o apelo ao passado até poderia aparecer como um modo de resistência à modernidade – trata-se, porém, de um apelo contraditório, já que se trata de um passado “comercializável”, segundo o autor. Chesneaux destaca as coleções de “memórias populares” das grandes editoras francesas em voga no período, que residem “(...) frequentemente no limite do ‘retrô’ gratuito, quando não exótico, em que o sistema sabe muito bem como acomodar-se e tirar proveito disso”. O contato com outra época ocorre, assim, a partir da “lei do mercado” e do “modelo dominante”.³⁸

Se, nos anos 1980, os livros de história escritos por historiadores acadêmicos (bem como as coleções de “memórias populares” a que se referia Chesneaux) conheceram um significativo sucesso editorial na França, a situação no país, ao que parece, mudou, quando a memória passou a ocupar o lugar da história: ela passou a ser um direito, um dever, uma arma, como lembra o historiador francês François Hartog.³⁹ A memória surgia, assim, como portadora de múltiplas vozes – das vozes das vítimas do Holocausto, do genocídio em Ruanda, do *apartheid* na África do Sul –, inscritas em um tempo que não passa, em um tempo imprescritível, típico da “temporalidade unificadora e inédita do crime contra a humanidade”.⁴⁰ Hartog parece notar aí o início do declínio da história nos dias atuais, constatando que os cursos de história têm atraído cada vez

³⁷ « (...) la modernité refuse le passé comme développement progressif, elle est non moins incapable, dans son principe même, d’envisager qu’elle ne serait qu’une étape temporaire, pouvant éventuellement faire place à un avenir différent. Exclu de la continuité du temps, le passé se réduirait à un amalgame de faits, de connaissances et d’objets matériels, qu’il suffirait d’inventorier correctement pour les stocker en ordinateur. Le passé, c’est encore un décor culturel qu’il faut savoir rentabiliser habilement ». Ibid. p. 51.

³⁸ Ibid., p. 53.

³⁹ HARTOG, François. *Croire en l’histoire*. Paris: Flammarion, 2013.

⁴⁰ Ibid., p. 53.

menos estudantes; que o espaço ocupado pelos historiadores nos jornais e revistas tem se reduzido; e que a venda média de livros de história na França também tem declinado: ou seja, “o historiador tornou-se uma figura secundária na paisagem midiática”. Essa constatação não deixa de ser um paradoxo, uma vez que existe um grande apetite por história no país de Hartog, como atesta a popularidade do programa diário *La Fabrique de l’histoire*, citado pelo autor.⁴¹

Palavras como “memória”, “comemoração”, “patrimônio” e “identidade” passaram a ser amplamente utilizadas no presente não apenas pelos historiadores, mas também por outros atores. Os jornalistas são, por excelência, aqueles que trabalham com a “atualidade”, lidando com o “instantâneo” e o “simultâneo” que caracterizam o tempo midiático de historicização (*temps médiatique d’historicisation*).⁴² Frente à aceleração do tempo, constatada por Hartog, que lugar ocuparia o historiador nessa relação da sociedade com seu próprio tempo? Esta tese pretende, em certa medida, lançar luz sobre a questão. Embora o Brasil contemporâneo guarde características específicas no que tange ao papel da história e da memória em nossa realidade, existe, pelo menos, um ponto de convergência com a realidade francesa: precisamente o tempo midiático de historicização e seus desdobramentos no mercado editorial, no papel exercido pelos jornalistas e na narrativa histórica voltada para o público não acadêmico.

Nesse sentido, Laurentino Gomes argumenta que “as pessoas leem um livro com o relato de acontecimentos de 200 anos atrás, mas querem saber do Brasil de hoje, como a história explica o momento em (*sic*) que chegamos atualmente”.⁴³ Esse conhecimento do passado como forma de compreender e explicar o presente relaciona-se também ao papel que o brasileiro atribui à leitura: trata-se menos de uma atividade de lazer do que uma atividade instrumental, na qual o livro é encarado como fonte de conhecimento. Ademais, pode ser que o leitor especificamente de história busque nos livros de divulgação a satisfação de suas carências de orientação no tempo, de que fala Jörn Rüsen. Em outras palavras, a busca pelo conhecimento histórico pode vincular-se à formação de uma “consciência histórica”, entendida como “constituição de sentido sobre

⁴¹ Ibid., p. 43.

⁴² Ibid., p. 60.

⁴³ “O regime caiu inerte”, diz Laurentino Gomes, autor do livro “1889”. *ZH*, em 23 ago. 2013. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2013/08/o-regime-caiu-inerte-diz-laurentino-gomes-autor-do-livro-1889-4244516.html> Acesso em: 13 out. 2015.

a experiência do tempo, no modo de uma memória que vai além dos limites de sua própria vida prática”.⁴⁴

2.1 Best-sellers contemporâneos de história, o setor editorial brasileiro e o lugar da leitura no Brasil

Em 1997, o historiador Benito Bisso Schmidt havia publicado um artigo relativo ao sucesso das biografias no mercado editorial brasileiro na década de 1990. Ele constatava, na época, que os jornalistas eram mais “festejados” que os historiadores de ofício “na releitura da história do país através de seus personagens”, sem adentrar, em um primeiro momento, nos motivos para essa preferência.⁴⁵ Ao procurar as razões pelas quais o gênero biográfico havia se tornado um empreendimento entre historiadores e jornalistas, Schmidt buscou compreender o contexto social da emergência das biografias, bem como os novos aportes teóricos e metodológicos com os quais elas se relacionavam.

No que se refere ao contexto social, o autor destacou que “a massificação e a perda de referenciais ideológicos e morais” da sociedade de então haviam levado a uma busca de “novos” referenciais com base nas trajetórias individuais do passado.⁴⁶ Desse modo, por exemplo, o barão e visconde de Mauá construído pelo sociólogo e jornalista Jorge Caldeira tornou-se o protótipo do precursor empresarial no Brasil Império. Por outro lado, o intento de adentrar nas vidas privadas de personagens eminentes implicou não apenas certo tipo de “voyeurismo e bisbilhotice” (tanto do biógrafo quanto do leitor), mas também a desconstrução do mito que o biografado encarnava, tornando-o “gente como a gente”. Nesse sentido, a “desconstrução” atendia às *expectativas do leitor*, o qual se reconfortava em saber dos deslizes das grandes personalidades do passado.⁴⁷

Em relação ao contexto teórico e metodológico da disciplina de história, Schmidt destacou que as biografias surgiram em reação “aos enfoques excessivamente estruturalistas, descarnados de ‘humanidade’” que prosperavam desde a década de

⁴⁴ RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 104.

⁴⁵ SCHMIDT, “Construindo Biografias...”, op. cit., p. 3.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 4.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 4-5; p. 18.

1960. Nesse contexto, os estudos de caso e a micro-história passaram a sobrepujar a história quantitativa e serial. Independentemente da tradição historiográfica, o “resgate de trajetórias individuais” acabou por permear as diferentes historiografias. Já no caso do jornalismo, a emergência biográfica relacionava-se, em certa medida, ao movimento do *new journalism* dos anos 1960, com a “transmutação de seu legado” pelo atual jornalismo literário. Nesse ponto, a intersecção entre a biografia histórica e a biografia jornalística passou a residir na aproximação com a literatura, segundo o autor.⁴⁸

Façamos um parêntese, pois quando penso no jornalismo literário no Brasil, penso no *livro-reportagem* para esta tese.⁴⁹ Como afirma o jornalista Edvaldo Pereira Lima, o livro-reportagem é “um subsistema do sistema jornalismo” e quem o escreve é “quase sempre um jornalista”.⁵⁰ Daí que o autor ressalta que a diferença do jornalismo em relação a outras atividades “é o desempenho da tarefa informativa e orientativa”, em que o livro-reportagem, por ser mais extenso que uma notícia publicada em um jornal, denota uma dimensão *contextual* e *explicativa* em seu relato, preenchendo vazios deixados por outros meios de comunicação e avançando “para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando, parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística”.⁵¹

O “conhecimento do nosso tempo” relaciona-se à “atualidade” como premissa da prática jornalística, na qual o “atual” pode implicar “um novo fato que ‘despert[e]’ o interesse público para uma ocorrência antiga” ou algum artifício que traga essa ocorrência antiga para o presente. Assim, temos que “as datas comemorativas de eventos – as conquistas do Brasil nas Copas do mundo, a inauguração de Brasília, a chegada do homem à Lua – ‘atualizam’ acontecimentos passados”.⁵² Curiosamente, a atualização de acontecimentos pretéritos encontra eco na prática historiográfica.

Voltemos ao artigo de Schmidt. Ele assinala que jornalistas e historiadores lançaram mão de certas passagens inventadas para descrever as emoções e os

⁴⁸ Ibid., p. 5-6.

⁴⁹ “O jornalismo literário – praticado tanto em periódicos quanto em formato de livro – encontra um canal de expressão fabuloso no livro-reportagem e este, por sua vez, pode alcançar o máximo de seu potencial enquanto produto de comunicação pública quando é trabalhado em estilo de jornalismo literário”. LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 4 ed. rev. ampl. Barueri: Manole, 2009, p. xiv.

⁵⁰ Ibid., p. 8-10.

⁵¹ Ibid., p. 4; 11; 18.

⁵² Ibid., p. 17.

pensamentos de seus personagens nas trajetórias biográficas. Ambos também utilizaram *flashbacks* como recurso narrativo a fim de quebrar a rigidez da estrutura cronológica e “dar mais vida ao texto”, como afirmou, na época, o jornalista Fernando Morais, autor da biografia de Assis Chateaubriand. Contudo, ainda que tanto o historiador quanto o jornalista fizessem uso de fontes numerosas e diversas para a sua pesquisa biográfica, havia algumas divergências fundamentais entre ambos, com destaque, no caso dos jornalistas, para o uso acrítico das fontes (“as fontes não são colocadas sob suspeição”) e para a narrativa fluida em detrimento da “precisão formal” (sem notas de rodapé ou no final do livro; sem distinção entre a fala do autor e a transcrição dos documentos).⁵³ Aqui Schmidt pensa em algumas biografias específicas escritas por jornalistas que se notabilizaram na época, como Fernando Morais e Ruy Castro.

Por seu turno, a liberalidade para a invenção de passagens descritivas no texto do historiador encontraria limites no “campo de possibilidades historicamente determinadas”⁵⁴ –na própria concretude pretérita dos sujeitos históricos. Nos trechos que funcionariam como espaço de invenção, a afirmação categórica cederia lugar à hipótese com o uso de termos que denotassem probabilidade ou expressassem dúvida (“provavelmente”; “possivelmente”; “talvez”). O jornalista, ao contrário, não faria aparecer em sua narrativa a diferença entre os momentos inventados e aqueles calcados em fontes documentais. Por sinal, as próprias fontes seriam objeto de crítica por parte do historiador, mas não do jornalista: “quem produziu determinado vestígio? em que situação? com quais interesses? Estes questionamentos, primários na investigação histórica, nem sempre estão presentes nos trabalhos jornalísticos”.⁵⁵

Schmidt também observa que o historiador faria uso da biografia para articular a dimensão individual com a dimensão social, tendo em vista um contexto mais amplo. O autor argumenta, assim, que “a narração não deve excluir a explicação nos trabalhos biográficos produzidos por historiadores”.⁵⁶ Desse modo, haveria o intento de “recuperar a *tensão* (...) entre o individual e o social” nas obras biográficas.⁵⁷ De sua parte, os jornalistas primariam pela “saborosa recriação dos incidentes do dia a dia”,

⁵³ SCHMIDT, “Construindo Biografias...”, op. cit., p. 7-9.

⁵⁴ GINZBURG, Carlo. *Apud* Ibid., p. 12.

⁵⁵ SCHMIDT, Ibid., p. 8.

⁵⁶ Ibid., p. 14.

⁵⁷ Ibid., p. 16.

relegando a articulação “entre vida pública e vida privada, entre cotidiano e não-cotidiano (...)” a um segundo plano, ainda que não perdessem de vista o indivíduo e seu contexto.⁵⁸ Essa recriação de pequenos incidentes ganharia destaque à medida que seriam as grandes figuras públicas as biografadas pelos jornalistas, enquanto historiadores como Carlo Ginzburg e Natalie Zemon Davis dariam preferência à “gente miúda”.

Passados vinte anos da publicação do artigo de Schmidt, constatamos que o gênero biográfico, longe de entrar em decadência, continua atraindo biógrafos e leitores no Brasil. Em 2014, quando dos sessenta anos do suicídio de Getúlio Vargas, o jornalista Lira Neto lançou o terceiro livro que compõe a trilogia biográfica do ex-presidente.⁵⁹ Do mesmo modo, na esteira dos cinquenta anos do golpe militar (em 1964), o ex-presidente João Goulart ganhou mais uma biografia, como aquela escrita pelo jornalista e historiador Juremir Machado da Silva.⁶⁰ Desse modo, as efemérides são o momento propício para o lançamento de certas biografias históricas, mesmo que elas abordem apenas um período específico da vida do biografado.

Já em um artigo conciso publicado em 2009, Raquel Glezer e Sara Albieri, professoras do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), refletiram sobre as “obras de história estrito senso” em comparação com as “obras fronteiriças” (ou obras de “quase história”). Ambas as obras são percebidas como produtos culturais, inseridas no mercado editorial, porém as obras fronteiriças são aquelas que, “para o leitor comum, são consideradas de história, mas para os profissionais do campo situar-se-iam fora da produção historiográfica em senso estrito”.⁶¹ Sob a problemática designação de “quase história”, as autoras abarcaram gêneros distintos de produção escrita: desde obras literárias (romances de “capa e espada” e romances históricos) até obras biográficas. Assim, sob a mesma terminologia,

⁵⁸ Ibid., p. 17.

⁵⁹ O livro em questão é *Getúlio (1945-1954): Da volta pela consagração popular ao suicídio*, v. 3, publicado em 2014. Os livros anteriores são *Getúlio (1930-1945): Do governo provisório à ditadura do Estado Novo*, v. 2, publicado em 2013, e *Getúlio (1882-1930): Dos anos de formação à conquista do poder*, v. 1, publicado em 2012, todos pela Companhia das Letras.

⁶⁰ O livro de Juremir Machado da Silva intitula-se *Jango: a vida e a morte no exílio*, publicado pela L&PM em 2013. Também destacamos a notória biografia escrita pelo historiador Jorge Ferreira, intitulada *João Goulart: uma biografia*, publicada pela Civilização Brasileira em 2011. Há também a biografia problemática escrita pelo historiador Marco Antônio Villa, intitulada *Jango: um perfil (1945-1964)*, publicada pela Globo Livros em 2004, ou seja, na efeméride dos quarenta anos do golpe militar no Brasil.

⁶¹ GLEZER & ALBIERI, “O campo da história e as ‘obras fronteiriças’”, op. cit., p. 15.

elas não deixam de tornar equivalentes o livro do jornalista Eduardo Bueno sobre o “descobrimento” do Brasil e o empreendimento biográfico do historiador José Murilo de Carvalho em torno da figura de d. Pedro II. Eis aqui o problema de uma noção tão fluida como “obras fronteiriças”: na tentativa de contemplar a vasta e heterogênea produção extra-acadêmica de história, o termo perde de vista as especificidades de cada gênero, reduzindo suas pretensões literárias, jornalísticas ou historiográficas a um amálgama de qualquer-coisa-não-catalogável-que-não-chega-a-ser-história.

É certo, porém, que o próprio caráter de “romance verdadeiro” atribuído ao gênero biográfico é endossado pelo historiador francês François Dosse,⁶² para quem a biografia situa-se epistemologicamente “entre mimese e vidas imaginárias”, sendo uma “mistura de erudição, de criatividade literária e de intuição psicológica”, que implica, ao mesmo tempo, um pacto de verdade com o leitor, para além de uma empatia mínima.⁶³ Além disso, ele afirma que “o gênero é particularmente procurado por um público popular, que tem uma oportunidade de sonhar, sem ter nenhuma intenção de aborrecer-se com referências pesadas”.⁶⁴

Glezer e Albieri assinalam que, mesmo com a emergência dos meios de comunicação de massa, não houve uma queda no interesse do público por esse tipo de leitura: pelo contrário, houve “um crescimento do mercado editorial em todos os países e mesmo no nosso, com o aumento da quantidade de obras publicadas (...)”.⁶⁵ O aumento da publicação de “obras fronteiriças” teria acompanhado o aumento da publicação de “obras de história estrito senso” em um período compreendido entre 1990 e 2006, conforme inferiram as autoras a partir dos dados disponibilizados nos sítios eletrônicos da Associação Nacional de Livrarias (ANL) e da Câmara Brasileira do Livro (CBL). Contudo, parte dos dados aos quais elas remetem apenas informa de modo genérico o número de títulos publicados no Brasil anualmente, assim como o faturamento decorrente das vendas daquele ano. Vejamos os dados fornecidos pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) de 1990 a 2014:⁶⁶

⁶² DOSSE, François. *Le Pari Biographique*. Écrire une vie. Paris: Éditions La Découverte, 2005.

⁶³ Ibid., p. 62-70.

⁶⁴ Ibid., p. 62.

⁶⁵ GLEZER & ALBIERI, “O campo da história e as ‘obras fronteiriças’”, op. cit., p. 17.

⁶⁶ Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro. Disponível em: <http://www.snel.org.br/dados-do-setor/producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/> Acesso em: 06 jul. 2015.

TABELA A – Produção e venda de livros no Brasil de 1990 a 2014

PRODUÇÃO (1ª edição e reedição)			VENDAS	
Ano	Títulos	Exemplares	Exemplares	Faturamento (R\$)
1990	22.479	239.392.000	212.206.449	901.503.687
1991	28.450	202.492.000	289.957.634	871.640.216
1992	27.561	189.892.128	159.678.277	803.271.282
1993	33.509	222.522.318	277.619.986	930.959.670
1994	38.253	245.986.312	267.004.691	1.261.373.858
1995	40.503	330.834.320	374.626.262	1.857.377.029
1996	43.315	376.747.137	389.151.085	1.896.211.487
1997	51.460	381.870.374	348.152.034	1.845.467.967
1998	49.746	369.186.474	410.334.641	2.083.338.907
1999	43.697	295.442.356	289.679.546	1.817.826.339
2000	45.111	329.519.650	334.235.160	2.060.386.759
2001	40.900	331.100.000	299.400.000	2.267.000.000
2002	39.800	338.700.000	320.600.000	2.181.000.000
2003	35.590	299.400.000	255.830.000	2.363.580.000
2004	34.858	320.094.027	288.675.136	2.477.031.850

2005	41.528	306.463.687	270.386.729	2.572.534.074
2006	46.026	320.636.824	310.374.033	2.880.450.427
2007	45.092	351.396.288	329.197.305	3.013.413.692,53
2008	51.129	340.274.195	333.264.519	3.305.957.488,25
2009	43.814	401.390.391	387.149.234	4.167.594.601,40
2010	54.754	492.579.094	437.945.286	4.505.918.296,76
2011	58.192	499.796.286	469.468.841	4.837.439.173,32
2012	57.473	485.261.331	434.920.064	4.984.612.881,04
2013	62.235	467.835.900	479.970.310	5.359.426.184,63
2014	60.829	501.371.513	435.690.157	5.408.506.141,17

Fonte: Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), 2015.

Apesar de algumas oscilações relativas ao número de títulos publicados (ex.: queda de 2009 em relação a 2008 com recuperação em 2010) e à quantidade de exemplares vendidos (ex.: queda nas vendas de 2014 em relação ao ano anterior), notamos que o faturamento é crescente até 2014. Não há dados relativos aos títulos publicados sob a designação “obras fronteiriças” (com suas especificidades dentro do vasto campo: biografia, romance, etc), tampouco às tiragens e ao faturamento. Logo, a suposição das autoras parte do princípio de que as vendas tanto das “obras de quase história” quanto das “obras de história acadêmica” acompanharam o crescimento, no Brasil, das vendas dos livros em geral.

Se levarmos em consideração a produção e as vendas do setor editorial brasileiro no ano 2014 exclusivamente, constatamos que o governo federal injetou bons bilhões no setor, a despeito da queda do número de exemplares adquiridos⁶⁷. São

⁶⁷ Os três principais programas do governo que catapultaram o faturamento do setor editorial brasileiro foram o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o

R\$1.238.847.225,98 despendidos pelo governo, ao passo que o mercado injetou no setor R\$4.169.658.915,19, totalizando, então, R\$5.408.506.141,17, conforme a tabela anterior. Dentre a quantidade de exemplares produzidos, os *livros didáticos* lideram a produção com 235.288.478 exemplares, seguidos pelas *obras gerais* (139.758.997), pelos *religiosos* (82.129.522) e pelos *CTP – científicos, técnicos e profissionais* (44.194.516). Em relação a 2013, houve um crescimento na produção dos livros pertencentes aos quatro subsetores, porém a demanda não acompanhou a oferta. Ainda assim, o faturamento teve um ligeiro crescimento devido ao aumento do preço médio no mercado.⁶⁸

Em termos de vendas naquele ano, constatamos, portanto, (1) que o governo federal foi responsável por cerca de 23% do faturamento do setor editorial brasileiro; (2) que a liderança absoluta dos livros didáticos dentre os livros produzidos no Brasil foi estimulada pelo principal programa federal que impacta o setor, o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD); e (3) que os romances históricos, as biografias de personalidades históricas e os livros-reportagem de história inserem-se na indefinida categoria de “obras gerais”, na qual também se inserem livros tão diversos quanto os esotéricos e os de autoajuda.

Todavia, sabemos que as vendas não necessariamente acompanham a leitura das obras, porquanto o leitor pode retirar o livro de uma biblioteca ou tomá-lo emprestado de um amigo, por exemplo – ou também pode *não* ler o livro que compra e tomá-lo simplesmente como um bem cultural a ser exposto na estante. Com isso, pretendo dizer que a circulação e a leitura desses livros não estão forçosamente vinculadas à sua vendagem. Duas pesquisas realizadas pelo Instituto Pró-Livro em 2011 e 2015 com a população brasileira a partir dos cinco anos de idade, residente no país, alfabetizada ou não, exibem alguns dados que apontam o lugar da leitura no dia a dia do brasileiro.⁶⁹

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Em 2014, foram 120.724.108 exemplares vendidos para o governo pelo PNLD, 31.424,020 pelo PNBE e 3.243.805 pelo PNAIC.

⁶⁸ Dados obtidos de acordo com a pesquisa da Câmara Brasileira dos Livros, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, ano base 2014. Disponível em: http://www.snel.org.br/wp-content/themes/snel/docs/pesquisa_fipe_2015_ano_base_2014.pdf Acesso em: 06 jul. 2015.

⁶⁹ A 3ª edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil foi realizada pelo Instituto Pró-Livro e aplicada pelo IBOPE Inteligência em 2011 e lançada em 2012. Foi utilizada a metodologia CERLALC-UNESCO para a realização de 5012 entrevistas em 315 municípios brasileiros. Utilizando a mesma metodologia, haveria de ser desenvolvida a 4ª edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, cujo período de campo foi de 23 de novembro a 14 de dezembro de 2015. Dados obtidos de acordo com o Instituto Pró-Livro. (i) INSTITUTO PRÓ-LIVRO, Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 3ª edição. Disponível em:

Desse modo, sabemos que, em 2011, tínhamos no Brasil um universo em que metade lia e outra metade não lia. Já em 2015, houve um aumento do percentual de leitores (56%) e, por conseguinte, um decréscimo do percentual de não leitores (44%).

Na pesquisa de 2011, a base são 178 milhões de pessoas; na de 2015, são 188 milhões. Em 2011, 85% afirmaram assistir à televisão em seu tempo livre (em 2015, seriam 73%); 52% escutavam música ou rádio (em 2015, seriam 60%); 38% assistiam a vídeos e filmes em DVD (em 2015, seriam 44%); enquanto 28% liam jornais, revistas, livros e/ou textos na internet (em 2015, seriam 24%). Na última pesquisa especificamente, 24% afirmaram ler livros em papel ou no formato digital nas horas vagas. O entrevistado podia enunciar mais de uma resposta à pergunta “Quais destas atividades você faz em seu tempo livre?”, que também englobou navegar na internet, praticar esporte, etc. Se, em 2011 (ou mesmo em 2015), a leitura não ocupava um lugar de destaque no tempo livre do brasileiro, é interessante notar o significado da leitura para os leitores e os não leitores⁷⁰. Dentre as opções constantes para a pergunta “Qual destas frases melhor explica o que é leitura?”, era possível escolher três opções em 2011. De acordo com o Instituto Pró-Livro, os percentuais foram os seguintes:

TABELA B – Frase que melhor explica o que é leitura (2011)

Fonte de conhecimento para a vida	64%
Fonte de conhecimento e atualização profissional	41%
Fonte de conhecimento para a escola/faculdade	35%
Uma atividade interessante	21%
Uma atividade prazerosa	18%

http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf Acesso em: 06 jul. 2015.

(ii) INSTITUTO PRÓ-LIVRO, Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 4ª edição. Disponível em : <http://prolivro.org.br/home/atuacao/28-projetos/pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil/8042-downloads-4eprlb> Acesso em: 01 jul. 2017.

⁷⁰ “Leitor é aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses. Não-leitor é aquele que não leu nenhum livro nos últimos 3 meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12”. INSTITUTO PRÓ-LIVRO, Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 3ª ed., Ibid..

Ocupa muito tempo	12%
Prática obrigatória	8%
Produz cansaço/Exige muito esforço	6%
Uma atividade entediante	5%
Não sabe	5%

Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 3ª edição – Instituto Pró-Livro.

A pergunta haveria de ser ligeiramente modificada em 2015: “Qual das seguintes frases que eu vou ler mais se aproxima do que significa leitura para você? E em segundo lugar?”. O entrevistado podia escolher apenas dois itens dentre os doze elencados (na edição anterior, haviam sido dez), os quais também sofreram alterações em sua formulação.

TABELA C – Frase que mais se aproxima do que significa leitura (2015)

A leitura traz conhecimento	49%
A leitura traz atualização e crescimento profissional	23%
A leitura me ensina a viver melhor	22%
A leitura pode fazer uma pessoa “vencer na vida” e melhorar sua situação financeira	17%
A leitura é uma atividade interessante	16%
A leitura facilita a aprendizagem na escola ou na faculdade	15%
A leitura é uma atividade prazerosa	13%
A leitura ocupa muito tempo	5%
A leitura é uma atividade cansativa	5%

Só leio porque sou obrigado(a)	3%
A leitura não serve pra nada	1%
Nenhuma destas/não sabe/não respondeu	4%

Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 4ª edição – Instituto Pró-Livro.

A partir dos dados de 2011 e 2015, compreendemos o porquê de a leitura não ocupar um lugar de destaque no tempo livre dos brasileiros, uma vez que ela é considerada uma “atividade prazerosa” para um percentual relativamente pequeno de leitores e não leitores. Por outro lado, dada a importância conferida à leitura a partir de seu caráter instrumental (como fonte de conhecimento, e não como entretenimento), é possível inferir o lugar ocupado por certos livros de divulgação no imaginário brasileiro. Assim, faz sentido a concordância de 17% dos entrevistados com a afirmação “A leitura pode fazer uma pessoa ‘vencer na vida’ e melhorar sua situação financeira”. Sob essa perspectiva, a leitura é uma atividade que tem um fim prático: o de contribuir, em alguma medida, para a ascensão socioeconômica. Em realidade, as três primeiras colocações da Tabela B e as quatro primeiras colocações da Tabela C sinalizam o uso instrumental do livro, o que não significa dizer que esse uso implique necessariamente algum tipo de retorno financeiro. Dado o contexto, os livros de história acabam possivelmente fazendo parte de um arcabouço intelectual mais amplo, enquanto “fonte de conhecimento para a vida”, no qual o conhecimento é associado a algum grau de poder. Além disso, creio que eles possam ser encarados como um modo de “ensinar” a viver melhor, porquanto eles podem satisfazer, em alguma medida, as carências de orientação humana em meio às mudanças do tempo.

Dentre os materiais lidos em 2011, sobressaíram as revistas (53%), os jornais (48%), os livros indicados pela escola (47%) e os livros em geral (47%). Dentre os gêneros de livros que o leitor brasileiro mais leu naquele ano, as quatro primeiras posições foram ocupadas pela *Bíblia* (42%), pelos livros didáticos (32%), pelos romances (31%) e pelos livros religiosos (30%). No entanto, no ano 2015, houve uma ampliação no questionário referente aos gêneros que constariam como resposta, de modo que a *Bíblia* (42%), os livros religiosos (22%), os contos (22%), o romance (22%)

e os livros didáticos (16%) viriam a ocupar as cinco primeiras colocações. Nesse contexto, os livros categorizados como *História, Economia, Política, Filosofia ou Ciências Sociais* figurariam entre os tipos de livro que 11% dos entrevistados afirmaram ter lido em 2015, ficando à frente, por exemplo, das biografias (8%).⁷¹ Cabe assinalar, porém, que os livros de Priore aqui analisados poderiam figurar tanto no gênero “biografia” quanto no gênero “história”, dependendo da percepção do leitor.

Para os leitores de 2011, as motivações para ler um livro (em resposta à pergunta “Você lê, principalmente, por qual destes motivos? E em segundo lugar? E em terceiro?”) eram *atualização cultural/conhecimentos gerais* (55%); *prazer, gosto ou necessidade espontânea* (49%); *exigência escolar ou acadêmica* (36%); motivos religiosos (31%); atualização profissional (23%); exigência do trabalho (9%); não sabe (1%). Notemos que a pergunta foi direcionada especificamente aos leitores (não ao universo de leitores e não leitores), o que explica, em parte, o alto percentual do “prazer” ou “gosto” como motivação para a leitura de um livro. Além disso, notemos também que a Bíblia, sendo o tipo de livro que o brasileiro mais lê, podia ser lida por “motivos religiosos”, mas também por “prazer”, “necessidade espontânea” ou “conhecimentos gerais”.

Em 2015, o perfil dos leitores parece ter mudado à primeira vista, mas houve, em realidade, uma reformulação da pergunta (“Qual é a principal razão para o (a) sr. (a) ler?”) e de parte das respostas disponibilizadas aos entrevistados. Aparentemente, o leitor não podia enumerar mais de um motivo para ler um livro, de modo que as respostas foram as seguintes: *gosto* (25%); *atualização cultural ou conhecimento geral* (19%); *distração* (15%); motivos religiosos (11%); crescimento pessoal (10%); exigência escolar ou da faculdade (7%); atualização profissional ou exigência do trabalho (7%); não sabe/não respondeu (5%); outros (1%). Ler por “gosto” teve um percentual maior na faixa etária mais jovem (dos 5 aos 10 anos, são 40%; dos 11 aos 13 anos, são 42%). Já a leitura como “atualização cultural ou conhecimento geral” teve um percentual maior na faixa etária dos 30 aos 39 anos (28%).

Sabemos, ademais, que os fatores que mais influenciam na escolha de um livro são o *tema* (65% em 2011; 30% em 2015), o *título do livro* (30% em 2011; 11% em 2015), as *dicas de outras pessoas* (29% em 2011; 11% em 2015), o *autor* (26% em 2011;

⁷¹ INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 4ª edição*, op. cit., p. 29.

12% em 2015), a capa (22% em 2011; 11% em 2015), as críticas e resenhas (7% em 2011; 11% em 2015), a publicidade e anúncio (4% em 2011; 2% em 2015) e a editora (2% em 2011 e 2015). Em 2015, também foram incluídos na pesquisa os itens “dicas de professores” (7%) e “redes sociais” (2%). Houve, além disso, a inclusão de uma observação que diz respeito ao nosso objeto de investigação: “O ‘tema ou assunto’ influencia mais a escolha dos adultos e daqueles com escolaridade mais alta, atingindo 45% das menções entre os que têm ensino superior”.⁷² Nesse sentido, o gênero *História, Economia, Política, Filosofia ou Ciências Sociais* consta entre os gêneros mais lidos por 23% dos entrevistados com esse nível de escolaridade.⁷³

É provável, contudo, que mesmo os entrevistados adultos não tivessem ideia da dimensão exercida pela publicidade na escolha de um livro, nem do potencial contido no conjunto de capa e título para tornar o produto atraente. De acordo com a fórmula receitada por Laurentino Gomes, a alta vendagem de um livro (o que pressupõe, portanto, a escolha do leitor-consumidor) não é consequência apenas da linguagem supostamente acessível do texto, mas também da “boa fórmula de capa e título, para atrair o leitor (...), [d]o senso de oportunidade, aproveita[ndo] datas e grandes acontecimentos” e do contato com o leitor, que engendra o marketing boca a boca⁷⁴. Notemos, portanto, o grau de influência das “dicas de outras pessoas” para a escolha de um livro (que resulta no “marketing boca a boca” a que alude Gomes), assim como do “título” e do “tema” (cuja força e relevância podem advir precisamente de uma data comemorativa).

Glezer e Albieri não analisam diretamente os motivos da expansão do número de títulos editados e de exemplares vendidos no Brasil, mas percebem, inspiradas em Chesneaux, que o passado assume “por um lado, a característica de ser objeto de busca de algo mitificado como homogêneo, como contraponto do momento vivido, ou como curiosidade pela diferença e exotismo”, por outro, como algo que deve ser “inserido no mercado de consumo e do lazer cultural”.⁷⁵ Nesse sentido, as autoras observam que as “obras fronteiriças” são editadas, na maior parte das vezes, em meio a “oportunidades

⁷² Ibid., p. 26.

⁷³ Ibid., p. 30.

⁷⁴ G1. Vender um milhão de livros é ‘razoável’, diz autor de ‘1808’ e ‘1822’. São Paulo, publicado em 09/09/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html> Acesso em: 13 mai. 2015.

⁷⁵ GLEZER & ALBIERI, “O campo da história e as ‘obras fronteiriças’”, op. cit., p. 23.

comemorativas” (efemérides) ou a “necessidades de informação e conhecimento de determinado momento”.⁷⁶

Dessa maneira, as professoras citam o livro *A capital da solidão*, de Roberto Pompeu de Toledo, publicado em 2003, quando da comemoração dos 450 anos da cidade de São Paulo. Elas assinalam que o livro do autor funcionou como “reforçador dos mitos de origem”, algo em que resvala a Coleção *Terra Brasilis*, de Eduardo Bueno (Peninha), defensor de que o Brasil produza sua própria mitologia sobre a história.⁷⁷ Explico: para o jornalista gaúcho, a gênese de sua coleção está em suas obsessões pelos livros do autor estadunidense Dee Brown, os quais o levaram a pensar que o confronto entre brancos e indígenas no Brasil havia sido “tão dramático, tão intenso e sanguinolento” quanto aquele que Brown descrevera no caso norte-americano. Assim, ao entrever em episódios violentos de nossa história um potencial mercadológico para seus livros, Bueno escancara sua posição e corrobora o que Chesneaux proferiu em tom de lamento: o passado como produto a ser consumido, seja pelas razões expostas por Glezer e Albieri, seja pela mitologização da história defendida pelo próprio Peninha.

Nesse contexto, as efemérides são instrumentalizadas pelo mercado editorial, criando potencialidades de venda a partir da presentificação e mercantilização do passado. A questão, contudo, não reside em utilizar uma data comemorativa para o lançamento de livros de história que atendam aos imperativos do mercado. A questão reside, antes, nos modos pelos quais o passado é reapropriado, reinterpretado e reelaborado para fins de venda e consumo.

2.2 História como entretenimento, história como conhecimento: o papel dos historiadores e dos jornalistas frente às demandas do público

⁷⁶ Ibid., p. 22.

⁷⁷ “Só que o Brasil, tão pouco afeito a produzir mitologia sobre si próprio, teve a maior corrida de ouro do mundo e onde está o Jack London que registrou isso? E há pouco aconteceu outra em Serra Pelada, quem registrou? Imagina as bandeiras, o que daria de filmes sobre isso? Os bandeirantes tiveram sua atuação 250 anos antes da corrida para o oeste americano, matando e escravizando índios, destruindo missões. (...) Por que o Brasil não produz essa própria mitologia de sua história?”. Entrevista de Eduardo Bueno concedida a Rodrigo Bonaldo, presente na dissertação de mestrado do historiador e também em um artigo publicado na Revista História Oral em 2011. Ver: BONALDO, *Presentismo e presentificação do passado*, op. cit., p. 147. Ver também: BONALDO, Rodrigo Bragio. A narrativa jornalística da história: o passado como produto para o mercado. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 123-144, jan.-jun. 2011.

Em 2010, Rodrigo Bragio Bonaldo defendeu sua dissertação de mestrado em História referente ao fenômeno da narrativa jornalística da história no Brasil. Sua análise centrava-se na Coleção *Terra Brasilis*, do jornalista Eduardo Bueno. Os três primeiros livros da coleção, de um total de sete então previstos, foram lançados nas vésperas dos quinhentos anos do “descobrimento” do Brasil. São eles: *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral* (1998), *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil* (1998) e *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores* (1999). Já o quarto livro da coleção, intitulado *A coroa, a cruz e a espada*, foi lançado em 2006, vinculando a história sobre as origens da corrupção no país aos escândalos do mensalão, que eram, então, explorados *ad nauseam* pela imprensa nativa.

Bonaldo inicia sua dissertação com um questionamento inspirado no historiador francês Michel de Certeau: o que fabrica o jornalista quando escreve sobre história? Para chegar à produção “historiográfica” dos jornalistas, Bonaldo argumenta que o espaço deixado vago pelo historiador acadêmico na escrita da história passou a ser ocupado pelo não acadêmico, o qual optou por fazer uso de uma concepção de história bastante viva no senso comum, a da *historia magistra vitae*. É esse o sentido *resgatado* por Gomes na introdução de seu *1889*: “Caberá aos leitores refletir se deles [*dos momentos mais cruciais do fim da monarquia e do princípio da república*] é possível retirar lições que sejam úteis na edificação do futuro”.⁷⁸ Como assinala Bonaldo,

(...) esse *topos* – seja por sua presença esmagadora num tempo de longa duração, seja por seu caráter simples e pedagógico – possui uma respeitável capacidade de sedução diante dos grandes públicos. Não parece haver nada mais transparente para se definir o papel da história e, de uma só vez, orientar os homens no tempo. O uso de sua fórmula nos dá um senso prático que hoje claramente falta à prosa acadêmica.⁷⁹

Sendo assim, os “historiadores não acadêmicos”, em meio à miríade de identidades sociais, buscaram (i) unificar e simplificar o passado ao formularem “sínteses conceitualmente errôneas” (noção emprestada de Beatriz Sarlo), e (ii) suprir as

⁷⁸ GOMES, Laurentino. *1889* – como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2013, p. 28.

⁷⁹ BONALDO, *Presentismo e presentificação do passado*, op. cit., p. 23.

demandas do público, integradas em uma “economia midiática” (noção emprestada de François Hartog), ao recorrerem “aos exemplos, à aliança com a memória, ao sentido de *continuidade* próprio ao *momento do sujeito que lembra*, ou seja, àquilo que for ‘obviamente relevante para o *tempo presente*’”.⁸⁰ Ou, como anota Beatriz Sarlo, as modalidades não acadêmicas “são versões que se sustentam na esfera pública porque parecem responder plenamente as perguntas sobre o passado”, oferecendo certezas no lugar de hipóteses.⁸¹

Nesse contexto, o anseio mercadológico veio acompanhado de uma rejeição à reflexão teórica, considerada “pernoscidade acadêmica”, conforme entrevista de Peninha concedida a Bonaldo.⁸² O jornalista em questão privilegiou um método próprio em sua “operação historiográfica”: (i) ao alçar o historiador à “autoridade livresca”, ele transformou historiadores em testemunhas, não por terem “visto ou ouvido, mas estudado”; (ii) ao trabalhar com os documentos, ele os percebeu apenas como “objetos historiográficos”, não como “sujeitos de seu tempo, sofrendo ações mnemônicas”.⁸³ Além disso, Bueno estruturou sua “narrativa jornalística da história” combinando os “palavreados estranhos” do passado com o gancho comemorativo do presente. Seus personagens, convertidos em “homens de carne e osso”, tornaram-se, assim, “muito mais próximos ao universo moral dos leitores modernos”.⁸⁴ Como observa Bonaldo, “sem o peso disciplinar de uma ‘debilitante autoconsciência’, [o jornalista] encontrava-se livre para, tão somente, narrar o passado a partir de uma data comemorativa”.⁸⁵ Nesse sentido, o predomínio presentista desse tipo de narrativa implicou conferir à história um tratamento anacrônico, em que passou a vigorar a “*presentificação do passado* através dos valores que lhe são estranhos”.⁸⁶

Em relação ao “presentismo”, vale a pena evocarmos a noção desenvolvida por François Hartog,⁸⁷ que difere daquela empregada por Bonaldo na citação acima, embora

⁸⁰ Grifos do autor. Ibid., p. 26-27.

⁸¹ SARLO, *Tiempo pasado*, op. cit., p. 16.

⁸² BONALDO, *Presentismo e presentificação do passado*, op. cit., p. 41.

⁸³ Ibid., p. 55-58.

⁸⁴ Ibid., p. 73.

⁸⁵ Ibid., p. 95.

⁸⁶ Grifos do autor. Ibid., p. 42.

⁸⁷ 1. HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 2. HARTOG, François. El historiador en un mundo presentista. In: DEVOTO, Fernando

a complemente. Para o francês, o presente sempre foi um “signo distintivo da história” à medida que nos relacionamos com ele para legitimá-lo ou denunciá-lo. No entanto, quando Hartog se refere a “presentismo”, ele se refere especificamente “à força e à imposição da categoria do presente”. Dessa forma, no intuito de compreender essa “experiência contemporânea do tempo”, ele propõe um elemento heurístico: o “regime de historicidade”. Com essa noção, ele pretende interrogar as “diferentes experiências do tempo” (suas crises, suas brechas), quando “justamente a maneira como se articulam passado, presente e futuro deixa de ser evidente”.⁸⁸ Aqui Hartog interpela precisamente os historiadores: questionar-se sobre a “evidência massiva da contemporaneidade” implica interrogar a pressão exercida sobre as ciências sociais para que “respondam melhor e mais rapidamente à ‘demanda social’, à urgência das situações, das emoções”.⁸⁹

Sob essa perspectiva, a prevalência do presente se revela nas “reivindicações e estratégias para reencontrar ou dar-se uma ‘história própria’” – uma história que deve nos “dizer quem somos e, mais ainda, quem *eu* sou hoje”.⁹⁰ Considero que os divulgadores da história no Brasil encontram-se às voltas com essa e outras demandas do público, visando corresponder às expectativas de uma audiência mais ampla a partir de um retorno presentista ao passado.

O historiador Allan Megill, por sua vez, aborda a onipresença do presente de outra forma quando ele analisa os quatro modos de evasão da história (*four ways of evading history*) a partir do “colapso de autoridade da grande narrativa” que havia substituído a narrativa cristã da salvação. O primeiro modo de evasão – o desconhecimento do passado – diz respeito, principalmente, à cultura norte-americana, que percebe o passado como algo morto e enterrado. Nesse caso, o fracasso de pensar a experiência histórica repousaria no “mito verdadeiro” da marcha para o oeste, cuja partida rumo ao novo implicava deixar o que era antigo para trás. Nesse sentido, as partidas – físicas ou geográficas – teriam se convertido, nos tempos atuais, em partidas tecnológicas, conceituais, científicas, políticas, econômicas. Já o segundo modo de evasão refere-se à estética da história, quando os objetos do passado tornam-se objetos a serem

(Org). *Historiadores, ensayistas y gran público*. La historiografía argentina, 1990-2010. Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 15-28.

⁸⁸ HARTOG, “El historiador en un mundo presentista”, *Ibid.*, p. 15-16.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 17.

⁹⁰ Grifos do autor. *Ibid.*, p. 22.

contemplados. Isto é, a aproximação a esses objetos consistiria, sobretudo, em uma aproximação sensorial, não intelectual ou ética. O terceiro modo, por seu turno, é aquele que identifica a história com a memória e a comemoração.⁹¹ Megill vislumbra a relação dessas três atitudes com o passado como atitudes em que se sobressaem o horizonte do presente e a negação da história.

O desconhecimento histórico nega a história ao declarar o conhecimento histórico como sendo irrelevante à vida do presente e do futuro. A estética da história nega a história ao transformá-la de mobília física do passado em belos objetos existentes em um “conjunto” que fundamentalmente não tem nada a ver com história. Em ambos os casos, há uma tentativa de reduzir nossa consciência ao horizonte do presente: no primeiro caso, pela irrelevância declarada de qualquer coisa que não seja *do* presente, e no segundo, pela irrelevância declarada de qualquer coisa que não possa ser belamente apresentada *no* presente. Os mesmos processos funcionam na identificação da história com a memória e a comemoração. Quando a história torna-se simplesmente o que as pessoas lembram ou comemoram, isso equivale a uma redução da história à estrutura de pensamento e ação do presente. A memória nos diz tanto da consciência atual daquele que lembra quanto nos diz do passado. A memória é uma imagem do passado construída por uma subjetividade no presente. Portanto, é ela própria subjetiva, podendo também ser irracional, inconsistente, ilusória e interesseira.⁹²

Por fim, o quarto modo de evasão da história é a tradição, cujo caráter é supraindividual, tendo, pois, “um peso coletivo e uma existência *sobre* os indivíduos”. Nós temos que ser educados na tradição, ou seja, nós temos que aprendê-la, para que “cada pessoa e cada geração possam ativamente apropriar-se [*dela*]”. Curiosamente, esses são os pontos em comum com a história, a qual emergiu como disciplina precisamente quando rompeu com a tradição – no caso, com a tradição religiosa,

⁹¹ MEGILL, *Historical Knowledge, Historical Error*, op. cit., p. 30-35.

⁹² Grifos do autor. “Historical unknowingness negates history by declaring historical knowledge to be irrelevant to the life of the present and future. The aesthesis of history negates history by turning the physical furniture of the past into beautiful objects existing on a “set” that fundamentally has nothing to do with history. In both cases, there is an attempt to reduce our consciousness to the horizon of the present: in the first case, by the declared irrelevance of anything that is not *of* the present, and in the second, by the declared irrelevance of anything that cannot be presented beautifully *in* the present. The same processes are at work in the identification of history with memory and commemoration. When history becomes simply what people remember or commemorate, this amounts to a reduction of history to the framework of present thought and action. Memory tells us as much about the present consciousness of the rememberer as it does about the past. Memory is an image of the past constructed by a subjectivity in the present. It is thus itself subjective; it may also be irrational, inconsistent, deceptive, and self-serving.” Ibid., p. 35.

segundo Megill.⁹³ Por isso, o autor ressalta que precisamos de uma orientação em direção ao passado que nos distancie do presente, pois muita de nossa orientação atual em direção ao passado não faz isso.⁹⁴

Nesse contexto, merecem destaque duas colocações de Bonaldo relativas à obra de Bueno, que nos permitem pensar, em certa medida, a obra de Laurentino Gomes. Uma refere-se à composição da narrativa, cuja “simultaneidade com as demandas do presente” visa à criação de uma ponte com o leitor, baseada na supressão das “mediações conceituais” e na ênfase, por seu turno, nos “sentimentos ou reações típicas de nossa época e de nossa sociedade”.⁹⁵ Outra se refere à atuação do próprio Bueno na elaboração de uma síntese sobre a história colonial do Brasil. Sua seleção e disposição dos acontecimentos tiveram como resultado uma interpretação original daqueles primeiros anos de nossa história.⁹⁶

Nesse sentido, embora Gomes faça uso da “autoridade livresca” do “diplomata, ensaísta, historiador, poeta e acadêmico” Alberto da Costa e Silva como aquele que orientou e revisou cuidadosamente capítulo por capítulo do livro *1822*, foi o próprio jornalista quem elaborou a síntese da história do Brasil daquele período a partir de sua leitura, seleção e interpretação dos acontecimentos. A ênfase nos personagens “iluminados” do passado, como José Bonifácio (“um homem sábio”), d. Leopoldina (“uma princesa triste”) e Lord Cochrane (“um escocês louco por dinheiro”), teve como resultado uma história da independência feita a partir “da ação voluntariosa de homens oniscientes”, da “sorte” e do “acaso”, como assinala Jurandir Malerba.⁹⁷ É certo, porém, que sua interpretação da história e a maneira como o jornalista a conta repercutem positivamente junto ao leitor (se considerarmos os altos índices de vendas do autor).

De qualquer modo, é possível nos questionarmos em que medida a construção narrativa de Gomes, apesar de problemática pela maneira como se orienta em direção ao passado, dá ao leitor o senso prático de orientação no tempo, algo que reivindica a história praticada na academia. Também é possível nos questionarmos em que medida os leitores leigos (não historiadores) aprendem “a elaborar um sentido histórico para

⁹³ Grifos do autor. Ibid., p. 36.

⁹⁴ Ibid., p. 37.

⁹⁵ BONALDO, *Presentismo e presentificação do passado*, op. cit., p. 81.

⁹⁶ Ibid., p. 66.

⁹⁷ MALERBA, “Acadêmicos na berlinda”, op. cit.

sua experiência da evolução temporal de si mesmos e de seu mundo” a partir de um texto historiográfico. Segundo Rüsen, “a especialização decorrente da *cientificização* da história faz com que o produto historiográfico da pesquisa histórica não seja dos mais apropriados aos processos da formação da consciência histórica”.⁹⁸ Nesse sentido, Bonaldo assinala que “a invasão jornalística” pressiona “a urgência de uma virada estética no trabalho do historiador”. Para tanto, o autor vincula essa “virada” à percepção de que, “em uma economia de mercado, a história é um produto”.⁹⁹ Essa conclusão requer uma observação, afinal não se trata simplesmente de exortar o historiador profissional a “expor a complexidade dos dias passados dentro de um formato igualmente adequado à indústria editorial”,¹⁰⁰ sem considerar que os requisitos dessa indústria (com vistas ao lucro, sobretudo) são bastante diversos dos requisitos que o ofício de historiador, *grosso modo*, exigiria (não submetido à demanda do mercado). Por conseguinte, não se trata meramente de corroborar a posição da história sob uma perspectiva reificadora, mas de questionar a relação entre o fetichismo da história e a demanda de seu público a partir das implicações epistemológicas dessa relação. Como ressalta Sarlo, a história acadêmica tem “restrições formais e institucionais, que a tornam mais preocupada com as regras internas [*metodológicas*] do que com a busca de legitimações externas que, se são alcançadas por um historiador acadêmico, podem, inclusive, originar a desconfiança de seus pares”.¹⁰¹ Nesse caso, faltou à autora argentina fundamentar a origem dessa desconfiança.

Sabemos, por exemplo, que nada impede que um jornalista, como Laurentino Gomes, produza uma história popular (ou uma reportagem histórica) *sob as premissas do próprio jornalismo*. Sabemos, do mesmo modo, que o historiador profissional não é necessariamente um bom historiador (sob a perspectiva da história como ciência) quando se dedica aos livros de divulgação. Precisamente aí reside a especificidade da obra de Priore: a historiadora, embora alegue aplicar as “regras do ofício de historiador”, prioriza, afinal, uma narrativa de contorno literário, que, por vezes, resvala para uma perspectiva fatalista ou teleológica da história. Ainda assim, a autora faz uso da legitimidade acadêmica de seus títulos e de sua experiência profissional como forma de

⁹⁸ RÜSEN, *Razão histórica*, op. cit., p. 49.

⁹⁹ BONALDO, *Presentismo e presentificação do passado*, op. cit., p. 121-122.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 120.

¹⁰¹ SARLO, *Tiempo pasado*, op. cit., p. 17.

atestar o “selo de qualidade” de sua obra. Ao mesmo tempo, sua narrativa semiliterária pretensamente assegura ao leitor uma história bem contada.

Ampliando o debate, o historiador Jurandir Malerba publicou um artigo em 2014 sobre *Public History* e seus desdobramentos no mercado editorial brasileiro, dada a proeminência de best-sellers de história no Brasil. Inicialmente, pensando no caso estadunidense, Malerba remeteu as origens do conceito (não a prática, que é anterior) à grande crise de emprego nos Estados Unidos na década de 1970, quando os historiadores passaram a dedicar-se a outras carreiras que não a acadêmica. Para tanto, o autor evocou o historiador Robert Kelley¹⁰², que, em artigo publicado em 1978, definiu a história pública como o “emprego de historiadores e do método histórico fora da academia”.¹⁰³ Malerba tentou compreender a prática da história pública em diferentes países anglófonos, como os Estados Unidos, a Austrália e a Inglaterra, constatando (i) a preocupação da história pública com as audiências (“de modo a facultar ao grande público acesso ao passado”) e (ii) o “treinamento (universitário) especializado” pelo qual passaram tanto os historiadores públicos (“historiadores práticos”, “vulgarizadores da história”) quanto os historiadores profissionais (“historiadores acadêmicos”) em todos esses países.¹⁰⁴

O preâmbulo acerca da formação dos historiadores práticos fora do Brasil serviu para pensar o caso especificamente brasileiro, no qual o autor observa, por um lado, “uma sensível demanda social por história nos mais diversos espaços de formação de opinião fora das universidades”, e, por outro, “uma agressiva produção ‘historiográfica’ que insiste em se autopromover como uma ‘nova história’ – não acadêmica, diferente e superior àquela”.¹⁰⁵ Nesse momento, Malerba adentra na diferença da prática da “história pública” no Brasil e no exterior: enquanto nos países anglófonos, os historiadores públicos têm “treinamento universitário profissional no tratamento dos princípios ou fundamentos da história como ciência”, ele constata que, no Brasil, “a

¹⁰² KELLEY, Robert. Public History: its origins, nature and prospects, *The Public Historian*, 1:1, Autumn 1978, p. 111-120.

¹⁰³ MALERBA, “Acadêmicos na berlinda...”, op. cit., p. 28.

¹⁰⁴ Ibid., p. 30-31.

¹⁰⁵ Ibid., p. 31-32.

perícia narrativa e as articulações mercadológicas parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício”.¹⁰⁶

A crítica do historiador não se dirige aos jornalistas do final dos anos 1980, como “Ruy Castro, Fernando Morais, Zuenir Ventura, Jorge Caldeira e, depois, Elio Gaspari”, que “escreveram uma espécie de ‘jornalismo de época’ de qualidade, na melhor acepção do termo ‘história popular’”.¹⁰⁷ O alvo, em um primeiro momento, é aquela escrita da história “que surgiu no vácuo das ruidosas comemorações do quinto centenário da ‘descoberta’ do Brasil”: ou seja, a Coleção *Terra Brasilis* de Eduardo Bueno.¹⁰⁸ Algumas críticas que Malerba dirige à coleção já foram abordadas e problematizadas por Bonaldo, embora sua crítica seja estendida aos livros de Laurentino Gomes e, principalmente, de Leandro Narloch. Interessa-me agora a ênfase na boa “reportagem histórica” (como a de Elio Gaspari, segundo Ravazzolo e Malerba), até porque não se trata de corroborar “uma contenda de historiadores *versus* jornalistas”, mas de levar em conta “a formação da consciência histórica por meio da disseminação do saber histórico e das instâncias de legitimação desse saber”.¹⁰⁹

Passemos brevemente, portanto, à tese da jornalista e historiadora Ângela Ravazzolo, defendida em 2012. Ela propõe “um debate teórico e uma interpretação da escrita da história protagonizada por jornalistas”, tendo como base os quatro volumes da série *As ilusões armadas*, do jornalista brasileiro Elio Gaspari. Às vésperas dos quarenta anos do golpe militar no Brasil, Gaspari lançou *A ditadura envergonhada* (2002), *A ditadura escancarada* (2002), *A ditadura derrotada* (2003) e *A ditadura encurralada* (2004), todos pela Companhia das Letras.

A partir daí, Ravazzolo assinala inicialmente dois pontos importantes relativos ao tipo de história que os jornalistas, em geral, escrevem, com ênfase em Gaspari, em particular: (i) a história escrita por jornalistas tem como ponto de partida as “práticas jornalísticas da entrevista, da escrita atraente e encadeada, das fontes como elemento preponderante e quase autônomo na organização do argumento (...)”, o que não desqualifica (ii) os quatro volumes de Gaspari, cujo resultado é “uma produção histórica

¹⁰⁶ Ibid., p. 32.

¹⁰⁷ Ibid., p. 33.

¹⁰⁸ Ibid., p. 34.

¹⁰⁹ Ibid., p. 43.

que narra um período fundamental da história do Brasil, mas narra com características únicas porque trouxe a público um ponto de vista peculiar, de um *repórter*".¹¹⁰

A força do argumento da jornalista e historiadora é exatamente este: o lugar social ocupado pelos jornalistas é diferente daquele dos historiadores, logo são as regras do jornalismo que regem a narrativa, não as regras de ofício do historiador *contemporâneo*. Desse modo, o destaque recai precisamente sobre a diferença de método, ainda que existam pontos de convergência entre historiadores e jornalistas. Nesse sentido, Ravazzolo observa que não são apenas os jornalistas que se debruçam sobre eventos e personagens do passado para a escrita de "reportagens históricas", mas também os historiadores convertem as produções jornalísticas "quase sempre em fontes, ainda que fontes parciais", suscitando "importantes debates teóricos em relação a seus próprios limites".¹¹¹ Ou seja, o próprio historiador não pode ignorar as contribuições do jornalismo para a prática da pesquisa, seja o jornal a fonte da pesquisa, seja a prática jornalística um tema para o debate teórico-metodológico que interessa à nossa área.

Vale acrescentar que essa discussão não está circunscrita ao Brasil, à França ou aos países anglófonos, mas também está presente na Argentina. Martha Rodríguez, do *Programa de Investigaciones sobre Historiografía Argentina* (PIHA) da Universidade de Buenos Aires, publicou um artigo sobre o tema em 2010.¹¹² Em seu texto, ela analisa as características dos livros ("ensaios históricos") *Los mitos de la Argentina I*, do historiador Felipe Pigna, publicado em 2004, e *Argentinos I*, do jornalista Jorge Lanata, publicado em 2002. Ela observa que os livros foram publicados na esteira da crise econômica que assolou o país em 2001 e que rapidamente se tornaram *best-sellers*. Em comum entre os livros, há o senso de continuidade entre o passado e o presente nacional: ambos reforçariam a ideia de que "o ontem é igual a hoje", projetando "sobre o passado antagonismos, modos de pensar e de atuar próprios do presente".¹¹³ Além disso, os ensaios não são o resultado de uma pesquisa original sobre o tema a que se

¹¹⁰ RAVAZZOLO, *A escrita da história por jornalistas*, op. cit., p. 17-18.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 57.

¹¹² RODRÍGUEZ, Martha. Los relatos exitosos sobre el pasado y su controversia. Ensayistas, historiadores y gran público, 2001-2006. In: DEVOTO, Fernando (Org). *Historiadores, ensayistas y gran público*. La historiografía argentina, 1990-2010. Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 117-138.

¹¹³ *Ibid.*, p. 128.

propõem discutir, mas, antes, uma espécie de “síntese conceitualmente errônea”¹¹⁴ da história argentina.

Em comum com o caso brasileiro, há também o fato de que a legitimidade desses ensaios históricos advém de seu êxito de vendas, ou seja, do “veredicto do público para o qual [*esses autores*] escrevem”.¹¹⁵ Por seu turno, os historiadores acadêmicos defendem as regras do ofício como modo de garantir a legitimidade do trabalho que desenvolvem. Essas questões podem ser pontuadas nos livros de Priore e de Gomes. Acrescento, contudo, que os autores adotam um método próprio para a consecução de suas obras, seja porque imprimem ao passado características do presente, seja porque recuperam determinadas imagens do passado sem contextualizá-las no presente – em especial, quando são reproduzidas imagens caricatas e pitorescas dos personagens e eventos narrados. Ao potencializarem o caráter da história como entretenimento, os autores desse tipo de obra não deixam de sublinhar seu potencial cognitivo, ainda que, da perspectiva da *história como ciência*, a capacidade de engendrar um conhecimento razoavelmente bem fundamentado sobre a história encontre uma série de limites.

2.3 Os divulgadores da história no Brasil: os casos de Mary Del Priore e Laurentino Gomes

No Brasil, a historiadora Mary Lucy Murray Del Priore (1952-) preferiu dedicar-se à tarefa de divulgar a história, em que pese sua trajetória acadêmica. Coursou o doutorado em História Social na Universidade de São Paulo (USP), realizou o estágio pós-doutoral na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), na França, e lecionou na USP e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), antes de ser professora na Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), em Niterói/RJ. Sua profícua produção de obras voltadas para o grande público denota o sucesso de seu empreendimento, a partir do qual ela exorta outros historiadores. Em um artigo sobre vulgarização da história,¹¹⁶ a autora afirma que o

¹¹⁴ Noção emprestada de Beatriz Sarlo.

¹¹⁵ RODRÍGUEZ, “Los relatos exitosos sobre el pasado y su controversia”, op. cit., p. 134.

¹¹⁶ PRIORE, Mary Del. Vulgarização: outra história para a história. *Revista Expedições: Teoria e História da Historiografia*, v. 5, n. 2, p. 9-20, jul.-dez. 2014.

historiador tem a “febre” do escritor, devendo, pois, “saber contar, fazer reviver os personagens, descrever as paisagens. É isto que dá à história seus atrativos”¹¹⁷.

Muitos dos temas escolhidos pela autora são temas que mexem com o imaginário do leitor contemporâneo: sexo, corpo e episódios da vida privada, em que o destaque é, sobretudo, a mulher. São histórias que divertem, mas que, segundo a autora, também possibilitam a construção de uma “consciência histórica”. Priore não aprofunda o desenvolvimento do conceito, como fazem outros historiadores e filósofos. Por isso, cito o filósofo alemão Hans-Georg Gadamer,¹¹⁸ para quem a consciência histórica é “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”.¹¹⁹ Precisamente a compreensão da “múltipla relatividade de pontos de vista” e a capacidade de nos colocarmos “deliberadamente na perspectiva do outro” implicam ultrapassar nossos preconceitos e “uma tradição fechada em si mesma”. Somente assim podemos pensar “expressamente o horizonte histórico coextensivo à vida que vivemos e seguimos vivendo”.¹²⁰ No caso de Priore, veremos em que medida ela ultrapassa ou não certos preconceitos e se consegue, portanto, construir a “consciência histórica” a que ela se propõe. Por outro lado, se evocarmos Jörn Rüsen, podemos problematizar a relação da obra de Priore com a “consciência histórica” proposta pelo historiador, para quem “a carência humana de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo” é o ponto de partida que surge como “consciência histórica”.¹²¹

Por ora, vale destacar que Priore apela ao “amor” pelo ofício de historiador para fazer uma boa história, ao mesmo tempo em que defende a “rigorosa aplicação das regras do ofício” na adaptação dos gêneros da história a diferentes públicos. Assim, ela convida o historiador a sair da torre de marfim, “para prestar contas à sociedade que o sustenta”, identificando, tal qual Ronaldo Vainfas (citado pela autora), o predomínio de “historiadores monotemáticos” como um dos problemas da “torre de marfim” acadêmica.¹²²

¹¹⁷ Ibid., p. 19.

¹¹⁸ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

¹¹⁹ Ibid., p. 17.

¹²⁰ Ibid., p. 18.

¹²¹ RÜSEN, *Razão histórica*, op. cit., p. 30.

¹²² PRIORE, “Vulgarização: outra história para a história”, op. cit., p. 17-19.

Na contramão desse predomínio, a escritora tem procurado expandir seu repertório temático ao publicar livros de temas tão diversos quanto *Matar para não morrer* (2009), que trata dos meses que antecederam a morte de Euclides da Cunha em 1909; *A história do esporte no Brasil* (2010), que fora organizado em parceria com Victor Andrade de Melo, contemplando desde o período imperial até os dias atuais; e *Do outro lado: a história do sobrenatural e do espiritismo* (2014), que aborda o desenvolvimento do espiritismo e de outros fenômenos populares relacionados ao “mundo dos espíritos” no século XIX. As editoras de seus livros são, em geral, editoras comerciais, como Rocco, Objetiva e Planeta do Brasil. Daí que o destaque na capa de seus livros editados pela Planeta em 2015 foi a vendagem alcançada em produções anteriores: a “autora best-seller” contabilizaria mais de 200 mil livros vendidos.

Contudo, a vendagem de sua obra atestaria para o leitor a qualidade do livro que ele tem em mãos? Talvez em termos narrativos, longe do academicismo que permeia a historiografia em geral. Todavia, parece-me que vincular o sucesso editorial de um autor ao lançamento de outro livro de sua autoria funciona como estratégia comercial “subliminar” do mercado livreiro, o qual busca persuadir novos consumidores por meio do fortalecimento da “comunidade imaginada”¹²³ de leitores, o que significa expandi-la. Trata-se de trabalhar, em certa medida, com a noção de pertencimento – “eu pertencço ao grupo de leitores dos livros de Mary Del Priore” (haja vista o percentual de leitores que escolhem um livro pelo autor), “eu pertencço ao grupo dos leitores de livros de história do Brasil” (haja vista o percentual de leitores que escolhem um livro pelo tema). Pertencer a esse grupo significa dimensionar o papel que a leitura do livro de história desempenha no dia a dia do leitor: seja como “fonte de conhecimento para a vida”, seja como “atividade prazerosa” (para remetermos aos dados do Instituto Pró-Livro), seja como modo de satisfazer suas carências de orientação no tempo (para remetermos a Jörn Rüsen), seja como modo de compreender quem somos hoje. Essa perspectiva é complementada por Laurentino Gomes, o qual observa que “os brasileiros estão olhando o passado em busca de explicações para o país de hoje”, procurando “também se aparelhar mais adequadamente para a construção do futuro”..¹²⁴

¹²³ Noção emprestada de Benedict Anderson.

¹²⁴ GOMES, 1889, op. cit., p. 27.

Sendo Priore um dos poucos nomes dentre os historiadores brasileiros a dedicar-se à tarefa de uma “história popular”, falar de suas obras requer também levar em consideração o papel cada vez mais relevante que os jornalistas têm ocupado nesse espaço. O caso de maior sucesso atualmente no Brasil, em termos editoriais, é o do jornalista já citado, Laurentino Gomes. Ademais, a própria historiadora avaliou positivamente o livro de estreia do autor: “Um livro que se lê com um sorriso nos lábios”.¹²⁵ Esse elogio foi extraído de uma resenha escrita por Mary Del Priore para a revista *Veja*,¹²⁶ publicada pela Editora Abril, na época em que Gomes atuava como diretor-superintendente da referida editora (essa informação consta no próprio texto veiculado pela revista).

Neste momento, ressalto que o tema compartilhado por ambos os autores – a história do Brasil do século XIX (em eventos ou personagens) – me ajudou a selecionar com quais obras da vasta produção de Mary Del Priore (cerca de quarenta livros até o momento, incluindo um romance histórico, *Beije-me onde o sol não alcança*, publicado em 2015) eu iria trabalhar. Ela é citada aqui tanto nas obras de divulgação com as quais trabalho em minha pesquisa (*Condessa de Barral*, 2006; *O Príncipe Maldito*, 2007; *A Carne e o Sangue*, 2012; *O Castelo de Papel*, 2013) quanto em parte de sua produção acadêmica. Vale ressaltar o quanto a historiadora é polivalente, uma vez que, em parceria com a jornalista e também historiadora Márcia Pinna Raspanti, ela mantém um blog atualizado desde meados de 2013, cuja apresentação é a seguinte: “Um espaço destinado a todos aqueles que se interessam pela História do Brasil. Mais do que datas e nomes, o blog vai apresentar ideias, hábitos e maneiras de se relacionar de personagens pertencentes ao passado, ainda presentes em nossa memória”.¹²⁷

Do mesmo modo, a disseminação do interesse pela história de nosso país justificaria, a princípio, a candidatura da ex-professora da USP à cadeira 10 da Academia Brasileira de Letras (ABL) também em 2013.

¹²⁵ Na orelha do segundo livro de Laurentino Gomes, *1822*, havia depoimentos de historiadores, professores e estudantes sobre o primeiro livro do autor, *1808*. Além de Mary Del Priore, valem destacar os depoimentos elogiosos dos historiadores Elias Thomé Saliba (“Uma narrativa sensível e abrangente da história brasileira”) e Jean Marcel Carvalho França (“Uma perspectiva ampla do período, sem deboche ou caricatura”).

¹²⁶ PRIORE, Mary Del. O ano que definiu o Brasil. *Veja*, nº 2025, 12 de setembro de 2007, p. 126-128.

¹²⁷ HISTÓRIA HOJE. Disponível em: www.historiahoje.com Acesso em: 05 ago. 2015.

Desde que deixei a USP, venho lutando para que mais e mais brasileiros leiam e gostem de sua história: da história do Brasil. A ABL é uma instituição de peso nacional e internacional que poderá dar maior visibilidade ao nosso passado, lutar por nossa memória, textos e documentos, fazendo-se mediadora entre a literatura e a história, disciplinas que dialogam. Afinal, como o romance, a história conta. E contando, ela explica.¹²⁸

Decerto, a estratégia utilizada pela escritora para despertar no brasileiro o gosto pela história é focar não apenas em temas específicos, como já apontado aqui, mas também em personagens que possam render uma boa história e, portanto, tornar-se interessantes para o leitor (daí, por exemplo, a ênfase do blog em personagens do passado – ou, no caso dos livros analisados, nos *grandes* personagens do passado). É claro que a seleção e a interpretação dos acontecimentos relacionados à história de vida da princesa Isabel ou de d. Pedro I são uma incumbência da própria historiadora: cabe a ela tornar a biografia de determinados personagens atraente aos olhos do leitor. Como ela mesma afirma, “todas as histórias são boas, na condição de serem bem feitas”.¹²⁹

Discutirei em seguida o que a historiadora possivelmente entende por “uma história bem feita”. Antes, porém, cabe assinalar a entrevista que a autora concedeu à *Revista de História da Biblioteca Nacional* (ou simplesmente *Revista de História*) em 2010, na qual ela afirmava o quanto era importante às editoras que a história fosse *vendável*: “(...) o mercado editorial não vai dar suporte ao prazer de fazer História. Ele vai financiar os livros que tiverem algum potencial de venda. (...) fui aprendendo muito rapidamente que certos temas teriam um público mais amplo do que outros”.¹³⁰ Sim, trata-se, em certa medida, de uma obviedade, corroborada pela pesquisa do Instituto Pró-Livro, em que 65% dos entrevistados em 2011 afirmaram que o *tema* é o fator que mais influencia na escolha do livro. Entretanto, a resposta da autora remete a duas questões menos óbvias e inter-relacionadas: (*i*) a relativa falta de liberdade do historiador não apenas na escolha do tema, mas no próprio modo de conceber e

¹²⁸ CORREIO DO POVO. Onze autores começam a corrida pela cadeira 10 da ABL. Porto Alegre, publicado em 13/02/2013. Disponível em: <http://correiodopovo.com.br/ArteAgenda/?Noticia=488574> Acesso em: 15 mai. 2015.

¹²⁹ PRIORE, “Vulgarização: outra história para a história”, op. cit., p. 18.

¹³⁰ Idem. “Continuamos elegendo bandidos contumazes. O nosso Congresso é um esgoto...”. Entrevista concedida a Rodrigo Elias e Fabiano Vilaça, publicada na *Revista de História* em 04/04/2010. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/mary-del-priori Acesso em: 06 ago. 2015.

escrever a história, que ultrapassa a mera questão da forma/estilo; (ii) a influência do público sobre a obra do historiador.

Em relação ao primeiro ponto, vale trabalhar com as próprias palavras de Priore na *Revista de História*. Quando a escritora voltou a morar no Rio de Janeiro, ela se deparou com o “riquíssimo arquivo” do IHGB. Ali ela vislumbrou “a possibilidade de fazer livros de divulgação”, enfocando o gênero biográfico. Segundo a historiadora, o “detalhe” na biografia possibilita ao leitor “ver aquilo que você está contando”. Entretanto, para trabalhar com o “detalhe”, Priore propõe um método que desliza precisamente no ponto nevrálgico do trabalho do historiador (ou seja, nas regras do ofício que ela diz aplicar): “O escritor deve estar menos interessado em interpretar ou justificar determinados fatos e mais preocupado em recuperar a atmosfera de um período e descrever certos acontecimentos”.¹³¹ É pertinente notar que ela lança mão do termo “escritor”, com o qual me refiro à autora em outros momentos desta tese, para descrever também o papel dela, enquanto historiadora, na escrita biográfica. Seria esta concepção de “história bem feita” que ela, por acaso, tem em mente? Notemos que, a partir do século XIX, com a institucionalização e a profissionalização das disciplinas, temos uma história que renuncia “às lições e às previsões”, que não aconselha nem julga, mas que simplesmente procura “conhecer e compreender”, segundo François Hartog.¹³² Ainda assim, podemos dizer que as quatro tarefas do historiador, elencadas por Allan Megill, ultrapassam as tarefas que Priore designa para o escritor de história.

Descrever algum aspecto da realidade histórica – contar o que foi o caso – é a primeira tarefa. Uma obra em que esse objetivo domina será inevitavelmente ordenada em uma forma narrativa, como definida aqui – isto é, as ações históricas, os acontecimentos, os personagens e os lugares desempenharão (mas em proporções variadas) um papel proeminente no texto. Seguindo a descrição está a *explicação* de algum aspecto da realidade histórica. Se a explicação torna-se a principal preocupação do historiador, a obra, em seu foco em conectar *explanans* e *explanandum*, pode bem divergir de uma forma predominantemente narrativa (ainda que a narrativa acomode explicações). [Na] terceira [tarefa], o historiador afirma que suas descrições e explicações são verdadeiras: caso contrário, nós convencionalmente o consideraríamos como qualquer outra coisa que não um historiador (...). Portanto, o relato histórico tem um terceiro aspecto, que é o do *argumento* ou da

¹³¹ Ibid.

¹³² HARTOG, *Croire en l'histoire*, op. cit., p. 23.

justificativa. (...) Finalmente, um historiador necessariamente *interpreta* o passado, porquanto [*ele*] o vislumbra de uma perspectiva particular do presente e remete sua obra às pessoas no presente e no futuro.¹³³

Nesse sentido, o escritor de história – mesmo que não seja um historiador – não tem como prescindir da interpretação dos “fatos” do passado, uma vez que a “perspectiva particular do presente” permeia sua escrita. Além disso, a própria Mary Del Priore, tendo em conta a operação historiográfica de modo geral, afirma que “quando olhamos o passado, procuramos de alguma maneira construir um sentido, uma verdade. É claro que essa é apenas a verdade possível em cima de determinada combinação de documentos”.¹³⁴ Logo, se os historiadores (sendo biógrafos ou não) procuram “construir um sentido” para o passado, eles não estão mais circunscritos à mera “recuperação da atmosfera de uma época” ou à “descrição de determinados acontecimentos” a que se referia a autora anteriormente. Os documentos “falam” a partir das indagações que o historiador lhe dirige, e essas informações são selecionadas e interpretadas pelo historiador que interroga suas fontes, independentemente de sua pretensão à escrita de uma história “popular”.

Desse modo, não são apenas as fontes que embasarão a pesquisa do historiador, seja ela voltada para o grande público, seja ela destinada ao público acadêmico. De acordo com Rüsen, inspirado em Johann Gustav Droysen, a pesquisa histórica consiste em três operações processuais: a heurística, a crítica e a interpretação. A *heurística* precede o trabalho de pesquisa das fontes ao lançar “as hipóteses de sentido (teoricamente explicáveis) do pensamento histórico” sobre os “testemunhos empíricos do passado”, cujo critério é o “*princípio metódico da plausibilidade explicativa*”.¹³⁵ Já a

¹³³ Grifos do autor. “*Describing* some aspect of historical reality – telling what was the case – is the first task. A work in which this aim dominates will inevitably be ordered in narrative form, as defined here – that is, historical actions, happenings, characters, and settings will play (but in varying proportions) a prominent role in the text. Following on description is the *explaining* of some aspect of historical reality. If explanation becomes the historian’s main concern, the work, in its focus on connecting *explanans* and *explanandum*, may well diverge from a primarily narrative form (although narrative does accommodate explanations). Third, the historian claims that his descriptions and explanations are true: otherwise, we would conventionally regard him as something other than a historian (...). Thus the historical account has a third aspect, that of *argument* or *justification*. (...) Finally, the historian necessarily *interprets* the past, for she both views it from a particular present perspective and addresses her work to people in the present or future.” MEGILL, *Historical Knowledge, Historical Error*, op. cit., p. 97.

¹³⁴ PRIORE, “Continuamos elegendo bandidos contumazes”, op. cit.

¹³⁵ Grifos do autor. RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da UnB, 2007, p. 118; p. 120.

crítica das fontes é “o ponto fulcral da objetividade histórica”, por ser a operação que extrai informações cujo conteúdo é convertido em fatos, sendo dirigida pelo “*princípio metódico da plausibilidade informativa (ou factual)*”.¹³⁶ Quanto à *interpretação*, ela é uma operação “que articula, de modo intersubjetivamente controlável, as informações garantidas pela crítica das fontes sobre o passado humano”, obedecendo, portanto, ao “*princípio metódico da plausibilidade explicativa*”, tal qual a heurística.¹³⁷

A própria pesquisa histórica, porém, insere-se na “*interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico*”, cujo resultado é um sistema dinâmico que transita da vida prática à ciência especializada e vice-versa.¹³⁸ O primeiro fator tem a ver com o “*interesse cognitivo pelo passado*”, decorrente das carências “de orientação da prática humana da vida no tempo”. O segundo fator advém de quando essas carências “são transformadas em interesses precisos no conhecimento histórico”, revestindo “o passado do caráter de ‘história’” justamente pelos “critérios orientadores de sentido” (*ideias*). Já o terceiro fator repousa nos “*métodos da pesquisa empírica*”. Rösen abre, assim, a possibilidade de que aquelas ideias sobre o passado, orientadas por interesses, transformem-se, “mediante pesquisa, em conhecimento empírico”. Por sinal, o conhecimento científico obtido pela pesquisa tem como produto a historiografia. Ou seja, “*as formas de apresentação*”, como quarto fator, “desempenham um papel tão importante quanto o dos métodos” para a pesquisa histórica. Por fim, o quinto fator incorre na “*função de orientação existencial*”, da qual o pensamento histórico se originou. A racionalidade da história como ciência perpassa, assim, as funções de orientação.¹³⁹

No caso de Priore e de Gomes, as formas de apresentação assumem grande relevância em suas produções. É provável, porém, que os leitores dos livros de história busquem, dentre outras coisas, satisfazer suas carências de orientação no tempo mediante a leitura dessas obras. Logo, mesmo que os livros de Priore e de Gomes sejam, em certa medida, problemáticos do *ponto de vista da história como ciência*, eles conseguem capturar no leitor o interesse cognitivo pelo passado.

Já o segundo ponto relaciona-se aos debates de história pública nos Estados Unidos. Em artigo publicado na *The Public Historian* em 2006, os historiadores Katharine

¹³⁶ Grifos do autor. Ibid., p. 123; p. 126.

¹³⁷ Grifos do autor. Ibid., p. 127; p. 130.

¹³⁸ Grifos do autor. RÜSEN, *Razão histórica*, op. cit., p. 35.

¹³⁹ Grifos do autor. Ibid., p. 30-35.

T. Corbett e Howard S. Miller suscitam questões que tocam no âmago da operação historiográfica fora da academia.¹⁴⁰ Quando os autores enfatizam o caráter sempre situacional da história pública, eles se referem ao aspecto dinâmico desse tipo de história, que deve não apenas se adaptar a diferentes públicos, mas deve também ser trabalhada *com* eles. Isso significa dizer que os historiadores devem abrir mão de certo controle intelectual para que a autoridade sobre a história e os diferentes usos do passado seja efetivamente partilhada com o público. Mas o que os autores querem dizer com “partilha de autoridade”?

Porque todos nós utilizamos o passado para ajudar a dar sentido ao presente e para encontrar um significado em nossas vidas, as histórias populares estão mais profundamente enraizadas na cultura do que a versão acadêmica proferida em seminários. Os praticantes profissionais não podem ignorar o passado popular, tampouco evitar que ele seja ouvido, mas, com esforço e sorte, podemos nos unir à conversa em andamento do público. Como outros guardiões dos mitos úteis, somos mediadores entre o passado e o presente, entre a verdade que queremos contar e as verdades que as pessoas querem nos contar.¹⁴¹

É verdade que os historiadores tinham em mente algumas práticas específicas da história pública, como os projetos de história oral. É verdade também que, ao pensar no caso estadunidense, sinto-me impelida a questionar em que medida esta “autoridade partilhada” não reside, antes, em um pretense trabalho conjunto entre história e memória. Como constata François Hartog, a memória é “claramente uma alternativa a uma história (...) que fracassou”, qual seja, “a história dos vencedores, e não das vítimas, dos esquecidos, dos dominados, das minorias, dos colonizados”.¹⁴² No caso dos livros de divulgação no Brasil, não há a intenção de uma “autoridade partilhada”, no sentido dado por Corbett e Miller, mas há, de um lado, uma influência do leitor sobre os autores desses livros (enquanto demanda de um público que se configura como o mercado

¹⁴⁰ CORBETT, Katharine T.; MILLER, Howard S. (Dick). A Shared Inquiry into Shared Inquiry. *The Public Historian: Public History as Reflective Practice*, v. 28, n. 1, p. 15-38, winter 2006.

¹⁴¹ “Because all of us use the past to help make sense of the present and to find meaning in our lives, popular histories are more deeply rooted in the culture than the academic version perfected in learned seminars. Professional practitioners can neither ignore the popular past nor shout it down, but with effort and luck, we can join the public’s ongoing conversation. Like other keepers of the useful myths, we are mediators between the past and the present, between the truth we want to tell and the truths people want to tell us.” Ibid., p. 38.

¹⁴² HARTOG, *Croire en l’histoire*, op. cit., p. 53.

consumidor das obras de divulgação), e, de outro, um apelo à memória por parte do historiador/jornalista como justificativa *explícita* para escrever tais livros. Para Sarlo, “a modalidade não acadêmica [*da história*] (...) escuta os sentidos comuns do presente, atende as crenças de seu público e se orienta em função delas [*dessas crenças*]”.¹⁴³

Para isso, Priore trabalha com uma perspectiva semiliterária da história ao enfocar a vida de determinados personagens. Levando em conta que temos, dentre os leitores de livros em geral, mais mulheres do que homens no Brasil (57% ante 43% em 2011), percebemos o quanto faz sentido escrever um tipo de história que supostamente agradaria ao público feminino. Desse modo, a historiadora pontua: “Seria interessante começarmos a pensar: História para quê, para quem e como”.¹⁴⁴ Nesse sentido, pensar a história implica também repensar o lugar do historiador: para que e para quem o historiador pesquisa e escreve.

No caso de Priore, vale ressaltar não apenas para que ou para quem, mas *como* ela constrói sua narrativa, já que, segundo suas declarações, “*fazer* uma boa história” aproxima-se do ato de “*narrar* bem a história”. Assim, sobressaem-se, em sua escrita biográfica, os recursos estilísticos e formais que muito se aproximam de uma produção literário-históriográfica (incluindo biografias históricas) de décadas passadas, a qual não recalca o “filão poético”.¹⁴⁵ Sua ênfase literária é maior à medida que ela esmiúça, por exemplo, a vida privada de d. Pedro I (1798-1834) e d. Pedro II (1825-1891), pondo em relevo seus casos amorosos, em que as mulheres se tornam as verdadeiras biografadas, e não os homens eminentes. Nesse sentido, Priore não apenas articula o indivíduo ao contexto social e político mais amplo, mas também cai frequentemente na “saborosa recriação dos incidentes do dia a dia”, como fazem outros jornalistas (para lembrarmos Schmidt).

O escritor Alberto Mussa, que redigiu o texto constante na orelha do livro de Priore, elogia precisamente o aspecto literário de sua narrativa, em que “a elegância e a clareza do estilo” possibilita ao leitor “assistir à história”. É como se “os fatos ganha[sse]m cor e movimento – o burburinho das ruas, as cerimônias do paço, as intrigas políticas, expressões de angústia, confissões de amor”. Ao mesmo tempo, toda a

¹⁴³ SARLO, *Tiempo pasado*, op. cit., p. 15.

¹⁴⁴ PRIORE, “Continuamos elegendo bandidos contumazes”, op. cit.

¹⁴⁵ Utilizo a terminologia de Luiz Costa Lima.

vivacidade da história contada pela autora residiria em “fontes primárias e vasta bibliografia” – ou seja, Priore uniria “rigor historiográfico a uma prospecção psicológica profunda, que costumamos encontrar nos grandes romancistas”.¹⁴⁶ As palavras introdutórias de Mussa reforçam, pois, dois aspectos da autora: sua *identidade como escritora*, cuja elegância de estilo na narração da história enfatizaria aspectos psicológicos e emocionais dos personagens, tal qual um romancista, e sua *identidade como historiadora*, que não apenas escreveria bem, mas que teria o amparo das fontes para contar a história. Notemos, contudo, que a autoridade de quem enuncia a qualidade literária e historiográfica da autora e de sua obra advém de um escritor, não de um historiador. Acrescentemos também que o nome de Mussa atestaria, a princípio, as qualidades evocadas, haja vista o reconhecimento literário do próprio escritor.

Concentremo-nos, então, no livro *A carne e o sangue*. Quando a historiadora estrutura seu livro em nove capítulos, ela opta por compor uma narrativa em ordem cronológica, ainda que, eventualmente, recorra a *flashbacks*. Priore narra a história a partir dos festejos relativos à chegada de d. Leopoldina ao Rio de Janeiro em 5 de novembro de 1817. Eis a oportunidade para que a autora descreva brevemente a paisagem – as belezas naturais da cidade, bem como sua sujeira e abandono –, primando, assim, pelo uso de prosopopeias: uma cidade que *se aninha* entre os morros (“Vista do mar, a cidade aninhava-se entre os morros do Castelo e São Bento”); uma costa que *se espreguiça* até o Forte (“A costa, sempre recoberta de vegetação, espreguiçava-se até a bateria do Forte São João”).¹⁴⁷ Eis também a oportunidade para que a historiadora descreva certos tipos que habitavam o Rio de Janeiro (da pequena elite colonial aos escravos e libertos) e a própria família real, começando pela arquiduquesa Maria Leopoldina.

A herdeira dos Habsburgo, que partia da Áustria para casar-se no Brasil, realizando o sonho de conhecer a América, era uma “moça gorda de 20 anos, mãos rechonchudas, pele cor de creme, bochechuda, não era feia nem bonita”.¹⁴⁸ Ante o casamento com o filho de d. João, a jovem “encomendou espartilhos em Paris, cuidou da saúde tomando banhos de água ferruginosa, combateu o início de bócio, que lhe

¹⁴⁶ MUSSA, Alberto. Orelha do livro. In: PRIORE, *A carne e o sangue*, op. cit.

¹⁴⁷ PRIORE, *Ibid.*, p. 9-10.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 12.

engrossava o pescoço (...).¹⁴⁹ Neste primeiro momento, Priore empenha-se em mostrar uma Leopoldina relativamente vaidosa. O destaque, portanto, não é d. Pedro, enaltecido pela noiva enquanto ela admirava um retrato seu: o príncipe era “tão lindo quanto um Adônis, (...) fronte grega, sombreada por cachos castanhos, dois lindos e brilhantes olhos negros”. Impactada pela beleza do futuro marido, a apaixonada Leopoldina arrematava: “(...) ele todo atrai e tem a expressão eu te amo e quero te ver feliz, (...) já estou completamente apaixonada”.¹⁵⁰ Notemos que a construção narrativa da historiadora privilegia a mulher no início e no decorrer da obra: Pedro entra efetivamente em ação à medida que ele se divide entre Leopoldina e Domitila de Castro.

Daí que a “esposa alegre” transforma-se paulatinamente em “princesa triste” ao longo da narrativa. Sua tristeza deve-se tanto aos “problemas políticos do reino” quanto às suas “sucessivas gestações” e, principalmente, ao notório relacionamento extraconjugal do marido¹⁵¹. Priore interpreta que as sucessivas gravidezes de d. Leopoldina (foram nove no total) haviam-na tornado uma “matrona”, e que o contraste de aparência entre ela e o marido havia contribuído para o afastamento conjugal. Segundo a historiadora, se, por um lado, “as maternidades reforçavam sua posição de princesa real”, por outro, “elas apagavam seu frescor juvenil, fazendo dela uma matrona e acentuando as diferenças com o garboso marido”.¹⁵² Priore prefere efetuar uma *livre* associação entre o apagamento do “frescor juvenil” da imperatriz e a bela aparência do marido, como forma de assinalar as mudanças físicas de d. Leopoldina e a indiferença de d. Pedro por ela. Por que esse aspecto da imperatriz é ressaltado na narrativa da autora?

Aponto como resposta uma declaração dada à revista feminina *TPM*, em 2011, na qual Priore afirmava que a mulher brasileira tinha uma obsessão pela aparência, desde a chegada da boneca Barbie ao Brasil ainda na década de 1970. A partir daí, as mulheres teriam ficado obcecadas com o “ideário do *personal trainer*, do *fitness*”, transformando o século XX no século do corpo.¹⁵³ Logo, o destaque concedido à aparência de Leopoldina

¹⁴⁹ Ibid., p. 15.

¹⁵⁰ Ibid, p. 15-16.

¹⁵¹ NASCIMENTO, Cristiane. “A carne e o sangue”. *Revista de História*, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/livros/a-carne-e-o-sangue> Acesso em: 04 jul. 2015.

¹⁵² PRIORE, *A carne e o sangue*, op. cit., p. 72.

¹⁵³ Idem. Historiadora debate Barbie, aborto, erotismo e os mitos que a mulher leva para a cama. *TPM*. Texto de Nina Lemos. Publicado em 18 de julho de 2011. Disponível em: <http://m.revistatpm.uol.com.br/artigo/5044> Acesso em: 19 ago. 2015.

ou de Domitila (além de outras personagens, como a princesa Isabel e a imperatriz Teresa Cristina nos livros *O príncipe maldito* e *Condessa de Barral*) parece ir ao encontro das demandas das possíveis leitoras da autora: a característica presentista de sua obra reside, em certa medida, na construção de uma narrativa que conceda espaço à boa ou má aparência das personagens que a protagonizam, pois esse aspecto faria parte dos anseios de suas leitoras. Por um lado, o padrão de beleza do século XIX, ainda que distinto da atualidade, parece funcionar como demarcador das preferências amorosas de d. Pedro e dos homens em geral daquela época. Por outro, a atenção ao “detalhe” na biografia inclui as características físicas e morais das personagens como modo de reconstituição de um ideário atribuído à sociedade luso-brasileira oitocentista. Além disso, essa é também uma estratégia para cativar e aproximar o leitor contemporâneo desses personagens do passado.

Desse modo, as mudanças na aparência de d. Leopoldina são evocadas novamente no decorrer da narrativa: “Desenhada de costas por Charles Landseer, pintor inglês, Leopoldina parecia um homem ou um saco de batatas”.¹⁵⁴ Neste segundo momento, a autora acentua, então, a diferença da imperatriz com a amante favorita de d. Pedro. Conforme a autora, ele enviava à Domitila “touquinhas de renda e pérolas, pagava-lhe os vestidos feitos pelas *madames* Josefine ou Durocher, as mais famosas modistas do Primeiro Reinado” a fim de vê-la sempre elegante.¹⁵⁵ Os atributos físicos da futura Marquesa de Santos denotam que “não foi difícil amá-la”: “Pele sem marcas, braços roliços, olhar expressivo, mãos e pés pequenos eram então os signos da beleza feminina. Ela os tinha todos. (...) Além do mais, era alegre e gostava de se divertir, como tantas de suas conterrâneas”.¹⁵⁶ A moça pertencente à elite paulista tinha, assim, uma legião de pretendentes, porém, quando iniciou o romance com d. Pedro, ela já era casada.

Notemos que Priore oscila na descrição sobre a “favorita” do imperador. Em um texto publicado na *Revista de História da Biblioteca Nacional* em 2011¹⁵⁷ (portanto, um ano antes da publicação de *A carne e o sangue*), a autora assinala: “Belíssima? Não exatamente. Certo pendor para a gordura, três partos, cicatrizes, um rosto fino e

¹⁵⁴ PRIORE, *A carne e o sangue*, op. cit., p. 122.

¹⁵⁵ Ibid, p. 122.

¹⁵⁶ Ibid, p. 111.

¹⁵⁷ Idem. O indiscreto Demonão. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 231-234. Originalmente publicado como “Traição aprendida no berço real”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 6, nº 64, p. 16-20, jan. 2011.

comprido, aceso pelo olhar moreno”.¹⁵⁸ ¹⁵⁹ A súbita mudança dos parâmetros estéticos utilizados pela historiadora parece, assim, atender a um desejo de compor uma narrativa que crie uma enfática relação de oposição entre as duas personagens femininas da história.

É dessa maneira, pois, que as duas mulheres aparecem não apenas disputando a atenção do mesmo homem, mas também em características físicas e morais marcadamente opostas. A “sacrossanta esposa”, “pudica e religiosa”, prestava-se menos a atender os “apetites do marido” do que a “esplêndida Titília”, que “não poluía o prazer com escrúpulos e orações”. Essa mulher “livre e apaixonada” também “nutria intenções ocultas: ambição, orgulho e desejo de dominação (...)”.¹⁶⁰ Já Carlos Oberacker Jr. assume, por um lado, um tom condenatório ao referir-se a Domitila e ao magnetismo sexual que ela exercia sobre d. Pedro e, por outro, enaltece a postura e o feitio de Leopoldina: “Teria sido para a imperatriz um rebaixamento perante si mesma e perante a sua honra de mulher se tivesse tentado competir nesse campo [*sexual*] com uma mulher de um passado duvidoso”.¹⁶¹ Priore, ao menos, não julga a vida sexual das personagens, tampouco deprecia a “ambição” da amante. Ao contrário, a autora contextualiza as “intenções ocultas” da marquesa: essas seriam as “armas com as quais ela teria que se defender dos obstáculos, amargores e humilhações que costumavam pavimentar as vias transversas percorridas por amásias e concubinas”.¹⁶² Sob esse viés, Domitila é retratada como uma mulher sagaz, astuta e ambiciosa, que não apenas ignorava as normas de uma “sociedade carola”, como também acumulava fortunas imobiliárias graças às terras com que d. Pedro a presenteava. Por conseguinte, “a sensualidade da favorita lembrava a todos o poder que exercia sobre o imperador, a quem sabia distrair e esbulhar”.¹⁶³

Assim, os sentimentos e as características atribuídas a Domitila fazem parte da construção narrativa de sua personalidade, cuja força resulta em tragédia: aos olhos do

¹⁵⁸ Ibid., p. 232.

¹⁵⁹ O excerto também aparece em um livro da autora publicado naquele ano (2011). Ver: PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011, p. 58.

¹⁶⁰ PRIORE, *A carne e o sangue*, op. cit., p. 84.

¹⁶¹ OBERACKER JR., Carlos H. *A Imperatriz Leopoldina*. Sua vida e sua época. Ensaio de uma biografia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 372.

¹⁶² PRIORE, *A carne e o sangue*, op.cit., p. 84.

¹⁶³ Ibid., p. 157.

povo, era a marquesa a culpada pela morte prematura da imperatriz.¹⁶⁴ Nesse contexto, maledicências e ameaças de morte teriam sido dirigidas à amante. Em realidade, os principais personagens desse triângulo amoroso pareceram à mercê das vontades da nobre paulista, segundo a narrativa da historiadora. Não é à toa que Priore exagera a interpretação das motivações que levaram d. Pedro a almejar a independência do Brasil.

No céu de D. Pedro raiava uma conjunção explosiva: era o momento em que a paixão por Domitila associou-se à sede de prestígio que só a independência do Brasil poderia lhe dar. A glória era uma noção muito importante na época: mistura de honra pessoal com conotação militar. (...) Ao fazer a reverência diante do futuro imperador, Domitila teria dito: 'Não é a vós que eu amo, é a vossa glória'.¹⁶⁵

O leitor que se depara com este trecho é levado a crer que “a paixão por Domitila” teria engendrado a independência do Brasil, uma vez que um homem apaixonado ansiaria por mostrar sua honra pessoal e militar perante a mulher amada. A “sede de prestígio” se coadunaria, portanto, com a “sede de amor”. Temos aqui não propriamente uma “licença poética”, mas uma interpretação sem base documental aparente: Priore desemboca em uma leitura romanceada da independência do Brasil ao articular a “noção de glória” da época com a paixão do futuro imperador pela amante. Nesse sentido, a autora eleva Domitila a outro patamar na história no momento em que a coloca como figura-chave de um episódio historicamente crucial para o país.

Por Domitila, “D. Pedro comprometeu suas finanças, ofendeu sua esposa e teve ameaçado o trono do Brasil”. Foi justamente pela gravidade desta ameaça que d. Pedro foi-se afastando da amante. Com a morte da imperatriz, o viúvo iniciou a busca por uma princesa do além-mar para que se tornasse sua esposa, de modo que “o dever do sangue vence[sse] os desejos da carne”.¹⁶⁶ O romance entre d. Pedro e a Marquesa de Santos chegaria, então, ao fim, sendo que a abdicação ao trono brasileiro levaria o ex-imperador de volta para Portugal: o afastamento do casal seria, assim, definitivo. Para chegar até aí, Priore optou por narrar as vicissitudes das vidas amorosas dos personagens: desde as cartas de teor altamente sexual que d. Pedro enviava à Domitila (adentrando, novamente, na “saborosa recriação dos incidentes do dia a dia”, de que falava Schmidt)

¹⁶⁴ Ibid, p. 187.

¹⁶⁵ Ibid, p. 84.

¹⁶⁶ NASCIMENTO, “A carne e o sangue”, op. cit.

até a descrição de pensamentos e sentimentos, como os da jovem imperatriz (acentuando tanto o aspecto literário quanto o aspecto historiográfico de sua narrativa, ao incorrer em passagens que apelam à imaginação, de um lado, e aos documentos, de outro, quando do uso de correspondências para a reconstituição da vida íntima dos personagens).

Por fim, reitero que a construção biográfica de d. Leopoldina (assim como de d. Pedro I e de Domitila de Castro) assenta-se nas expectativas dos leitores de Priore. Para além do tema, que mexe com o imaginário do leitor contemporâneo (já que se trata do triângulo amoroso mais famoso do Brasil oitocentista), há a própria construção narrativa empreendida pela autora, que opõe a princesa imperial à marquesa de Santos não apenas no plano conjugal e afetivo, mas também no plano físico e moral. Decerto, a historiadora alega amparar-se nas fontes para demarcar essa oposição, porém a ênfase dada a determinados aspectos decorre, antes, de uma escolha da própria autora. Além disso, Priore extrapola, em alguma medida, a interpretação dos “fatos”, ao relacionar a proclamação da independência do país à paixão de d. Pedro por Domitila. Assim, sobrepõe-se, em sua narrativa, o embate entre as mulheres que protagonizam o livro, atribuindo-lhes, a partir de episódios da vida *privada* de ambas, relevância política no turbulento cenário nacional de então.

* * *

O jornalista paranaense Laurentino Gomes (1956-) tornou-se conhecido como escritor de livros de história a partir da popular trilogia dos anos emblemáticos da história do Brasil no século XIX, a saber: *1808*, *1822* e *1889*. Desse modo, ele entrelaça a fuga da Corte portuguesa para o Brasil em *1808* – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil (2007),¹⁶⁷ com a independência do país em *1822* – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil,

¹⁶⁷ GOMES, Laurentino. *1808 - como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

um país que tinha tudo para dar errado (2010),¹⁶⁸ até a queda da monarquia e a proclamação da República em 1889 – Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil (2013).¹⁶⁹ Cada ano resultou em um livro com a data estampada na capa, seguido de um subtítulo pilhérico que sobrevaloriza a ação de determinados indivíduos na alteração dos rumos da história do país – ou, precisamente, na fundação do Estado brasileiro.

É interessante notar aquilo que a jornalista Mar de Fontcuberta¹⁷⁰ diz sobre a função dos títulos em um jornal: além de identificar, anunciar e resumir uma notícia, os títulos “despertam o interesse do público e comunicam o mais importante da informação”.¹⁷¹ Nesse sentido, eles exercem uma função semelhante àquela desempenhada na literatura, qual seja: *identificar* a obra, *designar* seu conteúdo e *destacá-lo*.¹⁷²

A saga luso-brasileira é contada a partir de uma linguagem “simples”, para a qual o jornal *O Estado de São Paulo* credita a boa recepção dos livros de Gomes: “(...) Laurentino cultivava o sucesso graças principalmente ao estilo simples da linguagem que adota. Ao partir sempre do princípio de que o leitor não conhece o assunto tratado, ele procura ser didático sem ser chato”.¹⁷³ Os pormenores do didatismo do autor não são tratados pelo jornal, porém é parte do objetivo desta tese analisar como Gomes constrói uma narrativa que seleciona determinados “fatos” históricos e os associa a determinadas figuras e episódios pitorescos. A ênfase na ação de alguns indivíduos é sublinhada pela própria reportagem do Estadão: “Outro recurso que reforça o êxito é a aposta em figuras e não em fatos. Assim, em 1808, o grande personagem foi D. João VI (...). Já em 1822, destacam-se José Bonifácio e a Imperatriz Leopoldina, figuras que auxiliaram decisivamente D. Pedro I (...)”. Gomes reconhece que delineia esses perfis para tornar “a história fascinante” ou, para usar as palavras do jornal, para não ser “chato”:

¹⁶⁸ Idem, 1822, op. cit.

¹⁶⁹ Idem, 1889, op. cit.

¹⁷⁰ FONTCUBERTA, Mar de. *La noticia: pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Paidós, 1993.

¹⁷¹ Ibid., p. 115.

¹⁷² Aqui Fontcuberta usa como referência Francisco Sánchez e Charles Grivel. Ibid., p. 119.

¹⁷³ *O Estado de São Paulo*, em matéria veiculada no dia 27 de dezembro de 2011. Disponível em:

<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,laurentino-gomes-fecha-trilogia-com-1889-imp-815660>

Acesso em: 21 ago. 2015.

(...) o que eu faço é reportagem. Não é nem um almanaque de curiosidades, porque aí o livro seria irrelevante, nem um livro acadêmico, denso, com um mergulho muito profundo. É uma análise com elementos pitorescos, coisas bem-humoradas, perfis de gente de carne e osso, o que torna a história fascinante.¹⁷⁴

Teríamos em Gomes uma prática semelhante à do século XIX, como evidenciam os romances realistas e naturalistas da época, de quando escritores eram também jornalistas? Em realidade, apesar das nuances literárias, um livro-reportagem caracteriza-se pelo aspecto não ficcional (em uma perspectiva não problematizadora, que opõe simplesmente a ficção à realidade), uma vez que “trata de acontecimentos ou de fenômenos reais e utiliza, para sua produção, procedimentos metodológicos inerentes ao campo do jornalismo”.¹⁷⁵

Inspirada em Paul Aubert, Fontcuberta explica como a “história” e o “jornalismo” lidam de modo diferente com o “acontecimento” que embasa os dois campos do saber: o historiador buscaria “uma série de fatos”, como “uma sequência temporalmente ordenada de acontecimentos”, ao passo que o jornalista esperaria encontrar “o fato único”, que seria capaz de “modificar a estrutura de seu entorno”.¹⁷⁶ O livro-reportagem de Gomes transita entre as duas perspectivas acerca do acontecimento tal qual concebido por Aubert e Fontcuberta. Desse modo, enquanto jornalista, o autor paranaense tende a encarar determinados personagens (e não os “fatos” propriamente ditos) como engendradores de uma modificação radical em parte da estrutura da sociedade brasileira oitocentista, porém, enquanto escritor de livros de história, ele centra uma parte de seu relato na contextualização dos acontecimentos, mas não de modo processual, uma vez que ele prima pela narrativa fragmentada, expressa em capítulos autônomos. Atentemos, porém, para o fato de que a descontinuidade da narrativa de Gomes *não* implica uma descontinuidade em relação ao passado, já que sua

¹⁷⁴ “7 Perguntas para Laurentino Gomes”. *História Viva*. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/7_perguntas_para_laurentino_gomes.html Acesso em: 19 ago. 2015.

¹⁷⁵ ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cíntia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. *Rumores*, São Paulo, número 14, volume 7, p. 138-157, julho-dezembro 2013.

¹⁷⁶ FONTCUBERTA, *La noticia*, op. cit., p. 18.

mobilização de julgamentos/sentimentos/emoções opera justamente na relação de continuidade entre o passado e o presente.

Bonaldo fala do “gancho” – do senso de oportunidade que possibilita que uma reportagem seja publicada ou não, ou precisamente que “um tema, usualmente visto como sendo desprovido de ‘interesse público’ seja atualizado no presente”.¹⁷⁷ Com vistas ao mercado editorial, o “gancho” é, pois, a premissa desse tipo de narrativa:

A aparição ou ausência de um gancho jornalístico, como determinação de um lugar, permite ou proíbe. Traduzido ora como o ‘obviamente relevante para o tempo presente’, ora pela interdição econômico-editorial frente a uma má avaliação do mercado, ele parece ser a característica inicial da narrativa jornalística da história.¹⁷⁸

O argumento de Bonaldo tem como suporte as próprias palavras de Laurentino Gomes quando da abertura de seu *1808*. O jornalista refere-se a uma série de especiais históricos que seriam distribuídos com a edição regular da revista *Veja* e que lhe haviam sido encomendados em 1997 por Tales Alvarenga, então diretor de redação da revista. O projeto centrar-se-ia em três acontecimentos: o Descobrimento, o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e a Independência. No entanto, apenas o especial sobre o Descobrimento foi distribuído no ano 2000. De acordo com Gomes, “quanto ao especial sobre D. João VI, Tales decidiu cancelá-lo por falta de ‘gancho’”.¹⁷⁹ Apesar do cancelamento do projeto, o autor manteve sua pesquisa ao longo de dez anos, alegando ler “mais de 150 livros e fontes impressas e eletrônicas sobre o assunto, em lugares tão variados quanto as bibliotecas do acadêmico José Mindlin, em São Paulo, Nacional do Rio de Janeiro, Nacional da Ajuda, em Lisboa, e do Congresso Americano, em Washington”.¹⁸⁰ Neste caso, a vasta pesquisa histórica passou a funcionar como o principal elemento que conferiria legitimidade à obra do jornalista, já que o próprio autor fez questão de ressaltar o extenso material consultado para cada um de seus livros.

Guiado não apenas pela importância dada aos números, o autor acrescenta a qualidade dos livros que ele leu para compor *1889*, escritos por “grandes especialistas no assunto”, como José Murilo de Carvalho, Heitor Lyra, Raimundo Magalhães Júnior e

¹⁷⁷ BONALDO, *Presentismo e presentificação do passado*, op. cit., p. 49.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 49.

¹⁷⁹ GOMES, *1808*, op. cit., p. 13-14.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 14.

Lilia Moritz Schwarcz.¹⁸¹ Isto é, Gomes, enquanto jornalista-compilador, também se apoia nas “autoridades historiográficas”: “o historiador é agora transformado em testemunha, reencontrando-se como autoridade livresca, erudita, não de ter visto ou escutado, mas estudado”.¹⁸²

O primeiro livro de Laurentino Gomes, *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, foi publicado em 2007 pela editora Planeta do Brasil, pertencente ao Grupo Planeta, da Espanha. O grupo espanhol tem tradição de longa data no mercado editorial (desde 1949) e, em 2015, estava entre as seis primeiras lideranças do mundo neste ramo. Já a editora brasileira tem uma história recente – nasceu em 2003 –, mas goza de bastante sucesso em termos mercadológicos, publicando livros de apelo popular, com destaque para os de autoajuda, bem como de autores que são best-sellers, dentre eles, Augusto Cury, Padre Fábio de Melo e, claro, Laurentino Gomes.¹⁸³

O segundo livro do autor, *1822 – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado*, foi publicado pela editora Nova Fronteira em 2010, que havia sido adquirida pelo Grupo Ediouro em 2006. Em 2009, a Ediouro comprou também os passes de Rubem Fonseca e Laurentino Gomes. Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, essa prática assinalava, na década de 1990, o grau de confiabilidade da evolução do mercado de livros no Brasil, com destaque para os adiantamentos polpudos, em que “as quantias pagas aos escritores para começar a escrever um livro” correspondiam “a uma projeção das vendas deste”. Não só: também nos anos 1990 já se apostava em “livros que não foram escritos e cujos autores são novatos, mas novatos com posse de ‘temas quentes’”.¹⁸⁴

¹⁸¹ *O Estado de São Paulo* em matéria veiculada no dia 27 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,laurentino-gomes-fecha-trilogia-com-1889-imp-815660> Acesso em: 21 ago. 2015.

¹⁸² BONALDO, *Presentismo e presentificação do passado*, op. cit., p. 55.

¹⁸³ Disponível em: <http://www.editoraplaneta.com.br/>, <http://www.planeta.es/es/ES/AreasActividad/Editoriales/Grupo-Planeta/Editora-Planeta-do-Brasil.htm> e <http://www.planeta.es/es/ES/Conocenos/Default.htm> Acesso em: 16 ago. 2015.

¹⁸⁴ *Folha de São Paulo* em matérias veiculadas nos dias 1º de abril de 1995 e 25 de julho de 2009, respectivamente: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/01/ilustrada/1.html> e <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2507200910.htm> Acesso em: 17 ago. 2015.

Se, em 2007, quando da publicação de *1808*, Gomes era ainda um novato em posse de um tema com possibilidade de ser comercialmente atraente e de um *know-how* como repórter e editor do jornal *O Estado de São Paulo* e da revista *Veja*, essa situação mudaria consideravelmente três anos depois: o jornalista seria alçado a escritor de sucesso, galardoado com dois prêmios Jabuti logo em seu primeiro livro. Desse modo, a consagração da crítica e os índices impressionantes de vendagem catapultaram o paranaense a outro patamar, corroborado pelo lançamento simultâneo de seu segundo livro em Portugal (pela Porto Editora)¹⁸⁵ e pelos números expressivos que esse livro alcançou no Brasil nos primeiros dias de lançamento. Tanto é que, em matéria veiculada na Folha em 17 de setembro de 2010, já se anunciava que o livro *1822*, lançado no dia cinco daquele mês com tiragem inicial duplicada para duzentas mil cópias, tivera todos os seus exemplares completamente vendidos.¹⁸⁶ E mais: o livro também viria a ser agraciado, em 2011, com dois prêmios Jabuti, tal qual o seu antecessor, nas mesmas categorias: reportagem e livro de não ficção do ano.¹⁸⁷

O terceiro livro do autor, *1889 – Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*, foi publicado pela editora Globo no segundo semestre de 2013. Embalada pelo estrondoso sucesso editorial dos títulos anteriores de Gomes, a Globo Livros havia divulgado em 2012 a intenção de uma tiragem inicial de duzentos mil exemplares – “número recorde na área de história e considerado alto para os padrões brasileiros”. Ainda em 2010, quando do lançamento, em setembro, de seu livro *1822*, Laurentino Gomes havia manifestado interesse em escrever um livro que enfocasse a relevância do ano 1889, assim como sua intenção de aprofundar-se em temas e personagens históricos do século XIX (neste caso, visando à publicação de

¹⁸⁵ Disponível em inglês no sítio eletrônico do autor: <http://www.laurentinogomes.com.br/books-1822.html> Acesso em: 18 ago. 2015.

¹⁸⁶ *Folha de São Paulo* em matéria veiculada no dia 17 de setembro de 2010: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/800638-nova-tiragem-de-1822-deve-chegar-as-livrarias-na-proxima-semana.shtml> Acesso em: 17 ago. 2015.

¹⁸⁷ *O Estado de São Paulo* em matéria veiculada em 02 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,ferreira-gullar-e-laurentino-gomes-levam-premio-jabuti.805811> Acesso em: 18 ago. 2015.

biografias).¹⁸⁸ Esse interesse veio a ser confirmado em 2015, quando o autor anunciou “uma nova tríade de livros” enfocando, desta vez, a temática da escravidão.¹⁸⁹

No *release* da Globo Livros,¹⁹⁰ antes da menção à vendagem dos dois títulos anteriores de Gomes (que somavam mais de 1,5 milhão de exemplares vendidos no Brasil e em Portugal), a submanchete ressaltou o prestígio de que goza o jornalista entre a crítica especializada: “Com *1889*, o premiado jornalista e escritor, vencedor de quatro Jabutis, completa a trilogia sobre a História do Brasil iniciada com *1808* e *1822*”. É certo que a vinculação com os livros que precederam *1889* gera uma expectativa positiva no potencial comprador, pois configura a ideia de encerramento de um ciclo de histórias bem contadas. A menção aos prêmios recebidos por Gomes antecede a menção à conclusão da trilogia, como se a sequência preparasse o leitor para uma recepção positiva ao último livro do autor. Curiosamente, Gomes viria a ser agraciado com mais dois prêmios Jabuti pelo seu *1889*, novamente nas categorias de livro-reportagem e livro do ano de não ficção.

Ainda no referido *release*, há informações que potencializam o aspecto supostamente inovador do livro, enfatizando o fato de que Gomes vai além do que “reza a história oficial”, pois, segundo o texto de divulgação, ele “desmistifica o papel desempenhado por alguns dos principais nomes relacionados à mudança de regime político”. Além disso, o trunfo de *1889* parece repousar na combinação que tem grande apelo junto ao público leitor: “a linguagem e a mesma fórmula editorial” dos livros que o precederam. Assim, o livro é vendido como “uma grande reportagem, na qual o autor combina análises mais profundas a respeito do tema com detalhes pitorescos, bem humorados e surpreendentes dos personagens e acontecimentos desse período”.¹⁹¹ Esse

¹⁸⁸ *Folha de São Paulo* em matérias veiculadas nos dias 20 de setembro de 2010 e 25 de maio de 2012, respectivamente: <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2010/09/801803-com-nova-tiragem-nas-livrarias-autor-de-1822-conta-sobre-seus-projetos.shtml> e <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2012/05/1095386-laurentino-gomes-fecha-com-editora-globo.shtml> Acesso em: 17 ago. 2015.

¹⁸⁹ Laurentino Gomes anuncia trilogia sobre escravidão. *Veja*, 11 de maio de 2015. Disponível em: veja.abril.com.br/blog/meus-livros/literatura-nacional/laurentino-gomes-anuncia-trilogia-sobre-escravidao/ Acesso em: 23 nov. 2015.

¹⁹⁰ Em linhas gerais, o *release* é um texto que traz informações sobre o produto a ser vendido, sendo elaborado por uma assessoria de imprensa para que os veículos de comunicação tomem conhecimento do produto.

¹⁹¹ Release. Disponível em: http://editoraglobo.globo.com/globolivros/laurentino_gomes/files/1889_release-final.pdf Acesso em: 18 ago. 2015.

gosto pelo “pitoresco” perpassa a trilogia, e se torna o carro-chefe da “narrativa jornalística da história” que Gomes escreve, respaldado pelo (questionável) empreendimento de “análises mais profundas” combinado com a pesquisa que as embasa.

Concentremo-nos, porém, no segundo livro do autor, *1822*. A arquiduquesa Maria Leopoldina recebe a alcunha de “princesa triste” tanto em *1822* quanto em *A carne e o sangue*. Contudo, contrariamente à biografia romanceada de Priore, o destaque em Gomes não é a biografia dos personagens envolvidos na história da independência do país, ainda que eles sejam os protagonistas dos eventos que culminaram na independência, conforme o autor. Para tanto, Gomes destaca três personagens que teriam sido decisivos para que d. Pedro conseguisse “criar” o Brasil, de acordo com o próprio subtítulo do livro. São eles: José Bonifácio (“um homem sábio”), d. Leopoldina (“uma princesa triste”) e Lord Cochrane (“um escocês louco por dinheiro”). Com a ajuda desses personagens, d. Pedro não apenas “cria” o Brasil, mas também assume o protagonismo na condução da história luso-brasileira. Nesse sentido, a crença de que indivíduos “iluminados” seriam capazes de mudar os rumos da história assemelha-se àquela perspectiva do final do oitocentos, quando se considerava o “gênio” como “a única e verdadeira causa da mudança social”.¹⁹² Essa é a fórmula utilizada por Gomes nos subtítulos de seus três livros, que passou a ser adotada por outros autores, como o jornalista Thales Guaracy.¹⁹³

As interpretações sobre o processo que levou à independência do país serão abordadas adiante. Neste momento, porém, a ênfase será dada à construção biográfica de d. Leopoldina, mesmo que Gomes dedique apenas um capítulo exclusivamente à princesa (p. 127-141). Notemos que *1822* é composto por 22 capítulos concisos, que vão desde as diferentes versões acerca do famoso grito proferido por d. Pedro, “Independência ou morte” (“O Grito”), até o lugar possivelmente ocupado por Domitila

¹⁹² Vide William James, em 1880, mas também Wilhelm Dilthey, que considerava que a faculdade teleológica apenas se revelava plenamente no grande homem. LORIGA, Sábina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 41; p. 132.

¹⁹³ Fora isso, temos o elogio de Gomes ao livro de Guaracy na capa de *A conquista do Brasil*. Ali se vincula o nome do jornalista paranaense ao seu primeiro livro, *1808*. Ambos os livros foram publicados pela editora Planeta (ainda que as edições atuais de *1808* sejam publicadas pela Globo Livros). Ver: GUARACY, Thales. *A conquista do Brasil: 1500-1600*. Como um caçador de homens, um padre gago e um exército exterminador transformaram a terra inóspita dos primeiros viajantes no maior país da América Latina. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

de Castro na história política do período (“A marquesa”). Em linhas gerais, é possível ler os capítulos fora da ordem em que estão dispostos (neste livro especificamente, não é sequer atribuída uma numeração aos capítulos), pois sua sequência não evidencia “o complexo processo que levou à emancipação política do Brasil”: para Malerba, o autor simplesmente abandona “qualquer tentativa de enfeixar quaisquer conjuntos de elementos para a explicação do ‘1822’”.¹⁹⁴ Em realidade, são os episódios pitorescos (documentados ou não) que dão “sabor” à história sobre a independência contada pelo jornalista, o que exclui dessa versão uma análise razoavelmente profunda sobre as vicissitudes políticas do período. Isso não significa dizer, contudo, que o jornalista não procure explicitar o contexto mais amplo no qual a história da independência estava inserida. No capítulo “O vendaval” (p. 43-54), o autor aborda, ainda que brevemente, “a maré das inovações na Europa e nos Estados Unidos [que] chegaria com algum atraso ao Brasil”.¹⁹⁵

Mas voltemos à d. Leopoldina. Gomes inicia o capítulo “A princesa triste” destacando precisamente o aspecto físico da imperatriz: ela “tinha tudo o que o marido, D. Pedro I, valorizava numa mulher, menos o fundamental: beleza e sensualidade”.¹⁹⁶ A falta de beleza de d. Leopoldina é recorrente no livro *As maluquices do imperador*, de Paulo Setúbal,¹⁹⁷ uma das fontes de Gomes para 1822. Setúbal constrói uma narrativa que responsabiliza a “feiura” da princesa pela falta de amor do príncipe. Segundo o autor, aos olhos de d. Pedro, “surge-lhe uma criatura sem encantos e sem feitiços, D. Leopoldina era feia! E por isso, só por isso, a filha de Francisco I não teve nunca a boa fortuna de seduzir o coração do príncipe”.¹⁹⁸ Assim, apesar de Gomes citar a boa educação e as boas maneiras da “intelectual e virtuosa Leopoldina”, responsável por trazer ao Brasil uma grande expedição científica composta por botânicos como Johann Baptist von Spix e Karl Philipp von Martius,¹⁹⁹ importa ao autor ressaltar que a princesa

¹⁹⁴ MALERBA, “Acadêmicos na berlinda”, op. cit., p. 37.

¹⁹⁵ GOMES, 1822, op. cit., p. 50.

¹⁹⁶ Ibid., p. 127.

¹⁹⁷ SETÚBAL, Paulo. *As maluquices do imperador*. 14 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1993.

¹⁹⁸ Ibid., p. 64.

¹⁹⁹ Sobre esse episódio, as obras de Tobias Monteiro (1927) e de Pedro Calmon (1933), relegando à mulher um papel decorativo (valorizando a formosura em detrimento do intelecto), assinalam o quanto o gesto de d. Leopoldina não se coadunava com aquilo que d. Pedro teria esperado de uma mulher. Monteiro menciona o fato de que Leopoldina teria sido iludida por Marialva, o responsável por arranjar o casamento entre a arquiduquesa austríaca e o príncipe português: “(...) Leopoldina perguntou quais os

era “rechonchuda e desleixada com as roupas e o corpo”.²⁰⁰ É essa a explicação encontrada por Setúbal, quando ele destaca que d. Pedro amou várias mulheres, menos a esposa, simplesmente porque “D. Leopoldina não foi hábil. Não teve a astúcia de se fazer amar: preocupou-se muito pouco em ser mulher. Desleixou sempre a arte de seduzir pela graça”.²⁰¹ Oras, do ponto de vista de Setúbal, a infidelidade contumaz do príncipe e a paixão avassaladora que sentiu por Domitila teriam decorrido, portanto, da mera incapacidade de Leopoldina de seduzir o marido! Nesse sentido, d. Pedro é eximido de quaisquer responsabilidades sobre as consequências de seus atos em relação à esposa, em especial sobre seus reiterados e notórios relacionamentos (e filhos) extraconjugais.

Gomes, em certa medida, reforça esse ponto de vista. Ao referir-se à sequência de “gravidez e parto” da imperatriz, ele afirma que “a princesa de olhos muito azuis e pele rosada que chegou ao Brasil em 1817 virou uma matrona”. Ele ainda acrescenta que “por comodidade, [d. Leopoldina] não usava colete ou espartilho”, o que deixava “à mostra o corpo flácido e as curvas exageradas”. Essa descrição da aparência física da jovem austríaca encontra seu ápice algumas linhas depois, quando as palavras do jornalista apontam para a consequência desse “relaxamento estético”: “À medida que Leopoldina engordava e descuidava da aparência, D. Pedro ia se tornando mais abusado nas aventuras extraconjugais. O que antes era dissimulado, logo se tornou público”.²⁰² Com essa afirmação, cuja lógica não é muito diferente da de Setúbal, conclui-se, afinal, que recaía sobre d. Leopoldina a infidelidade pública de d. Pedro! De modo análogo,

estudos prediletos de D. Pedro, e como conhecesse quais os dela, sem titubear, e só para lisonjeá-la, respondeu Marialva que a despeito de muito aplicado aos mais convenientes à ilustração de um príncipe, D. Pedro tinha uma grande inclinação pelas ciências naturais. Era o primeiro engano a que a sujeitavam, pois logo, muito agradada da notícia, prometeu levar ao noivo preciosa coleção de minerais da Europa e também profusão de plantas vivas para serem aclimadas no Brasil”. D. Pedro, contudo, teria esperado que a mulher lhe trouxesse “indícios de graça feminina, prendas essenciais aos ardores da sua juventude, para compensá-lo de ver-se privado da sonhada beleza”. Calmon, do mesmo modo, assinala que “Maria Leopoldina não era feia como a rainha de Portugal, igualava-a em cultura, senão em inteligência, mas era a antítese do ideal que o príncipe acariciara. Ao invés de uma mulher – mulher, lhe impingiram uma universitária por esposa. Talvez ele sonhasse com a sua eleita seguida de costureiros franceses, perfumistas célebres, professores de dança, que formavam o mimoso cortejo das princesas formosas; e D. Leopoldina saltou no Rio de Janeiro com duas missões de naturalistas. Confessou logo a sua preferência pela mineralogia. Era louca também por insetos. Gostava de fazer um museu de lepidópteros...”. Grafia atualizada por mim. Ver: MONTEIRO, Tobias. *História do império: a elaboração da independência*. Tomo 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 183-184. Ver também: CALMON, Pedro. *O Rei Cavalleiro*. A vida de D. Pedro I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933, p. 50.

²⁰⁰ GOMES, 1822, op. cit., p. 127.

²⁰¹ SETÚBAL, *As maluquices do imperador*, op. cit., p. 64.

²⁰² GOMES, 1822, op. cit., p. 135.

Mary Del Priore responsabilizará a imperatriz – sua suposta falta de beleza e seu pudor sexual – pelas atitudes do marido: “Por Leopoldina mostrar-se *incapaz*, D. Pedro deu à favorita [*Domitila*] um papel que, em outra situação, deveria ser da imperatriz”.²⁰³ Temos aqui não apenas uma perspectiva *machista* da relação, mas também a sobrevalorização de um aspecto que parece atender à obsessão contemporânea pela beleza, em especial pela imposição de determinado padrão de beleza feminino, em que a magreza se sobressai, *nos dias atuais*, como critério diferenciador do que é belo ou não.²⁰⁴ Nesse caso, teria faltado a Gomes (ou mesmo à autora de *A carne e o sangue*) “senso histórico” no sentido proferido por Gadamer? Isto é, “ter senso histórico é superar de modo consequente a ingenuidade natural que nos leva a julgar o passado pelas medidas supostamente evidentes de nossa vida atual, adotando a perspectiva de nossas instituições, de nossos valores e verdades adquiridos”.²⁰⁵ Aparentemente, não é a “ingenuidade natural” que leva os autores a adotar a perspectiva do presente e a reabilitar os “clássicos historiográficos” para julgar o passado, mas a vontade de atender as expectativas e os preconceitos de seu público leitor contemporâneo.

Com isso, o jornalista, ao amparar-se na “autoridade livresca” de Alberto Rangel,²⁰⁶ Rocha Martins e Octávio Tarquínio de Sousa (os autores que põem em relevo o “desleixo” de Leopoldina), deixa de tecer uma leitura crítica da bibliografia consultada para dar lugar a uma construção problemática da figura feminina. Decerto, o intento de iniciar o capítulo apelando aos atributos físicos da princesa teve como base o recurso ao “pitoresco”, que encontraria, por sua vez, um suposto amparo nas fontes literário-historiográficas. Desse modo, a estratégia para despertar o interesse do leitor advém menos da contribuição política de Leopoldina do que da esfera privada de sua vida – começando por sua falta de beleza e de vaidade, da qual decorreria sua infelicidade na vida conjugal, como parece sugerir o autor.

²⁰³ Grifos meus. PRIORE, *A carne e o sangue*, op. cit., p. 155.

²⁰⁴ De acordo com Carlos Oberacker Jr., inspirado em Gilberto Freyre, o padrão de beleza feminina tanto no Brasil colônia quanto no império era o da mulher gorda: “A corpulência que, como mencionamos, também D. Domitila possuía, não deve ter prejudicado D. Leopoldina aos olhos do marido (...)”. OBERACKER JR., *A Imperatriz Leopoldina*, op. cit., p. 355.

²⁰⁵ GADAMER, *O problema da consciência histórica*, op. cit., p. 18.

²⁰⁶ Em que pese a perspectiva laudatória de Oberacker Jr. em relação à d. Leopoldina, é pertinente sua suspeição sobre o retrato esboçado por Alberto Rangel, o qual “ajuntou e exagerou todos os dados desfavoráveis que encontrara para forjar um retrato em que a pessoa da imperatriz aparece[sse] em seu todo completamente desfigurada”. Esses exageros teriam servido para “explicar certas incongruências do casal” imperial. OBERACKER JR., *A Imperatriz Leopoldina*, op. cit., p. 356.

Por outro lado, Gomes pondera que “as princesas eram preparadas de forma metódica para servir ao Estado, o que significava engravidar e parir a prole mais numerosa e saudável possível para seus futuros maridos, príncipes, reis e imperadores”.²⁰⁷ Logo, cabia à d. Leopoldina um papel bem delimitado no matrimônio com d. Pedro – papel esse reforçado pelo tipo de educação que a jovem recebera: uma educação que “procurava anular qualquer desejo que não se enquadrasse nos seus objetivos oficiais”. Como acrescenta Gomes, “nessa função, amor e felicidade no casamento eram coisas acessórias”, daí que, enquanto princesa real, d. Leopoldina cumpria o que era essencial ao papel que lhe fora designado.²⁰⁸

É certo, porém, que o papel de d. Leopoldina não se restringiu àquele que Gomes retratou. Se pontuarmos outras evocações da imperatriz em diferentes períodos da história, notamos que, dependendo da época e do lugar onde se enunciam suas qualidades, surge-nos uma Leopoldina bastante diferente. Em uma oração fúnebre de 05 de abril de 1827, temos uma recém-falecida reverenciada pelo “recato” e pela “modéstia” como “ornamento do seu delicado sexo”.²⁰⁹ Já nas comemorações do bicentenário de seu nascimento, temos a lembrança de sua contribuição, quando da independência do Brasil, “para consolidar uma solução política equidistante do jacobinismo republicano e do conservadorismo da Santa Aliança, a monarquia constitucional”.²¹⁰ Em realidade, a herdeira dos Habsburgo havia sido uma grande defensora da monarquia absolutista, portanto sua opção pela emancipação política do Brasil deveria ser vista sob outro prisma: o “da rejeição de uma Europa na qual sopravam aqueles ventos reformistas dos quais discordava”.²¹¹ Gomes não desenvolve os possíveis motivos pelos quais Leopoldina adotou “um discurso mais liberal a favor da

²⁰⁷ GOMES, 1822, op. cit., p. 129.

²⁰⁸ Ibid., p. 129.

²⁰⁹ Oração Fúnebre da Primeira Imperatriz do Brasil a senhora D. Maria Leopoldina nas solenes exequias, que mandou celebrar o governo da província da Paraíba do Norte no dia 5 de abril de 1827. Pronunciada por José Antonio Lopes da Silveira coadjutor da freguesia da mesma cidade. In: *Publicações do Arquivo Nacional*. A Imperatriz Maria Leopoldina. Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de dezembro de 1826. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1926, p. 69.

²¹⁰ WEHLING, Arno. De princesa real a imperatriz: uma união, diversos significados. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DA IMPERATRIZ D. LEOPOLDINA. 1797-1997. *Exposição Imperatriz D. Leopoldina: testemunhos de vida e atuação*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997, p. 7.

²¹¹ BOJADSEN, Angel. Apresentação – O Projeto Leopoldina. In: *D. Leopoldina – cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 11.

causa brasileira”. Ele apenas pontua que foi a princesa “quem convenceu José Bonifácio a aceitar a nomeação para o ministério em janeiro de 1821” e que, do ponto de vista formal, “a Independência foi feita por Leopoldina e Bonifácio”, já que foi ela quem assinou a declaração de independência redigida pelo ministro.²¹²

É verdade que o papel político da princesa havia sido ressaltado no subtítulo do livro *1822*, porém o capítulo dedicado à Leopoldina pouco fala sobre isso. Sabemos que “Leopoldina se empenhou a fundo no reconhecimento da autonomia do novo país pelas cortes europeias, escrevendo cartas ao pai, imperador da Áustria, e ao sogro, rei de Portugal”.²¹³ Contudo, exceto a rápida lembrança de seu empenho no espectro político, é a sua vida privada que ganha destaque no capítulo, inclusive seu endividamento no final da vida, provável consequência de suas “escassas noções de economia doméstica” e de seus gastos exacerbados frente aos cofres vazios da Corte.²¹⁴ Assim, após evocar alguns incidentes do dia a dia de Leopoldina, Gomes conclui o capítulo reforçando a alcunha da “princesa triste” ao citar sua última carta à irmã: “Reduzida ao mais deplorável estado de saúde e tendo chegado ao último ponto da minha vida em meio aos maiores sofrimentos...”.²¹⁵

É mister notarmos aí o papel que Domitila exerce na narrativa quando ela interfere não apenas na vida de Leopoldina, mas também em seu leito de morte. Precisamente nas últimas linhas que fecham o capítulo, a marquesa de Santos é evocada, “apontada como culpada pelo sofrimento da imperatriz”, daí o fato de sua casa ter sido apedrejada após a morte da esposa de d. Pedro, ocorrida em 11 de dezembro de 1826.²¹⁶ Aqui está em jogo uma construção narrativa que reforça, de um lado, a estigmatização da marquesa (e a relativa condescendência com os atos do imperador) e, de outro, a perpetuação da imagem de uma Leopoldina sofredora – feia, porém virtuosa.

Também no capítulo dedicado à “favorita” de d. Pedro, “A marquesa” (p. 263-278), Gomes opta por destacar, nas linhas iniciais, sua compleição física. Para o autor, o retrato de Domitila pintado por Francisco Pedro do Amaral mostra um conjunto que “não chega a ser belo nem sensual, mas revela uma pessoa altiva, insinuante e

²¹² GOMES, *1822*, op. cit., p. 136.

²¹³ *Ibid.*, p. 136.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 137.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 140.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 140.

determinada”.²¹⁷ Mais uma vez, o jornalista não apenas “analisa” os contornos da marquesa tendo como referência os conceitos e os padrões da atualidade, como também não problematiza o fato de que uma representação pictórica é precisamente uma *representação*.

Notemos que a relevância atribuída à aparência de d. Leopoldina e de Domitila de Castro não se estende às figuras masculinas, como d. Pedro e José Bonifácio. Nas primeiras linhas do capítulo “D. Pedro I” (p. 111-123), Gomes opta pelo uso de metáforas celestiais para qualificar a breve existência do filho de d. João e de d. Carlota Joaquina: “um meteoro que cruzou os céus da História numa noite turbulenta”.²¹⁸ Longe de adentrarmos nos pormenores do papel político desempenhado pelo jovem português entre os anos 1822 e 1831, ressaltamos o modo entusiasmado pelo qual o jornalista sintetiza a biografia de nosso primeiro imperador: um “rei que lutou contra tudo e contra todos, fez a independência de um país, reconquistou outro nos campos de batalha, esforçou-se para modernizar as leis e as sociedades que governou, amou muitas mulheres, dedicou-se à política com paixão, foi bom soldado e chefe carismático, viveu à frente do seu tempo e morreu cedo”.²¹⁹

Da mesma forma, temos um José Bonifácio que, aos 56 anos, queria voltar de Portugal para o Brasil apenas porque desejava “morrer em paz ao lado de seus familiares” após ter levado uma vida memorável na Europa. É “o homem sábio” que dá título ao capítulo (p. 145-157) precisamente porque Bonifácio viria a ser “o principal conselheiro do príncipe regente e futuro imperador” em “um momento crucial para a construção do Brasil”.²²⁰ Desse modo, enquanto o papel político desempenhado pelo “Patriarca da Independência” ocupa a totalidade das páginas dedicadas a ele; enquanto a liderança política de d. Pedro juntamente com alguns episódios pitorescos de sua vida privada (com destaque aos seus amores e galanteios, narrados de forma bem humorada por Gomes) são o fio condutor do capítulo dedicado ao imperador, temos no livro papéis menos elogiosos delegados às mulheres: uma “princesa triste” para d. Leopoldina, e uma paixão capaz de comprometer “a imagem de d. Pedro e o próprio desfecho do Primeiro

²¹⁷ Ibid., p. 263.

²¹⁸ Ibid., p. 111.

²¹⁹ Ibid., p. 112.

²²⁰ Ibid., p. 146.

Reinado” para Domitila.²²¹ Além do “sofrimento” da imperatriz e da “insídia” da marquesa, notamos que o papel atribuído às duas mulheres associa seus atributos físicos à sua capacidade (ou incapacidade) de “seduzir”, afinal, “o coração do príncipe”.

Por seu turno, o historiador Clóvis Bulcão propõe uma leitura diferente daquela empreendida por Gomes para retratar d. Leopoldina.²²² É verdade que Bulcão chega a citar “o pesquisador Laurentino Gomes” quando se refere brevemente às características físicas da princesa austríaca, além de lançar mão do *pitresco* para ambientar o leitor na intimidade da família real (como o apetite sexual de d. Pedro, que teria “puxado” a mãe, d. Carlota Joaquina). No entanto, prevalece em sua narrativa um tom elogioso a nossa primeira imperatriz. Bulcão não apenas ressalta a família poderosa à qual ela pertencia, os Habsburgo, mas também o primor de sua educação, a qual “foi tão boa que, aos 18 anos, Leopoldina acompanhou atenta o Congresso de Viena, em 1815”. A partir daí, o historiador tece uma narrativa de *contrastos* entre Leopoldina e Pedro: a jovem de “tantos predicados”, educada na Corte austríaca, fora enviada para “uma das regiões mais pestilentas e remotas do mundo” devido ao matrimônio com o herdeiro do trono de Portugal, o qual “gastava mais tempo nas cocheiras da Real Quinta da Boa Vista do que com os estudos”.²²³

Do mesmo modo, Bulcão ressalta a firmeza demonstrada pela jovem em sua defesa pela independência do Brasil ante um d. Pedro hesitante: ela “tinha claro que a única chance dos Bragança de manter o Brasil longe de uma hipotética ‘revolução democrática e republicana’ seria a separação [de Portugal]”.²²⁴ Logo, o historiador destaca a importância do papel político desempenhado por d. Leopoldina – desde quando ela veio a estabelecer-se em “local tão exótico” para “atender aos interesses da Áustria” até sua posição contrária à recolonização do Brasil, advogando pela independência. Ao mesmo tempo, ele adentra nos episódios da vida conjugal do casal real, destacando, por um lado, que “D. Pedro nunca poupou a esposa. Foram muitos os momentos desagradáveis que Leopoldina teve que aturar”, mas evitando, por outro, criticar “a brejeirice de Domitila”. Nas linhas finais de seu breve texto, Bulcão arremata

²²¹ Ibid., p. 265.

²²² BULCÃO, Clóvis. “Leopoldina, a austríaca que amou o Brasil”. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 235-243.

²²³ Ibid., p. 236.

²²⁴ Ibid., p. 240.

que parte do “drama de nossa primeira imperatriz” não recebeu o devido destaque precisamente por conta da “visão machista de nossa sociedade” sobre a qual argumentei aqui.²²⁵ Gomes e mesmo Priore (a qual defenderia, a princípio, um discurso progressista de gênero) reforçam, afinal, essa percepção quando da construção e condução de suas narrativas.

2.4 Versões populares da história da independência do Brasil

Data de 1927 o livro *História do império: a elaboração da independência*, de Tobias Monteiro (1866-1952). Nele, o autor narra, de forma burlesca, o estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro; traça um perfil enviesado de d. João VI, d. Carlota Joaquina, d. Leopoldina e d. Pedro I; tece considerações morais e psicológicas sobre os personagens e os eventos, mas não deixa de apoiar-se nas fontes para a composição de uma história episódica e de utilizar notas de rodapé para atestar a veracidade dos episódios que ele narra. No livro, o momento da proclamação da independência é baseado no relato do padre Belchior Pinheiro de Oliveira, quando d. Pedro recebe em São Paulo uma carta de Portugal que o teria enfurecido. Seria nesse contexto que o príncipe mudaria a história de ambos os países, ao erguer, em um rompante, “um viva à liberdade do Brasil”.

Preso de um acesso de cólera, o Príncipe amarrotou os papéis, atirou-os ao chão e pisou-os. De cabeça baixa, amarrados às árvores, os animais esperavam resignadamente, pouco distantes, à beira da estrada. Um filósofo poderia medir ali as altas aspirações dos seres que povoam o mundo. Enquanto, movendo-se livremente, aqueles homens queriam ainda libertar-se de governos e leis, cavalos e éguas, sobre os quais montavam, olhavam tristemente verduras suculentas, ao alcance da boca enfreada, e mortos de desejo, não as podiam ruminar. D. Pedro caminhou silenciosamente até chegar junto à besta baía gateada, que o conduzia. Era ela o único contraste com a virilidade ali dominante. Talvez a sua precária robustez fosse um símbolo do poder sobre o qual o Príncipe ia assentar o seu Império. Antes de tomar os estribos, ele

²²⁵ Ibid., p. 243.

revelou a decisão suprema e ergueu um viva à liberdade do Brasil. O grupo repetiu o grito e juntou-lhe o nome do futuro soberano.²²⁶

Monteiro, em sua narrativa, realiza uma leitura psicológica também dos animais, atribuindo-lhes desejos e vontades como ele faz em relação aos homens que “queriam libertar-se de governos e leis”. O próprio país que nascia naquele momento assentava-se em um símbolo frágil de poder – a “besta baia gateada” – que será “resgatada” por Laurentino Gomes em 1822 como “uma mula sem nenhum charme, porém forte e confiável”. À cena, o jornalista paranaense acrescenta a suposta dor de barriga do então príncipe regente do Brasil: “Foi, portanto, como um simples tropeiro, coberto pela lama e a poeira do caminho, às voltas com as dificuldades naturais do corpo e de seu tempo, que D. Pedro proclamou a Independência do Brasil”.²²⁷ Repousa aí a tentativa de desconstruir o heroísmo atribuído ao grito do Ipiranga que a famosa representação pictórica de Pedro Américo passou a difundir a partir de 1888, quando “era preciso adaptar a narrativa histórica aos valores que se pretendiam representar no quadro. A versão era mais importante do que a realidade”, conforme anotou o jornalista.²²⁸ Assim, para Gomes, a “cena real” é aquela testemunhada pelo coronel Marcondes e pelo padre Belchior, que faziam parte da comitiva de d. Pedro, embora as versões das três testemunhas (há também o relato do alferes Francisco de Castro Canto e Melo, irmão de Domitila) fossem contraditórias, como o próprio autor explicita no primeiro capítulo, “O grito” (p. 29-42).

Do mesmo modo, o teor da carta recebida por d. Pedro adquire outra dimensão quando narrada pelo monarquista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), o Visconde de Porto Seguro: “Em vão procurou o príncipe, no maço, carta de seu pai, que havia tempos não lhe escrevia. Em vez de uma tal carta, que viesse afagar-lhe e ameigar-lhe o coração, só lhe coube tomar conhecimento das novas ordens que lhe chegavam, não só impolíticas, como até desumanas (...)”.²²⁹ Como podemos perceber, *A história da independência do Brasil*, escrita em 1875, mas publicada postumamente, em 1916,

²²⁶ MONTEIRO, Tobias. *História do Império*. A elaboração da independência. Tomo 2. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 520-521.

²²⁷ GOMES, 1822, op. cit., p. 30.

²²⁸ Ibid., p. 107.

²²⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil*. Até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. 3 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957, p. 137.

resvala para um sentimentalismo romântico quando narra o momento do brado do Ipiranga, ainda que seu autor não nutrisse qualquer simpatia pela versão brasileira do romantismo.²³⁰

Não era mais possível [*a d. Pedro*] contemporizar. E, inspirado pelo gênio da glória, que anos depois, no próprio Portugal, lhe havia de ser outras vezes tão propício, não tardou nem mais um instante: e passou a lançar, dessa mesma província que depois conceituava “agradável e encantadora”, dali mesmo, do meio daquelas virgens campinas, vizinhas da primitiva Piratininga de João Ramalho, o brado resoluto de “Independência ou Morte!”.²³¹

O “gênio da glória” haveria de ser utilizado por Mary Del Priore em seu *A carne e o sangue* para explicar o desejo de d. Pedro pela independência, pois ele teria vislumbrado no ato um modo de externar sua paixão por Domitila.²³² Também seria utilizado por Laurentino Gomes de maneira análoga à do Visconde de Porto Seguro: ao retornar à Europa em 1831 e lutar contra o irmão d. Miguel pelo trono de Portugal, d. Pedro teria sido atraído pela causa, que “era nobre e oferecia oportunidades únicas de glória”.²³³

O certo é que Varnhagen, embora sempre apoiado por farta documentação que ele mesmo coletou ao longo de sua vida, interpreta os acontecimentos sob o ponto de vista de alguém que foi *contemporâneo* aos eventos narrados, o que situa sua narrativa entre história e memória. Ou, antes, segundo o historiador João Paulo Pimenta, trata-se da “produção escrita de uma História nacional brasileira baseada em métodos pseudo-científicos e de forte utilidade política e ideológica”.²³⁴ Nesse sentido, o visconde de Porto Seguro vislumbraria na proclamação da independência a própria proclamação do império – “não já o luso-brasileiro, formado por D. João VI, e que então findava, mas o

²³⁰ “Anti-romântico? No início da sua trajetória intelectual, com certeza, não. Suas relações com Alexandre Herculano e a colaboração com o *Panorama* são indicadores seguros. Depois, sua postura crítica em relação aos índios o afastou desta versão brasileira do romantismo. Apesar disso, ele parece guardar preceitos da atmosfera romântica, desde, por exemplo, a busca pelo original e pelo nacional até a paixão pelas viagens”. CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve analogia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul.-dez. 2007, p. 162.

²³¹ VARNHAGEN, *História da independência do Brasil*, op. cit., p. 138.

²³² PRIORE, *A carne e o sangue*, op. cit., p. 84.

²³³ GOMES, *1822*, op. cit., p. 313.

²³⁴ PIMENTA, João Paulo. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 53-82, setembro 2009, p. 61.

brasileiro puro” –, em que d. Pedro, alçado a herói na narrativa, “acabava de salvar o Brasil, propondo-se a formar de todo ele unido uma só nação americana”.²³⁵ Seguindo essa lógica, faz sentido afirmar que Varnhagen entevia “a proeminência do Estado como construtor da nacionalidade”, de acordo com Eduardo Käfer.²³⁶

Autores como José da Silva Lisboa, João Manuel Pereira da Silva e Francisco Adolfo de Varnhagen construíram uma linha interpretativa louvando as ações de agentes individuais, em especial, aqueles concernentes à moldura do jogo político, sendo suas ações consideradas derradeiras para a fundação política nacional. Aliando essa interpretação com a crítica documental e a valorização do acontecimento como princípio normativo e epistemológico da historiografia nacional, no império construir-se-ia um discurso no qual era enaltecida a presença do Estado e da herança portuguesa na formação nacional.²³⁷

Gomes também constrói uma linha interpretativa em que ele louva as ações dos agentes individuais, em especial de d. Pedro I e de José Bonifácio, e valoriza o acontecimento “como princípio normativo e epistemológico” de seu livro-reportagem, porém, mesmo guardando certas semelhanças com a historiografia de Varnhagen, o jornalista não deixa de tecer críticas à obra do diplomata, militar e historiador do império. Assim, na introdução de seu *1822*, o autor ressalta a “forma preconceituosa” com que Varnhagen havia abordado as rebeliões regionais do período da independência, “como se fossem produto de mentes doentias e irresponsáveis”, e não como “diferentes projetos de país”.²³⁸ Em seu segundo livro, Gomes arrisca-se, portanto, a esboçar uma crítica à historiografia precedente ao enquadrá-la como “história oficial”. No entanto, seu senso crítico não se estende, por exemplo, às obras de Tobias Monteiro e de Octávio Tarquínio de Sousa, bastante citadas em *1822*.

Aliás, o autor, ao reproduzir acriticamente as obras historiográficas e os relatos de viagem que ele utiliza em seu livro, reproduz, em certa medida, as expectativas e os preconceitos em que incorriam os autores dessas obras. Desse modo, quando Gomes

²³⁵ VARNHAGEN, *História da independência do Brasil*, op. cit., p. 138-139.

²³⁶ KÄFER, Eduardo Luís Flach. *Entre a memória e a história: a historiografia da independência nos cem anos da emancipação*. Porto Alegre: PUCRS, 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2016, p. 56.

²³⁷ *Ibid.*, p. 58.

²³⁸ GOMES, *1822*, op. cit., p. 25.

menciona a viagem de Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) aos Campos Gerais do Paraná, ele não problematiza a perspectiva etnocêntrica do viajante: “Em Curitiba, então um vilarejo de 3.000 habitantes, achou a população diferente, mais branca e europeia, muito educada e hospitaleira. Apesar disso, surpreendeu-se com a indolência (...)”.²³⁹ Ao não contextualizar a visão de Saint-Hilaire, Gomes não apenas se fia no ponto de vista do naturalista francês, como parece corroborá-lo. Implícita está a perspectiva de que se a população é “mais branca e europeia” naquela região do país, ela é conseqüentemente dotada de atributos considerados positivos (“muito educada e hospitaleira”) a ponto de características consideradas negativas (como a “indolência”) surpreenderem o viajante estrangeiro por não se coadunarem, a princípio, com essa população (somente com aquela “menos branca”). Do mesmo modo, faltou a Gomes contextualizar a “aversão ao trabalho” que vigorava na época. Afinal, o período retratado é aquele em que a mão-de-obra escrava era empregada abundantemente no Brasil, de modo que o trabalho manual era associado ao trabalho realizado por escravos, sendo, por isso, culturalmente desvalorizado no imaginário da colônia e do império.

Outro ponto problemático é quando o jornalista endossa o estereótipo do “jeitinho brasileiro”, termo a que ele faz alusão ao citar a crítica do viajante britânico Thomas Lindley em relação às transações estabelecidas com os comerciantes baianos no início do século XIX. Segundo o relato de Lindley, o qual fora preso na Bahia por *contrabando*, os baianos procuravam sobrevalorizar suas mercadorias ao negociar com os estrangeiros, ao passo que tendiam a desvalorizar o que recebiam em troca. Resta-nos saber como ocorriam, na época, as transações comerciais entre a Inglaterra e os outros países (“civilizados” ou “exóticos”), já que a própria viagem do comerciante britânico deu-se em um contexto em que “não bastava mais conhecer o mundo; o importante era verificar, em todo lugar visitado, quais as suas possibilidades de inserção na nova ordem que o capitalismo industrial começava a implantar”.²⁴⁰

Se, de acordo com Laurentino Gomes, a “aversão ao trabalho” e o “jeitinho brasileiro” eram, então, os pontos em comum dos “brasis de D. João”, havia também pontos divergentes – e mesmo conflitantes – à época da independência. O rei de

²³⁹ Ibid., p. 72.

²⁴⁰ AGRA DO Ó, Alarcon. Thomas Lindley: um viajante fala de doenças e dos seus enfrentamentos no início do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan.-abr. 2004.

Portugal, por pressão do movimento constitucionalista levado a cabo no Porto em 1820, retornaria ao seu país de origem no ano seguinte, deixando no Brasil o filho d. Pedro como regente. Gomes relata em que condições encontrava-se o país que havia ficado a cargo do príncipe.

Ao retornar para Lisboa, em abril de 1821, o rei D. João VI deixou para trás dois brasis inteiramente diferentes. De um lado, havia um país transformado pela permanência da corte nos trópicos, já com os pés firmes no turbulento século 19, bem-informado das novidades que redesenhavam o mundo na época e às voltas com dilemas muito semelhantes aos conflitos que agitavam a nascente opinião pública na Europa e nos Estados Unidos. Esse era um Brasil muito pequeno, de apenas alguns milhares de pessoas, que tinha seu epicentro no Rio de Janeiro, o modesto vilarejo colonial de 1807 convertido numa cidade com traços e refinamentos de capital europeia nos 13 anos seguintes. De outro lado, modorrava um território vasto, isolado e ignorante, não muito diferente do lugar selvagem e escassamente povoado que Pedro Álvares Cabral havia encontrado trezentos anos antes ao aportar na Bahia. Esses dois brasis conviviam de forma precária e se ignoravam mutuamente. Caberia ao príncipe D. Pedro e ao seu braço direito, José Bonifácio de Andrada e Silva, a tarefa de fazê-los caminhar juntos rumo à Independência.²⁴¹

No excerto acima, Gomes claramente opera com duas perspectivas temporais distintas para retratar o mesmo país: de um lado, uma pequena parcela do Brasil já se encontrava no século XIX, tendo como parâmetro a porção do mundo “civilizado” da época – era o Brasil “moderno”; de outro, a quase totalidade do país permanecia parada no tempo, como se ainda estivesse no século XVI – era, portanto, um Brasil “selvagem” como aquele do período cabralino. Para trabalhar com a coexistência dessas duas temporalidades (presente e passado; moderno e antigo/selvagem), o autor novamente incorre em uma visão etnocêntrica, porém um pouco distinta da visão de Chateaubriand, cadete da nobreza bretã, que vira o Antigo Regime ruir ante seus olhos. Em busca do “mundo dos Antigos”, o jovem de então viajara para a América do Norte em 1791 – uma viagem da qual resultaria a obra *Ensaio histórico*. Como lembra François Hartog, as primeiras narrativas de viagem ao Novo Mundo marcaram a história da cultura ocidental pelo uso de três termos (em realidade, dois mais um): “os Modernos frente aos Antigos/Selvagens” – noção que Gomes recupera, em certa medida, em seu livro. Assim,

²⁴¹ GOMES, 1822, op. cit., p. 69.

Chateaubriand, inspirado em Jean-Jacques Rousseau e Joseph-François Lafitau, entrevia no “selvagem” – a comparação é feita por Hartog – “uma ilha onde o naufrago espera encontrar um refúgio” ante as tempestades e as revoluções.²⁴² Mais tarde, já em 1826 com sua obra *Viagem à América*, o bretão reconsidera sua visão inicial sobre os Selvagens americanos: “Nem estado puro da natureza nem utopia fora do tempo, o mundo americano era, na verdade, uma ‘civilização incipiente’, da qual jamais se saberá o que poderia ter se tornado, visto que a civilização europeia veio a destruí-la”.²⁴³ A esse respeito, Chateaubriand sublinha a degradação dos indígenas que haviam se transformado de guerreiros em “pastores obscuros”, concebendo-os “simultaneamente, [como] espécies de macaco e de gregos e romanos”.²⁴⁴

Gomes não retrata dessa forma os habitantes do Brasil das primeiras décadas do século XIX, porquanto não lhe interessam propriamente os “selvagens”. Como testemunha de seu próprio tempo, o jornalista volta-se para o passado a fim de perscrutar o presente, mas essa perscrutação é inspirada nas indagações feitas pelos homens eminentes daquele Brasil de 1822, como José Bonifácio, ou do Brasil de 1877, como o abolicionista Joaquim Nabuco. Assim, o autor paranaense questiona na introdução de seu livro: “(...) seria possível fazer um Brasil homogêneo, coerente e funcional com tantos escravos, pobres e analfabetos, tanto latifúndio e tanta rivalidade interna?”. Para responder a pergunta, Gomes salta do século XIX para o século XXI. Logo, à resposta escorregadia “(...) depende do ponto de vista do observador”, ele acrescenta, em seguida, uma comparação com os Estados Unidos de hoje, apontando o Brasil como “um retumbante fracasso”. Contudo, algumas linhas depois, o jornalista faz outra comparação (tomando como exemplo, mais uma vez, um país que atualmente se situa em um dos extremos socioeconômicos): “Se, porém, a comparação for o Haiti (...), o Brasil pode ser considerado um extraordinário caso de sucesso”. Ao operar com categorias binárias, desconsiderando, em um primeiro momento, as complexidades e as especificidades dos processos históricos que perfizeram os três países citados, o autor simplifica o passado para ressignificar o Brasil do presente em uma lógica “oito ou oitenta” – um sucesso ou um fracasso; os Estados Unidos, a “maior potência do planeta”,

²⁴² HARTOG, *Regimes de historicidade*, op. cit., p. 96-97.

²⁴³ *Ibid.*, p. 115.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 116.

ou o Haiti, “um país à beira da ruptura” –, embora ele faça uma espécie de *mea culpa* no parágrafo seguinte: “Essas conclusões apressadas mostram que, na História, sucesso ou fracasso são sempre conceitos relativos e raramente permitem comparações”. No entanto, Gomes faz essas comparações e entrevê nas “raízes inteiramente diversas” dos povos a chave explicativa para “as diferenças nas suas trajetórias”.²⁴⁵ Ao longo do livro, porém, é perceptível que o didatismo do autor repousa nessa simplificação polarizada do passado e do presente, avaliando o tempo pretérito pelos resultados de *hoje*, de modo que os Estados Unidos, “onde a cultura protestante havia criado uma colônia alfabetizada, empreendedora, habituada a participar das decisões comunitárias e a se manter bem-informada sobre as novidades que chegavam da Europa”, teriam, no início deste século, “um Produto Interno Bruto (PIB) aproximadamente 12 vezes superior ao brasileiro e, entre outras conquistas, já mandou um homem para a Lua há mais de quatro décadas, coleciona 74 ganhadores do prêmio Nobel (...) e apresenta números invejáveis no IDH (...)”.²⁴⁶ De um modo simplista, a “cultura protestante” acaba sendo a causa do sucesso americano, se seguirmos a linha de raciocínio do autor.

Quanto ao Brasil – cuja integridade do território foi, afinal, mantida durante e após a independência –, Gomes atribui o sucesso do empreendimento a “uma notável combinação de sorte, acaso, improvisação, e também de sabedoria de algumas lideranças incumbidas de conduzir os destinos do país naquele momento de grandes sonhos e perigos”. Notemos que, dada a ordem em que foi disposta no texto, essa “enorme vitória” foi fruto, em primeiro lugar, da ação de “personagens” a-históricos (“sorte, acaso, improvisação”) e, em segundo lugar, da ação de personagens históricos que não foram nominalmente citados (“algumas lideranças”).²⁴⁷ Dentre as lideranças que mereceram a menção no subtítulo de seu *1822*, Gomes destaca José Bonifácio (“o homem sábio”), que “esteve à frente do ministério de D. Pedro por escassos 18 meses, de janeiro de 1822 a julho de 1823, mas nenhum outro homem público brasileiro realizou tanto em tão pouco tempo” ao “impedir a fragmentação do território brasileiro após a separação de Portugal (...) sob o regime de monarquia constitucional e a liderança do imperador D. Pedro I”, o que leva o autor a concluir que “sem ele [*sem Bonifácio*], o Brasil

²⁴⁵ GOMES, *1822*, op. cit., p. 19-20.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 19; p. 50.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 18.

de hoje não existiria”. Para enfatizar a importância do “principal conselheiro do príncipe regente e futuro imperador”, o jornalista cita os tipos (de pessoas e grupos) que cercavam d. Pedro e que exerciam, em maior ou menor medida, pressão sobre ele: as “tropas portuguesas no Rio de Janeiro, porta-vozes das cortes de Lisboa”, os “grupos mais radicais da maçonaria, que viam nele apenas um instrumento para na verdade chegar à república” e “os amigos boêmios e oportunistas aos quais se ligara na juventude, caso do barbeiro Plácido de Abreu e do alcoviteiro Francisco Gomes da Silva, o ‘Chalaça’”.²⁴⁸ Nesse contexto, José Bonifácio de Andrada e Silva destacava-se pela origem (“Em São Paulo, os Andrada formavam a elite de uma província orgulhosa que, apesar do isolamento, acompanhava com interesse as grandes transformações na Europa e nos Estados Unidos”)²⁴⁹ e pelo intelecto (“Num país de analfabetos, rural e atrasado, José Bonifácio era mais viajado, cosmopolita e bem-preparado do que qualquer estadista ou intelectual português ou brasileiro do seu tempo”).²⁵⁰ O grau de entusiasmo pelo brasileiro leva Gomes, inspirado na biografia escrita pelo jornalista Jorge Caldeira, a compará-lo a Thomas Jefferson, pendendo favoravelmente para o “patriarca” de nossa independência.

Jefferson, que também vivera em Paris na época da Revolução Francesa, se deixou seduzir pelo ardor revolucionário e, durante algum tempo, acreditou sinceramente que o regime de terror e as milhares de execuções na guilhotina eram aceitáveis em nome do avanço das novas ideias políticas. (...) Bonifácio, ao contrário, assustou-se e aprendeu muito com o que viu nas ruas de Paris. Percebeu que a energia das massas, sem controle e não canalizada para instituições como o parlamento, poderia ser tão ou mais nociva quanto a tirania de um soberano absoluto. (...) A segunda diferença é que Jefferson não tinha qualquer senso de humor. Era um fazendeiro chato e aferrado ao protocolo. Bonifácio, ao contrário, era afável, divertido e adorava contar piadas. A terceira e principal diferença estava relacionada à escravidão. No ano em que escreveu a declaração de independência americana – pela qual “todos os homens nascem iguais” e com direitos que incluíam a liberdade –, Jefferson era dono de 150 escravos e tinha entre suas principais atividades o tráfico negreiro. (...) No seu entender, portanto, todos os homens nasciam livres e com direitos, desde que fossem brancos. Bonifácio, ao contrário, nunca teve escravos e era um abolicionista convicto.²⁵¹

²⁴⁸ Ibid., p. 146-147.

²⁴⁹ Ibid., p. 149.

²⁵⁰ Ibid., p. 151.

²⁵¹ Ibid., p. 150-151.

Os adjetivos que caracterizam Jefferson e Bonifácio reduzem os personagens a supostas características de suas personalidades, que se tornam definidoras, em certa medida, de suas ações: o “fazendeiro chato e aferrado ao protocolo” era “dono de 150 escravos”, ao passo que o “divertido contador de piadas” era um “aboliconista convicto”. Novamente o jornalista opera com categorias binárias – desta vez, para delinear o perfil dos personagens ligados à independência de seus respectivos países. Ao mesmo tempo, é visível que, na descrição acima, Gomes não se limita à “observação das raízes do Brasil no ano de seu nascimento como nação independente”,²⁵² mas também interpreta/julga/avalia o que ele observa, seleciona e descreve. Como anota o autor, “para um jornalista, a Independência do Brasil é um acontecimento repleto de personagens fascinantes em que os papéis de heróis e vilões se confundem ou se sobrepõem o tempo todo – dependendo de quem os avalia”.²⁵³ Faltou a Gomes considerar que o próprio Bonifácio, ao interpretar a atuação política de Portugal naquele período, desejava, a princípio, manter a unidade do império português, ou seja, não estava em pauta a independência do Brasil em um primeiro momento. Contudo, ao entrever na ação das Cortes Constituintes “a verdadeira ameaça à unidade do Império” português, o “patriarca” vislumbrou uma política “absolutista e ‘recolonizadora’ [que] a identificava com um passado que deveria ser superado” – isto é, as reformas propostas pelas Cortes “arrastavam o passado sobre o presente”, segundo Valdei Lopes de Araújo. Desse modo, José Bonifácio interpretava que “os portugueses da Europa, talvez por sua própria decadência e vício, não entendiam que a única possibilidade de regeneração de Portugal era o Brasil”.²⁵⁴ Oberacker Jr. já havia concluído que “nem D. Pedro nem José Bonifácio, queriam pois a separação dos dois reinos, ansiavam pela união sob o mesmo monarca; queriam uma administração autônoma, mas um congresso comum, assim como ministérios em comum para a defesa, a política exterior e o comércio”.²⁵⁵ Afinal, a permanência de d. Pedro no Brasil significava “a manutenção do sistema monárquico na América portuguesa”, representando “uma continuidade dentro da ruptura”, fato que,

²⁵² Ibid., p. 20.

²⁵³ Ibid., p. 24.

²⁵⁴ ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo*. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 62-63.

²⁵⁵ OBERACKER JR., *A Imperatriz Leopoldina*, op. cit., p. 250.

para João Paulo Pimenta, pode ser interpretado como “a construção de um novo corpo político (Império do Brasil) em substituição ao anteriormente existente (Reino do Brasil) seguindo o mesmo princípio normatizador das relações entre as partes”.²⁵⁶

Para Laurentino Gomes, “Portugal fez a independência do Brasil”. Em que sentido, fora o fato de que d. Pedro era português? No sentido de que “foram o radicalismo e a falta de sensibilidade política das cortes constitucionais portuguesas, pomposamente intituladas de ‘Congresso Soberano’, que precipitaram a ruptura” quando arriscaram uma manobra de “dividir o Brasil em províncias autônomas”, em que “cada uma delas elegeria sua própria junta provisória de governo, que responderia diretamente a Lisboa, sem dar satisfações ao príncipe regente D. Pedro”, mas, principalmente, quando “anulavam os tribunais de justiça e outras instituições (...), restabeleciam o antigo sistema de monopólio comercial português sobre os produtos comprados ou vendidos pelos brasileiros e, por fim, determinavam que o príncipe regente D. Pedro retornasse imediatamente a Lisboa (...)”.²⁵⁷ Já Tobias Monteiro havia afirmado antes que “Portugal perdia o Brasil como tinham perdido as colônias todas as nações que não souberam acompanhar a evolução dos povos a quem tinham formado”, acrescentando uma perspectiva evolucionista que compara a antiga metrópole a “pais arbitrários e despóticos [que] entenderam poder conservar em eterna minoridade os filhos já desenvolvidos e aptos para a vida autônoma (...)”.²⁵⁸

Por seu turno, o historiador português Jorge Miguel Pedreira, ao constatar a inexistência da crise do antigo sistema colonial (crise defendida por Caio Prado Júnior), percebe nas incertezas políticas e econômicas de Portugal após o tratado comercial de 1810 (que privilegiava a Inglaterra nos negócios com o Brasil) “a inquietação sobre o destino da nação [portuguesa] e o compromisso com a sua regeneração”, cujos desdobramentos conduziram à Revolução Liberal de 1820.²⁵⁹ Uma de suas consequências é que, naquele mesmo ano, as Cortes seriam convocadas, mas começariam a se reunir em Lisboa somente no início de 1821. Dado o contexto, um ponto relevante é que, de um lado, as Cortes de Lisboa percebiam-se como liberais e, de

²⁵⁶ PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808- 1828)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002, p. 196.

²⁵⁷ GOMES, 1822, op. cit., p. 83; p. 90.

²⁵⁸ MONTEIRO, *A história do império (tomo 2)*, op. cit., p. 496.

²⁵⁹ PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: Novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 84.

outro, os deputados do Brasil agiam *até então* como representantes de suas respectivas províncias, e não como “um corpo político brasileiro”, segundo Pimenta. O historiador sintetiza, assim, o jogo de interesses que teria possibilitado o surgimento de um “sentimento corporativista” por parte dos deputados do Brasil:

As medidas antiabsolutistas das Cortes de Lisboa, ao se voltarem contra a legitimidade do príncipe regente, colidiam com aspirações políticas dos defensores da manutenção do estatuto de Brasil-reino, para os quais a permanência de D. Pedro no Brasil significava a preservação de seus interesses. Desse modo, as posições dos deputados de Portugal ecoavam nas províncias luso-americanas como defensoras da restauração de uma condição colonial cada vez mais presente no imaginário político da época, contra a qual supostamente lutariam os deputados do Brasil. Esse antagonismo, embora não possa caracterizar uma polarização de fato, parece ter criado um certo sentimento corporativista entre esses deputados de modo que passaram, em algumas ocasiões, a agir em conjunto, numa prática que, longe de expressar uma “brasilidade”, traduzia uma tomada de consciência da possibilidade concreta de auto-sustentação política das províncias do Brasil independentemente de um poder sediado na Europa.²⁶⁰

Nesse aspecto, Pimenta interpreta que “uma tomada de consciência da possibilidade concreta de autossustentação política” teria levado as elites das províncias do Brasil a enveredarem por uma independência em que “a manutenção da ordem [surgisse] como caminho de transformação política”, tendo como resultado uma “revolução conservadora”.²⁶¹ Todavia, em um artigo publicado em 2009, o autor já aborda a questão de modo distinto: se a “agenda política dos constitucionalistas portugueses” era considerada liberal, lançando mão do termo “regeneração” como semelhante à “reforma”, a consequência é que “os grupos de interesse sediados nas províncias americanas” acabariam herdando “um ideário liberal” dos portugueses peninsulares e iniciariam uma “revolução” no Brasil. Essa revolução teria sido, para o Diário do Governo em 1823, uma “revolução positiva”, superior à dos vizinhos americanos, porquanto “construtiva, ordeira e sem exageros”.²⁶² A esse respeito, o historiador considera que a independência do Brasil deve ser, então, analisada a partir da articulação com três diferentes contextos – o contexto revolucionário mundial, o

²⁶⁰ PIMENTA, *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808- 1828)*, op. cit., p. 186-187.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 196.

²⁶² *Idem*, “A independência do Brasil como uma revolução...”, op. cit., p. 58-60.

contexto revolucionário português e o contexto revolucionário hispânico – para concebê-la, sim, como uma “revolução” (utilizando o conceito a partir do modo pelo qual ele era utilizado naquela época). Nesse caso, sob a perspectiva da “percepção de um novo tempo”, o historiador conclui que “o acontecimento em si representava uma novidade suficiente para começar a inovar a visão da história – portanto de mundo – prevacente”, emergindo “a ideia de uma ruptura com o passado e de inauguração de um tempo novo”.²⁶³ Em outras palavras, a independência do Brasil era uma revolução porque inaugurava um tempo que advinha de “uma lenta, mas segura alteração, *verdadeiramente revolucionária*, nas formas de pensar, representar e transformar o mundo”.²⁶⁴

Daí que, expandindo sua linha investigativa, Pimenta parte para outros questionamentos sobre a independência, que lidam com o modo pelo qual o brasileiro percebe contemporaneamente o Sete de Setembro. Em um artigo publicado em 2014, juntamente com um grupo de autores graduandos e graduados em História na época,²⁶⁵ o historiador analisa os resultados das entrevistas realizadas presencialmente com 311 pessoas com idade a partir de 15 anos “na cidade de São Paulo, Grande ABC e interior do estado, entre os dias 19 de setembro de 2012 e 02 de agosto de 2013”, evitando “as duas Semanas da Pátria desses anos, bem como um período de vinte dias de superexposição midiática específica do tema”.²⁶⁶ Apesar de se tratar de um universo relativamente restrito de entrevistados, vale a pena evidenciar como os paulistas nesse período relacionavam-se com a história em geral e, principalmente, com a história de seu próprio país. Possivelmente, se a entrevista fosse realizada hoje, as respostas sofreriam algum grau de influência tanto do atual cenário político quanto da atual programação televisiva, uma vez que, em 2017, a Rede Globo – a principal emissora do país – veio a exibir no horário das 18 horas a novela *Novo Mundo*, escrita por Thereza Falcão e Alessandro Marson e dirigida por Vinícius Coimbra, que trouxe os personagens Domitila, Pedro e Leopoldina como três de seus protagonistas. A novela tem registrado bons

²⁶³ Ibid., p. 72.

²⁶⁴ Grifos do autor. Ibid., p. 75.

²⁶⁵ Idem et al. A Independência e uma cultura de história no Brasil. *Almanack*. Guarulhos, n. 08, p. 5-36, 2º semestre de 2014.

²⁶⁶ Ibid., p. 14.

índices de audiência no Brasil,²⁶⁷ e a personagem Leopoldina, interpretada pela atriz Letícia Colin, tem sido muito bem recebida pelo público.²⁶⁸ De modo análogo, se a entrevista fosse realizada em 2021 ou 2022, na efeméride dos duzentos anos da independência do Brasil, a percepção dos entrevistados seria impactada, em maior ou menor grau, pela “superexposição midiática” e pelos relançamentos de edições revisadas e ampliadas dos best-sellers sobre o tema.

Mas voltemos ao artigo. Pimenta constata que o grupo entrevistado tem o perfil de uma classe média escolarizada, “de forte contato com a televisão (93% assistem com frequência e 51% todos os dias, sendo que 58% possuem tevê aberta e a cabo; apenas 6% disseram não assistir tevê), de leitores frequentes (78%), e de assistentes a cinemas (58%) e teatros (28%)”, em que “77% dos que o compõem disseram se interessar por história (sendo que 60% afirmaram buscar informações a respeito)”, porém apenas 34% afirmaram interessar-se por história do Brasil. Desse modo, “39% têm ‘nenhum’, ‘pouco’ ou ‘pequeno’ interesse” pela independência do país, embora a maioria reconheça “a importância que ela teria tido para a História do Brasil”, mesmo sem estender a importância do evento para a história em geral. Em relação a isso, Pimenta observa que a valorização da independência brasileira ocorre “em meio ao que parece ser uma dificuldade de se pensá-la para além de sua tradicional circunscrição nacional”, responsabilizando, em parte, as fontes secundárias por essa percepção.²⁶⁹ Dentre as

²⁶⁷ Ver: Média geral de ‘Novo Mundo’ supera a de ‘Eta Mundo Bom’ e ‘Sol Nascente’. Publicado em 07 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.otvfoco.com.br/media-geral-de-novo-mundo-supera-de-eta-mundo-bom-e-sol-nascente/> Acesso em: 21 jul. 2017.

Ver também: DIAS, Leo. ‘Novo Mundo’ registra bons números de audiência no horário da Globo. Publicado em 07 de abril de 2017. Disponível em: <http://leodias.odia.ig.com.br/2017-04-07/novo-mundo-registra-bons-numeros-de-audiencia-no-horario-da-globo.html> Acesso em: 21 jul. 2017.

²⁶⁸ Ver: De frente para a TV: Letícia Colin é o grande destaque de ‘Novo Mundo’. Publicado em 11 de junho de 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/telinha/de-frente-para-tv-leticia-colin-o-grande-destaque-de-novo-mundo-com-sua-leopoldina-21458767.html> Acesso em: 21 jul. 2017.

Ver também: Letícia Colin brilha na pele da imperatriz Leopoldina. Publicado em 30 de maio de 2017. Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/05/30/interna_diversao_arte.598585/leticia-colin-brilha-na-pele-da-imperatriz-leopoldina-confira-entrevi.shtml Acesso em: 21 jul. 2017.

Ver também: STYCER, Maurício. Como Letícia Colin e sua Leopoldina roubaram a cena em ‘Novo Mundo’. Publicado em 11 de abril de 2017. Disponível em:

<https://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2017/04/11/como-leticia-colin-e-sua-leopoldina-roubaram-a-cena-em-novo-mundo/> Acesso em: 21 jul. 17.

²⁶⁹ PIMENTA et al, “A independência e uma cultura de história no Brasil”, op. cit., p. 14-16.

fontes secundárias, o historiador cita os livros de Gomes, 1822, e de Priore, *A carne e o sangue*.

Para além de aspectos estilísticos e mercadológicos, tais obras convergem em muitos outros. Convergem, em primeiro lugar, por conferirem uma prioridade absoluta a personagens em seus enredos e concepções de história (...). Em todos esses casos, a leitura induz à convicção de que, se a História não se faz apenas por personagens tão convencionais como esses, a deles deve ser a mais interessante, já que outras alternativas quase nunca são oferecidas. (...) Essa ênfase no biográfico-anedótico demonstra uma curiosidade pela vida pessoal de personagens convencionais que emana dos autores e enreda seus leitores, todos a compartilharem uma espécie de voyeurismo público já caracterizado aqui como componente de um mercado cultural e de uma sociedade que lhe dão significado. Para todos os efeitos, contudo, é notável como a heroicidade e a exaltação encomiástica estão fora de moda (...). Talentos, virtudes ou outros aspectos positivos, apenas quando forem improváveis, moralizadores ou – de preferência – amorosos e sexuais.²⁷⁰

Nesse contexto, um personagem como d. Pedro I parece inspirar uma releitura anedótica de sua biografia precisamente pela sobrevalorização dos aspectos amorosos e sexuais de sua vida privada, em detrimento de suas possíveis façanhas na vida pública. Em realidade, essa releitura ocorre por meio de uma *reatualização* de leituras e construções prévias do perfil do personagem.²⁷¹ No caso de Gomes, a menção ao papel que d. Pedro teria desempenhado na independência do Brasil e na vida política não encontra o devido espaço em seu livro. Por exemplo, mesmo quando o autor cita as viagens que d. Pedro, enquanto príncipe regente, fez ao interior do Brasil em 1822 para “apaziguar os ânimos” em Minas Gerais ou em São Paulo, sobressaem-se, em sua narrativa, as caracterizações pitorescas do príncipe: “todos se surpreendiam com a simplicidade e os modos quase grosseiros do príncipe regente” ou “em algumas

²⁷⁰ Ibid., p. 28-29

²⁷¹ Uma colocação semelhante, sob a forma de pergunta, é feita pela historiadora Rebeca Gontijo em relação à história da independência do Brasil: “(...) seria interessante averiguar até que ponto o circuito de interpretações tem início na sociedade e a ela retorna, após passar pelo crivo dos historiadores acadêmicos. Talvez uma história da historiografia da Independência capaz de situar distintas versões em seus respectivos contextos de produção possa contribuir para uma arqueologia do saber sobre esse tema e sua recepção ao longo do tempo. Quais as interpretações consolidadas no Império e no início da República, por exemplo? A versão em circulação na sociedade hoje e que repercute sobre parte dos historiadores profissionais não seria ela mesma a repercussão de interpretações historiográficas consolidadas em outra época?”. GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. *Almanack*. Guarulhos, n. 08, p. 44-53, 2º semestre de 2014, p. 51.

ocasiões, D. Pedro se comportava como um adolescente em viagem de férias”.²⁷² É verdade que o autor menciona a atuação política do soberano português ao descrevê-lo como “um monarca de discurso liberal e prática autoritária”, que, “por onde passou, despertou ódios e paixões com igual intensidade”.²⁷³ No entanto, são os aspectos da personalidade do filho de d. João VI e de d. Carlota Joaquina que interessam ao jornalista. Assim, a partir das leituras de Octávio Tarquínio de Sousa, Tobias Monteiro, Paulo Setúbal, Pedro Calmon, Carlos Oberacker Jr., Isabel Lustosa, dentre outros, Gomes reatualiza o imaginário sobre d. Pedro, sublinhando seus galanteios, seus casos amorosos e sua prole numerosa: “Nos dois casamentos oficiais, D. Pedro teve oito filhos, sete com Leopoldina e um com Amélia. Fora do casamento, o número é lendário”.²⁷⁴

Mas é Priore quem, de fato, esmiúça a vida sexual de d. Pedro, caracterizando sua infidelidade como “aventuras extraconjugais”.²⁷⁵ A partir das missivas que o imperador enviava a Domitila, a autora destaca que “a linguagem era direta: ele queria gozar. Incansável, devorava o fruto da árvore do paraíso. Despia Titília nos bilhetes. Transformava o desejo em excitação, em linguagem e rabiscos eróticos”.²⁷⁶ É este, portanto, o tom que sua narrativa sobre o personagem assume: o sexo (a vida privada) sobrepõe-se à política (a vida pública). Nesse sentido, a preferência da autora por Domitila evidencia as qualidades que d. Pedro teria atribuído à amante: proezas sexuais, beleza triunfante, “personalidade feminina que dava relevo à vida de sua pequena corte”.²⁷⁷ Leopoldina, por sua vez, é reduzida à tríade “infelicidade, sofrimento, melancolia”, já que “à medida que os verdes anos passavam, ela não conseguia realizar o desejo de felicidade. Seu coração era um templo vazio, sem altar”.²⁷⁸ Aqui a autora não

²⁷² GOMES, 1822, op. cit., p. 102.

²⁷³ Ibid., p. 113.

²⁷⁴ “A lista conhecida dos bastardos inclui quatro com Domitila de Castro Canto e Melo, a marquesa de Santos; um com Maria Benedita, a baronesa de Sorocaba, irmã de Domitila; um com a bailarina Noemi Valency, seu primeiro amor; um com a francesa Clémence Saisset, uma mulher casada que, por suas ligações com o imperador, levou uma surra do marido; um com Ana Steinhaussen Leão, mulher do bibliotecário da imperatriz Leopoldina; um com Adozinha Carneiro Leão, sobrinha de Fernando Carneiro Leão, um dos supostos amantes de Carlota Joaquina; um com Gertrudes Meireles de Vasconcelos; um com a mineira Luísa Meireles; e mais um — o derradeiro, nascido em 1832, já depois da abdicação do trono brasileiro — com a freira Ana Augusta Peregrino Faleiro Toste, tocadora de sino no convento da Esperança na ilha Terceira, nos Açores. Também teria tido uma filha com uma negra de 16 anos chamada Andresa dos Santos, serva do convento da Ajuda”. Ibid., p. 122.

²⁷⁵ PRIORE, *A carne e o sangue*, op. cit., p. 123.

²⁷⁶ Ibid., p. 152.

²⁷⁷ Ibid., p. 155.

²⁷⁸ Ibid., p. 132; p. 145.

se furta àquilo que Lowenthal havia capturado na relação entre história e ficção: “(...) a história derroga a ficção enquanto toma emprestadas as técnicas e os *insights* ficcionais. Novas fontes e estratégias capacitam os historiadores a fazerem o que os vitorianos achavam que somente a ficção podia fazer – contar o passado cotidiano em detalhe alucinante”.²⁷⁹ Priore habilmente constrói os detalhes como se os reconstituísse – desde a metáfora do “templo vazio” para caracterizar o coração de Leopoldina até a descrição da paisagem de Cubatão na madrugada de 7 de setembro de 1822, quando a pequena comitiva de d. Pedro retornava a São Paulo após uma noite de mal-estar físico por conta da comida apimentada.

Nas horas que se seguiram ao lento retorno a São Paulo, a comitiva aproveitou o frescor da madrugada e o pouco movimento da estrada de Cubatão para ganhar tempo. Durante o dia, a circulação de mercadorias, sobretudo arroz, fumo em rolo, fardos de açúcar e café, era intenso. Nas primeiras luzes da manhã, a mata densa e a chuva fina tornavam as pedras escorregadias, enquanto a água que descia pelo caminho gorgolejava, sumindo pelos canais pluviais que a jogavam serra abaixo. O sol já estava alto quando alcançaram a boca do planalto, tendo aos pés a vista deslumbrante que o viajante Bayer descreveu, em 1813, como “talvez a mais deslumbrante que haja no mundo”.²⁸⁰

Priore prossegue a narrativa, enfatizando o propósito de d. Pedro naquela região: “pôr ordem nas coisas. Ninguém mais tinha dúvida sobre sua autoridade ou a dos ministros que o apoiavam”. Ou seja, quando esteve em Santos, o príncipe regente empenhou-se em “inspecionar a fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, localizada no canal que dava acesso ao porto de Santos”, em “substituir o comando militar nessa praça” e em “visitar familiares do seu poderoso primeiro-ministro, José Bonifácio, que aí residiam”.²⁸¹ Entretanto, naquele dia 7 de setembro, já em São Paulo, d. Pedro receberia “péssimas notícias do Rio de Janeiro, enviadas por Leopoldina e Bonifácio”, em que ambos exortavam-no a uma atitude pró-independência,²⁸² assim como receberia os

²⁷⁹ LOWENTHAL, *The Past is a Foreign Country – Revisited*, op. cit., p. 373.

²⁸⁰ PRIORE, *A carne e o sangue*, op. cit., p. 88.

²⁸¹ *Ibid.*, p. 88.

²⁸² Leopoldina teria enviado uma carta a d. Pedro em que o exortava da seguinte forma: “O pomo está maduro, colhe-o já senão apodrece”. Quanto a José Bonifácio, ele escreveria: “Senhor, o dado está lançado, e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores”. Contudo, ao contrário de Priore, Laurentino Gomes, em uma das notas de seu *1822*, tem o cuidado de sublinhar a informação que Tobias Monteiro traz no tomo 2 de seu *História do império*: a carta em que supostamente Leopoldina teria escrito

documentos relativos aos “atos recém-chegados das Cortes”, em que ele “passava de regente a simples delegado das Cortes e, mesmo assim, só nas províncias onde tinha autoridade efetiva”. Pedro, até então, só tinha duas possibilidades: “ou o rumo dos acontecimentos se alterava, ou ele voltaria à Europa”. A alteração dos rumos podia resultar na “proclamação de uma república” ou na “conservação da monarquia, com o apoio de uma Constituição”.²⁸³ Ainda assim, como a autora aponta, a emancipação que seria realizada por d. Pedro não significava necessariamente que ele fosse governar o Brasil, pois “não era possível emancipar um país e submetê-lo a um novo monarca simplesmente por ser o filho do rei de Portugal”, embora houvesse “quase um consenso nacional de que o regente lutara pela emancipação, cabendo-lhe, em recompensa, ocupar a liderança nacional”.²⁸⁴ Desse modo, Priore fornece uma explicação menos ingênua e entusiasmada do que aquela oferecida por Pedro Calmon na década de 1930.

Largando mão dos seus direitos portugueses para ficar no Brasil, o príncipe desobediente usurpava uma das coroas a seu pai. O esplendor desse diadema cegou-o: José Bonifácio esvanecera-lhe do espírito as últimas dúvidas. Seria o primeiro nas Gálias... Construiria um poderoso Estado. Comandaria um exército e uma armada. Cinco milhões de súditos prestar-lhe-iam juramento. Os reis da terra orgulhar-se-iam da sua amizade: o seu império seria vasto como a China, rico como a Rússia. A imaginação dos povos elevaria um pedestal à sua coragem: aos 23 anos entraria, com solene atitude, no panteão dos Libertadores. Diziam-lhe que o Brasil havia de ser um país colossal, como a América do Norte: e o Brasil seria o vínculo da sua Casa. Que perdia, em troco disso? Um trono amesquinhado pela demagogia...²⁸⁵

Percebemos que Calmon faz uso implícito da noção de “glória” para explicar os atos de d. Pedro, assim como fizera Varnhagen no século XIX e assim como fariam Laurentino Gomes e Mary Del Priore no século XXI, algo que já foi mencionado aqui.²⁸⁶ A

essas palavras nunca foi encontrada. Monteiro anota: “Um dos companheiros de viagem de D. Pedro, pelos sinais, certamente Luís Saldanha da Gama, referiu a Pinto Peixoto só se lembrar de uma frase dessa carta: ‘O pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece’. (...) Só agora pode-se conhecer todo o texto, não de uma só, mas de duas cartas da Princesa, a primeira de 28 e a outra de 29 de agosto. É possível, mas parece pouco provável, ter havido terceira, onde se ache a frase guardada na lembrança de Pinto Peixoto e inexistente naquelas”. MONTEIRO, *História do império: a elaboração da independência*, tomo 2, op. cit., p. 519.

²⁸³ PRIORE, *A carne e o sangue*, op. cit., p. 89-91.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 98-99.

²⁸⁵ CALMON, *O Rei Cavalleiro*, op. cit., p. 102.

²⁸⁶ Vide as páginas 76 e 77 da presente tese.

questão é que o próprio modo como Calmon, Gomes e Priore narram a sucessão dos acontecimentos e descrevem seus personagens pode não ser isento de juízo de valor ou pode não encontrar um respaldo documental para *todos* os detalhes narrados, mas tem, de qualquer modo, implicações epistemológicas. Nesse sentido, guardados os devidos propósitos e contextos, vale a pena mencionarmos o historiador neerlandês Johan Huizinga (1872-1945) que, ao fazer uso de “uma linguagem visualmente sugestiva”, aproximava o leitor daquele universo do passado.

Partindo dessa premissa que joga com o *leitor* ao prevê-lo como parte de um texto que não se esgota na sua literalidade e explora as potencialidades da operação “imaginativa” da *leitura*, a narrativa de *O Outono [da Idade Média]* operava como o vetor de uma experiência com o passado tardo-medieval que não era apenas da ordem da “bela forma”, mas desempenhava um papel epistemológico central em um relato que interpretava e atribuía sentido às vivências da realidade passada ao traduzir e materializar o *pathos* da época em uma linguagem visualmente sugestiva. O modo de acercar-se do passado consistia, para Huizinga, em situar o leitor no centro mesmo dos eventos e, desse lugar artificialmente tecido pela linguagem e pelo ritmo do relato, *ver* a história. Se a vida dessa época era descrita como uma minuciosa performance da “grande arte de viver” apresentada sob o pano de fundo de uma “realidade cruel”, o historiador deveria conduzir o leitor por um relato que servia como um espaço de encenação, de “dramatização” das experiências pretéritas, colocando-os na posição de *espectador* desse “exuberante espetáculo”.²⁸⁷

No próximo capítulo, veremos, pois, como Mary Del Priore e Laurentino Gomes conduzem o leitor pelos seus relatos, de modo que possamos perscrutar a “operação ‘imaginativa’ da leitura” a partir das orientações temporais que um texto de história deveria envolver. Não se trata propriamente de perceber o texto de história – ou os livros dos autores – como um “espaço de encenação”, mas de perceber, dentre outras possibilidades, a força da metáfora como um modo de vivificar o passado ante os olhos do leitor.

²⁸⁷ Grifos da autora. RIBEIRO, Naiara dos Santos Damas. *As formas da história: Johan Huizinga e a História da Cultura como Morfologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. 252 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 217-218.

3 A VIDA COMO UM ROMANCE: A DIMENSÃO ESTÉTICA DOS LIVROS DE DIVULGAÇÃO

O livro *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*, de Mary Del Priore, foi publicado em 2007 – logo após os 140 anos do nascimento de Pedro Augusto de Saxe e Coburgo (1866-1934).²⁸⁸ O biografado, filho de d. Leopoldina de Bragança e neto de d. Pedro II, fora educado para ser o d. Pedro III do Brasil. O problema para Pedro Augusto, cujo desejo era ser efetivamente imperador, é que a princesa Isabel, sua tia, daria posteriormente à luz um menino – o príncipe do Grão-Pará – e que ela defenderia seu direito à sucessão imperial como herdeira natural do trono. O problema ainda maior para o príncipe e os Bragança viria a ocorrer em 1889, quando o Brasil deixaria de ser um império para tornar-se uma república.

Dividido em oito capítulos, o livro não conta com um sumário nem com notas explicativas, mas dispõe de um prólogo de letras graúdas impresso em páginas negras; de imagens em preto e branco do príncipe e de elementos que remetem à sua vida; de um epílogo; de uma árvore genealógica da casa imperial do Brasil; de uma bibliografia e de agradecimentos. O Segundo Reinado é também trabalhado por Mary Del Priore nos livros *Condessa de Barral* (2006) e *O castelo de papel* (2013), os quais serão abordados no capítulo 4. É digno de nota que, nos três livros, a historiadora privilegie uma narrativa semiliterária – quando ela mescla estratégias ficcionais com os recursos historiográficos de seu ofício –, sem preocupar-se em apresentar ao leitor o objetivo do livro ou o método utilizado para a consecução da obra. Trata-se eminentemente de biografias, que alternam a história de vida dos personagens com o contexto histórico em que eles viveram. Em *O príncipe maldito*, a autora não desenvolve uma narrativa em ordem estritamente cronológica, primando, antes, pelos *flashbacks* e *fastforwards* ao longo do texto.

Já o livro *1808 – como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, de Laurentino Gomes, foi também publicado em 2007, às vésperas da efeméride dos

²⁸⁸ PRIORE, Mary Del. *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

duzentos anos do estabelecimento da corte portuguesa no Brasil. Dividido em 29 capítulos concisos, o livro conta ainda com sumário, linha do tempo, prólogo (“O editor, a professora e o bibliófilo”), introdução, imagens coloridas da família real e do período abordado, notas no final do livro, índice onomástico, bibliografia e agradecimentos.

O capítulo mais curto é o capítulo 11 (“Uma carta”) que tem apenas duas páginas (p. 151-152). Nele o jornalista reproduz parte da carta do arquivista Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, que narra a situação deplorável em que se encontravam os tripulantes (por conta da água e dos alimentos podres) da fragata *Princesa Carlota*, que transportava a última remessa de livros da Biblioteca Real para o Brasil. Já o capítulo mais longo é o capítulo 20 (“A escravidão”) que tem vinte páginas (p. 238-258). Ali o autor traça um painel crítico da sociedade escravista no período joanino, quando, no antigo Mercado do Valongo, homens, mulheres e crianças, vindos da costa da África, eram comercializados “como hoje boiadeiros e pecuaristas negociam animais de corte no interior do Brasil”.²⁸⁹ Gomes inicia o capítulo chamando a atenção para a relação entre história e esquecimento, quando ele aponta que o Mercado do Valongo, “o maior entreposto negreiro das Américas sumiu do mapa sem deixar vestígios, como se jamais tivesse existido”.²⁹⁰

A escassez de lugares de memória no Brasil e o desmazelo a que relegamos monumentos que foram palco de momentos históricos cruciais para o país é uma das críticas de Laurentino Gomes logo na introdução de seu *1808*.²⁹¹ Ele anota que, “apesar de sua importância histórica, quase nada no Palácio de São Cristóvão lembra a corte de Portugal no Rio de Janeiro”, sendo “hoje um prédio descuidado e sem memória (...), como se nesse local a História tivesse sido apagada de propósito”.²⁹²

De modo semelhante, Gomes assinala o relativo abandono do antigo Paço Imperial, censurando o fato de que, no início de novembro de 2005, havia, em um de seus aposentos, “uma exposição de artes plásticas em que rosários católicos espalhados

²⁸⁹ GOMES, *1808*, op. cit., p. 239-240.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 238.

²⁹¹ Repousaria aí o clamor por uma espécie de memória-patrimônio, um dos tipos de memória nacional? Essa noção é trabalhada pelo historiador francês Pierre Nora, para quem a memória-patrimônio compreende “todos os objetos testemunhas do passado nacional” e “a transformação em bem comum e em herança coletiva das apostas tradicionais da própria memória”. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 417.

²⁹² GOMES, *1808*, op. cit., p. 18.

pelo chão reproduziam o formato da genitália masculina”. Para o autor, em um momento de julgamento do presente mediante a reverência sacrossanta à história, “a exibição desses objetos naquele local, que por tantos anos abrigou uma das cortes mais religiosas e carolas da Europa, se resumia a uma provocação de mau gosto”.²⁹³

O autor interliga, assim, o mau estado de conservação dos prédios do período joanino com o suposto mau uso desses espaços, a partir dos quais ele procura atribuir relevância ao seu livro. Segundo o jornalista, o propósito de *1808* é “resgatar a história da corte portuguesa no Brasil do relativo esquecimento a que foi confinada e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos anos atrás”.²⁹⁴

Decerto, é problemático o uso do termo “resgatar”, pois uma obra historiográfica²⁹⁵ (assim como uma obra de divulgação)²⁹⁶ é resultado de uma pesquisa – a qual pressupõe desde a seleção e a crítica das fontes até a interpretação das informações coletadas – que, interpelada pelo historiador ou pelo jornalista, não recupera o passado *ipsis litteris*: no lugar, apresenta ao leitor uma versão possível do passado em forma de discurso. No extremo, “a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda”.²⁹⁷

Do mesmo modo, ao tentar “devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível” de seus papéis, o autor deve considerar que “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica”.²⁹⁸ Ademais, em termos metodológicos, o jornalista reproduz acriticamente a historiografia produzida sobre d. João VI (1767-1826) e d. Carlota Joaquina (1775-1830), sem levar em conta o lugar de produção de suas fontes historiográficas: ou

²⁹³ Ibid., p. 19.

²⁹⁴ Ibid., p. 20.

²⁹⁵ Atualmente, desenvolvida, sobretudo, no âmbito acadêmico, cujo resultado da pesquisa é dirigido, majoritariamente, aos especialistas. Há também uma historiografia que precede essa história acadêmica e que se percebe, em certa medida, como “científica”.

²⁹⁶ Desenvolvida dentro ou fora da academia, cujo resultado da pesquisa é dirigido, principalmente, ao público em geral. Poderíamos conceber a “divulgação histórica” como um subgênero do gênero “historiografia”? Neste caso, deveríamos ampliar a concepção de “historiografia” que utilizamos aqui, a qual foi inspirada, em parte, em Michel de Certeau.

²⁹⁷ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 52.

²⁹⁸ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 185.

melhor, o autor opta por tomar partido da perspectiva historiográfica que lhe convém na construção da narrativa. Veremos, pois, como são retratados os personagens que protagonizam *1808*, já que “a mania do julgamento”, criticada pelo historiador Marc Bloch,²⁹⁹ perpassa a obra de Laurentino Gomes.

São os personagens, portanto, que merecem especial atenção no capítulo 3 desta tese. Eles dão origem a biografias (*O príncipe maldito*) e livros-reportagem (*1808*), que são encarados como obras de divulgação da história do Brasil. Mas é o leitor desse tipo de obra que merece ser analisado – ao menos, teoricamente –, já que um texto se realiza precisamente no ato da leitura. *Grosso modo*, os teóricos que analisam o papel do leitor são filósofos ou teóricos da literatura que pensam especificamente no leitor de textos ficcionais. Ainda que as obras de divulgação aqui analisadas contenham elementos ficcionais na composição de suas narrativas, elas são lidas, sobretudo, pelo grau de aproximação ou de distanciamento que mantêm com a historiografia em sua reivindicação pela “verdade” dos “fatos”.

Ainda assim, arrisco-me a pensar no “leitor implícito” do texto de história (obras historiográficas e obras de divulgação), tal qual o teórico literário alemão Wolfgang Iser faz em relação ao texto de ficção literária. Na definição de Iser, “o leitor implícito não tem existência real, pois ele materializa o conjunto das pré-orientações que um texto ficcional oferece, como condições de recepção, a seus leitores possíveis”. Decorre daí que “o leitor implícito não se funda em um substrato empírico, mas sim na estrutura do texto”.³⁰⁰ Logo, a própria construção do texto é o que permite ao leitor constituir o sentido do texto. Por conta das limitações empíricas, proponho-me a inferir as possíveis expectativas, experiências e visões de mundo do leitor, as quais medeiam seu ato de leitura.³⁰¹

²⁹⁹ BLOCH, *Apologia da história ou o ofício de historiador*, op. cit., p. 59.

³⁰⁰ ISER, *O ato da leitura*, op. cit., p. 73.

³⁰¹ Como penso especificamente nas estratégias de desfamiliarização na leitura de um texto ficcional em analogia com o trânsito em mundos temporalmente distintos propiciado pela leitura de um texto de história, evoco, sobretudo, Iser, não Hans Robert Jauss. Este, ao levar em consideração a dimensão da recepção e do efeito da literatura sobre o leitor, dirige suas críticas tanto ao marxismo, que trata de maneira indistinta autor e leitor (“busca-lhe a posição social ou procura reconhecê-lo na estratificação de uma dada sociedade”), quanto ao formalismo, que percebe o leitor apenas “como sujeito da percepção, como alguém que, seguindo as indicações do texto, tem a seu cargo distinguir a forma ou desvendar o procedimento”. Jauss enfatiza, assim, que a “obra literária não é um objeto que exista por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto” – ao contrário, ela se relaciona intimamente com o

Por outro lado, busco dimensionar o aspecto estético da historiografia. Embora o historiador alemão Jörn Rüsen não faça distinção entre obra historiográfica e obra de divulgação (ou vulgarização), ele pensa, sim, na historiografia de acordo com seus destinatários. Para Rüsen, “o grau de inovação que a pesquisa introduz, com relação ao acervo de conhecimento acumulado, amiúde vai além do círculo estreito dos especialistas e dirige-se a interessados em geral”. Quando a historiografia dirige-se ao grande público, ela “assume a plenitude de sua relevância comunicativa”.³⁰² Desse modo, “basear-se na pesquisa é o objetivo da relação estética e retórica da historiografia com o público”, em que “o movimento estético da imaginação aponta para a vivificação das faculdades cognitivas”.³⁰³ Ao longo do capítulo, buscarei compreender, em parte, a dimensão estética das obras analisadas a fim de inter-relacioná-las ao interesse do leitor por livros de história, em especial pelos *personagens* que protagonizam esses livros e cuja construção é também meu objeto de análise.

3.1 A visão íntima da sociedade de consumo

No Brasil dos anos 1940, a José Olympio Editora havia lançado uma coleção intitulada “O Romance da Vida”, escrita por biógrafos e memorialistas nacionais e estrangeiros. De *A vida trágica de Van Gogh*, de Irving Stone, passando por *História de Castro Alves*, de Pedro Calmon, até *Carlota Joaquina – a rainha intrigante*, de Marcus Cheke, os títulos contemplavam uma variada gama de histórias de vida. Contudo, a meu ver, um dos aspectos mais interessantes da coleção é justamente o seu título. Ao comparar uma biografia ao romance de uma vida, a editora brasileira reconheceu no intento biográfico a fina união da história e da literatura para a composição da narrativa.

É verdade, assim, que uma das principais características do gênero biográfico é seu “caráter híbrido”, não sendo exagerado denominá-lo “romance verdadeiro”. O biógrafo, porém, encontra limitações: enquanto o romancista pode “evocar a vida interior de seu personagem”, dando asas à sua imaginação, o biógrafo se vê limitado pelas fontes – ou precisamente pela insuficiência de fontes, que, por vezes, não lhe

horizonte de expectativa do leitor. JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994, p. 22-25.

³⁰² RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 40.

³⁰³ *Ibid.*, p. 42.

permite aprofundar a “vida interior” do biografado. Nesse sentido, o historiador francês François Dosse considera a biografia “um gênero difícil” – dificuldade essa que repousa em sua “ambição de permanecer o mais próximo possível da vida real”.³⁰⁴

Mary Del Priore, ao narrar a primeira viagem de d. Pedro II à Europa em 1871, não descreve os sentimentos que dominavam o monarca naquele momento, registrados em diários de viagens. A autora tergiversou em outro sentido, atribuindo gostos e urgências ao personagem e apelando à noção de movimento como forma de autodescoberta.

E depois havia este gosto ancestral: o de se *mover*. Ele, o monarca que vivia *imobilizado* entre os rituais da Corte e as exigências políticas. Ele, que não se pertencia, mas pertencia, sim, ao Império. Pois ele sentia a urgência de se *desterritorializar*, de *ultrapassar fronteiras*. Esta era a urgência íntima que tinha a ver com a descoberta de si mesmo.³⁰⁵

A historiadora alega apoiar-se em bibliografia e fontes documentais, como arquivos do IHGB e jornais da época, para embasar sua narrativa, “mantendo ante o leitor o pacto de veracidade ao qual está obrigado o biógrafo”.³⁰⁶ Mas em que medida as fontes utilizadas pela autora dariam acesso a um imperador para quem, segundo as palavras de Priore, “viajar era um sonho primitivo, uma experiência do sublime”?³⁰⁷

Considero pertinente a colocação do jornalista Sergio Vilas Boas, quando ele afirma que uma “biografia é o biografado segundo o biógrafo. Em outras palavras, um trabalho autoral”.³⁰⁸ Ele chega mesmo a reconhecer que “conforme o caso, o autor (criador) será levado a descumprir protocolos metodológicos de seu campo de formação”.³⁰⁹ Esse descumprimento decorre do fato de que uma biografia é resultado de um diálogo com diferentes campos do conhecimento, em que se entrecruzam história, literatura e psicologia, por exemplo. Ainda assim, as fontes utilizadas pelo biógrafo

³⁰⁴ DOSSE, François. *La apuesta biográfica*. Escribir una vida. Valencia: Universitat de València, 2007, p. 59.

³⁰⁵ Grifos meus. PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 65.

³⁰⁶ DOSSE, *La apuesta biográfica*, op. cit., p. 66.

³⁰⁷ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 65.

³⁰⁸ VILAS BOAS, Sergio. *Biografias e biografos*. Jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus Editorial, 2002, p. 11.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 17.

(independentemente de sua formação: jornalista, historiador, antropólogo, físico, astrônomo)³¹⁰ são as mesmas de um historiador ou de um jornalista investigativo.³¹¹

É certo, porém, que “a verdade e a ficção tecem o realismo da biografia”,³¹² de tal forma que o gênero biográfico pressupõe “uma empatia e, conseqüentemente, um transporte psicológico mais ou menos regulado e administrado”.³¹³ Resta saber como se dá essa regulação, já que, por vezes, o autor de biografias parece realizar uma interpretação “mais ou menos” livre das fontes, talvez pelo fato de o biógrafo não sobreviver pelo que revela, mas “pelo *modo* como revela”.³¹⁴ A narrativa, com suas figuras de linguagem e sua própria disposição e duração dos acontecimentos, torna mais instigantes os fatos que ela põe em evidência. Ou, antes, em consonância com o intento historiográfico, “deveríamos reconhecer que *o que constitui os próprios fatos é o problema que o historiador, como o artista, tem tentado solucionar na escolha da metáfora com que possa ordenar o seu mundo passado, presente e futuro*”.³¹⁵

Para além da metáfora, há também a duração atribuída a cada acontecimento, que se revela não propriamente pelo *tempo da história*, que faz parte do conteúdo da história narrada (quando o texto diz “o luto oficial baixara por seis meses sobre a Corte”, o tempo da história é este: seis meses), mas pelo *tempo do discurso* que desemboca, por sua vez, no *tempo da leitura*. Afinal, o tempo despendido para escrever e ler “o luto oficial baixara por seis meses sobre a Corte” é muito curto.³¹⁶ Por isso, creio, tal qual o escritor italiano Umberto Eco, que “o tempo do discurso é o resultado de uma estratégia textual que interage com a resposta dos leitores e lhes impõe um tempo de leitura”.³¹⁷ Nesse sentido, ainda que Eco esteja pensando nas três formas de tempo apresentadas por uma obra de ficção, acredito que uma obra historiográfica ou biográfica também as apresente como estratégias textuais.

Dessa forma, o número de linhas e a escassez/riqueza de descrição que Priore concede a determinado evento sublinha a importância que ela confere a esse evento na

³¹⁰ Ibid., p. 17.

³¹¹ Ibid., p. 53.

³¹² Ibid., p. 38.

³¹³ DOSSE, *La apuesta biográfica*, op. cit., p. 66.

³¹⁴ Grifos meus. VILAS BOAS, *Biografias e biógrafos*, op. cit., p. 12.

³¹⁵ Grifos do autor. WHITE, Hayden. “O fardo da história”. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 60.

³¹⁶ ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 59.

³¹⁷ Ibid., p. 63.

narrativa, impondo ao leitor um tempo de leitura mais longo ou mais curto. Após destacar as expectativas do imperador em relação à travessia do Atlântico, a historiadora adentra em um dos destinos de viagem de d. Pedro II. Ele ia visitar o túmulo da filha, d. Leopoldina, irmã da princesa Isabel e mãe de Pedro Augusto de Saxe e Coburgo. A notícia da morte da filha já havia sido explorada no capítulo precedente do livro, por isso a narração da ida a Coburgo é breve: “Aí, fez uma visita *triste* com a imperatriz ao túmulo da filha: um subterrâneo *gelado*. E a menina lá, tão *só*. Soluçaram muito *com saudades*. Soluçaram *aliviados*, pois o coração de Leopoldina não fora embalsamado e colocado em uma urna transparente, à maneira dos Habsburgo. O imperador teria *odiado* esta relíquia sentimental”.³¹⁸

Este é, pois, o modo pelo qual a autora opta por narrar a cena: a ausência de descrição sobre o túmulo de Leopoldina e o subterrâneo onde ela se encontrava (além do fato de ser um local gelado) dá lugar a uma breve descrição sentimental dos personagens ante a filha morta. O alívio que o imperador e a imperatriz teriam sentido é rapidamente contextualizado: a tradição dos Habsburgo de embalsamar o coração de seus mortos não havia sido colocada em prática naquela ocasião. Em todo caso, “em uma biografia, a narração alterna descrição e contextualização sem permitir ausências prolongadas do elemento humano (personagens)”.³¹⁹ É o que acontece quando, no parágrafo seguinte, a autora já faz entrar em cena o primogênito de Leopoldina, que viria a ser “o príncipe maldito” de sua narrativa.

Para além do biógrafo, do biografado e da narrativa que se desenrola a partir daí, resta-nos considerar o leitor que se interessa em ler biografias. De modo genérico, poderíamos nos questionar: por que nos interessamos por livros que põem personagens reais no primeiro plano? Ou, no caso desta tese, por que nos interessamos por personagens históricos? Penso precisamente no *best-seller* de Laurentino Gomes, *1808*, que imediatamente faz emergir em nossas mentes determinada imagem de d. João VI. O jornalista não poupa d. João em nenhum quesito: “O príncipe regente era tímido, supersticioso e feio”,³²⁰ sendo indeciso em sua regência³²¹ e medíocre em sua vida

³¹⁸ Grifos meus. PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 65-66.

³¹⁹ VILAS BOAS, *Biografias e biógrafos*, op. cit., p. 72.

³²⁰ GOMES, *1808*, op. cit., p. 32.

³²¹ *Ibid.*, p. 33.

amorosa.³²² A essa descrição pouco edificante do soberano português, segue o entusiasmo do autor para com a figura de Napoleão Bonaparte: o “maior gênio militar que o mundo havia conhecido desde os tempos dos césores do Império Romano”.³²³

Gomes constrói um d. João nada heroico a partir de uma narrativa de contrastes: Napoleão personificaria o gênio militar, decidido e corajoso que o regente português não havia sido.³²⁴ Até mesmo a compleição física do monarca (sua suposta feiura) foi evidenciada pelo autor – aspecto que ele se exime de destacar nos personagens masculinos que compõem *1822*, por exemplo. Ademais, o jornalista critica a fuga do príncipe para o Brasil, quando, segundo o autor, d. João poderia ter permanecido em Portugal, lutando ao lado dos ingleses contra a invasão napoleônica.³²⁵ Não hesita em chamá-lo, assim, de “inseguro e medroso”.³²⁶ Por isso, creio que, à sua construção biográfica do príncipe regente, subjaz uma perspectiva historiográfica que é também criticada pelo historiador Jurandir Malerba: “Relevar aspectos psicológicos – tão suscetíveis à valoração moral – como ‘tibieza de espírito’ ou ‘natural benevolência’

³²² Ibid., p. 171.

³²³ Ibid., p. 33.

³²⁴ A “indecisão” de d. João VI é narrada pelo historiador brasileiro Tobias Monteiro na obra *História do Império: a elaboração da Independência*, a quem Laurentino Gomes constantemente se refere em seu *1808*: “Na guerra entre a França e a Inglaterra, Portugal fazia o papel do marisco na luta entre o rochedo e o mar; apegava-se àquele, temia ser levado por este e falhavam-lhe os meios de abrandar-lhes o furor. Esperava D. João sair de tal aperto, usando da ‘esperteza saloia’, que lhe atribuíam, mas o momento não era para adiamentos nem cavilações, que por fim forçosamente findariam”. A narrativa do brasileiro assemelha-se, por seu turno, à do historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins em seu livro *História de Portugal* (1879): “Entre a Inglaterra que não admitia a hipótese de prescindirmos da sua protecção, e a França, que exigia de nós, depois da paz de 1801, o entrarmos na liga franco-espanhola contra a Inglaterra, Portugal debatia-se numa impotência absoluta, vazio de força, de inteligência, de audácia. Éramos uma péla jogada entre os dois lutadores; e o príncipe-regente na sua inépcia, esperava codilhá-los a ambos com a esperteza saloia de seu carácter”. Ver: MONTEIRO, *História do império* (tomo 1), op. cit., p. 23-24. Ver também: OLIVEIRA MARTINS. *História de Portugal*. 22^a ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2007, p. 382.

³²⁵ Laurentino Gomes adota, mais uma vez, a perspectiva historiográfica de Tobias Monteiro para referir-se a d. João. O historiador constrói negativamente a imagem do príncipe regente em sua narrativa, atribuindo-lhe a indecisão e o medo que Gomes reproduziria ao longo de *1808*: “Realizado esse intuito [*o da fuga*], o medroso [*d. João VI*], escapo ao perigo, impava de basófia deste lado do mar [*já no Brasil*], no manifesto de 1^o de maio de 1808, em que da nova sede da Monarquia declarava guerra à França: ‘S.A.R. o Príncipe Regente, surpreendido de uma conduta tão inaudita, teria podido reunir o corpo de tropas que tinha junto a si e fazendo entrar a esquadra inglesa no porto de Lisboa, reduzir a pó o pequeno e miserável corpo, a cuja frente o general Junot avançava com uma temeridade que seria incrível, se a sua conduta em Lisboa e Veneza o não tivesse feito conhecer e se ele não confiasse no coração do virtuoso Príncipe, que nunca exporia a terríveis revezes (*sic*) os seus povos a troco de um primeiro sucesso seguro, que só serviria de castigar a audácia de um homem, que como muitos outros abusava do poder (...)’”. MONTEIRO, Ibid, p. 61.

³²⁶ GOMES, *1808*, op. cit., p. 35.

parece inevitavelmente reproduzir a velha prática historiográfica que deságua na condenação ou absolvição dos agentes históricos”.³²⁷

São justamente esses aspectos psicológicos – os quais acompanham o julgamento das ações dos personagens – que acentuam o caráter presentista da narrativa de Gomes sobre a fuga da corte portuguesa em novembro de 1807. Antes, contudo, o autor contextualiza, a seu modo, a ascensão de d. João à regência:

D. João reinava em nome de sua mãe, D. Maria I. Declarada insana e incapaz de governar, a rainha vivia trancafiada no Palácio de Queluz, a cerca de dez quilômetros de Lisboa. Segundo filho da rainha louca, D. João não tinha sido educado para dirigir os destinos do país. Seu irmão mais velho e herdeiro natural do trono, D. José, havia morrido de varíola em 1788, aos 27 anos. Além de *despreparado* para reinar, D. João era um homem *solitário* às voltas com *sérios* problemas conjugais.³²⁸

Em um primeiro momento, podemos pensar que datam dessa época as desavenças conjugais do príncipe com Carlota Joaquina. No entanto, d. Carlota tinha apenas treze anos (era casada desde os dez com d. João) quando o primogênito de d. Maria I havia falecido. Os conflitos entre o casal se desenrolariam anos depois, como mostra o próprio Gomes ao relatar brevemente a tentativa da esposa de destronar o marido em 1805. Vemos também que o autor é econômico na caracterização do personagem e da situação em que ele se encontrava: (i) D. João era *despreparado* para reinar porque não fora educado para ser rei; (ii) D. João era *solitário*; (iii) D. João estava às voltas com *sérios* problemas conjugais.

Essa capacidade de síntese confere certa agilidade à narrativa do jornalista, porém pode soar anacrônica à primeira vista, já que o autor despeja uma série de eventos de temporalidades diferentes no mesmo parágrafo. Em seguida, ficamos sabendo que, “em 1807, fazia três anos que [d. João] vivia separado da mulher, a princesa Carlota Joaquina, uma espanhola *geniosa e mandona* com quem tivera nove filhos, um dos quais havia morrido antes de completar um ano”.³²⁹ Aqui novamente os “aspectos psicológicos” ou as “características da personalidade” determinam o

³²⁷ MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 204.

³²⁸ Grifos meus. GOMES, 1808, op. cit., p. 31-32.

³²⁹ Grifos meus. Ibid., p. 32.

delineamento do perfil dos personagens. A uma princesa “geniosa e mandona”, contrapõe-se um príncipe “indeciso” e “medroso”.

Mas voltemos à pergunta que engendrou a menção a *1808*: por que nos interessamos por livros cujos protagonistas são personagens reais – ou, especificamente, personagens históricos? Neste momento, vou procurar responder *parcialmente* essa pergunta com dois autores que não estão particularmente preocupados com meu objeto de pesquisa, mas que nos oferecem *insights* para possíveis respostas.

Começemos pelo sociólogo francês Jean Baudrillard, quando ele analisa a sociedade de consumo em 1970. O contexto de análise é, principalmente, a sociedade capitalista francesa da década anterior. Naquela época, o sociólogo já observava o consumo de um “imenso material ‘culturalizado’ de revistas, enciclopédias e colecções de bolso” cujo “conteúdo não alimenta a prática autónoma, mas a retórica da mobilidade social – procura esta que visa *outro objecto* diferente da cultura, ou melhor, só visa esta como mero *elemento codificado de estatuto social*”.³³⁰ Essa visão se coaduna, portanto, com a perspectiva que defendi no capítulo 2, quando argumentei que a leitura não é tanto encarada como atividade de lazer pelo brasileiro, mas, especialmente, como uma atividade instrumental à qual está associada algum grau de poder. Nesse sentido, eu me aproprio de Baudrillard para afirmar que as biografias de personagens históricos e os livros de temática afim (logo, restrinjo a problemática ao meu objeto de pesquisa) são consumidos “da mesma maneira que a máquina de lavar é objecto de consumo, a partir do momento em que cessa de ser utensílio e se torna elemento de conforto ou de prestígio”.³³¹

Acredito, contudo, que essa resposta atenda apenas parcialmente à pergunta formulada. Para além da retórica do prestígio e da mobilidade social, que caracteriza a sociedade de consumo, há algo mais que o leitor procura nesses livros. Sim, há um *limitado* senso prático de orientação no tempo que esses livros possibilitam (um senso diferente da perspectiva concebida por Rüsen) a partir do momento em que os personagens que os protagonizam oferecem aos olhos do leitor um sentido de continuidade – menos em termos de ação do que em termos psicológicos, sentimentais e

³³⁰ Grifos do autor. BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 128.

³³¹ *Ibid.*, p. 129.

morais.³³² Na leitura a ser empreendida pelo leitor, reside, portanto, um interesse em seus próprios “sentimentos pessoais”, que reverbera em sua busca pelos personagens do passado, cujas personalidades seriam desvendadas como parte de sua “visão íntima da sociedade”.

Aqui considero pertinente evocar o intelectual estadunidense Richard Sennett, para quem “o eu de cada pessoa tornou-se o seu próprio fardo: conhecer-se a si mesmo (*sic*) tornou-se antes uma finalidade do que um meio através do qual se conhece o mundo”.³³³ Assim, temos que “multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares (...)”.³³⁴ Entretanto, essa obsessão não se restringe somente à busca pelo autoconhecimento, mas se estende também às relações sociais: mediante o conhecimento do “eu” do outro – de sua personalidade –, a comunidade se tornaria “um ato de autodesvendamento mútuo”. Essa “visão íntima da sociedade” incide, porém, sobre a relação que mantemos com o “mundo exterior”, o qual destituído de intimidade – de “calor, confiança e expressão aberta de sentimentos” – acabaria se configurando como decepcionante, “rançoso” e “vazio” aos nossos olhos.³³⁵

Por conseguinte, tratamos “(...) em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal”.³³⁶ Faz sentido, portanto, a observação de Sennett de que “um líder político que busca o poder obtém ‘credibilidade’ ou ‘legitimidade’ pelo tipo de homem que é, não pelas ações ou programas que defende”.³³⁷

³³² O limitado senso prático de orientação no tempo foi explicitado na introdução, quando a atual prevalência do presente sobre o passado e o futuro vem realocando nossa noção de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, para utilizar aqui as duas famosas categorias de Reinhart Koselleck. Para François Hartog, a prevalência do presente sobre as demais orientações temporais ocorre da seguinte forma: “(...) o presente *estendeu-se* tanto em direção ao futuro quanto ao passado. Em direção ao futuro, pelos dispositivos da precaução e da responsabilidade, pela consideração do irreparável e do irreversível, pelo apelo à noção de patrimônio e a de dívida, que reúne e dá sentido ao conjunto. Em direção ao passado: pela mobilização de dispositivos análogos. A responsabilidade e o dever de memória, a patrimonialização, o imprescritível, já a dívida. Formulado a partir do presente e pesando sobre ele, esse duplo endividamento, tanto em direção ao passado quanto ao futuro, marca a experiência contemporânea do presente”. Grifos do autor. HARTOG, *Regimes de historicidade*, op. cit., p. 257-258.

³³³ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 16.

³³⁴ *Ibid.*, p. 17.

³³⁵ *Ibid.*, p. 17.

³³⁶ *Ibid.*, p. 18.

³³⁷ *Ibid.*, p. 17.

Isso talvez explique o entusiasmo com que Laurentino Gomes narre o perfil de d. Pedro I, mas não de d. João VI. Em 1822, d. Pedro é o “príncipe romântico e aventureiro, que fez a independência do Brasil com apenas 23 anos”,³³⁸ ao passo que, em 1808, d. João é o “rei gordo, bonachão, sossegado, solitário, indeciso e, muitas vezes, medroso”, que se curva “ao peso das responsabilidades [da] História”.³³⁹ Embora Gomes considere positivas as mudanças ocorridas no Brasil com a transferência da corte portuguesa, sua descrição do monarca assenta-se menos na ação do personagem do que na personalidade que ele atribui a d. João.

Voltemos a Sennett. O autor elucida que “o desejo de revelar a própria personalidade no trato social e de avaliar a ação social em termos daquilo que esta mostra das personalidades das outras pessoas” evidencia “um desejo de se autenticar enquanto ator social por meio de suas qualidades pessoais”. Logo, não é uma ação em si mesma que é boa ou ruim: o que a torna boa, autêntica, “é a personalidade daqueles que nela se engajam”. Ademais, subjaz aí uma forma de puritanismo, centrado em questões obsessivas de “legitimidade do eu” (a autojustificação definiria o mundo puritano, segundo Sennett), que “esvazia o caráter objetivo da ação e dilata a importância dos estados emocionais subjetivos dos agentes”.³⁴⁰

Esses “estados emocionais” são constantemente trabalhados por Mary Del Priore. Na continuação da cena em que o casal de imperadores brasileiros visita o túmulo da filha na Alemanha, conhecemos o pequeno Pedro Augusto de Saxe e Coburgo, primogênito da falecida (ela tinha quatro filhos). Priore narra em que estado a criança se encontrava, quando o avô foi buscá-la para partirem juntos para o Brasil.

Aos 5 anos, o menino vivia um sentimento de cólera reprimido. Se o repreendiam, empurrava a zanga para dentro. Era incapaz de se expressar. Se sentia raiva, engolia, ficava tomado de culpa. Confuso sobre quem o afastara de casa, dos pais, a criança achava que a falta era sua. Era má.³⁴¹

Poderíamos nos questionar em que medida a caracterização das reações da criança não passariam de elementos *ficcionais* da narrativa da historiadora. Sabemos,

³³⁸ GOMES, 1822, op. cit., p. 24.

³³⁹ Idem, 1808, op. cit., p. 321.

³⁴⁰ SENNETT, *O declínio do homem público*, op. cit., p. 25.

³⁴¹ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 66.

porém, que não é incomum na história da historiografia brasileira o recurso a tais elementos na construção dos eventos e dos personagens selecionados. Lembremos, por exemplo, que, em 1927, Tobias Monteiro já esboçara, de forma análoga, o perfil do pequeno d. Pedro I ao inseri-lo em um seio familiar hostil. Para explicar a criação de Pedro de Bragança em meio à baixa criadagem, o historiador ressaltou, de um lado, a “demência” da avó, d. Maria I, e, de outro, o “ódio” conjugal e as desavenças políticas entre d. João VI e d. Carlota Joaquina: “Sob a opressão dessa atmosfera envenenada, onde as tristezas da demência se misturavam com abafado ou desenvolvido ódio, era impossível irromper e expandir-se a alegria infantil, que procura e aprecia o estímulo dos pais”. Desse modo, Monteiro comparou o desenvolvimento de d. Pedro I aos “passarinhos presos”, que, “um dia libertados e ansiosos de ar livre para voar e cantar”, vão ao encontro de estranhos em busca do “incitamento” e da “ressonância” que “não acham no lar”.³⁴² Podemos, assim, cotejar a construção dos dois personagens em sua fase infantil: enquanto o pequeno Pedro Augusto, de Mary Del Priore, procura reprimir seus sentimentos, o pequeno Pedro de Bragança, de Tobias Monteiro, procura, “entre a gente de serviço”, “quem se [*preste*] aos seus brinquedos e [*exalte*] os seus excessos”.³⁴³

É certo que, contrariamente às biografias que propagam “a crença em uma evolução retilínea rumo ao ‘êxito inelutável’”,³⁴⁴ Priore traça uma evolução curvilínea de Pedro Augusto (com altos e baixos) rumo ao inexorável fracasso, começando pela infância do personagem. O neto de d. Pedro II teria sido um menino incapaz de se expressar, tomado pelo sentimento de culpa. Residiria aí uma possível explicação da autora para as raízes da loucura do príncipe – este que seria educado para ser o d. Pedro III do Brasil. Sobre isso, o jornalista Eduardo Bueno esboça um jogo de palavras e ideias na orelha de *O príncipe maldito*: “Aqui está, de corpo inteiro e alma aberta, um ‘romance de não-ficção’: a vida sem obras de Pedro Augusto de Saxe e Coburgo – o príncipe que sonhou ser D. Pedro III, mas virou sapo quando o império das circunstâncias cedeu lugar à república dos fatos”.³⁴⁵

O sobrinho da princesa Isabel mereceu uma biografia por ter sido quem foi – isto é, por sua personalidade e por sua dinastia –, não pelas obras que deixou. Ao mesmo

³⁴² MONTEIRO, *História do Império* (tomo 1), op. cit., p. 81.

³⁴³ *Ibid.*, p. 81.

³⁴⁴ VILAS BOAS, *Biografias e biógrafos*, op. cit., p. 168.

³⁴⁵ BUENO, Eduardo. Orelha do livro. In: PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit.

tempo, a vida do “príncipe maldito” foi contada em forma de “romance de não ficção”, como sublinha Bueno. Esse modo de apresentar o personagem e de narrar a sua história tem como resultado um livro que se situa no “campo da indústria cultural”, onde estão situados, de modo geral, os livros de vulgarização.

Neste momento, evoco o antropólogo e sociólogo francês Pierre Bourdieu. Considero que sua análise sobre o campo de produção erudita assemelha-se à análise do historiador francês Michel de Certeau sobre as obras historiográficas. Bourdieu percebe que o campo de produção de bens simbólicos é dividido em dois: de um lado, o *campo de produção erudita*, cujos bens culturais são destinados “a um público de produtores de bens culturais” – ou seja, a seus próprios pares, que são, ao mesmo tempo, “clientes privilegiados e concorrentes” – e, de outro, o *campo da indústria cultural*, cujos bens culturais são destinados “a não-produtores de bens culturais (‘o grande público’)”. Temos, assim, que “o campo de produção erudita tende a produzir ele mesmo suas normas de produção e os critérios de avaliação de seus produtos, e obedece à lei fundamental da concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares”.³⁴⁶

De modo análogo, Certeau expõe as diferenças entre uma obra historiográfica e uma obra de vulgarização.

O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. Como o aluno de outrora falava à classe tendo por detrás dele seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus ‘pares’ e seus ‘colegas’, que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica. Existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas. Elas organizam uma ‘polícia’ do trabalho. Não ‘recebido’ pelo grupo, o livro cairá na categoria de ‘vulgarização’ que, considerada com maior ou menor simpatia, não poderia definir um estudo como ‘historiográfico’. Ser-lhe-á necessário o ser ‘acreditado’ para aceder à enunciação historiográfica. O estatuto dos indivíduos que tem – e somente eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir um discurso semelhante depende de uma ‘agregação’ que classifica o ‘eu’ do escritor

³⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982, p. 105.

no ‘nós’ de um trabalho coletivo, ou que habilita um locutor a falar o discurso historiográfico.³⁴⁷

Se o “nós” de um trabalho coletivo e a “polícia” do trabalho exercida pelos pares preocupa, sobretudo, o historiador acadêmico, Mary Del Priore já assume outra postura em relação a isso, uma vez que as idiossincrasias do meio não interferem no intento da autora de escrever para o grande público. Não é à toa que a historiadora se vale das palavras de Eduardo Bueno na orelha e na contracapa de seu *O príncipe maldito*, e não das palavras de um historiador que fosse renomado no meio acadêmico, mas desconhecido do grande público.³⁴⁸

Laurentino Gomes, por seu turno, considera que o sucesso de seu *1808 e 1822* teria provocado “ciúmes” de “uma parte mais medíocre da academia”. Ele denominou essa reação como “reação corporativista”, citando, por outro lado, as resenhas positivas que recebeu de historiadores como “Lilia Schwarcz, Mary Del Priore, Jean Marcel Carvalho França e Elias Thomé Saliba” – daqueles que seriam, portanto, a parte mais “ilustre” do meio acadêmico, se seguirmos a lógica do autor. Nesse sentido, o jornalista argumenta que “eles entenderam o que estou fazendo. Não estou competindo, e sim fazendo um trabalho de divulgação científica, que é bom para eles”.³⁴⁹ Priore chega mesmo a afirmar que “*1808* desvenda os acontecimentos com graça e leveza (...). É uma síntese histórica que brilha pela limpidez das explicações e pelo interesse de projetar o passado no presente. É uma boa ideia sustentada por uma metodologia sem falhas”.³⁵⁰

É verdade que Gomes busca respaldo em outros historiadores para a consecução de sua obra – para *1808*, ele teria recorrido à Maria Odila Leite da Silva Dias; para *1822*, ele teria contado com o auxílio de Alberto da Costa e Silva. É verdade também que o jornalista paranaense conseguiu urdir a narrativa de tal modo que esta se calcasse na “visão íntima da sociedade de consumo”, ao mesmo tempo em que as notas no final de cada capítulo (indicando de qual autor/obra o jornalista extraiu determinada informação) garantissem ao leitor algum rigor historiográfico e jornalístico. Por conta

³⁴⁷ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 72.

³⁴⁸ Por sua vez, Eduardo Bueno faria uso da legitimidade historiográfica de Mary Del Priore em seu *Brasil: uma história* (2010), ao incluir o prefácio da historiadora.

³⁴⁹ GOMES, Laurentino. “Um barril de pólvora chamado Brasil”. Entrevista concedida a Fernando Vives, da *CartaCapital*, e publicada em 18 de janeiro de 2011. Disponível em:

www.cartacapital.com.br/educacao/um-barril-de-polvora-chamado-brasil Acesso em: 27 nov. 2015.

³⁵⁰ PRIORE, Mary Del. “O ano que definiu o Brasil”. *Veja*, nº 2025, 12 de setembro de 2007, p. 126-128.

disso, Gomes apoia-se no sucesso obtido no “campo da indústria cultural” para blindar-se das eventuais críticas recebidas de historiadores não amigos. Para tanto, Bourdieu parece vir ao auxílio do paranaense:

Se os intelectuais e os artistas sempre encararam com suspeita, e também com certo fascínio, as obras e os autores que se esforçam por obter ou de fato obtêm sucessos estrondosos (...), isto ocorre porque a intervenção do ‘grande público’ chega a ameaçar a pretensão do campo [*de produção erudita*] ao monopólio da consagração cultural.³⁵¹

No caso, bastaria que substituíssemos “artistas” por “historiadores” e “consagração cultural” por “legitimidade historiográfica”. Todavia, penso que as críticas dirigidas à obra de Gomes não têm a ver propriamente com o sucesso editorial do autor, tampouco com o fato de que o “grande público” esteja consumindo história. O ponto problemático da obra do jornalista reside nos princípios narrativos, metodológicos e epistemológicos que, sob o ponto de vista de um historiador, resultam em uma narrativa presentista da história, mesmo em suas ambições propedêuticas. Ou ainda, como elaborou em forma de pergunta o historiador Rodrigo Bonaldo, a questão repousa nas “implicações epistemológicas de uma pulsão de representar o passado tendo em mira, como uma quase problemática, o interesse público do presente”.³⁵²

3.2 A dimensão estética dos livros de divulgação: o lugar do leitor

No ano de 1808, vegetava toda a população fluminense cercada de esplendores naturais; esmagada, por assim dizer, pela grandeza do cenário; apinhada numa superfície habitada muito pequena, que balizavam pântanos e matas igualmente hostis; sem passeios frequentados, tirado aos domingos o do umbroso aqueduto da Carioca; acotovelando um mundo de escravos, ciganos e mendigos sórdidos. Os mais ricos mesmo não tinham distrações que contassem, pois que estas se cifravam nas palestras de lojas onde à noitinha, antes da ceia e depois de retiradas das portas esguias as mercadorias empoeiradas, se jogava com furor o gamão; e nas reuniões no teatro, o velho casarão de Manoel Luiz ao pé do Paço, acanhado, sujo, quente, mal ventilado, pouco iluminado a azeite por um lustre de madeira e arandelas de folha de

³⁵¹ BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, op. cit., p. 107.

³⁵² BONALDO, Rodrigo Bragio. Sátira, liberalismo e ironia no *1808...*, de Laurentino Gomes: uma contribuição à crítica das mitologias do presentismo. *MÉTIS: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, jan./jun. 2009, p. 206.

Flandres, com uma orquestra deficiente e espetáculos de um realismo cru e grosseiro.³⁵³

A descrição de Manuel de Oliveira Lima sobre o Rio de Janeiro de 1808 leva-nos a ter uma ideia da grandeza da natureza (os “esplendores naturais” que cercavam a população fluminense) em contraste com a pequenez e a precariedade em que vivia a população (não apenas “escravos, ciganos e mendigos”, mas também “os mais ricos” a quem faltavam distrações). Em realidade, essa natureza imensa surgiria de maneira opressiva e hostil, como se esmagasse a população, a qual estaria confinada a uma pequena superfície habitada, cercada por matas e pântanos. Notemos, assim, uma série de figuras de linguagem que o historiador utiliza nas primeiras linhas para descrever o cenário fluminense daquela época: (i) toda a população fluminense *vegetava* cercada de esplendores naturais, como se o verbo “vegetar” exprimisse a ideia de fusão entre a população e a natureza que a cercava; (ii) toda a população fluminense *vegetava esmagada* pela grandeza do cenário, como se o autor retificasse a si próprio ao substituir a ideia implícita em “estar cercada” pela ideia de “ser esmagada”. Logo, a população fluminense fundia-se à natureza porque esta a esmagava; (iii) toda a população fluminense, esmagada pela grandeza da natureza, *apinhava-se, acotovelava-se* numa superfície habitada muito pequena. O verbo “acotovelar” reforçaria, pois, a ideia do pequeno espaço habitado pelo homem em oposição à natureza que o esmagava.

A essa caracterização do espaço, segue uma descrição das distrações com as quais a população contava no início do século XIX. Sobressai aí uma série de adjetivos que emprestariam aos espaços, às atividades e aos objetos a precariedade que deve compor a cena: mercadorias *empoeiradas*; casarão *acanhado, sujo, quente, mal ventilado e pouco iluminado*; orquestra *deficiente*; espetáculos de um realismo *cru e grosseiro*. Data de 1908 a narrativa de Oliveira Lima sobre o Rio de Janeiro de cem anos antes. Vemos que ali ele mescla a descrição do ambiente com adjetivos e figuras de linguagem que reforçam a ideia de um Brasil parcamente civilizado em 1808. Seria esse Brasil que a corte portuguesa, oriunda de uma Europa civilizada, teria encontrado naquele ano, quando desembarcou no Rio de Janeiro.

³⁵³ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Dom João VI no Brasil*. 1808-1821. v.1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1945, p. 108-109.

Uma visão pouco idílica da natureza já havia sido externada por Joaquim Nabuco na passagem do século XIX para o XX. Como opositor da tradição romântica, Nabuco teria percebido que, “enquanto se resumisse ainda à natureza – tanto as matas virgens ainda a ser conquistadas pelo homem quanto a paisagem a ser admirada pela sua força pictórica – o país parecia restar alheio ao domínio da cultura”, conforme assinalou Luciana Murari.³⁵⁴ Nesse sentido, o padrão dos séculos XIX e XX ainda repousava sobre a ideia de que “ser civilizado, ser desenvolvido significava que a civilização deveria vencer a natureza”, de acordo com Lúcia Lippi Oliveira.³⁵⁵

Essa visão é readaptada em obras de divulgação como as de Laurentino Gomes, quando o autor procura caracterizar a paisagem daquele Brasil de duzentos anos atrás. Nesse aspecto, o jornalista revela o contraste entre a aparência bucólica da cidade do Rio de Janeiro e sua precária urbanização.

Observada do mar, enquanto os navios se aproximavam do porto, era uma cidadezinha tranquila, de aparência bucólica, perfeitamente integrada ao esplendor da natureza que a cercava. De perto, a impressão mudava rapidamente. Os problemas eram a umidade, a sujeira e a falta de bons modos dos moradores.³⁵⁶

O autor baseia-se nos relatos dos estrangeiros que visitaram a cidade no princípio do oitocentos, como os britânicos James Tuckey e John Luccock. Ao reproduzir parte desses relatos ao longo do capítulo 12, intitulado “O Rio de Janeiro” (p. 153-166), Gomes menciona cenas corriqueiras em que vicejam ratos e urubus. Daí que, para o autor, reproduzindo uma visão eurocêntrica, “os hábitos dos moradores não melhoravam em nada esse panorama [*de sujeira*]. Sob o calor úmido dos trópicos, imperavam a preguiça e a falta de elegância no modo de se vestir e se comportar”.³⁵⁷

Percebemos que o autor recorre a poucos subterfúgios linguísticos e literários para apresentar a cidade daquela época, ao contrário de Oliveira Lima. Isso ocorre porque sua narrativa privilegia, em parte, as citações de historiadores e viajantes,

³⁵⁴ MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. São Paulo: USP, 2002. 591 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 64.

³⁵⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Natureza e identidade: o caso brasileiro. *Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 9, p. 123-134, ago./dez. 2011.

³⁵⁶ GOMES, 1808, op.cit., p. 157.

³⁵⁷ Ibid., p. 158.

abstendo-se de explicá-las ou de contextualizá-las, como se as citações fossem autoexplicativas. Mas essa economia de palavras e de recursos estilísticos também se deve à opção de Gomes por capítulos concisos, privilegiando a relativa precisão das informações (como a referência aos dados populacionais computados por John Luccock).

Mary Del Priore, por sua vez, dispensa citações em sua narrativa, a não ser quando é o próprio personagem quem “fala” através de missivas. Sua descrição da paisagem carioca do final do século XIX assenta-se, sobretudo, nos hábitos de seus habitantes.

O Pão de Açúcar velava sobre a entrada da baía, quando o *Boyne* cruzou a chegada. Eram sete horas da manhã do dia 1º de abril de 1872. O Rio de Janeiro era, ainda, uma cidade onde africanos fugidos eram caçados nas ruas. Onde a febre amarela e a varíola eram a maior causa de morte na população, enquanto poderosos tomavam o vapor e atravessavam o Atlântico para tratar de seus “incômodos hemorroidários”. Onde se tomava leite ao pé da vaca e os perus andavam em bandos pelas ruas, tangidos pelo vendedor.³⁵⁸

Aqui o leitor vislumbra um Rio de Janeiro marcado pela escravidão, pelas doenças e pelas reminiscências rurais. O príncipe Pedro Augusto, então com seis anos de idade, teria se deparado com esse cenário ao retornar da Europa com os avós, d. Pedro II e d. Teresa Cristina. Conforme a autora, a população aguardava entusiasmada a chegada da família imperial: “Da costa, chegava o som de metais e tambores das bandas navais. Das janelas, choviam flores. O menino *bebia* a cena. Era assim, ser imperador?”.³⁵⁹ Priore utiliza a narração em terceira pessoa e, eventualmente, a metáfora como linguagem para inserir sentimentos e pensamentos que ela atribui ao protagonista de sua narrativa. “Assim encarada, a metáfora que rege um relato histórico poderia ser tratada como uma *norma heurística que elimina autoconscientemente certos tipos de dados tidos como evidência*”, diria Hayden White.³⁶⁰

Poderíamos até mesmo reformular o historiador. No lugar de certos dados tidos como evidência, teríamos a força estética da metáfora, que atuaria sobre a capacidade heurística do relato histórico, haja vista “o deslocamento de sentido que as palavras

³⁵⁸ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 13.

³⁵⁹ Grifos meus. Ibid., p. 13.

³⁶⁰ Grifos do autor. WHITE, “O fardo da história”, op.cit., p. 59.

sofrem no enunciado metafórico”. A metáfora redescreveria, assim, “uma realidade inacessível à descrição direta”.³⁶¹ Não é à toa que “o elemento estético da formatação historiográfica permite a percepção do saber histórico, abre-lhe a possibilidade da imediatez e da força de convencimento da percepção sensível”, segundo Jörn Rüsen.³⁶² Aqui Rüsen não se refere apenas à qualidade literária dos textos historiográficos, mas à “força interpeladora do discurso, na qual, em última instância, reside também a qualidade literária desses textos”. Por conseguinte, a dimensão estética de uma obra historiográfica “torna viável a aptidão a apresentar as constituições de sentido de maneira que suscitem, nos destinatários, sua própria capacidade de constituir sentido”.³⁶³

Creio que o sentido histórico que desemboca na vida prática humana é, em parte, consequência do fato de que “o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal”, como compreende o filósofo francês Paul Ricoeur. Qualquer narrativa – não somente a narrativa histórica – tem como desafio esboçar “o caráter temporal da experiência humana”.³⁶⁴ Desse modo, o filósofo evoca Wolfgang Iser para pensar, a partir do texto literário, o ato de leitura. Para tanto, Ricoeur trabalha com as três dialéticas que, segundo ele, tornam a leitura “uma experiência *viva*”.³⁶⁵ A primeira dialética refere-se ao fato de que “o ato de leitura tende a se tornar, com o romance moderno, uma réplica à estratégia de decepção”, que, ao frustrar “a expectativa de uma configuração imediatamente legível”, coloca “sobre os ombros do leitor a tarefa de configurar a obra”. Já a segunda dialética repousa na compreensão de que “todo texto, ainda que sistematicamente fragmentário, revela-se inesgotável à leitura, como se, por seu caráter inelutavelmente seletivo, a leitura revelasse no texto um lado não escrito” – lado esse que a leitura se empenharia “em *se figurar*”. Por último, a terceira dialética transita do não familiar para o familiar, quando o leitor crê na obra, e esta deixa de lhe ser estranha – “a ‘boa’ leitura é, portanto, aquela que admite certo grau de ilusão (...), e

³⁶¹ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo 1. Campinas: Papirus, 1994, p. 9, p. 11.

³⁶² RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 29.

³⁶³ *Ibid.*, p. 31.

³⁶⁴ RICOEUR, *Tempo e narrativa* (tomo 1), op. cit., p. 15.

³⁶⁵ Grifos do autor. *Idem. Tempo e narrativa* (tomo 3). Campinas: Papirus, 1997, p. 290.

assume o desmentido imposto pelo excedente de sentido, pela polissemia da obra, a todas as tentativas que o leitor faz de aderir ao texto e às suas instruções”.³⁶⁶

Pensemos no caso de Mary Del Priore. Os recursos narrativos utilizados pela historiadora evidenciam, em determinados momentos, uma “qualidade literária” relativamente frágil no modo de apresentação de sua pesquisa. Se Iser considera as lacunas textuais como uma qualidade do texto literário junto ao leitor,³⁶⁷ a autora também faz uso de lacunas quando inicia *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*, que funcionariam, em realidade, como o *adiamento de uma revelação*. Entretanto, essa “qualidade literária” em um texto de história pode dificultar, em um primeiro momento, a compreensão do leitor e sua “experiência temporal”. Vejamos as linhas introdutórias do livro:

Era noite. O mar parecia um caldo em ebulição. Fazia calor. Mais calor ainda dentro da pequena cabine do velho navio. Na parte inferior do beliche, o jovem tentava dormir. Mas não dormia. Delirava. Cuspia palavras incoerentes. Sob as pálpebras, os globos oculares rolavam como bolas de gude. Como bolas de gude, os olhos eram azuis. Um fio de saliva grossa se misturava às lágrimas dando ao fino travesseiro um cheiro azedo. Ele soluçava, o belo rosto de boneca enfiado na fronha. Coberto pelo pesado costume escuro, o corpo se encolhia sobre o colchão.³⁶⁸

A descrição transita entre diversas construções imagéticas inter-relacionadas até chegar ao personagem de quem o prólogo do livro trata. As imagens em sequência remetem a um tempo vago (a uma noite qualquer), seguido de uma localização vaga (o mar), que vem acompanhada de uma experiência sensorial (“calor”, “mais calor”), que se desdobra em uma localização menos imprecisa (“pequena cabine do velho navio”, “na parte inferior do beliche”) até surgir a figura de um jovem que não conseguia dormir. Temos, então, uma genérica descrição do jovem: dotado de olhos azuis e “belo rosto de boneca”, ele passava por uma situação difícil naquela noite quente (“não dormia”, “delirava”, “cuspia palavras incoerentes”, “os globos oculares rolavam como bolas de

³⁶⁶ Ibid., p. 289-290.

³⁶⁷ O capítulo consultado consta originalmente no livro de W. Iser intitulado *The Implied Reader*. Aqui foi utilizada a versão constante no livro organizado por J. P. Tompkins. Ver: ISER, Wolfgang. “The Reading Process: a Phenomenological Approach”. In: TOMPKINS, Jane P. (Ed.). *Reader-Response Criticism. From Formalism to Post-Structuralism*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1980, p. 50-69.

³⁶⁸ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 1.

gude”, babava, “soluçava”). Seguindo essa linha, a autora recorre até mesmo à capacidade olfativa do leitor para que ele imagine o “cheiro azedo” decorrente da mistura de saliva e lágrimas, mas sem revelar quem era, afinal, o jovem que sofria naquela noite. Apenas no final do preâmbulo, composto de seis parágrafos, a autora revela que se tratava de Pedro de Alcântara Augusto Luís Maria Miguel Rafael Gonzaga de Bragança Saxe e Coburgo. Somente no último parágrafo, o leitor sabe, então, que a noite quente das linhas iniciais referia-se à madrugada do dia 17 de novembro de 1889.

Logo, temos aqui a descrição vívida realizada pela historiadora, que permite que o leitor do livro de história se aproxime do personagem ao evocar algumas de suas possíveis sensações naquela noite. Entretanto, essa descrição, por começar com a supressão das principais informações (postergando a resposta às principais perguntas: *quem, quando, onde*), dificulta a compreensão temporal do leitor ao não permitir que ele se situe cronologicamente nos parágrafos iniciais do texto. Decerto, o leitor também poderia supor que o personagem “misterioso” retratado pela historiadora é o mesmo “príncipe” que dá nome ao livro. As sensações negativas associadas ao personagem nas primeiras linhas se articulariam, assim, com os termos que aparecem no título e no subtítulo do livro: “maldito”, “traição”, “loucura”. Nesse sentido, o subtítulo também estabelecerá um recorte temporal ao indicar que o “príncipe” em questão pertencia à “família imperial”. Desse modo, as associações realizadas pelo leitor o levariam a uma delimitação temporal: século XIX (ou, mais especificamente, algum momento entre 1822 e 1889).

Iser enfatiza as características do texto literário a partir das quais a mente do leitor trabalha: em outras palavras, é o texto que transforma a leitura em um processo criativo, uma vez que ele “ativa nossas próprias faculdades, nos possibilitando recriar o mundo que ele apresenta”. A dimensão virtual do texto decorre, assim, do encontro com a imaginação do leitor, engendrando o processo de antecipação e retrospectão, em que cada frase contém uma prévia da próxima, a partir da qual se vislumbra o que virá, ao mesmo tempo em que esse vislumbre modifica o que foi lido.³⁶⁹ Por outro lado, dadas as

³⁶⁹ “Every sentence contains a preview of the next and forms a kind of viewfinder for what is to come and this in turn changes the ‘preview’ and so becomes a ‘viewfinder’ for what has been read”. ISER, “The Reading Process: a Phenomenological Approach”, op. cit., p. 54

próprias lacunas do texto, a imaginação do leitor as preenche à sua maneira, daí que um texto é potencialmente capaz de diversas interpretações, distintas umas das outras.³⁷⁰

No caso do texto de história, é pertinente reiterar que as lacunas podem dificultar a “experiência temporal” do leitor, podendo, portanto, dificultar sua capacidade de “recriar” a realidade pretérita. Por seu turno, as diferentes interpretações tornam-se, em certa medida, inevitáveis, independentemente das lacunas que o texto de história apresente. Afinal, o leitor realiza a leitura, sendo mediado pelas suas próprias experiências, expectativas e visões de mundo.

O autor alemão também destaca que a experiência decorrente da leitura é bastante similar àquela que encontramos na vida. Por outro lado, a experiência leitora deve ser diferente daquela que o leitor vivencia no dia a dia: à medida que o leitor se desvencilha daquele mundo que lhe é familiar, ele pode verdadeiramente participar do mundo que o texto literário lhe oferece. Se, por um lado, o leitor procura, mesmo que inconscientemente, encaixar o mundo do texto em um padrão consistente; por outro, é também necessária a formação de ilusões para que a experiência oferecida pelo texto torne-se acessível ao leitor, caso contrário o mundo não familiar do texto permaneceria não familiar aos seus olhos. Em outras palavras, “como é o leitor quem constrói as ilusões, ele oscila entre o envolvimento com essas ilusões e a sua observação (...). Através desse processo o leitor adentra no mundo ficcional e logo experimenta as realidades do texto como elas ocorrem”.³⁷¹

Decorre desse processo oscilatório a experiência estética que o texto literário propicia. Como afirma Iser, “na oscilação entre a consistência e as ‘associações não familiares’, entre o envolvimento com a ilusão e a sua observação, o leitor seguramente conduz sua própria operação de balanceamento, e é isto que forma a experiência estética oferecida pelo texto literário”.³⁷² O ato de recriação não é um processo contínuo: antes, ele repousa em um processo de interrupções, composto, de um lado, por “um repertório de padrões literários familiares e temas literários recorrentes, juntamente com alusões a contextos sócio-históricos familiares”, de outro, por “técnicas ou

³⁷⁰ Ibid., p. 55.

³⁷¹ Ibid., p. 61.

³⁷² Ibid., p. 61.

estratégias utilizadas para estabelecer o familiar contra o não familiar”.³⁷³ Assim, Iser emenda que “a eficácia do texto literário vem à tona pela aparente evocação e pela subsequente negação do familiar”. Nesse sentido, apenas quando “ultrapassamos nossas pré-concepções e deixamos o abrigo do familiar, estamos em condições de encontrar novas experiências”.³⁷⁴

Há dois pontos que valem a pena ser ressaltados, pois são pertinentes à análise da experiência leitora a partir do texto de história a ser analisado: um se refere à evocação inicial daquilo que é familiar ao leitor; outro se refere à possível negação subsequente daquilo que lhe é familiar com a criação de ilusões que o levem a uma nova experiência. É certo que os próprios textos de divulgação, dado seu propósito didático, também recorrem inicialmente àquilo que é familiar ao leitor ao estabelecerem uma conexão com o presente, mesmo que hipotético. Neste caso, alguns elementos do presente são trazidos à tona na construção da situação imaginada. É o que faz Laurentino Gomes, em *1808*, quando inicia o primeiro capítulo, “A Fuga”, no intuito de relacionar o primeiro parágrafo (situação hipotética no Brasil) ao terceiro (situação ocorrida em Portugal há duzentos anos).

Imagine que, num dia qualquer, os brasileiros acordassem com a notícia de que o presidente da República havia fugido para Austrália, sob a proteção de aviões da Força Aérea dos Estados Unidos. Com ele, teriam partido, sem aviso prévio, todos os ministros, os integrantes dos tribunais superiores de Justiça, os deputados e senadores e alguns dos maiores líderes empresariais. E mais: a esta altura, tropas da Argentina já estariam marchando sobre Uberlândia, no Triângulo Mineiro, a caminho de Brasília.³⁷⁵

Ao iniciar o capítulo de abertura desta forma, Gomes dá preferência a uma narrativa ficcional (por isso, ele convida o leitor à imaginação: “imagine que...”), a qual poderia ter ocorrido em qualquer momento da história do Brasil (“num dia qualquer”). Notemos, porém, que este “dia qualquer” contém elementos que o remetem ao presente dada a evocação dos três poderes que perfazem o Brasil atual. Mesmo que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário aludam ao país de um século atrás (quando da Constituição de

³⁷³ Ibid., p. 62-63.

³⁷⁴ Ibid., p. 64.

³⁷⁵ GOMES, *1808*, op. cit., p. 29.

1891), é a sua permanência no presente que os torna familiares ao leitor. Daí que o segundo parágrafo evidencia as possíveis reações dos brasileiros, caso tamanha debandada acontecesse: “Provavelmente, a primeira sensação dos brasileiros diante de uma notícia tão inesperada seria de desamparo e de traição. Depois, de medo e revolta”.³⁷⁶ Este é o gancho para estabelecer a conexão com um evento que abalaria Portugal no final do ano de 1807: a fuga da Corte portuguesa para o Brasil quando da iminência da invasão das tropas napoleônicas.

E foi assim que os portugueses reagiram na manhã de 29 de novembro de 1807, quando circulou a informação de que a rainha, o príncipe regente e toda a corte estavam fugindo para o Brasil sob a proteção da Marinha britânica. Nunca algo semelhante tinha acontecido na história de qualquer outro país europeu.³⁷⁷

Ao ingressar na dimensão histórica em seu livro, Gomes ainda reluta em deixar a dimensão hipotética, embora ele faça uso de um tom afirmativo ao correlacionar as possíveis emoções dos portugueses naquele dia 29 de novembro com as possíveis reações dos brasileiros frente a um evento que nunca ocorreu: “desamparo”, “traição”, “medo” e “revolta”. O autor, ao enfatizar sentimentos dessa monta, busca aproximar o leitor brasileiro contemporâneo aos personagens anônimos daquele Portugal de dois séculos atrás. Isto é, ele busca trabalhar com a compreensão do leitor ao estabelecer uma ponte entre o passado e o presente, ainda que fazendo uso de uma situação fictícia. É claro que, ao fazer isso, o autor corre o risco de ser anacrônico: a começar pela própria diferença entre o sistema presidencialista de um país democrático (como é o Brasil contemporâneo) e a monarquia absoluta de base colonial e escravista (como foi Portugal naquela época).

Rodrigo Bonaldo, por sua vez, interpreta os excertos da seguinte forma:

Entre o ‘imagine que’, o ‘provavelmente’ e o ‘foi assim que os portugueses reagiram’, existe uma linha essencialista de interpretação cujo ponto de partida e chegada é a própria contemporaneidade. Entre o exercício de imaginação contrafactual e o interesse das curiosidades cotidianas, uma relação igualmente circular. O contextualismo, mais uma vez, ao operar com um dos olhos no *hic et nunc* ou, melhor dizendo,

³⁷⁶ Ibid., p. 29.

³⁷⁷ Ibid., p. 30.

ao construir ‘fios’ que ligam um evento a um contexto que lhe seria cronologicamente muito posterior, confunde-se com o presentismo em sua aceção cronocêntrica. O tempo do jornalismo, assim como o da memória, parece ser o tempo presente.³⁷⁸

A narrativa de Gomes seduz o leitor precisamente pela frequência com que o autor apela ao tempo presente para evocar o passado. A contemporaneidade não é, assim, apenas o “tempo do jornalismo”, mas é também o tempo do leitor – aquilo que lhe é essencialmente familiar. O parágrafo seguinte do texto do jornalista evidencia isto:

No Brasil de hoje, se, por uma circunstância inesperada, todos os governantes fugissem do país, o povo ainda teria a prerrogativa de se reunir e eleger um novo presidente, deputados e senadores, de modo a recompor imediatamente o Estado e seu governo. (...) Em Portugal de 1807 não era assim. Sem o rei, o país ficava à míngua e sem rumo.³⁷⁹

Neste segundo momento, Gomes estabelece claramente uma relação entre o presente e o passado a partir de dois países e dois períodos diferentes: é quando o mundo familiar do leitor inicia o encontro com o mundo não familiar, com um passado que lhe é conhecido apenas parcialmente. Ricoeur, baseado em Iser, considera que o autor “só atinge seu leitor se, por um lado, compartilhar com ele um *repertório do familiar*, quanto ao gênero literário, ao tema, ao contexto histórico (...)” e, por outro lado, praticar uma *estratégia de desfamiliarização*.³⁸⁰ No entanto, em um relato histórico – ou, precisamente, em um livro de divulgação –, creio que essa estratégia não ocorra mediante uma desobediência às “normas que a leitura crê poder reconhecer e adotar facilmente”. Entrevejo que o autor de um texto de história preocupa-se, em um primeiro momento, em evidenciar os fatos por ele selecionados, sabendo que esses fatos não são, em geral, conhecidos pelo leitor. A ânsia do autor é, então, tornar o mundo não familiar do passado rapidamente familiar ao leitor do presente, que deveria acessar o mundo pretérito mediante o estímulo à *imaginação histórica*.³⁸¹

³⁷⁸ BONALDO, “Sátira, liberalismo e ironia no 1808...”, de Laurentino Gomes: uma contribuição à crítica das mitologias do presentismo”, p. 214.

³⁷⁹ GOMES, 1808, op. cit., p. 30-31.

³⁸⁰ RICOEUR, *Tempo e narrativa* (tomo 3), op. cit., p. 290.

³⁸¹ Retomarei o termo no capítulo seguinte, em que apresentarei outra perspectiva da imaginação histórica.

Por “imaginação histórica”, Hayden White compreende “uma faculdade que, tendo-se originado do impulso do homem para impor imagens estáveis ao caos do mundo dos fenômenos – isto é, um impulso estético –, [desemboca] numa trágica reafirmação do fato fundamental da mudança e do processo”.³⁸² Curiosamente, autores como Laurentino Gomes tendem a primar pelo sentido de continuidade, enfatizando menos as mudanças do que as permanências. Desse modo, seu livro recorre menos à imaginação histórica (como concebida por White) do que à “*presentificação do passado* através dos valores que lhe são estranhos”, como faz Eduardo Bueno.³⁸³ Sobressai em *1808* “a ingenuidade tranquila com que [Gomes] abusa de anacronismos, transformando o passado num imenso território do mesmo”, ainda que, para o historiador Jean Marcel Carvalho França, isso não chegue a ser um problema: “trata-se de um livro de divulgação”, estando livre, portanto, de quaisquer “preciosismos acadêmicos”.³⁸⁴

Mas seria a crítica à narrativa anacrônica de um livro de história um mero “preciosismo acadêmico”? Não estamos aqui tratando de um romance histórico, que, embora possa recorrer aos documentos para compor a narrativa, é explicitamente vendido como uma obra de ficção. Os possíveis anacronismos em obras ficcionais compõem a própria estrutura do texto, seu enredo e sua estratégia de persuasão e ilusão junto ao leitor. Já o livro de história – independentemente de se tratar de uma obra historiográfica ou de uma obra de divulgação, independentemente dos próprios elementos ficcionais de que faz uso – assenta-se em um compromisso com o leitor, que privilegia a veracidade do conteúdo narrado, o que inclui uma narrativa sobre o passado que não funcione como mera extensão do presente, que não submeta a ordem dos eventos e dos conceitos ao simples gosto do autor nem a construção dos personagens à valoração moral de nossa época.

Gomes, por sua vez, defende-se sob a premissa do jornalismo, seu campo de formação e atuação: “(...) o que eu faço é reportagem. Não é nem um almanaque de curiosidades, porque aí o livro seria irrelevante, nem um livro acadêmico, denso, com

³⁸² Hayden White inspirou-se nos expoentes do pensamento histórico da primeira metade do século XIX para a conceituação. Ver: WHITE, “O fardo da história”, op. cit., p. 61.

³⁸³ Grifos do autor. BONALDO, *Presentismo e presentificação do passado*, op. cit., p. 42.

³⁸⁴ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “‘1808’ reconta era joanina com leveza”. Publicado na *Folha de São Paulo* em 06 de outubro de 2007. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm> Acesso em: 08 jul. 2016.

um mergulho muito profundo”.³⁸⁵ Desse modo, *1808* é “o resultado de dez anos de investigação jornalística”,³⁸⁶ que tem como objetivo “tornar esse pedaço da história brasileira mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado, mas não estão habituados nem dispostos a decifrar a rebuscada linguagem acadêmica (...)”.³⁸⁷

Jean Marcel Carvalho França contesta esse suposto rebuscamento da linguagem acadêmica – pelo menos, no que diz respeito à historiografia produzida atualmente. Mas Gomes talvez entenda por “linguagem rebuscada” aquilo que Eduardo Bueno caracterizara como “pernesticidade acadêmica”. Daí que as obras de divulgação de Gomes e Bueno sejam marcadas pela ausência de mediações conceituais e de reflexão teórica.³⁸⁸

Como resultado, esse “passado-tornado-presente” é propiciado, em maior ou menor medida, pela força e pela imposição da categoria do presente.³⁸⁹ Logo, essas obras não possibilitam a “imediatez na experiência de presentes passados” no sentido entendido por Hans Gumbrecht, quando “aquilo que nos afeta no ato da leitura envolve o presente do passado em substância – e não um sinal do passado, nem a sua representação”.³⁹⁰ Esses relatos históricos são, antes, releituras de outros relatos históricos, dando origem a uma versão presentista do passado sob a forma de narrativa.

3.3 Os personagens ilustres como protagonistas da “historiografia” popular brasileira

São histórias de reis e rainhas, de príncipes e princesas, de nobres que compunham a corte no Brasil. Os protagonistas não são, portanto, escravos, artesãos ou pequenos comerciantes, mesmo que haja referência à escravidão nas narrativas de Laurentino Gomes e de Mary Del Priore.

³⁸⁵ “7 Perguntas para Laurentino Gomes”. *História Viva*. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/7_perguntas_para_laurentino_gomes.html Acesso em: 19 ago. 2015.

³⁸⁶ GOMES, *1808*, op. cit., p. 13.

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 20-21.

³⁸⁸ BONALDO, *Presentismo e presentificação do passado*, op. cit.

³⁸⁹ HARTOG, “El historiador en un mundo presentista”, op. cit., p. 15-16.

³⁹⁰ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiente, Stimmung*. Sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2014, p. 25.

A história do príncipe Pedro Augusto de Saxe e Coburgo (1866-1934) talvez não fosse mais lembrada, não fossem os esforços de Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança³⁹¹ em publicar artigos sobre a dinastia (à qual o autor pertence) na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mas coube, sobretudo, à Mary Del Priore levar ao conhecimento do grande público a história do príncipe – ou, precisamente, sua versão da história do neto de d. Pedro II, que sonhava em ser imperador do Brasil, mas que acabou falecendo em um manicômio na Áustria após permanecer mais de quarenta anos internado. Ao narrar a história de Pedro Augusto, a historiadora parece ter encontrado certo grau de liberdade para *criar* situações de modo a amarrar diferentes momentos da narrativa. Esses momentos ora expressam a passagem do tempo, ora evidenciam os aspectos psicológicos e sentimentais dos personagens da história.

Já as histórias de d. João VI (1767-1826) e d. Carlota Joaquina (1775-1830) conquistaram não só os livros (romances históricos, obras historiográficas, obras de divulgação), mas também o cinema, com destaque para o filme *Carlota Joaquina – a princesa do Brasil* (1995), de Carla Camurati. O próprio Laurentino Gomes, na introdução de seu *1808*, questiona o tratamento caricato dispensado a d. João e à sua corte na versão cinematográfica. Enquanto a princesa surge ali como “uma mulher histérica, pérfida e ninfomaniaca”, o príncipe é apresentado como “um monarca abobalhado e glutão, incapaz de tomar uma decisão”.³⁹² A visão excêntrica de Camurati sobre d. João encontra eco, por exemplo, na construção biográfica empreendida pelo historiador Marcus Cheke em 1947, quando ele afirma que o príncipe regente tinha “o hábito de carregar no bolso duas caixinhas – uma contendo rapé e a outra, pernas de frango assado que chupava nos momentos de desocupação”.³⁹³ Em 1879, o historiador português Joaquim Pedro de Oliveira Martins afirmava, do mesmo modo, que d. João “preferia os louros frangos assados com que abarrotava os bolsos da casaca engordurada, comendo-os à mão, polvilhados de rapé”.³⁹⁴

³⁹¹ Dentre a bibliografia recente, destacam-se dois livros do sobrinho-neto de Pedro Augusto: 1. BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. *A intriga: retrospecto de intrincados acontecimentos históricos e suas consequências no Brasil imperial*. São Paulo: Editora Senac, 2012; 2. BRAGANÇA, Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e. *Dom Pedro II na Alemanha: uma amizade tradicional*. São Paulo: Editora Senac, 2014.

³⁹² GOMES, *1808*, op. cit., p. 19-20.

³⁹³ CHEKE, Marcus. *Carlota Joaquina – a rainha intrigante*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949, p. 15-16.

³⁹⁴ OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, op. cit., p. 393.

Para a diretora, não teria sido possível construir os personagens de outra forma, já que, à medida que ela pesquisava, ela se deparava “com tipos cada vez mais hilários e absurdos”, conforme o depoimento dado a Laurentino Gomes.³⁹⁵ O jornalista, por seu turno, seguiu o mesmo caminho, não se furtando a uma construção caricata da família real em seu livro e estendendo para os governantes do presente o mesmo pendor para a caricatura – “esses personagens podem ser, sim, inacreditavelmente caricatos, algo que se poderia dizer de todos os governantes que os seguiram, inclusive alguns muito atuais”.³⁹⁶ O sentido de continuidade reverbera, assim, na narrativa de Gomes, bem como a tendência a julgar os personagens do passado – suas ações, suas personalidades – pela perspectiva do presente. Por fim, a reprodução acrítica de uma historiografia produzida nas primeiras décadas da república sobre o período joanino completa o quadro narrativo de *1808*. A propósito, uma parte dessa historiografia também será analisada aqui.

3.3.1 *Pedro Augusto de Saxe e Coburgo*

Carlos Wehrs, médico de formação e sócio titular do IHGB, traça a genealogia da dinastia Saxe e Coburgo a partir de seu ramo católico, o qual teria ampliado as “possibilidades de casamento com as famílias católicas nobres daquela época”, incluindo a aliança matrimonial no Brasil com a princesa Leopoldina de Bragança, filha de d. Pedro II e mãe de Pedro Augusto.³⁹⁷ Se Laurentino Gomes costuma visitar alguns lugares que ele menciona em seus livros – em *1808*, ele cita, por exemplo, o Palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro; em *1822*, ele cita as sepulturas dos mortos da Batalha do Jenipapo, no Piauí –, Wehrs também empreende uma viagem a Coburgo para visitar a cripta de d. Leopoldina e de outros membros da dinastia. O autor assinala, assim, que “até hoje lá repousa [*o corpo de d. Leopoldina*], pouco lembrada pelos seus patrícios. Os livros de história pátria, em geral, não lhe concedem espaço”.³⁹⁸

³⁹⁵ GOMES, *1808*, op. cit., p. 20.

³⁹⁶ *Ibid.*, p. 20.

³⁹⁷ WEHRS, Carlos. A princesa Leopoldina de Bragança e Bourbon e a casa ducal de Saxe-Coburg. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 168 (437), p. 275-289, out./dez. 2007.

³⁹⁸ *Ibid.*, p. 280.

Wehrs faz menção à descendência de d. Leopoldina, mas sem entrar em detalhes em relação ao papel que o “príncipe maldito” teria desempenhado nos estertores do império e no alvorecer da república, e sem mencionar a loucura que acometeu Pedro Augusto ainda jovem.

Quanto aos descendentes de D. Leopoldina, *D. Pedro Augusto* cursou, no Rio de Janeiro, o Colégio D. Pedro II e a Escola de Engenharia. Faleceu, sem geração, em 1934. *D. Augusto Leopoldo* seguiu a carreira naval. Quando em viagem de circunavegação ao globo foi surpreendido pelo fim da monarquia no Brasil, e o almirante Custódio José de Melo, cumprindo ordens do Governo Provisório, desembarcou-o em Colombo, no Ceilão. Não podendo retornar à pátria, passou-se para a marinha austríaca, onde alcançou a patente de capitão-de-mar-e-guerra. Morreu em 1922. *D. José Fernando* faleceu aos 19 anos, de pneumonia, em 13.8.1888, em Viena. Foi sepultado em Coburgo numa cripta, na igreja de St^o Agostinho. E *D. Luís Gastão*, falecido em 23.1.1942, foi também inumado em Coburgo.³⁹⁹

Mary Del Priore, por seu turno, inicia *O príncipe maldito* recriando um momento de delírio de Pedro Augusto, quando o jovem, então com 23 anos de idade, partia do Brasil rumo ao exílio na Europa. No “beliche fétido” da “pequena cabine do velho navio”, ele teria vislumbrado “uma imagem de mulher”, cuja “figura enternecida se debruçava sobre o leito trazendo certo conforto ao desespero do jovem” e convidando “sua alma a fluir para fora do corpo”.⁴⁰⁰ Acreditando estar em um castelo na Áustria, o rapaz gemia: “*Maman! Maman!*”.⁴⁰¹

A lembrança da mãe ausente, d. Leopoldina – a qual falecera aos 23 anos, quando o príncipe tinha apenas cinco anos de idade –, parece ter marcado a trajetória de Pedro Augusto. Ao longo da narrativa, Mary Del Priore recorre à figura materna para associar o sofrimento indizível do neto mais velho de d. Pedro II aos sintomas de loucura – “*hiperexcitação nervosa e escapamento do juízo*”⁴⁰² – que ele passaria a externar na fase adulta.

Os três primeiros dos oito capítulos privilegiam a infância do pequeno príncipe e a “história de amor” de seus pais, Luís Augusto de Saxe e Coburgo, vulgo Gusty, e

³⁹⁹ Grifos do autor. Ibid., p. 282.

⁴⁰⁰ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 4-5.

⁴⁰¹ Ibid., p. 7.

⁴⁰² Grifos da autora. Ibid., p. 3.

Leopoldina de Bragança. A autora conta que, após a morte da mãe de Pedrinho, “o neto tão bonitinho” do vovô⁴⁰³ partiu da Europa rumo ao Brasil em companhia de seu outro irmão, Augustinho. A partida do menino deveu-se à aparente esterilidade da princesa Isabel, que, ao não parir um herdeiro para o trono, tornou necessária a ideia de educar o primogênito de d. Leopoldina para que este pudesse ser o sucessor do trono brasileiro. Quanto aos dois filhos mais novos da falecida, estes permaneceriam com o pai na Áustria. Priore, porém, não narra os eventos exatamente nesta ordem.

O primeiro capítulo, “O menino que queria ser rei” (p.13-38), inicia com a chegada ao Brasil do casal de imperadores depois de eles terem visitado o túmulo da filha em Coburgo. Juntos, também chegavam Pedro e Augustinho, que haviam ido a Paris encontrar os avós. O segundo capítulo, “A dourada esfera da intimidade” (p. 39-64), começa com a chegada de Pedro Augusto à Europa quando ele ainda era um bebê, logo depois de seu batizado no Brasil. Já o terceiro capítulo, “O difícil começo” (p. 65-96), narra, em suas primeiras linhas, a primeira viagem de d. Pedro II à Europa, meses após a notícia da morte de d. Leopoldina.

A evocação, mesmo que indireta, da mãe de Pedrinho ocorre, na maioria das vezes, em situações em que o personagem vivencia a dor de sua orfandade na infância ou os delírios e as obsessões da vida adulta, que aparecem associados à sua pretensão frustrada ao trono e à dificuldade de amar uma mulher. Assim, quando criança, Pedro Augusto, “nas fotos com uniforme [escolar], exibia um lindo rosto de anjo. Anjo de olhar triste. Na imagem não se viam as cicatrizes internas”.⁴⁰⁴ Ou, ainda, “nas noites mergulhadas no silêncio do grande palácio, Pedro Augusto se revirava na cama. Ao lado, Augustinho ressonava, exausto, mas ele tinha dificuldade para dormir. Era um suplício esperar a mãe que não vinha mais para lhe dar o beijo noturno”.⁴⁰⁵ Já quando rapaz, Pedro “não conseguia se envolver. Ele, que tivera pais tão apaixonados, que fora criado só, que devia desejar constituir um ninho, não conseguia”.⁴⁰⁶ A autora contextualiza as dificuldades da vida erótica da época, evidenciada pela literatura do poeta romântico Friedrich Schlegel e do escritor realista Honoré de Balzac. No entanto, é a mãe de Pedro Augusto quem surge como possível explicação para a dificuldade amorosa do rapaz:

⁴⁰³ Ibid., p. 13.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 16.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 19.

⁴⁰⁶ Ibid., p. 108.

“Todas as experiências passadas, os beijos maternos, o calor de Leopoldina, a ternura do lar lhe escapavam. Fugia-lhe também seu tesouro de lembranças. Lembranças da mãe morta, entre ídolo e santa”. Então, em uma releitura freudiana do complexo de Édipo, a autora associa a ausência de amor carnal de Pedro com a presença de sua falecida mãe: “Mãe morta, cama, carniça, amor-morte, amor desvitalizado, esquelético, mineralizado. Ele... Bem, ele não conseguia amar”.⁴⁰⁷

A ausência de mulheres na vida do “belo príncipe brasileiro” se assentaria, sobretudo, em sua *monomania ideológica* – em sua “obsessão centrada na sucessão”. De acordo com Priore, “sonhar com o trono e tudo quanto orbitasse à volta dele era o seu único prazer. Prazer físico e prazer emocional”.⁴⁰⁸ De um lado, Pedro contava com a predileção do avô e o “conchavo” do barão de Estrela para concretizar suas pretensões; de outro, travava um “conflito discreto” com a tia – que reivindicava sua legitimidade de sucessão ao trono –, conflito esse “feito de poucas palavras e vestido com luvas de pelica, como convém nas altas-rodas”.⁴⁰⁹ Nesse sentido, Pedro Augusto encarna aquilo que Ian Watt denomina de “mito do individualismo moderno”.⁴¹⁰

Para Watt, o conceito de “mito” compreende “(...) uma história tradicional largamente conhecida no âmbito da cultura, que é creditada como uma crença histórica ou quase histórica, e que encarna ou simboliza alguns dos valores básicos de uma sociedade”.⁴¹¹ O crítico literário evoca, assim, quatro figuras masculinas do universo literário para exemplificar os “mitos do individualismo moderno”: Fausto, protagonista de uma lenda alemã recontada por diferentes autores; Dom Quixote, de Miguel de Cervantes; Dom Juan, de Tirso de Molina; e Robinson Crusoe, de Daniel Defoe.

Os três primeiros mitos, segundo o autor, encarnam o “individualismo renascentista”, quando sobressai em suas personalidades “a atitude *ego contra mundum*”. Desse modo, sob o ponto de vista dos personagens, “a família, ou mesmo os amigos, podem ser vistos como verdadeiras ameaças às suas personalidades centradas em si próprias”. Essa postura egocêntrica é sintomática, sobretudo, de sua monomania ideológica, uma vez que os três protagonistas “(...) concentram todos os seus recursos

⁴⁰⁷ Ibid., p. 109.

⁴⁰⁸ Ibid., p. 109.

⁴⁰⁹ Ibid., p. 113.

⁴¹⁰ WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno*. Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

⁴¹¹ Ibid., p. 16.

psicológicos em uma linha básica de distinção, seja ela a magia, a cavalaria ou a conquista sexual”.⁴¹² Pedro Augusto, do mesmo modo, investe todos os seus recursos psicológicos na sucessão – por conseguinte, não existe espaço para mulheres em sua vida, de acordo com Priore.

Watt chama a atenção justamente para isto: para a surpreendente “ausência de mulheres no panteão ocidental do mito: nem Atena e Afrodite, nem Eva e Nossa Senhora, nem Beatriz e Joana d’Arc”. Para o autor, essa ausência revela “um forte grau de misoginia na formação da cultura moderna, em vivo contraste com o pensamento pré-renascentista”. Watt, então, procura no desenvolvimento da tradição cristã durante e após o Renascimento a chave para a explicação desse componente misógino: “A Santíssima Trindade é toda masculina, e também o são aqueles que têm o poder do inferno; em última análise, essa exclusão da mulher é uma relíquia da maldição de Eva”.⁴¹³

Por sua vez, Robinson Crusoe não difere muito de Fausto, Dom Quixote e Dom Juan no que concerne a determinadas características individuais. As quatro figuras, aos olhos do público, são dotadas de uma “realidade especial”, não sendo tratadas meramente como “criaturas de ficção”. Segundo Watt, isso se deve possivelmente ao fato de que os quatro personagens são monomaníacos: “(...) nenhum deles está particularmente interessado em outra pessoa; estão, isto sim, voltados exclusivamente para os seus empreendimentos pessoais; assim, eles se definem mediante aquilo que de alguma forma decidiram fazer ou ser”. Ademais, os quatro heróis “alimentam ideais indefinidos, e não são capazes de torná-los realidade. Em sentido óbvio, eles não são vencedores, são fracassos emblemáticos”.⁴¹⁴ Por último, eles também encerram uma oposição a ser mediada: de um lado, o indivíduo (representado por cada personagem); de outro, a sociedade e suas normas. Daí que Watt considera, afinal, que “(...) podemos – e de fato devemos – interpretá-los como representações das ‘origens’ e das ‘transformações’ da atitude individualista”.⁴¹⁵

Nesse contexto, em que pese o fato de Pedro Augusto ter tido existência real, Priore o constrói como um personagem de romance. Ela esboça um príncipe cujas

⁴¹² Ibid., p. 130-132.

⁴¹³ Ibid., p. 133.

⁴¹⁴ Ibid., p. 233.

⁴¹⁵ Ibid., p. 234.

atitudes representariam as transformações do individualismo “moderno” naquela conjuntura – de um Brasil imperial, que procurava tardiamente incorporar e adaptar alguns princípios liberais à política de então. O discurso proferido por Pedro Augusto, à frente de uma Sociedade Comemorativa da Independência em setembro de 1889, é uma amostragem disso: ao enaltecer a Abolição ocorrida no ano anterior – sem dar os louros à tia, que assinou a Lei Áurea –, o príncipe procurava vender a si mesmo como “abolicionista, liberal e, por que não, republicano?”.⁴¹⁶ Com tais características, o “monomaníaco” acreditava fazer-se merecedor do trono do Terceiro Reinado.

É certo que, frente à ausência de mulheres na vida do príncipe a quem ele pudesse afeiçoar-se – a princesa Isabel era encarada como uma rival às ambições políticas do jovem –, a autora apela, então, à figura materna. Ressuscita d. Leopoldina nas lembranças e nos delírios do rapaz. Do mesmo modo, Priore reforça o prestígio de que Pedro Augusto gozava entre os membros das cortes do Brasil e da Europa, em forte contraste com a beatice e a aparente inaptidão política da princesa Isabel. Em realidade, a descrição da autora sobre a princesa beira a misoginia.

A princesa Isabel era respeitada por suas qualidades pessoais – piedosa, boa mãe, esposa dedicada, filha extremada. Mas, politicamente, apenas tolerada. Não era sem repulsa que os políticos – e por que não, os homens de maneira geral – a viam exercer as funções que lhe atribuía a Constituição. Durante a regência, quando ele [*Pedro Augusto*] estivera fora com o avô, Deus! Quantos conflitos pequeninos ela não criara com Cotegeipe, então chefe do gabinete de ministros! Não insultara a Guarda Nacional chamando seus membros de “coronéis de bobagem”? Não sentara um padre estrangeiro, o núncio do papa, a seu lado na carruagem, enquanto fazia os brasileiros andarem sempre sentados à frente, como qualquer camarista? Não se negara a assinar a pena de morte de um escravo criminoso, sob a alegação de que “ao coração de mulher repugnam certas coisas”?⁴¹⁷

Tal qual em um romance, poderíamos interpretar que, no excerto, trata-se da voz do narrador, a qual, por sua vez, não se confunde com a do autor. Ainda assim, longe da onisciência atribuída à narração em terceira pessoa, deparamo-nos com a parcialidade de um tipo de narrador cuja voz se confunde com a do personagem, conforme assinala

⁴¹⁶ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 183.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 199.

James Wood.⁴¹⁸ Em outras palavras, “na mesma hora em que alguém conta uma história sobre um personagem, a narrativa parece querer se concentrar em volta daquele personagem, parece querer se fundir com ele, assumir seu modo de pensar e de falar”.⁴¹⁹ É exatamente isso que Mary Del Priore faz em sua narrativa, como fazem os romancistas ao lançarem mão do discurso indireto livre (ou “terceira pessoa íntima”)⁴²⁰. Mas também era assim, por exemplo, que narrava o historiador brasileiro Pedro Calmon quando, em 1935, ele analisava o horror que a Revolução Francesa, cujo ideal de liberdade pregava, de modo violento, a separação entre Estado e Igreja, inspirava à dinastia bragantina: “Que era isso – no paço da Ajuda, em 1793, ou no de Queluz, em cujo oratório a rainha-doida [*d. Maria I*] soluçava de instante a instante o seu lúgubre: ‘Ai, Jesus’? Era a revolta, da maldade contra a ordem, dos sofismas contra a honesta disciplina, das plebes contra a aristocracia que agadanhava com as suas raízes a mesma leira onde abrolhara o reino...”.⁴²¹ Ao longo da narrativa, o historiador, por vezes, assume o ponto de vista do personagem narrado naquele momento – ou assume, antes, aquilo que ele julga como sendo a perspectiva do personagem.

Já no excerto de Mary Del Priore, a personagem de quem se fala – a princesa Isabel – permanece como *objeto* do discurso, pois os personagens que indiretamente ganham voz na narrativa são os “políticos” ou os “homens de maneira geral” daquela época. Sendo assim, não caberia à historiadora promover uma obra de divulgação que não incorporasse uma linguagem que simplesmente reproduzisse o modo masculino de expressar e interpretar o mundo? O excerto extraído de *O príncipe maldito* incorpora parte da narrativa – e do vocabulário – de *História de Dom Pedro II*, de Heitor Lyra, um simpatizante do imperador e do casal de príncipes. Contudo, ao contrário de Lyra, a autora não se questiona sobre a *veracidade* de determinadas características, atitudes e falas atribuídas a Isabel. Desse modo, compilo três passagens do texto de Lyra na citação abaixo, algo que Priore também faz (como consta na citação da página anterior), embora ela tenha suprimido os trechos que não interessavam à sua narrativa.

⁴¹⁸ WOOD, James. *Como funciona a ficção*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 20.

⁴¹⁹ *Ibid.*, p. 22.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 22.

⁴²¹ CALMON, Pedro. *O rei do Brasil: vida de d. João VI*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935, p. 46-47.

E a Princesa Imperial? Esta, bem que era respeitada por suas excelentes virtudes pessoais. Mas politicamente apenas toleravam-na. Não era sem uma instintiva repulsa que os homens de Estado a viam desempenhar as funções que lhe atribuía a Constituição (...). A explicação de tal fato estava em que no Brasil, e numa sociedade como era então a nossa, onde o papel da mulher se limitava exclusivamente aos deveres de mãe de família, sem nenhuma ação lá fora (...) dificilmente se podia conceber a ingerência dela no Governo da Nação. (...) Saldanha Marinho (...) levantava toda uma celeuma [*no Jornal do Comércio*], castigando-a impiedosamente, pelo fato de ela ter feito sentar a seu lado, na carruagem, o Núncio do Papa, *um padre estrangeiro*, quando recusava sistematicamente essa honra a todo brasileiro, por mais notáveis que fossem seus serviços ao país, os quais ocupavam sempre o assento da frente, em face dela, como acontecia com os camaristas. (...) *Coronéis de bobagem*, foi a frase que atribuíram à Princesa, proferida, dizem, em pleno Conselho de Ministros, à face de Cotegipe, então Chefe do Gabinete, o qual se vira coagido a defender os brios da Guarda Nacional. A frase, em si, (...) talvez não tivesse sido jamais proferida, ou se o fora, quando muito a título de pilhéria. Não importava: era suficiente inventá-la ou fantasiá-la; atribuí-la depois à Princesa, dar-lhe inspiração ao marido *estrangeiro*, e tanto bastava para indispor o casal com outra numerosa classe do país.⁴²²

A narrativa de Lyra põe em evidência três questionamentos de que Priore se absteve: (i) o preconceito contra uma mulher nos negócios públicos em uma sociedade patriarcal; (ii) a perspectiva enviesada da imprensa e de articulistas como Saldanha Marinho, um maçom republicano; (iii) a possibilidade de que muito do que se atribuiu à princesa e a seu marido, um estrangeiro, não passasse de “intriga da oposição”. Priore, como vimos, opta por outra abordagem. Ao construir uma princesa Isabel que atua como antagonista na história de Pedro Augusto, a autora coloca a personagem em situação de conflito até mesmo com a mãe do príncipe. O embate entre as duas mulheres começaria pelas características físicas das princesas e desembocaria em suas personalidades.

Desde pequenas, as desavenças entre as princesas eram feitas de silêncio e discrição. Leopoldina, ‘a bela’. Isabel, a feia, destituída de sobancelhas, o que aumentava o seu já comprido nariz. Feia, mas ‘boa e angelical’, segundo a condessa de Barral, aia das princesas. (...) Leopoldina, a segunda na linha de sucessão, tinha que viver com as desvantagens de ser a mais moça. Dava o troco: era rebelde, irascível, difícil.⁴²³

⁴²² Grifos do autor. LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II – 1825-1891*. Declínio – 1880-1891. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977, p. 32; p. 37.

⁴²³ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 22.

Enquanto a historiadora Margareth Rago clama por uma teoria feminista que possa reinterrogar o passado “através de outras categorias interpretativas, criadas fora da estrutura falocêntrica especular”,⁴²⁴ Priore, por seu turno, não parece esboçar essa preocupação em sua narrativa. Ainda que a autora se aproxime da História Cultural ao trabalhar com a subjetividade e as práticas culturais e sociais de determinada época, falta-lhe, nas obras de divulgação analisadas, repensar o campo das interpretações culturais e evidenciar isso em sua narrativa sobre as mulheres, não as reduzindo a critérios de beleza nem a virtudes ou pecadilhos morais.

No entanto, quando Priore faz surgir a princesa Leopoldina com o pequeno Pedro Augusto nos braços, ela descreve *maliciosamente* como d. Isabel teria se sentido ao presenciar aquela cena. Mesmo casada com Gastão de Orléans, o Conde d’Eu, a princesa não conseguia engravidar.

Contida ao lado da princesa-mãe, a mana Isabel sofria. Ah! A *envidia*. A felicidade da irmã lhe fazia mal como um espinho enterrado no coração. Trazia irritação, vergonha, pois a alegria de Leopoldina era, para ela, um copo de veneno. O prazer de uma tornava-se ferida na outra. Inveja no olhar carregado de amargura. Olho gordo, olho grande sobre a pequena criatura causadora deste conflito íntimo. Frustração quanto a este objeto não possuído: um filho!⁴²⁵

Não basta à autora atribuir determinados aspectos psicológicos e sentimentais à personagem – Priore também faz uso de figuras de linguagem para reforçar junto ao leitor a suposta inveja de d. Isabel em relação à irmã: sentimento equivalente a “um espinho enterrado no coração”, cujo resultado seria o “olho gordo” sobre o filho de d. Leopoldina. Em outras palavras, desde bebê, Pedro Augusto teria sido vítima da “inveja” e do “ódio” da tia. Ao construir uma princesa Isabel cuja bondade era apenas aparente, Mary Del Priore arremata com uma jovem princesa sequiosa por destruir o sobrinho desde a mais tenra idade: “Que prazer maior do que a destruição do objeto invejado?”⁴²⁶

⁴²⁴ RAGO, Margareth. “Epistemologia feminista, gênero e história”. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 13.

⁴²⁵ Grifos da autora. PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 21-22.

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 22.

Por conseguinte, a criança, detestada pela tia e separada do convívio de seus pais (Gusty permanecera na Europa, ao passo que d. Leopoldina já havia morrido), tivera de lidar sozinha com a própria dor. Em momentos assim, a autora não apenas atribui sentimentos aos personagens e os associa aos traços de personalidade que eles vêm a desenvolver ao longo da narrativa, mas também cria pretextos para fazer o *tempo da história* avançar ou retroagir. Um exemplo é quando ela descreve o pequeno Pedro Augusto brincando com sua lanterna mágica, presente dado pelos avós: “Lutando contra o cansaço, o menino retroagia no tempo”.⁴²⁷ É a oportunidade para que a historiadora possa narrar o momento festejado em que a criança veio ao mundo: “Era a tarde do dia 19 de março do ano de 1866. Os canhões das fortalezas e navios no porto da Mui Heroica e Leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro anunciaram seu nascimento. Era o primeiro neto de um avô de 40 anos que, na juventude, enterrara dois herdeiros”.⁴²⁸

Esta é, portanto, uma das estratégias textuais utilizadas pela autora: para narrar o nascimento de Pedro Augusto, ela *recria* um momento em que a criança estivesse brincando com sua lanterna mágica. Não sendo possível saber quais pensamentos passavam pela cabeça do menino enquanto ele se distraía com o brinquedo, a historiadora recorre a lembranças de histórias que teriam sido contadas à criança sobre seus primeiros dias de vida (“Alguém lhe contara...”).⁴²⁹ Essa é também uma estratégia de *desfamiliarização* da historiadora, já que, mediante o uso de recursos *ficcionais* em uma obra de divulgação histórica, Mary Del Priore possibilita ao leitor uma nova experiência no ato da leitura. Eis, portanto, aquilo que caracteriza o efeito estético: o momento em que o leitor se depara com “o não-idêntico ao de antemão existente no mundo”.⁴³⁰ A realidade pretérita torna-se, assim, acessível mediante a *invenção* de parte dessa realidade, quando a autora une dois momentos distintos, cuja junção possivelmente não teria ocorrido fora do texto. Nesse sentido, Priore evidencia um dos aspectos dúbios de sua narrativa, que vai de encontro àquilo que Stephen Bann havia

⁴²⁷ Ibid., p. 19-20.

⁴²⁸ Ibid., p. 20.

⁴²⁹ Ibid., p. 20.

⁴³⁰ ISER, *O ato da leitura*, op. cit., p. 53.

atentado em relação à prática historiográfica em geral: “O historiador reconta ‘o que realmente aconteceu’ – ele não reconta o que realmente *não* aconteceu”.⁴³¹

Do mesmo modo, a narrativa da autora, por vezes, apresenta problemas no uso da linguagem figurada. Ao recorrer a analogias com o mundo animal para descrever os pais do pequeno príncipe e ele próprio, vestido de branco, em meio aos brasileiros que os rodeavam a caminho do batizado, Priore expressa uma perspectiva etnocêntrica.

Já tinha quase um mês quando atravessou o cais do Carmo que ligava o paço à capela imperial. A penugem dourada da cabeça sobressaía entre os membros do cortejo solene, gente morena e vestida de escuro. Com os pais, igualmente louros, mais pareciam uma trinca de *cisnes* a atravessar um *charco de rãs pardacentas*.⁴³²

Decerto a construção imagética propiciada pela narrativa está longe de ser uma lisonja aos “membros do cortejo solene”. Compará-los a um “charco de rãs pardacentas” não é apenas um recurso textual utilizado para acentuar o contraste entre a “gente morena” e a “gente loura”: é, especialmente, um modo de instrumentalizar as metáforas para expressar preconceitos e juízos de valor. Por outro lado, Priore também consegue esboçar analogias que possibilitam “a vivificação das faculdades cognitivas” do leitor por meio do “movimento estético da imaginação”.⁴³³ Um exemplo é quando Pedro Augusto, em 1888, retorna da Europa com o avô que recuperava a saúde. A recepção no Rio de Janeiro havia sido calorosa, e lhes dava a impressão do quão forte parecia estar o império – situação política análoga à saúde de d. Pedro II.

Disse alguém que, a julgar pelas demonstrações de simpatia que acolheram os viajantes imperiais, nenhuma instituição política parecia estar mais forte do que a monarquia.⁴³⁴ O Império adoentado parecia se

⁴³¹ Grifos do autor. “Mesmo se nós aduzirmos a um historiador apóstata como Michelet, para um exemplo, e denunciarmos seu uso de questões retóricas, não estamos abandonando a questão. O que Joana D’Arc sentiu, pergunta Michelet, quando ouviu os quinhentos sinos de Rouen soarem naquele Domingo de Páscoa? A positividade está ali nos ‘quinhentos sinos’ e no Domingo de Páscoa, mesmo que a imaginação do leitor seja desafiada a elaborar sobre este ardil”. BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994, p. 91.

⁴³² Grifos meus. PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 20.

⁴³³ RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 40.

⁴³⁴ Novamente Mary Del Priore alude a Heitor Lyra sem, contudo, fazer-lhe explicitamente referência. “A julgar pelas manifestações gerais de simpatia que acolheram o Imperador e a Imperatriz por ocasião de sua chegada da Europa, nesse inverno de 1888, nenhuma instituição política podia pretender estar tão forte quanto a Monarquia no Brasil”. LYRA, *História de Dom Pedro II*, op. cit., p. 67.

recompor. Era como a visita da Morte, aquela que deixa o moribundo sadio por um tempo.⁴³⁵

Assim, relativamente alheio à real situação da monarquia, Pedro Augusto ainda sonhava com o trono. O aparente desinteresse por mulheres estava relacionado à perseguição desse sonho. A loucura que viria a acometê-lo, resultando em sua subsequente internação em um manicômio e a mais completa solidão, também tem raízes nesse sonho obsessivo. Todos esses fatores assumem uma explicação teleológica na narrativa de Mary Del Priore – um “nexo de fim” –,⁴³⁶ pautada na própria “monomania ideológica” do príncipe. Se Pedro “não reagia a fatos psíquicos de caráter amoroso”, era porque estava empenhado em conspirar: “Todas as suas forças estavam concentradas na trama para afastar os tios do poder”.⁴³⁷ Voltado exclusivamente para seu empreendimento pessoal – reproduzo aqui as palavras de Ian Watt –, o príncipe “conspirador” se tornaria um “fracasso emblemático” no momento em que as disputas imperiais com a princesa Isabel sucumbiriam ao golpe militar que daria origem à república.

3.3.2 Dona Carlota Joaquina e dom João VI

No Brasil, os historiadores do século XIX na busca de heróis nacionais, de fundadores da nossa nacionalidade, encontram em Carlota Joaquina o contraponto do modelo idealizado de mulher que dignifique nosso passado, e, no afã de simbolizar a negação do modelo, recuperam as imagens de Carlota Joaquina, forjadas pela memória de seus contemporâneos.⁴³⁸

⁴³⁵ PRIORE, *O príncipe maldito*, op.cit., p. 147.

⁴³⁶ Baseio-me aqui na concepção de W. Dilthey que o historiador Edmar Luís da Silva sintetiza: “Há uma teleologia na vida de todas as pessoas que faz com que as suas ações, mesmo que sempre novas, tornem-se sempre reconhecíveis. A finalidade da ação nova só pode ser compreendida no conjunto da vida do sujeito que lhe imprime sentido. As produções poéticas de Goethe são reconhecíveis como sendo suas porque seguem e são circunscritas por uma unidade, uma coerência ou por um ‘nexo de fim’”. SILVA, Edmar Luís da. *Compreender a vida, fundamentar a História: “a crítica da razão histórica” em Wilhelm Dilthey (1833-1911)*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 205 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p. 180-181.

⁴³⁷ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 109; p. 184.

⁴³⁸ AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 20.

Dentre as biografias ou capítulos de livros dedicados à princesa Carlota Joaquina, destaco o livro *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, da historiadora Francisca Lúcia Nogueira de Azevedo. Fruto de sua tese de doutorado defendida em 1997 na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o livro não apenas tem como fontes “um conjunto epistolar substancial, englobando um total de 1.453 documentos, a saber: cartas privadas, ativas e passivas, relatórios, manifestos, além de material de propaganda política”,⁴³⁹ mas também propõe uma leitura contextualizada dos dramas privados e da atuação pública da princesa. Nesse sentido, Azevedo empreende uma leitura crítica da historiografia que se debruça sobre tão controversa personagem – historiografia essa impregnada de juízos de valor, como ressalta a autora.

Segundo a historiadora, a principal fonte utilizada pelos biógrafos de d. Carlota são os registros de Laura Junot, a Duquesa de Abrantes, em que “o olhar cultural francês” ressalta “o ‘atraso’ e o exotismo do mundo ibérico”, ao mesmo tempo em que censura a ascensão política de Carlota Joaquina.⁴⁴⁰ De acordo com Azevedo, a duquesa retrata a princesa regente “de forma ridicularizada, grotesca, vulgar, quase bufa”, de modo que “é esta imagem que será recuperada e divulgada por grande parte da historiografia nacional”, como a obra *Dom João VI no Brasil, 1808-1821*, de Manuel de Oliveira Lima (1908).⁴⁴¹ Para o autor, a simples menção do nome de Carlota Joaquina “traz à imaginação um cortejo de caprichos dissolutos e de intrigas políticas”.⁴⁴²

A propósito, é essa obra que vem a ser utilizada recorrentemente por Laurentino Gomes em seu *1808*, principalmente para descrever Carlota Joaquina. Abstendo-se de uma leitura crítica de sua fonte historiográfica, o autor reproduz as palavras de Oliveira Lima, para quem d. Carlota foi “um dos maiores, senão o maior estorvo de d. João VI”, tendo sido “traidora como cônjuge, conspiradora como princesa, desleal sempre e sem interrupção”.⁴⁴³ Gomes também utiliza, em menor medida, outros biógrafos da esposa de d. João, como Pedro Calmon (que redigiu *O rei do Brasil: vida de D. João VI*, cuja

⁴³⁹ Ibid., p. 21.

⁴⁴⁰ A autora refere-se à obra *Memórias de Madame Junot*. Ver: Idem. “Biografia e gênero”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p. 131-146.

⁴⁴¹ Ibid., p. 138-139; p. 142-143.

⁴⁴² OLIVEIRA LIMA, *D. João VI no Brasil*, op. cit., p. 281.

⁴⁴³ Ibid., p. 177; p. 23. Apud GOMES, *1808*, op. cit., p. 179; p. 183.

primeira edição data de 1935) e Marcus Cheke (que escreveu *Carlota Joaquina - Queen of Portugal*, publicado em 1947, e traduzido para *Carlota Joaquina – a rainha intrigante*). Ao menos, no caso do espanhol José Presas (antigo secretário e homem de confiança de d. Carlota, responsável pelas *Memórias secretas de d. Carlota Joaquina*, de 1830),⁴⁴⁴ Gomes reconhece que se trata de “um caso explícito de chantagem literária”,⁴⁴⁵ conforme explicita o prefácio de R. Magalhães Júnior,⁴⁴⁶ constante no livro de Presas.

De todo modo, a abordagem da maioria dos biógrafos da mãe de d. Pedro I é, segundo Francisca Azevedo, “centrada no preconceito da atuação pública da mulher”:⁴⁴⁷ em outras palavras, “o fato de Carlota Joaquina ter-se insurgido contra as severas normas da corte lusitana e passasse a disputar com vigor o espaço público que pertencia ao marido ou a seus conselheiros, fez com que seus contemporâneos, homens ciosos de seus direitos, não a perdoassem e a jogassem no calabouço da história”.⁴⁴⁸ Nesse contexto, d. Carlota contrapunha-se, portanto, ao ideário masculino do final do século XVIII e início do XIX (que ainda seria reproduzido na historiografia da primeira metade do século XX), cujas “heroínas virtuosas” deviam atender às leis morais impostas pelos homens da época.⁴⁴⁹

É curioso notar que Laurentino Gomes faz referência à Azevedo nas notas de rodapé do capítulo 5 (“A partida”) – quando a historiadora descreve a partida de Carlota Joaquina e da família real rumo ao Brasil –, mas não no capítulo 14, intitulado “Carlota Joaquina” (p. 178-187). A escolha do autor relaciona-se possivelmente ao modo como

⁴⁴⁴ O autor não apenas relatou o período em que trabalhou para Carlota Joaquina, como ainda publicou as missivas que ela lhe enviava solicitando a prestação de seus serviços. “Referirei unicamente as cousas tal qual pessoalmente as presenciei, tomando parte em muitas delas em cumprimento de ordens da rainha quando era princesa regente, tarefa de minha competência, na qualidade de seu secretário particular. Creio que nada pode dar a conhecer com mais fidelidade a rainha do que a publicação de suas cartas e bilhetes, escritos todos de seu próprio punho”. PRESAS, D. José. *Memórias secretas de d. Carlota Joaquina*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti e Zélio Valverde Editores, 1940, p. 19.

⁴⁴⁵ GOMES, 1808, op. cit., p. 184.

⁴⁴⁶ As palavras de R. Magalhães Júnior sobre o relato de José Presas põem em evidência o caráter “interesseiro” do espanhol: “Na verdade, o aventureiro catalão só teve em mira cobrar-se dos seus serviços como secretário particular e fomentador da intriga do Prata. Escreveu esta obra com o intuito premeditado de fazer revelações indiscretas e dar a entender à então rainha viúva de Portugal que poderia ir mais longe ainda, relatando por miúdos fatos a que faz alusões veladas e remotas. Em suma: tentava uma chantagem em grande estilo contra a antiga senhora e ama, cujas veleidades políticas animara, a fim de melhor fazer valer os seus serviços e justificar a permanência a seu lado”. MAGALHÃES JÚNIOR, R. “José Presas e as ‘Memórias Secretas de Dona Carlota Joaquina’”. In: PRESAS, *Memórias secretas de d. Carlota Joaquina*, op. cit., p. 14.

⁴⁴⁷ AZEVEDO, “Biografia e gênero”, op. cit., p. 144.

⁴⁴⁸ *Ibid.*, p. 144-145.

⁴⁴⁹ *Ibid.*, p. 145-146.

ele opta por conduzir a narrativa: mediante a supressão de uma visão crítica sobre a sociedade oitocentista e o papel desempenhado pela mulher, o autor prima pela descrição das características físicas e morais de d. Carlota. Assim, Gomes lança mão de termos depreciativos para abrir o capítulo dedicado à esposa de d. João VI:

Nos livros, crônicas e filmes que inspirou, Carlota Joaquina aparece como uma esposa infiel e uma mulher feia, maquiavélica e infeliz. Há suspeitas, mas nenhuma comprovação, de que realmente tenha sido infiel. Feia, maquiavélica e infeliz, com certeza foi. (...) Inegável foi a sua vocação pelo poder e a ambição desmedida, que a levaram a participar de inúmeras conspirações e tentativas de golpes, algumas contra o próprio marido. Todas fracassaram.⁴⁵⁰

Para relatar a *feiura* de d. Carlota, o autor destaca, dentre outros atributos, os traços de seu rosto, as marcas de varíola e a perna claudicante. Já no que se refere ao *maquiavelismo* da personagem, o autor põe em evidência algumas “conspirações” tramadas pela princesa entre os anos 1805 e 1826, que resultaram, ao fim e ao cabo, no exílio da personagem. Desse modo, Gomes destaca que d. Carlota não só tentou “destronar o marido” (no intuito de que ela assumisse a regência de Portugal), como também tentou “assumir o trono das colônias espanholas na América depois da deposição do irmão, Fernando VII”, além de procurar, em mais de uma ocasião, fazer com que seu filho, d. Miguel, se tornasse rei de Portugal. O autor também ressalta que pesa sobre Carlota Joaquina sua recusa a assinar, em 1821, a Constituição liberal portuguesa (levando-a a perder “todos os direitos políticos e o título de rainha”), assim como lhe pesa a suspeita da morte de d. João VI em 1826.⁴⁵¹

Por último, no que concerne à *infelicidade* da princesa, Gomes assinala que ela viveu seus últimos dias “no mais completo abandono”, “pobre e falida”.⁴⁵² Nesse sentido, a historiadora Francisca Azevedo também havia esboçado um perfil semelhante ao evidenciar, com toques melodramáticos em determinados momentos, algumas derrotas políticas da personagem.

A primeira derrota desenrola-se no conturbado cenário político português em que sobressaem “ameaças à integridade do país”. É quando d. João parece ser acometido

⁴⁵⁰ GOMES, 1808, op. cit., p. 178.

⁴⁵¹ Ibid., p. 179-180; p. 186.

⁴⁵² Ibid., p. 187.

pela mesma doença de sua mãe, d. Maria, mantendo-se, no retiro de Vila Viçosa, afastado dos negócios do Estado. Nesse contexto, em 1805, a oposição articula a destituição do príncipe, conhecida como “conspiração dos fidalgos”, “por considerá-lo incapacitado pela enfermidade”, de modo que a regência seja confiada à Carlota Joaquina. O projeto, ao final, é desarticulado, e a princesa, “acusada de conspiradora e traidora do marido”, tem como castigo uma “espécie de exílio doméstico”.⁴⁵³ É certo, porém, que “a atitude vacilante de d. João”, independentemente de sua depressão, não atendia às exigências de uma “administração ativa” que o cenário de disputas internacionais requeria.⁴⁵⁴

Ainda assim, os partidários de d. João esforçaram-se em acentuar a incompatibilidade do casal regente, de modo a “demonstrar que o abismo entre eles cresceu em virtude da traição da esposa”.⁴⁵⁵ A resistência da nobreza bragantina em relação à possível regência de d. Carlota deveu-se, por um lado, ao “exclusivismo social”, condição para que a aristocracia da dinastia de Bragança conservasse “o acesso hegemônico aos cargos superiores da monarquia”.⁴⁵⁶ Por outro lado, aqueles que se colocaram ao lado do príncipe procuraram exercer influência sobre ele e, por conseguinte, deter algum grau de poder. Como assinala Azevedo, “uma personalidade como a da princesa, muito pouco domável, ameaçava indivíduos cujo poder consiste na manipulação da fragilidade do regente”.⁴⁵⁷ Sendo assim, esses indivíduos trabalharam para manter Carlota Joaquina afastada do marido, inclusive “limitando seus encontros e comunicações a situações protocolares”.⁴⁵⁸

A historiadora também destaca a luta de d. Carlota contra a “certeza de não suportar viver abandonada na América”, quando, em 27 de setembro de 1807, ela tenta “convencer os pais a impedir sua partida ao Brasil”. Ou seja, antes mesmo de cruzar o Atlântico, Carlota Joaquina trava “uma luta contra a corte de Bragança”,⁴⁵⁹ encontrando no ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho, líder do “partido” inglês⁴⁶⁰ e futuro conde de

⁴⁵³ Ibid., p. 35-36.

⁴⁵⁴ Ibid., p. 42.

⁴⁵⁵ Ibid., p. 43.

⁴⁵⁶ António Manuel Hespanha Apud Ibid., p. 41.

⁴⁵⁷ Ibid., p. 46.

⁴⁵⁸ Ibid., p. 43-44.

⁴⁵⁹ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, op. cit., p. 25.

⁴⁶⁰ “Nos anos finais do século XVIII podem-se identificar dois eixos para a formação dos partidos: o eixo que opõe os partidários do governo da primeira nobreza e aqueles que estes acusam de ‘pombalinos’, denominação atribuída aos inimigos dessa mesma nobreza (...), e o eixo que opõe duas orientações

Linhares, um inimigo constante às suas aspirações pessoais e políticas. A princesa considera que viver no Brasil significa “estar mais distante de sua família, de seu apoio e da autoridade que reconhece ter a monarquia da Espanha no cenário ibérico”. O próprio príncipe regente posterga a transferência da Corte para o Rio de Janeiro: apenas o perigo iminente leva d. João a optar pela fuga.⁴⁶¹ Ao mesmo tempo, a pressão para a partida para o Brasil é imposta pela Grã-Bretanha, conforme evidencia a correspondência do ministro Strangford a George Canning, em Londres.⁴⁶² Em outras palavras, “o soberano português não tem muita alternativa. Ou cai nas mãos de Napoleão, como acontece posteriormente à família real espanhola, ou acata a decisão da corte britânica de partir para a América”.⁴⁶³

A corte portuguesa desembarca, então, no Rio de Janeiro em 7 de março de 1808. Carlota Joaquina depara-se logo em seguida com “a mais verdadeira infelicidade”: com “a notícia de que Napoleão usurpou a coroa dos Bourbon espanhóis, e que seus pais e irmãos encontram-se prisioneiros na cidade francesa de Bayona”.⁴⁶⁴ São estas palavras que Azevedo emprega para descrever a situação da princesa: a usurpação da coroa da Casa de Bourbon por Bonaparte representa à Carlota Joaquina, então “*orgulhosa* de sua ascendência”, a perda de “seu último esteio e motivo de orgulho”, daí que ela “teme chegar ao ponto de não poder mais ser *feliz*”.⁴⁶⁵ As cores dramáticas com as quais Azevedo pinta o quadro da infanta de Espanha a partir de sua interpretação acerca dos acontecimentos que envolveram d. Carlota encontram explicação em Hayden White.⁴⁶⁶

O historiador estadunidense, inspirado em Northrop Frye, afirma o seguinte:

(...) existem, pelo menos, dois níveis de interpretação em toda obra histórica: um no qual o historiador constitui uma estória a partir da crônica dos acontecimentos, e outro em que, mediante uma técnica narrativa mais fundamental, ele identifica progressivamente o tipo de

diplomáticas, mais ou menos fiéis à eficácia da proteção inglesa, e que, caricaturalmente, se consagrarão como partidos dos pró-franceses e pró-ingleses, de que permanecerão na memória como elementos mais destacados Antônio Araújo de Azevedo, depois feito conde da Barca, e d. Rodrigo de Sousa Coutinho, mais tarde conde de Linhares”. Ver: PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 82.

⁴⁶¹ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, op. cit., p. 32.

⁴⁶² *Ibid.*, p. 63.

⁴⁶³ *Ibid.*, p. 64.

⁴⁶⁴ *Ibid.*, p. 70.

⁴⁶⁵ Grifos meus. *Ibid.*, p. 70 e p. 73.

⁴⁶⁶ WHITE, Hayden. “A interpretação na história”. In: WHITE, *Trópicos do discurso*, op. cit., p. 65-96.

estória que está contando – comédia, tragédia, romance, epopeia ou sátira, conforme o caso.⁴⁶⁷

White exemplifica um acontecimento (a Revolução Francesa) e cita dois tipos de estória que se originam das diferentes interpretações sobre esse acontecimento: de um lado, deparamo-nos com a história escrita na forma de “romance” por Jules Michelet; de outro, temos a história urdida na forma de “tragédia” por Alexis de Tocqueville. Para White, o conflito entre as duas interpretações não se dá “no nível dos ‘fatos’”, mas, sim, “no nível em que a estória a ser narrada sobre os fatos se constitui na forma de uma estória de um tipo particular”.⁴⁶⁸ A partir daí, podemos compreender, em parte, as diferenças entre as narrativas de Francisca Azevedo e Laurentino Gomes: diferentes interpretações dos eventos (e dos personagens) dão origem a estórias distintas – “o que um historiador pode urdir na forma de uma tragédia, outro pode fazê-lo na forma de comédia ou de romance”.⁴⁶⁹ Contudo, a meu ver, existe outra diferença bastante significativa: enquanto a historiadora se debruça sobre um farto material sobre Carlota Joaquina, como fontes primárias e produções historiográficas, procurando contextualizar os homens e a sua época, o jornalista, por seu turno, restringe-se à historiografia já produzida sobre a princesa, empreendendo uma leitura descontextualizada do material consultado. Creio, portanto, que a interpretação de Gomes acerca dos acontecimentos e dos personagens que neles atuaram ocorre mediante uma leitura relativamente acrítica dos relatos históricos, limitando-se a reconhecer que “ela [*Carlota Joaquina*] mereceu dos historiadores perfis diametralmente opostos”,⁴⁷⁰ mas dando preferência ao perfil caricato e burlesco disseminado por parte dos relatos utilizados.

Retornemos agora à situação dos Bourbon. As consequências da prisão de Carlos IV e Fernando VII, pai e irmão de d. Carlota respectivamente, repercutem diretamente nos vice-reinados da América, que, além de estarem sem rei, estão impregnados de ideias que não necessariamente se coadunam com a manutenção da monarquia espanhola. Nesse contexto, “Fernando VII é obrigado a devolver a coroa ao pai que, em

⁴⁶⁷ Ibid., p. 75.

⁴⁶⁸ Ibid., p. 75.

⁴⁶⁹ Ibid., p. 74.

⁴⁷⁰ GOMES, 1808, op. cit., p. 178.

seguida, abdica em favor do irmão do imperador, José Bonaparte”.⁴⁷¹ Ao mesmo tempo, a política externa dos Bragança, arquitetada por d. Rodrigo de Sousa Coutinho em consonância com as aspirações britânicas, visa à expansão das fronteiras sul do Brasil, de olho nas “valiosas colônias espanholas do Rio da Prata”.⁴⁷² Uma vez que a Espanha também está sob o jugo da França, Azevedo acrescenta que “uma invasão lusa às terras hispânicas não enfrentará mais o constrangimento do confronto com os Bourbon, e pode ser justificada como represália à política francesa na Europa”.⁴⁷³

Contudo, não é sob esse prisma que d. Carlota vislumbra o cenário político: sua intenção é manter as colônias espanholas na América sob a dinastia de Bourbon. Por mais “impulsiva” e “incontrolável” que seja, Carlota Joaquina é “dotada de sensibilidade política”.⁴⁷⁴ Sua atitude, conforme Azevedo, “desnor-teia os ‘homens’” que cercam d. João.⁴⁷⁵ Com a revogação da Lei Sállica, cabe à princesa o direito de sucessão da coroa espanhola: “agora, mais do que nunca, [Carlota] sente-se espanhola”, e pode “se sentir responsável pela felicidade dos súditos de Bourbon na Espanha e na América”.⁴⁷⁶ Segundo Pedro Calmon, Carlota Joaquina “nunca se adaptara realmente aos costumes da pátria adotiva. Envelheceu, como vivera, castelhana. Orgulhava-se da sua raça e a representava exuberantemente”.⁴⁷⁷

É digno de nota o uso que Azevedo faz de determinados termos para descrever as oscilações de sentimentos da princesa, tendo em vista dois momentos – o primeiro relaciona-se à fuga para o Brasil; o segundo, à defesa dos domínios bourbônicos sob o seu governo: “Deixa a Europa *triste, mortificada, e retorna à vida* atraída por uma causa. Tem *prazer* em sentir-se *viva*, pois o desprezo com que é tratada desde os tempos de Lisboa torna-a apenas um *fantasma*”. A nova conjuntura confere à Carlota Joaquina um inquestionável poder político na Espanha, aumentando, na mesma medida, “a *inveja* dos inimigos da corte do Rio”.⁴⁷⁸

⁴⁷¹ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, op. cit., p. 73.

⁴⁷² Ibid., p. 75-77.

⁴⁷³ Ibid., p. 77.

⁴⁷⁴ Ibid., p. 123.

⁴⁷⁵ Ibid., p. 118.

⁴⁷⁶ Ibid., p. 123.

⁴⁷⁷ CALMON, *O rei do Brasil*, op. cit., p. 57.

⁴⁷⁸ Grifos meus. AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, op. cit., p. 139.

Mesmo assim, “as intrigas constantes e a hostilidade com que continua a ser tratada na corte [do Rio de Janeiro] tiram-lhe o ânimo”. A conclusão de Azevedo sobre o estado de espírito de d. Carlota decorre, em parte, de sua interpretação sobre o papel delegado à mulher no início do século XIX, quando vigora determinada concepção da natureza feminina. Por conseguinte, à Carlota Joaquina, “é *doloroso* encaixar-se nesse mundo onde as mulheres, por natureza, são *débeis* e *sensíveis*, proibidas do acesso à razão e à inteligência”.⁴⁷⁹ Contudo, ainda hoje, deparamo-nos com uma visão estreita e *naturalizada* das mulheres e do lugar que elas devem ou não ocupar, haja vista sua suposta “fraqueza”, “sensibilidade” e “falta de inteligência e razão”.⁴⁸⁰

Apropriando-me das ideias de Pierre Bourdieu,⁴⁸¹ creio que essa permanência decorra da incorporação inconsciente das “estruturas históricas da ordem masculina” para a percepção e a apreciação da mulher.⁴⁸² Valeria a pena, portanto, nos questionarmos “quais são os mecanismos *históricos* que são responsáveis pela *des-historicização* e pela *eternização* das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes”.⁴⁸³ Afinal, em pleno século XXI, ainda vige uma visão oitocentista de Carlota Joaquina, que, começando pela condenação de sua vida privada, estende as críticas à sua atuação na esfera pública, em especial no campo político.

⁴⁷⁹ Grifos meus. Ibid., p. 124.

⁴⁸⁰ Podemos citar um exemplo recente. Em uma reportagem sem citação de fontes, a revista *IstoÉ* atribuiu ao então iminente afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República suas supostas crises emocionais: “Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo”. Nesse contexto, a revista evocou d. Maria I, reduzindo-a a um subtítulo pitoresco – “As diabruras de Maria, a louca” –, para traçar um paralelo anacrônico entre a incapacidade de governo da “primeira mulher a sentar-se no trono de Portugal” e a ser rainha do Brasil e a incapacidade de governo da primeira mulher a chegar à presidência da República em nosso país. A história se repetiria: a d. Maria I foram atribuídos “sintomas de sandice e de negação da realidade”, assim como à presidente eleita. Não foi à toa que alguns veículos de comunicação, como a revista *CartaCapital*, chegaram a acusar de misógina a reportagem da *IstoÉ*. Estrategicamente, a revista (com uma capa igualmente depreciativa que estampava uma foto da presidente fora de seu contexto original) circulou duas semanas antes da votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, que viria a ocorrer em 17 de abril de 2016.

Ver: PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. “Uma presidente fora de si”. Publicado em 1º de abril de 2016. *IstoÉ Independente*, edição 2417, 06 de abril de 2016. Disponível em: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/ Acesso em: 08 jul. 2016.

Ver também: CARDOSO, Clarice. “Quando a misoginia pauta as críticas ao governo Dilma”. Publicado em 02 de abril de 2016. Disponível em: www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/quando-a-misoginia-pauta-as-criticas-ao-governo-dilma Acesso em: 08 jul. 2016.

⁴⁸¹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁴⁸² Ibid., p. 13.

⁴⁸³ Ibid., p. 5.

Assim, Bourdieu acertadamente destaca que “a dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos” tem, por efeito, fazer com que elas existam “primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis”. Nesse sentido, a constituição de certa ideia de feminilidade (em que se espera que as mulheres sejam “sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas”) funciona como “uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas”^{484,485} Como o próprio Laurentino Gomes afirma, Carlota teria desempenhado o papel de “teimosa, dura, turrona, irredutível” a vida inteira,⁴⁸⁶ daí que “nenhum outro personagem da época de d. João VI” teria passado “para a História com imagem tão polêmica e caricata”.⁴⁸⁷ Também Oliveira Lima havia afirmado que “Dona Carlota Joaquina nunca se resignou a ser aquilo para que nascera – uma Princesa Consorte. Sentia em si sobeja virilidade para ser ela o Rei”.⁴⁸⁸ Com efeito, os diferentes relatos históricos entram em consenso quando apontam a insubmissão da princesa à “dominação masculina” e a sua veemente recusa a ser mero “objeto simbólico”.

Por sinal, é Oliveira Lima quem mais trabalha com a noção dicotômica de uma natureza intrinsecamente feminina que divergiria, a princípio, da masculina. Assim, ele considera que “a natureza de fato enganou-se fazendo com tal alma desta filha dos Bourbons uma mulher”.⁴⁸⁹ Por outro lado, o autor se exime de criticar o suposto caráter pacato e letárgico de d. João e de atribuir ao monarca português uma suposta natureza feminina por conta disso. O historiador prefere, antes, acentuar negativamente outras supostas características masculinas de Carlota Joaquina: “os traços varonis e grosseiros do seu rosto, o seu gênero de preocupações, o seu próprio impudor, denotam que em Dona Carlota havia apenas de feminino o invólucro”. No entanto, a personalidade “viril”

⁴⁸⁴ Ibid., p. 82.

⁴⁸⁵ Em uma reportagem da revista *Veja*, escrita pela jornalista Juliana Linhares, a jovem esposa do então vice-presidente do Brasil mereceu a manchete de “Bela, recatada e ‘do lar’”. A submanchete fez alusão ao fato de Marcela Temer aparecer pouco, gostar de vestidos na altura dos joelhos e sonhar em ter mais um filho com o vice. Ela foi, assim, enaltecida pelas qualidades a que se refere criticamente Bourdieu no contexto de dominação masculina ainda vigente. Ver: LINHARES, Juliana. “Bela, recatada e ‘do lar’”. Publicado em 18 de abril de 2016. *Veja*, edição 2474, 20 de abril de 2016, p. 28-29. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar> Acesso em: 08 jul. 2016.

⁴⁸⁶ GOMES, 1808, op. cit., p. 186.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 178.

⁴⁸⁸ OLIVEIRA LIMA, *Dom João VI no Brasil*, op. cit., p. 281.

⁴⁸⁹ Ibid., p. 281.

da princesa não teria surtido qualquer efeito sobre d. João, pois “para que exercesse eficazmente a sua influência doméstica, precisaria ser secundada pela beleza física que de todo lhe faltava, ou por maneiras brandas e sinceramente carinhosas que eram avessas ao seu temperamento buliçoso e desbragada educação”.⁴⁹⁰

Um fator que pesa sobre d. Carlota refere-se, pois, à sua suposta falta de “formosura”, acentuada na desvalorização historiográfica de Oliveira Lima no centenário da “trasladação” da corte portuguesa para o Brasil, e de Laurentino Gomes, quando reproduz acriticamente as citações do historiador, no bicentenário do evento. Ressaltar, em um texto de história, a suposta feiura de d. Carlota ou de d. Leopoldina, algo que Gomes faz em *1822*, indica o quanto a beleza feminina vem sendo utilizada como critério para a valorização da mulher.

Como observa Flávia Biroli, professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), “as formas de coerção social antes ativadas pela valorização da maternidade, da castidade e da passividade agora prescrevem comportamentos por meio de um ideal da ‘beleza domesticada’”.⁴⁹¹ Aqui o investimento na domesticação da aparência revela, sobretudo, “padrões desiguais de gênero”, já que “as expectativas sociais de que o investimento na autoapresentação seja prioritário são dirigidas às mulheres, não aos homens”.⁴⁹² Nesse quesito, Bourdieu ressalta que a alienação simbólica das mulheres se expressa na atitude recorrente de se verem “obrigadas a experimentar constantemente a distância entre o corpo real, a que estão presas, e o corpo ideal, do qual procuram infatigavelmente se aproximar”.⁴⁹³ Sob essa ótica, a historiografia de Oliveira Lima é sintomática de uma exortação à heteronomia feminina no princípio do século XX.

Poderíamos, contudo, contextualizar o historiador pernambucano, que publicou o livro sobre d. João (com capítulo dedicado à d. Carlota) em 1908, quando ainda não havia desvanecido certo ranço vitoriano na sociedade brasileira. Poderíamos, com esse fim, evocar o cientista político Luís Felipe Miguel, o qual sublinha que a desigualdade entre homens e mulheres, “na maior parte da história, (...) não foi camuflada nem

⁴⁹⁰ Ibid., p. 282.

⁴⁹¹ BIROLI, Flávia. “Autonomia, dominação e opressão”. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, p. 116.

⁴⁹² Ibid., p. 117.

⁴⁹³ BOURDIEU, *A dominação masculina*, op. cit., p. 83.

escamoteada: pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie”.⁴⁹⁴ Nesse sentido, Carlota Joaquina teria surgido como uma mulher que desafiava a *naturalização* dessa lógica binária, sofrendo, por isso, a execração pública de seus contemporâneos e de parte de seus biógrafos dos séculos seguintes.

Voltemos agora à sua luta pela regência. É certo que, por um breve período de sua conturbada vida política, a princesa teve o reconhecimento das cortes espanholas em relação ao seu direito de governar o império espanhol.⁴⁹⁵ Todavia, mesmo esse reconhecimento não foi isento de desconfianças: menos pelo fato de ser mulher do que pelo temor dos deputados europeus de que, “a exemplo da monarquia portuguesa, queira a regente da Espanha estabelecer a ‘*residência do Governo na América*’”.⁴⁹⁶

Sabemos, porém, que o contexto político da época é deveras complexo. De um lado, a cobiça luso-britânica pelo vice-reino do Rio da Prata enfrenta também os diferentes projetos políticos britânicos em disputa, em que uns apoiam a coroa portuguesa (como d. Rodrigo de Sousa Coutinho); outros, a coroa espanhola (como Sir. Sidney Smith); e outros, a própria constituição de uma República (como Lord Strangford).⁴⁹⁷ De outro lado, Carlota Joaquina enfrenta a resistência das províncias americanas que juram fidelidade ao rei Fernando VII, precisamente porque ela ainda necessita provar “que age de forma independente do marido, e que seus atos nada têm a ver com os objetivos do regente português. Ela é infanta de Espanha, e sua luta é pela preservação da dinastia de Bourbon e pela nação espanhola”.⁴⁹⁸ Desse modo, com seu “temperamento impulsivo e afoito”, ela deseja partir imediatamente para as colônias a fim de defender os seus direitos e os dos espanhóis: ou seja, “não é o vice-reino do Rio da Prata ou mesmo a América objeto de seu desejo; a ida para o Rio da Prata é uma saída, a exemplo da monarquia portuguesa, para salvar o império”.⁴⁹⁹

José Presas, antigo secretário particular de d. Carlota, relembra, porém, que d. João muda de ideia em relação à ida da esposa a Buenos Aires e não permite mais que

⁴⁹⁴ MIGUEL, Luís Felipe. “O feminismo e a política”. In: MIGUEL & BIROLI, *Feminismo e política*, op. cit., p. 17.

⁴⁹⁵ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, op. cit., p. 130.

⁴⁹⁶ Ibid., p. 133-134.

⁴⁹⁷ Ibid., p. 143, p. 146.

⁴⁹⁸ Ibid., p. 145.

⁴⁹⁹ Ibid., p. 169; p. 185.

ela viaje, impedindo-a, assim, de “tomar posse, como regente, do governo daquelas províncias”. Presas aventa, assim, três hipóteses para essa brusca mudança de ideia: “em primeiro lugar, as sugestões e intrigas dos áulicos, que sentiam irremediável sua queda desde que a princesa chegasse a gozar alguma autoridade”.⁵⁰⁰ Por mais suspeito que seja o autor, o qual, mediante chantagem literária, procurou cobrar da princesa do Brasil os pagamentos que ela lhe devia,⁵⁰¹ creio que seu relato expressa, em parte, uma tentativa de compreensão de alguns dos acontecimentos que ele próprio testemunhou. Ao desconhecer as verdadeiras razões da negativa do príncipe, Presas baseia-se em seu conhecimento da dinâmica palaciana para aventar a primeira hipótese – os aúlicos que cercam d. João não querem perder o poder de que gozam e persuadem o príncipe a mudar de ideia. Já a segunda hipótese de Presas remete à “influência do ministro da Inglaterra, Lord Strangford, o qual, segundo as instruções de seu governo, devia trabalhar ativamente para realizar a independência da América Espanhola, o que não poderia conseguir estando a princesa à frente de seu governo”.⁵⁰² Curiosamente, esta é uma hipótese com a qual Francisca Azevedo também trabalha em sua tese. Todavia, a última suposição de Presas sobre a negativa do príncipe endossa o caráter chantagista de seu relato. O autor faz uso da intriga para insinuar “o bem fundado receio” de d. João de que sua esposa, “logo que se visse senhora de Buenos Aires, levantasse um exército e marchasse sobre o Rio de Janeiro para despojá-lo do trono, e fazê-lo prisioneiro”.⁵⁰³

No entanto, não é d. João quem sofre qualquer revés nessa história e, sim, Carlota Joaquina. Ela pressente que está sendo traída por aqueles que se mostravam até então como amigos e que o plano de independência das províncias platinas já está em curso, quando “a segunda metade do ano de 1809 lhe dá a confirmação dos maus presságios”: Buenos Aires vem a optar pela república.⁵⁰⁴ Azevedo, mais uma vez, associa a melancolia de d. Carlota à sua derrota política e, principalmente, à sua falta de amigos, em que sobressai “a mortificação do sentimento de novamente sentir-se no vazio e na

⁵⁰⁰ PRESAS, *Memórias secretas de d. Carlota Joaquina*, op. cit., p. 41.

⁵⁰¹ “Falem agora, em vista do que fica exposto, as pessoas imparciais e prudentes (...), se a sereníssima princesa do Brasil, atual rainha viúva de Portugal, a senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, segundo o direito divino e humano, e segundo as leis de todos os países e sã moral, está ou não obrigada a realizar o pagamento dos 45,835 pesos fortes que me deve, correspondentes às mesadas que tenho vencidas e não cobradas, desde Outubro do ano de 1813 até 1829 inclusive (...)”. Ibid., p. 217-219.

⁵⁰² Ibid., p. 41-42.

⁵⁰³ Ibid., p. 42.

⁵⁰⁴ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, op. cit., p. 203, p. 207.

solidão”.⁵⁰⁵ Por outro lado, como a historiadora nos lembra, “na sociedade da corte ou dos homens, fidelidade, vínculos pessoais são sempre posturas muito fluidas, e em época de crise política então, perde-se qualquer referencial”.⁵⁰⁶

Ao final, Azevedo ressalta que Carlota foi, em certa medida, uma mulher à frente do seu tempo: “(...) tão senhora de si, tão segura de suas opiniões, que se torna frequentemente interlocutora brilhante, capaz de impressionar os varões numa discussão política”.⁵⁰⁷ O próprio Tobias Monteiro reconhece, a partir das missivas redigidas pela princesa do Brasil, “o caráter dessa mulher extraordinária, capaz de afivelar todas as máscaras quando o seu interesse exigisse”.⁵⁰⁸ Para tanto, o historiador ressalta que, apesar da “fraqueza física” da personagem, sobressai em Carlota Joaquina uma personalidade forte e dominadora que em nada se assemelha à fragilidade de sua saúde. Capaz de reunir tanto as qualidades “masculinas” quanto as “femininas” na persecução de seus propósitos políticos, a infanta de Espanha também assumia uma postura “devota” e “caridosa” em outros momentos.

Era em busca do poder, do mando, do exercício da sua vontade dominadora que ela combatia, anos seguidos, desde que procurara dar o esposo por demente e governar em seu nome. A fraqueza física, que às vezes a levava às portas da tuberculose pulmonar, não lhe entibiava o ânimo; passada a refrega, acendia-se-lhe a chama da aventura, e logo punha em ação a energia viril e as seduções femininas, que lhe davam ao caráter força dobrada para os empreendimentos. Mentia como homem político que quisesse poder de qualquer modo, e também como mulher disposta a seduzir, fosse como fosse. (...) Entretanto, fora da política, essa natureza estranha tomava aspectos de brandura, caridade e religião, que comoviam os humildes e despertavam a admiração dos sacerdotes.⁵⁰⁹

Carlota Joaquina é retratada, assim, como uma mulher “caritativa e compassiva da pobreza”, dando “muitas esmolas e mesadas a famílias necessitadas. Um conto de réis que recebia por mês consumia depressa em benfazer”.⁵¹⁰ Do mesmo modo, por ser o tipo de mulher que não mede esforços para manter a integridade do império espanhol, d.

⁵⁰⁵ Ibid., p. 208.

⁵⁰⁶ Ibid., p. 218.

⁵⁰⁷ Ibid., p. 338.

⁵⁰⁸ MONTEIRO, *História do império* (tomo 1), op. cit., p. 117.

⁵⁰⁹ Ibid., p. 129-130.

⁵¹⁰ Ibid., p. 131.

Carlota também sacrifica suas joias e sua saúde para esse fim. Como consequência, em 1816, ela já está “seriamente doente e deprimida”.⁵¹¹ Nesse ponto, os relatos de Azevedo e Gomes afluem para um tom dramático: a doença e a depressão teriam marcado os momentos finais da princesa. A historiadora situa a narrativa ainda no ano 1816, ao passo que o jornalista desloca a narrativa para 1828, quando Carlota Joaquina faz um testamento (no qual encomenda 1200 missas), vindo a falecer dois anos depois.

É pertinente assinalar que Gomes constrói uma narrativa que muito se assemelha às biografias escritas pelos historiadores que ele utiliza em *1808*. Isto é, seu relato histórico não diverge daquele empreendimento biográfico produzido na primeira metade do século XX, quando as características físicas, morais e psicológicas dos biografados, assim como certos episódios pitorescos de suas vidas compunham as narrativas biográficas. No caso do casal d. João e Carlota Joaquina, os biógrafos dessa época convergem na construção de duas personalidades diametralmente opostas, sendo que alguns ainda atribuem determinada vivacidade ou letargia de caráter às dinastias das quais cada um descende. Segundo o historiador Marcus Cheke, “Dom João era essencialmente um Bragança e personificava caricatamente o temperamento português, tão diferente do espanhol. Um Bragança português unido a uma Bourbon espanhola: isso basta para explicar a fatal incompatibilidade de seus caracteres”.⁵¹² Decerto, um historiador do século XXI não se contentaria com esse tipo de “explicação”. No entanto, é este o mote da narrativa de Cheke na década de 1940: ao atribuir às origens borbônicas o caráter “vivaz” e “vingativo” de Carlota Joaquina, o autor afirma que ela tinha “estranho pendor para o ódio (...) e seu pacato, indolente e desajeitado marido foi a primeira pessoa a quem odiou, e fez com a peculiar intensidade com que se odeia alguém que se despreza, mas de quem se depende”.⁵¹³

Aliás, para Pedro Calmon, d. João não gozava da estima de ninguém – ao menos, não como príncipe.

Todos o menosprezavam. Porque o tempo exigia príncipes fortes, e ele vinha, filho segundo que não nascera para reinar, dos corredores conventuais onde se entoava o mais solene cantochão da cristandade.

⁵¹¹ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, op. cit., p.341.

⁵¹² CHEKE, *Carlota Joaquina – a rainha intrigante*, op. cit., p. 15.

⁵¹³ *Ibid.*, p. 16-17.

Carlota Joaquina convencera-se da sua pusilanimidade. O gabinete de Espanha julgava-o meio tolo, meio místico, instrumento de alguns ministros vulgares. A Inglaterra desconfiava do seu juízo.⁵¹⁴

Desse modo, é possível entender como parte da narrativa de Laurentino Gomes destaca o “temperamento” de d. Carlota em forte relação de oposição ao “temperamento” de d. João VI. Gomes dedica ao monarca o capítulo 13 intitulado “D. João” (p. 167-177). As linhas que abrem o capítulo remetem ao subtítulo do livro (“Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Brasil e de Portugal”), de modo que o relato sobre d. João faça jus à alcunha de “príncipe medroso” atribuído ao personagem desde o início do *1808*:

Príncipe regente e, depois de 1816, rei do Brasil e de Portugal, D. João tinha medo de siris, caranguejos e trovoadas. Durante as frequentes tempestades tropicais do Rio de Janeiro, refugiava-se em seus aposentos na companhia do roupeiro predileto, Matias Antônio Lobato. Ali, com uma vela acesa, ambos faziam orações a santa Bárbara e são Jerônimo até que cessassem os trovões.⁵¹⁵

O episódio pitoresco foi extraído de um relato de segunda mão. Além de destacar o suposto *medo* do então príncipe regente em relação a coisas triviais e a sua *religiosidade* como modo de enfrentar esses medos, o autor parece sugerir algo mais quando faz menção à “companhia do roupeiro *predileto*” nesses momentos. Assim, Gomes destaca que os quatro irmãos da família Sousa Lobato – Matias Antônio, Joaquim José, Bernardo Antônio e Francisco José – atuavam como “guarda-roupas e ajudantes particulares do príncipe”. Todavia, recairia particularmente sobre Francisco a suspeita de envolvimento homossexual com o príncipe. Para afirmar isso, Gomes baseia-se em rumores reproduzidos pelos historiadores Tobias Monteiro e Patrick Wilcken.⁵¹⁶ Do mesmo modo, o autor menciona a paixão de d. João por d. Eugênia José de Menezes, dama de honra de d. Carlota, e os encontros amorosos que resultaram em gravidez, estando a moça solteira. Para a menção desse caso extraconjugal do príncipe regente,

⁵¹⁴ CALMON, *O rei do Brasil*, op. cit., p. 47.

⁵¹⁵ GOMES, *1808*, op. cit., p. 167.

⁵¹⁶ *Ibid.*, p. 172-173.

Gomes recorre novamente a Tobias Monteiro, o qual cita o historiador português Alberto Pimentel.⁵¹⁷

A esfera íntima da vida do soberano também não escapa aos olhos de Teresa Martins Marques, pesquisadora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ela analisa, sobretudo, as representações ficcionais desse suposto relacionamento extraconjugal e da suposta filha bastarda que d. João teria tido com d. Eugênia.⁵¹⁸ Sendo verídica ou não a história da filha “ilegítima” – ela não teria conseguido provar que d. João era seu pai –, o fato é que “a bastardia real e plebeia é (...) uma história tão antiga como o mundo”^{519,520} sendo até mesmo “assumida como um facto natural”.⁵²¹ Em outras palavras, ocorre que, na corte lusitana do século XIX, “os bastardos se designam como filhos naturais” e consumam casamentos reais que funcionam como “negócios de conveniência inter-estados”.⁵²² Como explicar, portanto, o fato de d. João não ter assumido a paternidade de sua suposta filha? Marques avalia que o soberano temia menos a reação de d. Carlota do que dos “poderosos Marialvas”, de quem d. Eugênia descendia.⁵²³ A autora reforça, assim, algumas características atribuídas a d. João, que ela destaca logo nas primeiras linhas de seu texto. Ao interpretar a ascensão de d. Maria ao poder como uma influência pouco positiva para “a segurança e autoconfiança” do príncipe (que era uma criança na época), a autora considera que decorreriam daí a “indecisão”, a “hesitação” e a “pusilanimidade” que marcariam a trajetória de vida do soberano português.⁵²⁴

⁵¹⁷ Ibid., p. 171-172.

⁵¹⁸ A autora trabalha basicamente com o romance da argentina Cristina Norton, *O segredo da bastarda*, e com o romance do brasileiro Ruy Tapioca, *A república dos bugres*. Ela cita, dentre outras obras, o livro *D. João príncipe e rei*, de Ângelo Pereira, publicado em 4 volumes entre 1953 e 1958. Ver: MARQUES, Teresa Martins. “Bastardia real: representações ficcionais do caso de d. João VI”. In: BESSONE, Tânia Maria et al (Org.). *D. João VI e o oitocentismo*. Rio de Janeiro: Contra capa,/FAPERJ, 2011, p. 281-294.

⁵¹⁹ Ibid., p. 291.

⁵²⁰ O próprio Laurentino Gomes nos fornece um bom exemplo do século XIV. Ele relata que, em 1387, a aliança entre Portugal e Inglaterra “se estreitou com o casamento de d. João I, o Mestre d’Aviz, com a inglesa Felipa de Lancaster. Graças à ajuda dos ingleses, D. João I, filho *bastardo* de Pedro I, conseguiu se impor como rei da nova dinastia de Aviz e arrancar da Espanha, em 1414, o reconhecimento da independência de Portugal”. Grifos meus. GOMES, 1808, op. cit., p. 65-66.

⁵²¹ MARQUES, “Bastardia real: representações ficcionais do caso de d. João VI”, op.cit., p. 293.

⁵²² Ibid., p. 293.

⁵²³ Sempre tenazmente crítico com d. João VI, Tobias Monteiro, por seu turno, acredita que o príncipe regente “era dissimulado em extremo e talvez temesse perder a reputação de crente fervoroso, se confessasse infringir os mandamentos da igreja”. MONTEIRO, *História do Império*, op. cit., p. 102.

⁵²⁴ MARQUES, “Bastardia real: representações ficcionais do caso de d. João VI”, op. cit., p. 281.

Seguindo uma linha mais cômica, Gomes constrói a imagem de d. João, na qual conjuga o aspecto físico de seu biografado com o temperamento atribuído ao personagem. O autor chega mesmo a afirmar que a imagem de d. João nos quadros da época em que viveu “é reveladora de sua personalidade”!⁵²⁵ Reproduzindo as palavras de Oliveira Lima, o jornalista descreve os lábios grossos, as pernas pequenas e grossas, as mãos gorduchas, a barriga protuberante e os olhos “assustados” do filho de d. Maria I. Gomes também destaca que o monarca teria sido “um homem desleixado com a higiene pessoal e avesso ao banho”,⁵²⁶ algo que, em realidade, não era incomum à corte portuguesa na época. De modo análogo, ele alega que d. João tinha o hábito de repetir a mesma roupa, sendo que, além de usá-la diariamente, recusava-se a trocá-la “mesmo quando já estava suja e rasgada”.⁵²⁷ É certo que, dessa forma, Gomes contribui para disseminar uma visão caricata do soberano português, especialmente quando o autor põe em relevo excertos referentes à “obesidade”, ao “desleixo”, à “fraqueza” e à “covardia” de d. João.⁵²⁸ O perfil burlesco do monarca torna-se mais evidente à medida que é construído em estrita relação de oposição a outros perfis (de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, de Napoleão Bonaparte e de d. Carlota), como mostra o capítulo 14 de *1808*:

Difícilmente um outro casal poderia ser tão diferente nas preferências e no comportamento. D. João era gordo, letárgico e bonachão. Preguiçoso, detestava andar a cavalo e uma simples caminhada de poucos metros o deixava exausto. Costumava bocejar durante festas e recepções oficiais. Seu passatempo preferido eram as cerimônias e cantos gregorianos na companhia de padres e monges. Carlota Joaquina, ao contrário, era vivaz, hiperativa e falante. Mesmo claudicante, cavalgava como poucos homens de sua época. Seus passeios a cavalo pelos arredores do Rio de Janeiro ficaram famosos. Adorava festas e manejava bem um canhão.⁵²⁹

É verdade que as diferenças de personalidades do casal também estavam relacionadas às diferenças entre os modos de vida da corte portuguesa e da corte espanhola. Para Marcus Cheke, havia sido “uma infelicidade a corte portuguesa oferecer [à *Carlota Joaquina*] um contraste tão forte em relação à alegria da corte de seus pais em

⁵²⁵ GOMES, *1808*, op. cit., p. 168.

⁵²⁶ *Ibid.*, p. 168.

⁵²⁷ *Ibid.*, p. 174.

⁵²⁸ Excertos extraídos das obras de Luiz Norton, João Pandiá Calógeras, Lilia Schwarcz, Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Manuel de Oliveira Lima. *Ibid.*, p. 169.

⁵²⁹ *Ibid.*, p. 180.

Aranjuez”.⁵³⁰ Do mesmo modo, Francisca Azevedo afirma que foi difícil à d. Carlota conviver com a “rigidez” e o “conservadorismo” da corte lusitana, características que se acentuaram no reinado de d. Maria I. Na Espanha afrancesada, ao contrário, as mulheres, impregnadas dos ares de Paris, divertiam-se em festas, desfrutando de uma “liberdade” que Portugal desconhecia.⁵³¹ D. João, por seu turno, testemunhou o giro conservador em sua própria corte quando ainda era um menino de dez anos – precisamente quando sua mãe, uma católica fervorosa, chegou ao poder após a morte de d. José, avô de d. João.

Gomes, decerto, pode alegar a convergência dos relatos proferidos pelas “autoridades livrescas” quando da construção biográfica do casal em 1808. Contudo, o problema, a meu ver, reside em outro ponto: no uso acrítico das fontes historiográficas, quando o jornalista desconsidera seu lugar de produção, bem como os juízos de valor que as acompanham. Sua acriticidade resulta na escrita e na disseminação de uma versão burlesca da família real, que conta com a simpatia do leitor tanto pelo caráter cômico e presentista da narrativa quanto pela legitimidade atribuída aos relatos históricos que o autor utiliza como fontes.

Mesmo quando há uma historiografia relativamente nova que desconstrói a caricatura historiográfica pretérita, Gomes opta por conceder às novas discussões um espaço bastante modesto em seu texto. Falta ao autor uma maior contextualização e articulação das ações dos personagens, da complexidade de suas relações de poder e do tenso cenário político no qual eles se movimentavam. No lugar disso, Gomes prefere emitir algum juízo de valor sobre as decisões que foram ou não tomadas naquele contexto político, encarando-as como consequência da personalidade que ele atribui a cada personagem. Um dos problemas do autor reside, pois, na “certeza sincera dos seus juízos acerca dos processos complexos que aborda”.⁵³²

Desse modo, o jornalista concede apenas algumas linhas no último parágrafo do capítulo 13 para citar, por exemplo, o historiador Jurandir Malerba, que vê mérito no fato de d. João ter vivido e morrido como rei, contrariamente à “maioria das cabeças coroadas da Europa [que] sucumbiu sob Napoleão”.⁵³³ A fuga para o Brasil e o retorno a Portugal teriam se configurado, ao fim e ao cabo, como estratégias bem-sucedidas

⁵³⁰ CHEKE, *Carlota Joaquina – a rainha intrigante*, op. cit., p. 13.

⁵³¹ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, op. cit., p. 52.

⁵³² FRANÇA, “‘1808’ reconta era joanina com leveza”, op. cit.

⁵³³ MALERBA, *A corte no exílio*, p. 204. Apud GOMES, *1808*, op. cit., p. 177.

para a manutenção da coroa aqui e acolá. Gomes, porém, credita tamanho sucesso aos ministros do monarca – d. Rodrigo de Sousa Coutinho, Antônio Araújo de Azevedo e Thomaz Antônio Villa Nova Portugal –, que o teriam orientado na tomada de decisões, ajudando a “salvar a biografia de D. João VI”.⁵³⁴ Para o autor, a biografia de d. João estaria “aparentemente condenada ao fracasso caso dependesse apenas dos traços de sua própria personalidade”.⁵³⁵

Mas qual seria a *verdadeira* personalidade de d. João? Astuto? Bondoso? Indeciso? Covarde? A historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves não responde a essas perguntas, mas procura compreender “o indivíduo que se escondia por trás dessas projeções”⁵³⁶ ao traçar uma trajetória da vida do personagem. Ela observa que a autoridade do regente logo se fizera sentir no Brasil, quando, ainda em janeiro de 1808, ele decretara a abertura dos portos e, no mesmo ano, tomara diversas medidas administrativas e políticas no intuito de reforçar sua imagem “enquanto senhor do novo império que se pretendia criar”. A autora assinala, porém, que essa autoridade se manifestava “quase sempre através da implantação das instituições e das práticas do Antigo Regime português”.⁵³⁷ Tivemos, portanto, um novo império assentado sobre bases arcaicas.

Ainda assim, Gomes considera que o objetivo de d. João era “mudar o Brasil para reconstruir nos trópicos o sonhado império americano de Portugal”.⁵³⁸ Para tanto, ele cita algumas das primeiras medidas tomadas pelo regente na América, como “a concessão de liberdade de comércio e indústria manufatureira”, “a abertura de novas estradas” e “a introdução do ensino leigo e superior”, além, claro, da abertura dos portos.⁵³⁹ Neves, por seu turno, destaca o caráter absolutista de certas medidas, como “a instituição de tribunais superiores, cujas decisões competiam exclusivamente ao soberano, que se afirmava como supremo dispensador da justiça e manifestava sua livre vontade por decretos de *mera graça*”.⁵⁴⁰

⁵³⁴ GOMES, *Ibid.*, p. 176.

⁵³⁵ *Ibid.*, p. 176.

⁵³⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “D. João: o indivíduo e a história”. In: BESSONE, *D. João VI e o oitocentismo*, op. cit., p. 323.

⁵³⁷ *Ibid.*, p. 321.

⁵³⁸ GOMES, *1808*, op. cit., p. 215.

⁵³⁹ *Ibid.*, p. 215-216.

⁵⁴⁰ NEVES, “D. João: o indivíduo e a história”, op. cit., p. 321.

Nesse sentido, Malerba assinala o “consenso historiográfico (...) sobre ser o Estado nascente erguido à imagem e semelhança do Estado português, em sua arquitetura política e administrativa”. Isso significa, pois, que o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil é marcado pela “sua condição de monarquia absoluta anódina, mesmo anacrônica, das últimas que os ventos liberais varreriam tão brevemente”.⁵⁴¹ Dentre as características da monarquia lusa em terras americanas, podemos destacar a gratidão do monarca em recompensar seus súditos no Brasil – em especial, a gente fluminense – por terem oferecido “espontaneamente seu dinheiro, casas e conforto” à corte portuguesa.⁵⁴² Ou, no entender de Laurentino Gomes, em uma política de toma-lá-dá-cá, “D. João precisava do apoio financeiro e político dessa elite rica em dinheiro, porém destituída de prestígio e refinamento”.⁵⁴³ Para tanto, o monarca utilizou “o poder real de conceder honras e privilégios por meio das graças e mercês as mais variadas”. Desse modo, uma profusão de distintivos nobiliárquicos – concedidos, inclusive, a traficantes de escravos – daria origem a uma “nova nobreza ‘brasileira’”, como assinala Malerba.⁵⁴⁴

Curiosamente, as concessões feitas por d. João acabariam por “semear a disputa e a vaidade entre os que se julgavam ou pretendiam ‘beneméritos’, nativos ou migrantes”.⁵⁴⁵ O próprio Oliveira Lima já questionava esse fenômeno: “E como também deixaria de ser intrigante a nova corte se, em adição aos defeitos transportados da metrópole, nela referveram a inveja e o despeito entre as duas parcialidades, a reinícola e a nacional, sendo cada graça do Rei comentada, discutida e quase invariavelmente mal interpretada?”.⁵⁴⁶

Eis a oportunidade para retomarmos a clássica biografia de d. João VI escrita pelo historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima. O livro do pernambucano viria a ser reeditado na década de 1940, constando na Coleção Documentos Brasileiros da José Olympio Editora. A coleção fora, em um primeiro momento, dirigida por Gilberto Freyre e, posteriormente, passara a ser dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa. Este é também responsável pelo prefácio escrito em setembro de 1944, no qual assinala que, no livro de

⁵⁴¹ MALERBA, *A corte no exílio*, op. cit., p. 198.

⁵⁴² *Ibid.*, p. 202.

⁵⁴³ GOMES, *1808*, op. cit., p. 197.

⁵⁴⁴ MALERBA, *A corte no exílio*, op. cit., p. 203-204.

⁵⁴⁵ *Ibid.*, p. 217.

⁵⁴⁶ OLIVEIRA LIMA, *Dom João VI no Brasil*, op. cit., p. 81.

Oliveira Lima, “(...) nenhuma questão é tratada às pressas, levianamente, em frases e julgamentos de segunda mão. Por vezes até o vagar, o prazer das minúcias, o gosto de esgotar os assuntos e de mostrar o avesso de tudo assustarão a leitores menos habituados a investigações sérias ou viciados por vulgarizações fáceis e brilhantes”.⁵⁴⁷

De acordo com a historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães, a obra de Oliveira Lima “constituiu um divisor de águas no exame do período joanino”, contrapondo-se ao olhar pessimista e burlesco sobre o período em questão – olhar então disseminado pela historiografia portuguesa, como a obra *História de Portugal*, de Oliveira Martins.⁵⁴⁸ Ainda assim, o livro do historiador haveria de ser relegado ao esquecimento por muitos anos, possivelmente porque vemos surgir nessa época “a historiografia dita *combatente*, de cunho nacionalista, intentada por José Honório Rodrigues”, a qual “reclamava a falta de um imaginário heroico”. Ao mesmo tempo, “a história política caía em descrédito, vindo a ocupar um lugar secundário nas preocupações dos historiadores, fruto da influência francesa da escola de *Annales*”.⁵⁴⁹

De todo modo, esta é uma obra citada recorrentemente em *1808*, embora Gomes tenha abdicado de construir uma narrativa elogiosa a d. João, como faz Oliveira Lima. As linhas que abrem o livro do historiador enaltecem a figura do “verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira”: “Dom João VI foi, sem dúvida alguma no Brasil, e ainda é um rei popular”, pois, segundo o autor, o sentimento público ainda “olha-o com uma ternura em que entram uma certa dose de reconhecimento, um pouquinho de compaixão e uns toques de proteção”.⁵⁵⁰

O autor credita tamanha popularidade à “sincera amizade testemunhada pelo soberano português à sua principal colônia, no apego com que a ela se prendeu (...)”. Esse apego seria decorrente de um d. João que teria sentido “dilatar-se-lhe a alma à vista dessa flácida e pomposa natureza tropical, e especialmente em presença do profundo sossego de sua nova capital (...)”, em que “ao efeito sedativo que um clima brando e quente pode exercer sobre as organizações linfáticas como a sua, acrescia, pois, a

⁵⁴⁷ SOUSA, Octávio Tarquínio de. “Prefácio”. In: OLIVEIRA LIMA, *Dom João VI no Brasil*, op. cit., p. 6.

⁵⁴⁸ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “A Casa de Bragança nos seus domínios americanos: abordagens historiográficas”. In: BESSONE, *D. João VI e o oitocentismo*, op. cit., p. 133-134.

⁵⁴⁹ *Ibid.*, p. 134.

⁵⁵⁰ OLIVEIRA LIMA, *Dom João VI no Brasil*, op. cit., p. 17.

tranquilidade moral, a confiança do governante”.⁵⁵¹ O historiador não deixa, assim, de associar o temperamento de d. João ao tipo de clima e natureza que o regente encontrou no Brasil, demarcando um e outro com qualidades semelhantes que encerram uma mesma ideia de modorra.

Contudo, apesar de um d. João pouco enérgico, Oliveira Lima traça um perfil lisonjeiro do príncipe. Para o autor, ao “retirar-se” para a América, “o Príncipe Regente, sem afinal perder mais do que o que possuía na Europa, escapava a todas as humilhações sofridas por seus parentes castelhanos, depostos à força”, além de manter-se “na plenitude de seus direitos, pretensões e esperanças”. Desse modo, o historiador avalia que “é muito mais justo considerar a trasladação da corte para o Rio de Janeiro como uma inteligente e feliz manobra política do que como uma deserção cobarde”.⁵⁵² Do mesmo modo, o historiador português Luiz Norton argumenta que “o príncipe regente D. João, transferindo voluntariamente a sua Corte para os domínios portugueses da América, salvara a monarquia com todas as suas colônias ultramarinas”. A vinda para o Brasil teria sido “o resultado inteligente de um plano preconcebido”, segundo o português,⁵⁵³ ainda que, para Tobias Monteiro, aquilo tenha sido “o espetáculo sinistro do abandono da metrópole em busca da colônia”.⁵⁵⁴

Em concordância com Oliveira Lima e Luiz Norton, Malerba acrescenta que, para aqueles que migraram com o príncipe (não para aqueles que permaneceram em Portugal obviamente), “restava cantar a glória da medida mais que acertada de seu guia. São inúmeras as odes sáficas e pindáricas, as orações gratulatórias e oferendas em que se fez da atitude de dom João a tábua de salvação do império”.⁵⁵⁵ É fato, porém, que não há consenso historiográfico em relação à atitude do regente: “Deserção ou ato heroico, fuga ou malícia política, qualquer opção assenta num juízo de valor”, como nos lembra o historiador.⁵⁵⁶ Mesmo assim, Gomes não deixa de emitir juízo de valor em relação aos atos do soberano português, convergindo com o ponto de vista de Tobias Monteiro, para quem “seria impossível levantar coragem, e inflamar patriotismo ante a imagem desse príncipe, transido de medo, cuja preocupação era pôr-se a bom recato, salvar-se

⁵⁵¹ Ibid., p. 18.

⁵⁵² Ibid., p. 53.

⁵⁵³ NORTON, Luiz. *A corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 16.

⁵⁵⁴ MONTEIRO, *História do império* (tomo 1), op. cit., p. 81.

⁵⁵⁵ MALERBA, *A corte no exílio*, op. cit., p. 200.

⁵⁵⁶ Ibid., p. 202.

pessoalmente a despeito de tudo”.⁵⁵⁷ Gomes reverbera as palavras de Monteiro, já que, para o jornalista, o fato de d. João não ter permanecido em Portugal para lutar “ao lado dos ingleses na defesa do país” revela que “essa opção não estava ao alcance do *inseguro* e *medroso* príncipe regente”. A opção pela fuga coaduna-se, afinal, com a personalidade que o autor atribui ao príncipe, o qual “incapaz de resistir e enfrentar um inimigo que julgava muito mais poderoso, decidiu fugir”.⁵⁵⁸

No entanto, a conclusão a que chega o jornalista no que se refere aos motivos da *fuga* diverge daquela que Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, do Instituto de Sociologia Histórica da Universidade Nova de Lisboa, defendem em *D. João VI – um príncipe entre dois continentes* (2008).⁵⁵⁹ Para os autores portugueses, d. João contava, entre 1799 e 1800, com uma diplomacia que se orientava “no sentido da obtenção de um compromisso de reconhecimento da neutralidade e, conseqüentemente, de paz com a França, sem que isso implicasse um rompimento do alinhamento tradicional com a Grã-Bretanha”. Eles assinalam que, “nos anos de virada para o século XIX, não existia da parte da Grã-Bretanha disposição ou capacidade para mobilizar um auxílio à defesa de Portugal semelhante ao que se verificara em 1762”, quando os governos da França e da Espanha uniram-se para atacar Portugal no intuito de “prejudicar os interesses comerciais e navais britânicos”. A situação, porém, havia mudado – o apoio britânico (militar e financeiro) havia se tornado improvável. Desse modo, os autores arrematam o quanto era “incontestavelmente superior a capacidade militar das forças combinadas da Espanha e da França” em relação às forças portuguesas.⁵⁶⁰ Nesse contexto, restava à diplomacia de d. João “ganhar sempre tempo e adiar a definição de uma posição”. Em outras palavras, “a dificuldade em tomar uma decisão sobre a questão capital da paz e da guerra não era de índole meramente ‘psicológica’, e sim uma dificuldade objetiva”.⁵⁶¹

Ademais, havia a questão da regência, que funcionou como fator de “fragilidade da monarquia”, uma vez que “a fonte de autoridade era imperfeita” – d. João, cuja condição de regente havia sido formalizada em 1799, não podia ser proclamado rei

⁵⁵⁷ MONTEIRO, *História do império* (tomo 1), op. cit., p. 61.

⁵⁵⁸ Grifos meus. GOMES, 1808, op. cit., p. 35.

⁵⁵⁹ PEDREIRA & COSTA, *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*, op. cit.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 70-71.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 72.

enquanto d. Maria estivesse viva.⁵⁶² Ao mesmo tempo, o príncipe se viu às voltas com as “enormes dificuldades financeiras e militares do reino”, as quais foram instrumentalizadas “tanto no âmbito da intriga palaciana como no da formação da opinião comum” para desacreditar a sua capacidade de governo.⁵⁶³

Nesse sentido, a própria formalização da regência encontrou a oposição do secretário de Estado José Seabra da Silva, o qual receava que, com a formalização, d. João não apenas ganhasse “maior autonomia”, mas também a estendesse “a um ministro que ele promovesse a uma função de ‘primeiro-ministro’”.⁵⁶⁴ Internamente, havia, pois, dois “partidos” no governo que rivalizavam em torno das finanças públicas e que “procuravam introduzir no ministério e no serviço público pessoas da sua facção e cujo principal fim era governar”.⁵⁶⁵ Frente a essa conjuntura, Laurentino Gomes considera que a indecisão de d. João se manifestava quando, ao se ver “espremido entre grupos com opiniões conflitantes, relutava até o último momento a fazer escolhas. As providências mais elementares do governo o atormentavam e angustiavam para além dos limites. Por isso, costumava delegar tudo aos ministros que o rodeavam”.⁵⁶⁶ Por sua vez, Oliveira Martins entrevê que d. João, com sua “esperteza de saloio”, podia até ser indeciso “por ser fraco e inepto”, mas também o era “por esperteza e dissimulação”. Assim, “raras vezes se opunha aos ministros que lhe davam, mas nenhum deles se gabou jamais de ter a sua confiança. Não se opunha; mas intrigava, cortava-lhes os voos (...)”.⁵⁶⁷

De um lado, havia o marquês de Ponte de Lima, que representava a “primeira nobreza”, aquela que havia perdido muitos de seus privilégios na época das reformas pombalinas; de outro, havia d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o qual representava precisamente os “pombalinos”, ainda que, em termos de política externa, ambos representassem a posição do “partido” inglês, ao contrário de Antônio Araújo de Azevedo e Seabra da Silva, que eram pró-franceses.⁵⁶⁸ Esse alinhamento decorria menos das afinidades ideológicas com a França ou com a Inglaterra do que das orientações diplomáticas naquela ocasião.

⁵⁶² Ibid., p. 79.

⁵⁶³ Ibid., p. 86.

⁵⁶⁴ Ibid., p. 82-83.

⁵⁶⁵ Ibid., p. 84.

⁵⁶⁶ GOMES, 1808, 2007, p. 33.

⁵⁶⁷ OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, op. cit., p. 392-393.

⁵⁶⁸ PEDREIRA & COSTA, *D. João VI*, op. cit., p. 88.

A oposição no nível diplomático organizava-se na realidade entre a consideração de que a existência do reino dependia por completo da proteção inglesa, pelo que não deveria haver nenhum afastamento, ainda que menor, da orientação de Londres, e a consideração de que essa sobrevivência dependeria de uma situação de estrita neutralidade, sem um alinhamento definido, jogando sempre e sistematicamente na ambiguidade, no caso de os ingleses não se mostrarem capazes de manter a proteção militar do reino. Isso implicava criar distância da Inglaterra e estabelecer alguma aproximação com a França. Sobretudo, o que parecia motivar o segundo “partido” era evitar a guerra a todo custo.⁵⁶⁹

No entanto, a partir de 1806, a diplomacia portuguesa viu-se pressionada a tomar uma decisão em relação às pretensões francesas. No ano anterior, a França havia perdido a Batalha de Trafalgar para a Inglaterra, o que teria reforçado a necessidade de Napoleão de “desenvolver uma estratégia continental que impedisse o acesso da marinha mercante inglesa aos portos e mercados europeus”, defendendo “também o continente da hegemonia marítima britânica”.⁵⁷⁰ Foi nessa circunstância que Napoleão decretou o Bloqueio Continental (em novembro de 1806), no intuito de “conquistar o mar com o poder da terra”, transformando o bloqueio “no eixo da política tanto interna quanto externa da França” e impondo, primeiramente, às cidades hanseáticas o cumprimento dessa imposição.⁵⁷¹ Nos mesmos moldes, o general e embaixador Jean-Andoche Junot, a serviço de Napoleão, já vinha pressionando o governo português para que este fechasse seus portos aos navios ingleses, vislumbrando a possibilidade de captar “os recursos e as tropas da Espanha” para invadir o país de d. João.⁵⁷² O governo de Lisboa não previa, porém, que, ao ceder tardiamente a todas as exigências da França, teria seu território invadido e dividido pelas tropas francesas e espanholas por conta do Tratado de Fontainebleau (assinado em 27 de outubro de 1807 pela França e pela Espanha), o qual versava sobre a divisão de Portugal em três partes, juntamente com a tomada das colônias portuguesas.⁵⁷³

⁵⁶⁹ Ibid., p. 88-89.

⁵⁷⁰ Ibid., p. 150.

⁵⁷¹ Ibid., p. 158.

⁵⁷² Ibid., p. 153.

⁵⁷³ Ibid., p. 175.

Ao mesmo tempo, Portugal também vinha sendo pressionado pela Inglaterra, de modo que “mesmo o simples encerramento dos portos, ainda que fosse explicado pela aflitiva necessidade de embargar uma invasão iminente, prometia ser retaliado, por exemplo, com a ocupação [britânica] da [ilha da] Madeira”.⁵⁷⁴ Dessa forma, “no dia 16 de novembro [de 1807], assomava no Tejo a esquadra inglesa comandada por sir Sidney Smith, transportando uma força de 7 mil homens, preparada para escoltar a família real na sua viagem para o Brasil ou para tomar de assalto a frota portuguesa e atacar Lisboa”.⁵⁷⁵ Com efeito, prevaleceria a primeira opção. Todavia, Laurentino Gomes considera que, “se quisesse, D. João poderia ter resistido [à invasão das tropas francesas e espanholas], com boas chances de vencer”, já que, “devido à falta de planejamento e à pressa com que a invasão foi decidida, ao chegar à fronteira de Portugal as suas tropas [de Napoleão] eram uma legião maltrapilha e faminta”.⁵⁷⁶ O jornalista esquece, porém, que uma “previsão” *a posteriori* vale-se do privilégio do futuro (decorridos duzentos anos do evento em questão) para “vaticinar” e julgar as ações dos personagens do passado, incorrendo, decerto, em um anacronismo.

Sabemos que, no século XVIII, d. Luís da Cunha aventou a possibilidade de instalar a família real no Brasil no intuito de formar o “Império do Ocidente”, uma vez que a principal colônia portuguesa supria a necessidade “de metais e pedras preciosas (ouro e diamantes) e de outras mercadorias (açúcar, tabaco, couros) que alimentavam o funcionamento das redes mercantis e animavam o sistema comercial que era uma das bases em que se assentava o Império”.⁵⁷⁷ Já no século XIX, d. Rodrigo de Sousa Coutinho foi um dos conselheiros de d. João VI em relação à transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, entrevendo nesse ato “uma efetiva defesa militar do reino diante da eventual invasão das forças franco-espanholas”.⁵⁷⁸ D. João, apesar de não ser inicialmente simpático a essa ideia, acabou cedendo ao conselho do futuro Conde de Linhares frente à iminência da invasão das tropas napoleônicas. Assim, no dia 26 de novembro de 1807, seria publicado o real decreto sobre a intenção da transferência da corte para o Brasil, anunciando também “a constituição da Junta dos Governadores que

⁵⁷⁴ Ibid., p. 161-162.

⁵⁷⁵ Ibid., p. 176.

⁵⁷⁶ GOMES, 1808, op. cit., p. 53-54.

⁵⁷⁷ PEDREIRA & COSTA, *D. João VI*, op. cit., p. 180-181.

⁵⁷⁸ Ibid., p. 182.

fica[ria] encarregada de dirigir o país na ausência do regente”.⁵⁷⁹ Os procedimentos do embarque teriam início no dia seguinte. Pedreira e Costa constatam que “era muita a gente que queria seguir o príncipe ou apenas fugir das tropas francesas que já se encontravam às portas da cidade”.⁵⁸⁰ Nas palavras de Oliveira Martins,

Três séculos antes, Portugal embarcara, cheio de esperanças e cobiça, para a Índia; em 1807 (Novembro, 29) embarcava um préstito fúnebre para o Brasil. A onda da invasão varria diante de si o enxame dos parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, monsenhores e castrados. Tudo isso, a monte, embarcava, ao romper do dia, no cais de Belém. Parecia o levantar de uma feira, e a mobília de uma barraca suja de saltimbancos falidos: porque o príncipe-regente, para abarrotar o bolso, com louras peças de ouro, seu enlevo, ficara a dever a todos os credores, deixando a tropa, os empregos, os criados, por pagar.⁵⁸¹

Todavia, deveríamos levar em conta que o transporte das riquezas públicas e privadas para o além-mar era uma forma de evitar que elas fossem saqueadas pelo general Junot e seus homens.⁵⁸² Ainda assim, Oliveira Martins desconsidera essa possibilidade à medida que ele opta por traçar um perfil burlesco do príncipe em uma analogia vulgar com a história.

Napoleão estava burlado. O príncipe D. João, a bordo com as mãos nos bolsos, sentia-se bem remexendo as peças de ouro: ia contente com a sua esperteza *saloia*, única espécie de sabedoria aninhada no seu gordo cérebro. Bocejava ainda: mas porque o enjoo começava com os balanços do mar. É o que sucede à história, com os miseráveis balanços do tempo: vem o enjoo incómodo e a necessidade absoluta de vomitar.⁵⁸³

Mas o que seria o “vômito” da história? Rafael Botton, em sua dissertação de mestrado em História, entrevê nesse tipo de “metáfora biologicista” uma crítica de Oliveira Martins ao reino de Portugal que surge sob a Dinastia dos Bragança. Botton percebe que, para o historiador português, o país que emerge após o período da União Ibérica (1580-1640) deixa de depender de si próprio e passa a depender do “equilíbrio

⁵⁷⁹ Ibid., p. 186.

⁵⁸⁰ Ibid., p. 188

⁵⁸¹ OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, op. cit., p. 379.

⁵⁸² PEDREIRA & COSTA, *D. João VI*, op. cit., p. 185.

⁵⁸³ OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, op. cit., p. 380.

de poder europeu”. Desse modo, Oliveira Martins insere Portugal nos ciclos históricos das nações (gênese, apogeu, catástrofe, decadência), as quais, “enquanto organismos vivos, estão fadadas aos mesmos determinismos biológicos (cuja dinâmica seria explicada pela lógica dialética)”.⁵⁸⁴ A partir dessa compreensão da obra martiniana, também nos é possível situar a construção historiográfica de d. João VI empreendida pelo autor, para quem a biografia é “o gênero mais adequado para se estudar as expressões subjetivas da vontade coletiva”. Em outras palavras, mediante o estudo de “indivíduos históricos universais”, o autor crê na possibilidade de “apreender as leis perenes que regem as sociedades da mesma forma que os ciclos biológicos animam os seres vivos”.⁵⁸⁵ Nesse sentido, compreendemos o porquê de sua visão bufa do príncipe regente coadunar-se com sua visão igualmente bufa da sociedade portuguesa da época. Ainda assim, mesmo sofrendo críticas de Oliveira Lima, em 1908, e de Luiz Norton, em 1938 (que classificou a obra, publicada em 1879, como um “erradíssimo estudo sobre d. João VI”)⁵⁸⁶, a perspectiva historiográfica de Oliveira Martins seria acriticamente reproduzida – ao menos, em parte – por Tobias Monteiro, em 1927, e por Laurentino Gomes, em 2007. Uma explicação possível para essa permanência relaciona-se à força da narrativa do autor português, a qual reside menos na cientificidade de seus argumentos do que no modo cômico em que eles se apresentam aos olhos do leitor. Como assinala argutamente Hayden White,

Tal como a literatura, a história se desenvolve por meio da produção de clássicos, cuja natureza é tal que não podemos invalidá-los nem negá-los, a exemplo dos principais esquemas conceituais das ciências. E é o seu caráter de não-invalidação que atesta a natureza essencialmente literária dos clássicos históricos. Há algo numa obra-prima da história que não se pode negar, e esse elemento não-negável é a sua forma, a forma que é a sua ficção.⁵⁸⁷

⁵⁸⁴ BOTTON, Rafael Reigada. *Decadência de Portugal e o Cesarismo: um estudo sobre a historiografia de J.P. de Oliveira Martins*. Porto Alegre: PUCRS, 2016. 98 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, p. 69-70.

⁵⁸⁵ *Ibid.*, p. 32-33.

⁵⁸⁶ NORTON, *A corte de Portugal no Brasil*, op. cit., p. 39.

⁵⁸⁷ WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, *Trópicos do discurso*, op. cit., p. 106.

A primazia da forma sobre o conteúdo caracteriza a obra de Oliveira Martins, mas também perpassa clássicos da história do Brasil, como *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Algumas das teses de Freyre podem ser questionadas pela historiografia brasileira contemporânea, mas não são veementemente refutadas nem invalidadas, como ocorre nas ciências naturais, e sim reanalisadas e recontextualizadas sob outro prisma. É certo, porém, que um historiador dificilmente tomará um clássico como objeto de estudo considerando apenas suas qualidades literárias, ainda que reconheça a literariedade de muitos textos freyrianos, por exemplo. Nesse sentido, ainda nos digladiamos com a concomitante cientificidade e literariedade da história, opondo simplesmente a ciência à arte e negligenciando esta em benefício de um paradigma científico com resquícios positivistas. No próximo capítulo, inicio um debate sobre a racionalidade do pensamento histórico, o que inclui levar em consideração sua dimensão estética.

4 A NARRATIVA DE UMA HISTÓRIA: EM BUSCA DA RACIONALIDADE DO PENSAMENTO HISTÓRICO NOS LIVROS DE DIVULGAÇÃO

Mas então o que é escrever? Designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado. Neste nível elementar há três elementos decisivos. Primeiro, *a página em branco*: um espaço “próprio” circunscreve um lugar de produção para o sujeito. (...) Gesto cartesiano de um corte instaurador, com um *lugar* de escritura, do domínio (e isolamento) de um sujeito diante de um *objeto*. (...) Em segundo lugar, aí se constrói *um texto*. Fragmentos ou materiais linguísticos são tratados (usinados, poder-se-ia dizer) neste espaço, segundo métodos explicitáveis e de modo a produzir uma ordem. Uma série de operações articuladas (gestuais e mentais) – literalmente é isto, escrever – vai traçando na página as trajetórias que desenham palavras, frases e, enfim, um sistema. (...) Um terceiro elemento: esta construção não é apenas um jogo. (...) o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como “sentido” remeter à realidade de que se distinguiu *em vista de mudá-la*.⁵⁸⁸

O “jogo escriturístico” de que fala Michel de Certeau nos remete à escrita da história, em que a construção de um texto, isolado de sua exterioridade espaço-temporal, tem o poder de mudar essa mesma realidade. Ou, em termos rüsenianos, a narrativa histórica, ao tornar presente o passado, tem o poder de constituir sentido sobre a experiência do tempo. Utilizo aqui a terminologia de Jörn Rüsen precisamente por entrever nas palavras de Certeau uma possível correlação. Se o propósito de um texto é mudar a realidade (“o jogo escriturístico (...) tem como ‘sentido’ remeter à realidade de que se distinguiu *em vista de mudá-la*”), cabe à narrativa histórica vincular sua constituição de sentido à experiência do tempo “de maneira que o passado possa tornar-se presente no quadro cultural de orientação da vida prática contemporânea”.⁵⁸⁹

Desse modo, inicio o capítulo com uma discussão teórica acerca do próprio estatuto da narrativa histórica, cujo potencial explicativo pressupõe uma racionalidade específica do pensamento histórico. A explicação aqui é perscrutada em um sentido que engloba a resposta à pergunta “por quê?” – precisamente, “o que causou isso?” ou “o que

⁵⁸⁸ Grifos do autor. CERTEAU, *A invenção do cotidiano*, op. cit., p. 225-226.

⁵⁸⁹ RÜSEN, *Razão histórica*, op. cit., p. 155.

levou a isso?”⁵⁹⁰ –, mas que enfoca, sobretudo, os desdobramentos da teoria da história de Rüsen no lugar da filosofia analítica anglo-saxônica. Posteriormente, desenvolvo o argumento visando à compreensão dos motivos que nos levam a reescrever continuamente a história. Nesse sentido, procuro vislumbrar o lugar que os livros de divulgação histórica ocupam na discussão. Por último, detenho-me nas obras *Condessa de Barral* (2006) e *O castelo de papel* (2013), de Mary Del Priore, e *1889* (2013), de Laurentino Gomes, no intuito de compreender a narrativa do Segundo Reinado própria dos livros de divulgação.

Em comum, os livros trazem os mesmos personagens – o imperador Pedro II (1825-1891) e a princesa Isabel (1846-1921) –, embora com enfoque e abordagem diferentes. O livro *1889* apresenta, além de imagens sobre o período retratado, a seguinte ordem no texto: sumário, linha do tempo, introdução, 24 capítulos (concisos e autônomos), notas (não no fim de cada capítulo como em *1822*, mas no fim do livro), bibliografia, agradecimentos e índice onomástico. Para a consecução do livro, Gomes alega ter realizado a pesquisa em diversas bibliotecas do Brasil e dos Estados Unidos, contando com a “meticulosa revisão técnica do texto final” da historiadora Milena da Silveira Pereira.⁵⁹¹ Com efeito, notamos que houve uma *mudança qualitativa* no que tange à descrição dos personagens, como é o caso de Pedro II, e à adoção de uma perspectiva histórica para abordar determinados eventos, como o baile da Ilha Fiscal, ainda que o autor tenha mantido a mesma estrutura de texto dos livros anteriores e tenha focado a ação dos sujeitos como catalisadores da história, adotando, *em linhas gerais*, uma perspectiva teleológica para isso. O certo é que o livro que encerra a trilogia narra os momentos finais da monarquia e, em menor medida, os primeiros anos da república com o propósito de “relatar sob a ótica da reportagem alguns dos momentos mais cruciais daquela época, de maneira a retirá-los da relativa obscuridade em que se encontram hoje na memória nacional”. Para tanto, Gomes utiliza “a linguagem e a técnica jornalísticas como recursos que [*ele julga*] capazes de tornar história um tema acessível e atraente para um público mais amplo, não habituado a se interessar pelo assunto”.⁵⁹² Em realidade, a repercussão dos livros de história, nas duas últimas décadas, demonstra

⁵⁹⁰ MEGILL, *Historical Knowledge, Historical Error*, op. cit., p. 79.

⁵⁹¹ GOMES, *1889*, op. cit., p. 407-408.

⁵⁹² *Ibid.*, p. 28.

que o público interessa-se por história, em especial pelo tipo de história escrita por jornalistas. No entanto, se remontarmos às primeiras décadas do século XX, veremos que certas obras que transitavam entre literatura e história também encontraram popularidade no Brasil, como os romances históricos de Paulo Setúbal. Ou seja, o interesse por “história” não é um fenômeno propriamente recente no país.

Já os livros *Condessa de Barral* e *O castelo de papel* propõem-se a uma imersão psicológico-literária dos personagens biografados, embora sua autora dispense, mais uma vez, a inserção de um prefácio em que ela explique os objetivos e os referenciais teórico-metodológicos utilizados na execução das biografias. Em comum, os livros contam com bibliografia e imagens dos personagens que protagonizam as narrativas. Quanto às diferenças, *Condessa de Barral* é dividido em 7 capítulos, mas traz uma introdução sem título (evidenciando a correspondência trocada entre d. Pedro II e a Condessa de Barral), uma conclusão intitulada “Almas gêmeas” e uma cronologia. *O castelo de papel*, por seu turno, é dividido em 11 capítulos, em que o romance entre Isabel de Bragança e Gastão d’Orléans entremeia-se com o turbulento cenário político de então, para vender a ideia de que, no tempo em que “reis perdiam suas coroas”, “príncipes e princesas ainda casavam e eram felizes para sempre”, como expõe a orelha do livro.

O certo é que, ao fim, subjaz, na escrita desses livros, aquilo de que José Murilo de Carvalho apercebeu-se ao reler a história com os olhos de hoje: “(...) talvez pudéssemos dizer que os vivos, ao tentar reconstruir o passado, tentam governar os mortos na ilusão de poderem governar a si próprios”.⁵⁹³ Assim como Carvalho, Priore ou Gomes, parecemos reler e reescrever a história pautados, pois, também nessa premissa – quiçá, uma ilusão.

4.1 A narrativa da história

Em setembro de 2002, no VI Congresso da Associação de História Contemporânea, na Espanha, os historiadores ali reunidos discutiram sobre os usos públicos da história. Em uma das comunicações, Emilio José Bande Fuentes, da

⁵⁹³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 14.

Universidade de Valladolid, analisou duas importantes revistas espanholas de divulgação histórica: *Las aventuras de la historia* e *Clío*. Enquanto a primeira contava com uma vasta equipe de historiadores, oferecendo um “discurso coerente, especializado e rigoroso dos temas de que trata a cada mês”, ainda que longe de ser “uma produção científica *stricto sensu*”;⁵⁹⁴ a segunda já tinha um perfil jornalístico, focando nos temas da atualidade como mote para as reportagens históricas.⁵⁹⁵

Em sua comunicação, Bande Fuentes citou Gonzalo Pontón, da editora Crítica, o qual considerava que “as possibilidades da história como produto editorial” advinham do fato de que “a disciplina histórica é a única das ciências sociais que consegue chamar a atenção de um público amplo”. Segundo Pontón, a “vantagem” da história sobre outras disciplinas, como a economia e a sociologia, decorreria de sua capacidade narrativa: “a história é, em grande parte, narração e, se esta é de qualidade, consegue atrair o grande público”. Aliada à “narrativa de qualidade”, a história também atrairia o público na medida em que colocasse “no centro de suas preocupações o homem e a mulher atuais”. Desse modo, Bande Fuentes concluiu, a partir das colocações de Pontón, que “a história triunfa como produto editorial” quando prepondera o aforisma latino “*De te fabula narratur* (‘aqui se fala de ti’)”.⁵⁹⁶

De modo análogo, poderíamos pensar no caso dos livros de divulgação histórica no Brasil. No capítulo anterior, eu já havia desenvolvido aquilo que considero “a visão íntima da sociedade de consumo”, que se coaduna com a percepção de Gonzalo Pontón, ao explicar, em parte, nosso interesse pela vida dos personagens do passado. Neste capítulo, porém, pretendo debater *teoricamente* os aspectos narrativos dos textos de temática histórica. Desse modo, incluo na discussão teórica não apenas os textos de divulgação e os textos acadêmico-científicos (agregados, genericamente, como textos de história – *historia rerum gestarum*), mas também os textos literários. Neste tópico, cito poucas vezes obras específicas da Mary Del Priore ou do Laurentino Gomes para que

⁵⁹⁴ O autor não considera *Las aventuras de la historia* uma revista de divulgação propriamente científica porque ela não inclui notas de rodapé que informem ao leitor a procedência dos dados que dão origem às reportagens nem uma relação bibliográfica e arquivística das fontes utilizadas. BANDE FUENTES, Emilio José. La Historia en el escaparate: entre la comercialidad y la reflexión crítica. In: FORCADELL, Carlos; FRÍAS, Carmen; PEIRÓ, Ignacio; RÚJULA, Pedro (Org.). *VI Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. Usos públicos de la historia*. v. 1. Zaragoza, 19-21 septiembre 2002, p. 35.

⁵⁹⁵ *Ibid.*, p. 37.

⁵⁹⁶ *Ibid.*, p. 40.

possamos nos concentrar na parte teórica do debate no qual essas obras se inserem. A ênfase aqui são duas categorias narrativas que atuam diferentemente na constituição de sentido sobre a experiência do tempo:⁵⁹⁷ a historiografia e a ficção literária (ficção romanesca). A terceira categoria – a divulgação histórica – surge atrelada à historiografia dentro da discussão entre história e romance, em especial pelo seu estatuto de verdade e pela racionalidade específica do pensamento histórico, o qual obedece à lógica narrativa. Em outro momento, porém, a divulgação histórica, no âmbito da história pública, diferencia-se de modo evidente da historiografia, quando seu papel na vida prática surge vinculado à capacidade de mobilizar sentimentos e juízos morais, ainda que não necessariamente toda obra de divulgação se assente nessa mobilização.⁵⁹⁸

É certo, contudo, que os livros de divulgação, como um aspecto da cultura histórica, guardam uma relação especial com a vida prática à medida que atingem audiências mais amplas. Por isso, busco compreender o modo próprio de explicação da narrativa histórica, cujo princípio científico *não* deve ser excluído de uma narrativa histórica voltada para o grande público. Por conseguinte, busco novamente reabilitar o papel do leitor para quem a narrativa histórica é destinada.

4.1.1 Explicar a história: o potencial explicativo da narrativa histórica

Segundo o historiador e filósofo neerlandês Frank Ankersmit⁵⁹⁹, “caso se concorde com [D. H.] Mellor de que certas verdades são sempre presumidas no romance,

⁵⁹⁷ Aproprio-me do vocabulário de RÜSEN, *Razão histórica*, op. cit., p. 155.

⁵⁹⁸ Um exemplo recente de livro de divulgação sem apelo a julgamentos morais ou sentimentais é o livro de autoria de Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa M. Starling, *Brasil: uma biografia* (2015). Ele é o resultado de uma pesquisa de fôlego que contempla desde a “descoberta do Novo Mundo” até a redemocratização do Brasil. São cerca de 700 páginas entre textos (dezoito capítulos dispostos em ordem cronológica), imagens (com legendas que esboçam uma breve análise de cada figura), referências a acervos pesquisados, bibliografia, notas e cronologia. Mais que uma síntese da história do país, encontramos no livro uma característica do próprio ofício do historiador quando do empreendimento biográfico (já que o “Brasil” é o biografado da vez): “O historiador anda sempre às voltas com a linha difusa entre resgatar a experiência daqueles que viveram os fatos, reconhecer nessa experiência seu caráter quebradiço e inconcluso, e interpelar seu sentido”. SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 20.

⁵⁹⁹ ANKERSMIT, Frank. “Truth in Literature and History”, 2009, p. 1-13. Disponível em: www.culturahistorica.es/ankersmit.castellano.html Acesso em: 27 dez. 2016. Tradução em inglês do original em alemão. Ver: ANKERSMIT, Frank. “Wahrheit in Literatur und Geschichte”. In: KÜTTLER, Wolfgang; RÜSEN, Jörn; SCHULIN, Ernst. *Geschichtsdiskurs. Band 5: Globale Konflikte, Erinnerungsarbeit und Neuorientierungen seit 1945*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999, p. 337-360.

ou com [Martin] Heidegger de que o romance é capaz de nos revelar uma nova compreensão”, temos o que parece ser um fato – “(...) que o romance expressa verdades sobre o homem e a *condition humaine*”.⁶⁰⁰ Nesse sentido, o autor questiona-se sobre “como a verdade se manifesta respectivamente na história e na literatura tendo como pressuposto que cada uma das duas exemplifica uma forma específica de verdade”.⁶⁰¹

Inspirado no filósofo francês Michel Foucault, Ankersmit aponta que, no decorrer do século XVI, a linguagem divorciou-se da realidade ao tornar-se um mundo para ela própria. Contudo, a divisão entre a história e o romance não acompanhou de forma tão clara o divórcio entre a linguagem e a realidade.

Assim, Ankersmit assinala que, enquanto o historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886) “tinha a necessidade e a inclinação – inspirado por um novo regime de verdade e linguagem – de suprimir a dimensão poética tanto quanto possível” de sua historiografia, ele e os historiadores que o sucederam “involuntariamente romancearam a realidade”. Por sua vez, o romancista francês Gustave Flaubert (1821-1880), por meio da personagem-título de seu *Madame Bovary* (1856), não deixou de sobrepor uma nova realidade à realidade existente. “O romance criou para si uma nova verdade e realidade, sem estar muito preocupado, por seu turno, com sua dimensão quase histórica”, conforme notou o historiador neerlandês.⁶⁰²

O filósofo húngaro György Lukács teria discordado, na década de 1930, dessa colocação. Para o autor, o romance histórico, que surgiu no início do século XIX, é “a formalização que o romance assume ao figurar o passado como a pré-história do presente”.⁶⁰³ Nesse sentido, o que diferencia o romance histórico de Sir. Walter Scott de seus predecessores é “o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo”.⁶⁰⁴

Aproximando, em um primeiro momento, drama e romance para, depois, diferenciá-los, o filósofo marxista afirma que “tanto a tragédia como a grande épica – epopeia e romance – retratam o mundo objetivo *exterior*”. Em face da ênfase à realidade

⁶⁰⁰ ANKERSMIT, “Truth in Literature and History”, op. cit., p. 1.

⁶⁰¹ O autor, quando se refere à história ao longo do texto, pensa especificamente na *escrita* da história. Ibid., p. 2.

⁶⁰² Ibid., p. 7.

⁶⁰³ SILVA, Arlenice Almeida da. “A história e as formas”. In: LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 17.

⁶⁰⁴ LUKÁCS, Ibid., p. 33.

objetiva, o autor desloca para um segundo plano a realidade dita subjetiva, qual seja, “a vida interna do homem”, que “é apresentada apenas até o ponto em que seus sentimentos e pensamentos se mostram, em obras e ações, em uma correlação visível com a realidade objetiva, externa”.⁶⁰⁵ Para o autor, esses gêneros literários são o “espelhamento artístico dos traços essenciais da realidade objetiva”, mesmo quando ele reconhece que “nenhum ser humano figurado na literatura pode conter a riqueza infinita e inesgotável dos traços e exteriorizações que a vida contém”.⁶⁰⁶ Aliás, eu acrescentaria que tampouco a historiografia pode conter tal riqueza, mas por razões diversas das de Lukács em relação à literatura.

Desde a contraposição ao positivismo que impregnava tanto as ciências naturais quanto as humanas e, principalmente, desde o *linguistic turn* da década de 1960, a historiografia não tem qualquer pretensão de “espelhar” cientificamente a realidade pretérita, à exceção talvez de sua vertente marxista.⁶⁰⁷ Assim, Linda Hutcheon pontua, em termos pós-modernos, que o vínculo do texto historiográfico com o “mundo” se dá pelo reconhecimento de “sua identidade como construto, e não o simulacro de um exterior ‘real’”, o que significa dizer que esse reconhecimento “(...) não nega que o passado ‘real’ tenha existido; apenas condiciona nossa forma de conhecer esse passado. Só podemos conhecê-lo por meio de seus vestígios, de suas relíquias”.⁶⁰⁸

Por isso, retornemos às premissas historiográficas do século XIX. A partir de Ranke, Ankersmit aponta para a dupla dimensão da história: o componente científico, relacionado à pesquisa histórica, e o componente poético, relacionado à escrita da história. O que diferiria a história das outras ciências seria sua habilidade de *recriar* o passado. Ainda assim, Ranke daria pouco espaço a essa recriação à medida que ele enumerava os requisitos de um historiador: “1) amor à verdade; 2) reprodução acurada das fontes; 3) abertura completa ao passado; 4) penetração nas relações causais; 5) imparcialidade; e 6) busca de um quadro geral da área do passado a ser estudada”.⁶⁰⁹

⁶⁰⁵ Grifos do autor. Ibid., p. 117.

⁶⁰⁶ Ibid., p. 118.

⁶⁰⁷ Conforme Adam Schaff, a filosofia materialista defende que “o conhecimento verdadeiro é o reflexo (em uma acepção particular deste termo) da realidade objetiva”. SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 305.

⁶⁰⁸ HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 158.

⁶⁰⁹ ANKERSMIT, “Truth in Literature and History”, op. cit., p. 4.

Ankersmit procura compreender a ambivalência rankiana ao recorrer a Alfred Dove, um estudioso de Ranke. Dove teria observado que Ranke, à medida que lia os romances históricos de Sir. Walter Scott e, posteriormente, estudava as fontes publicadas entre o final do século XV e o início do século XVI, constatava que “aquilo que realmente aconteceu no próprio passado era muito mais interessante e excitante do que o passado sugerido nos romances de Scott”.⁶¹⁰ Lukács, por seu turno, considera que a literatura, pela própria “essência da figuração artística”, faz com que o “retrato relativo e incompleto” que ela traça da realidade objetiva (ou, no caso, da realidade histórica) “funcione como se fosse a própria vida, e até como uma vida mais elevada, intensa e viva que aquela da realidade objetiva”.⁶¹¹ Ranke, ao contrário, teria discordado de Lukács, pois o historiador alemão havia descoberto “(...) que a realidade histórica em si é mais poética do que a ficção; que a estética pertencia ao mundo dos fatos mais do que à sua representação histórica”.⁶¹²

Ranke é conhecido por um método que privilegia extrair dos documentos e dos relatos do passado o passado como ele realmente foi. Sua abordagem científica da historiografia marca oposição à atitude retórica de historiógrafos como Francesco Guicciardini (1480-1540), exemplo citado por Jörn Rüsen.⁶¹³ Na historiografia de Guicciardini, “os atores nos eventos históricos explicam suas intenções por meio de discursos”. Ranke não contesta o modelo de explicação utilizado pelo italiano, mas, sim, “o caráter ficcional dos discursos” à medida que “eles não são documentados pelas fontes”. Ou seja, na época de Ranke, entendia-se a retórica como o uso, em um texto historiográfico, de discursos ficcionais “que fingem dizer o que realmente aconteceu no passado”.⁶¹⁴

Desse modo, a questão, para Ranke, centrava-se nas diferenças do uso da linguagem pela retórica e pela historiografia científica: enquanto a primeira utilizava a linguagem para fins persuasivos, a segunda utilizava-a “para articular os resultados da pesquisa empírica”. Dito de outra forma, a historiografia, ao orientar-se em direção à ciência, deixava de orientar-se em direção às “necessidades práticas de seu público” – às

⁶¹⁰ Ibid., p. 5.

⁶¹¹ LUKÁCS, *O romance histórico*, op. cit., p. 118.

⁶¹² ANKERSMIT, “Truth in Literature and History”, op. cit., p. 5.

⁶¹³ RÜSEN, Jörn. Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold von Ranke. *History and Theory*, Middletown, v. 29, n. 2, p. 190-204, mai. 1990.

⁶¹⁴ Ibid., p. 191.

suas “expectativas e preconceitos”. No lugar de ensinar uma “competência prática”, a historiografia passava a fornecer “conhecimento empírico”.⁶¹⁵ Isso *não* significa dizer que Ranke negligenciava os “princípios artísticos ou poéticos” da escrita da história. Rüsen e Ankersmit põem justamente em evidência as palavras de Ranke sobre o fato de que a história não é apenas ciência: é *também* arte.⁶¹⁶

Ranke enfatizava “a mediação da ciência e da arte na história”, embora ele relegasse à arte uma falta de preocupação quanto a sua “clareza conceitual e metodológica”, diferentemente do que ocorria na ciência.⁶¹⁷ Rüsen, por sua vez, já assume essa preocupação ao questionar a tendência historiográfica em contrapor “o caráter literário da ‘história’ como constructo de uma constituição mental de sentido” à “pretensão de cientificidade do pensamento histórico”.⁶¹⁸ Para o autor, existe uma “*racionalidade específica do histórico*”, em que “a racionalidade cognitiva (...) não pode ser isolada de uma racionalidade política e de uma estética”.⁶¹⁹

Rüsen, ao contrário de Ankersmit, não está preocupado com a verdade implícita na ficção literária, tampouco com o componente ficcional da história. Ao tratar da dimensão estética da historiografia ou do paradigma narrativista, o historiador alemão trabalha com a perspectiva de uma racionalidade específica do pensamento histórico. Essa racionalidade “pode ser descrita como um modo da constituição de sentido que consiste na forma de comunicação do raciocínio argumentativo”.⁶²⁰ Conforme o autor, “‘sentido’ articula percepção, interpretação, orientação e motivação, de maneira que a relação do homem consigo e com o mundo possa ser pensada e realizada na perspectiva do tempo”. Já o sentido propriamente histórico implica “uma representação da evolução temporal do mundo humano tanto baseada na experiência quanto orientadora e motivadora do agir”.⁶²¹ Em outras palavras, o sentido histórico implica simultaneamente três condições: “formalmente, a *estrutura de uma história*; materialmente, a *experiência*

⁶¹⁵ Ibid., p. 192.

⁶¹⁶ Ibid., p. 193; ANKERSMIT, “Truth in Literature and History”, op. cit., p. 4.

⁶¹⁷ RÜSEN, Ibid., p. 194.

⁶¹⁸ Idem, *Razão histórica*, op. cit., p. 150.

⁶¹⁹ Grifos do autor. Ibid., p. 151.

⁶²⁰ Ibid., p. 154.

⁶²¹ Ibid., p. 156.

do passado; funcionalmente, a *orientação da vida humana prática* mediante representações do passar do tempo”.⁶²²

Ao debruçar-se sobre o *paradigma narrativista*, o autor corrobora a perspectiva de que “o pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si mesmo e a seu mundo: a narrativa de uma história”. Sob esse prisma, “a ‘história’ como passado tornado presente assume, por princípio, a forma de uma narrativa. O pensamento histórico obedece, pois, igualmente por princípio, à lógica narrativa”.⁶²³ O autor quer precisamente enfatizar a existência de um tipo de racionalidade que se pode atribuir ao princípio da narratividade. Mais do que “uma práxis cultural e universal de constituição de sentido expressa pela linguagem”, o autor argumenta que “narrar é um tipo de explicação que corresponde a um modo próprio de argumentação racional”.⁶²⁴

Para isso, o historiador observa que tanto a narrativa histórica quanto a não histórica atuam “como um modo específico de *constituição de sentido sobre a experiência do tempo*”.⁶²⁵ A diferença é que a narrativa histórica, cujos “acontecimentos articulados narrativamente são considerados como tendo ocorrido realmente no passado”, vincula sua constituição de sentido à experiência do tempo “de maneira que o passado possa tornar-se presente no quadro cultural de orientação da vida prática contemporânea. Ao tornar-se presente, o passado adquire o estatuto de ‘história’”.⁶²⁶ Desse modo, ao lançar o olhar sobre a narrativa histórica, Rüsen vislumbra três dimensões da constituição histórica de sentido:

(...) seja a abordagem cognitiva, que predomina no auto-entendimento e na prática da ciência da história, seja a política, em que o saber histórico é usado na luta pela politização dos argumentos, seja a estética, que acentua a força de convencimento do meio e das formas de representação.⁶²⁷

⁶²² Ibid., p. 160-161.

⁶²³ Ibid., p. 149.

⁶²⁴ Ibid., p. 154.

⁶²⁵ Grifos do autor. Ibid., p. 155.

⁶²⁶ Ibid., p. 155.

⁶²⁷ Ibid., p. 163.

Em momento algum, Rüsen toma “a força de convencimento do meio e das formas de representação” (que caracteriza a dimensão estética da história) como uma dimensão ficcional. Por seu turno, o historiador francês Paul Veyne problematiza a relação entre história e ficção literária ao discorrer sobre as similitudes entre história e romance.⁶²⁸

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração, o que permite evitar alguns falsos problemas. *Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página*, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos.⁶²⁹

A partir da brecha de Veyne, Mary Del Priore apela à aproximação entre história e romance – daí o fato de a historiadora citar o francês em um artigo publicado em 2009 – para defender, em certa medida, o próprio trabalho que ela produz. Dispensando as aspas, ela praticamente reproduz as palavras de Veyne, as quais estão em itálico no excerto acima, e as ressignifica em seu texto: “Como o romance, a história escolhe, seleciona, simplifica, organiza, reduz um século a uma página”.⁶³⁰ Não só: a autora argumenta que o historiador, ao reconstituir “as coisas do passado”, procura “imaginá-las como se as tivesse visto”, flertando, portanto, com a “imaginação literária” no processo de reconstituição histórica.⁶³¹ A diferença, porém, é que o historiador, ao contrário do romancista, depara-se “com duas questões que tomam a forma do ‘por que’ e do ‘como’”, o que o leva a “integrar em sua narrativa a análise das realidades de ordem coletiva, tais como as forças sociais, a situação econômica, as pulsões culturais e religiosas, as mentalidades e até o clima”⁶³² – algo que Priore faz em seus livros de divulgação.

Em *O castelo de papel*, a autora consegue, no mesmo parágrafo, articular a situação que o príncipe francês Gastão d’Orléans viria a encontrar no Brasil quando

⁶²⁸ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

⁶²⁹ Grifos meus. *Ibid.*, p. 18.

⁶³⁰ PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 14.

⁶³¹ *Ibid.*, p. 11.

⁶³² *Ibid.*, p. 12.

contraísse matrimônio com a princesa Isabel, as mudanças culturais e econômicas pelas quais o país passava e a percepção fenomenológica da história. A coexistência de tempos distintos naquele Brasil do Segundo Reinado integra a análise antecipada da historiadora sobre os acontecimentos que viriam a desenrolar-se no império.

A importação de modas europeias e depois de imigrantes concentrou-se em áreas economicamente mais desenvolvidas. O resultado disso foi o aumento das diferenças culturais entre o Norte e o Sul do país, assim como entre cidade e campo, entre litoral e sertão. Na Corte e seus arredores, a história sofria uma “aceleração”, enquanto nas áreas afastadas continuava a se reproduzir o modelo de vida herdado do período colonial. Essas diferenças alimentariam as primeiras críticas ao governo e à dinastia que Gastão de Orléans vinha integrar.⁶³³

Como assinala Stephen Kern, a fenomenologia contribuiu para o pensamento do século XX ao nos apontar um tempo que não é objetivamente medido pelos relógios, mas, sim, experimentado diferentemente pelas pessoas. Ele cita a obra de Heidegger, o qual enfatizava que, entre as três orientações temporais – passado, presente, futuro –, o último era de grande importância à medida que não era algo que viria a acontecer no decorrer do tempo, mas, sim, algo que viria a ser “experimentado imediatamente e diretamente no presente”.⁶³⁴ Entre a espera por um futuro sobre o qual não temos controle e a antecipação de um futuro sob nossa responsabilidade, deparamo-nos com o primeiro na narrativa de Priore: o tempo de suas personagens é o da espera; o futuro não lhes pertence. Apenas a historiadora, tendo o privilégio do tempo decorrido, permite-se eventualmente à antecipação das experiências do Conde e da Condessa d’Eu em sua narrativa.

A correspondência revela que Gastão foi, pouco a pouco, conhecendo a esposa e o país. Isabel sentia-se diante de um príncipe encantado e se apaixonou rapidamente pelo marido. Ele era carinhoso e ela fazia ‘tudo para agradar-lhe’. (...) [Ela] Era o retrato acabado da noiva romântica do século XIX. Já o amava antes mesmo de conhecê-lo. Era assim naquela época.⁶³⁵

⁶³³ PRIORE, Mary Del. *O castelo de papel*. Uma história de Isabel de Bragança, a princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013, p. 53.

⁶³⁴ KERN, Stephen. *The Culture of Love*. Victorians to Moderns. Cambridge/London: Harvard University Press, 1992, p. 11.

⁶³⁵ PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 69.

A esposa que amava o marido antes mesmo de conhecê-lo fez parte do ideário romântico daquele século, que se configurava precisamente como um tempo de espera em que o “grande evento” aconteceria: “Por volta de 1850, a espera pelo amor estava focada em um momento supremo do ‘agora ou nunca’ quando o ‘primeiro e único’ apareceria e faria o amor acontecer”, conforme Kern ao deter-se em uma série de romances e pinturas europeias da era vitoriana.⁶³⁶ No caso brasileiro, apesar de todo o protocolo e os interesses políticos que regiam as alianças matrimoniais entre príncipes e princesas, Priore opta por mostrar que a *jovem* Isabel não estava alheia a certa concepção de amor que impregnava o imaginário da época. Já em questões políticas, a princesa, mesmo mais *velha*, ainda aguardava o futuro do império: “Em suas próprias palavras, acreditava numa passagem pacífica, lenta, porém inexorável rumo à República”.⁶³⁷ Frente a essa colocação, Priore complementa: “Resoluções pacíficas não punham fim aos conflitos de interesses. A história – e ela [*Isabel*] parecia desconhecer – sempre foi tragédia. E o desejo de progresso e modernidade, um drama: iluminado e inevitável”.⁶³⁸

Ao proferir essas palavras, a historiadora assume um posicionamento: o progresso e a modernidade não se coadunavam com o império brasileiro – dentre outros motivos, pelo fato de Isabel colocar-se ao lado da “tradição romana antiliberal e antidemocrática”.⁶³⁹ Mas uma República composta, dentre outros grupos, por ex-proprietários de escravos que aderiram ao republicanismo por rejeição à assinatura da Lei Áurea encarnaria esse “iluminado e inevitável” desejo de “progresso”? Esse questionamento implica perceber, acima de tudo, que as noções de “tragédia” e de “drama” de Priore aplicam-se, especialmente, a sua própria compreensão e escrita da história, mas não aos acontecimentos do passado em si, como a autora nos leva a crer em um primeiro momento. Em suma, Priore adota uma abordagem em que os eventos são pré-ordenados, como se “a substituição da monarquia pela república (...) fosse parte da marcha inexorável do progresso”.⁶⁴⁰

⁶³⁶ KERN, *The Culture of Love*, op. cit., p. 11.

⁶³⁷ PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 289.

⁶³⁸ *Ibid.*, p. 289.

⁶³⁹ *Ibid.*, p. 159.

⁶⁴⁰ Roderick Barman não se refere especificamente a Mary Del Priore, já que o livro do historiador é anterior ao de Priore. No entanto, ao analisar as abordagens que persistem na construção do perfil de d. Pedro II, Barman alude à existência daquela que sublinha a inexorabilidade dos eventos narrados.

Ao explicar o entrosamento entre Gastão d'Orléans e a princesa Isabel a partir das características dos personagens, que se mantinham afastados do burburinho político da corte, a autora afirma: "Fechavam-se contra um mundo que os hostilizava. Ele por ser 'francês'. Ela por ser considerada incompetente, fraca, beata". E ainda acrescenta: "Partilhavam amizade mútua, esse sentimento delicioso e pouco conhecido. O desinteresse que pautava a maior parte das alianças dinásticas (...) não medrou entre eles. Pois ambos eram pobres, jovens, *gauches*: ela feia, ele surdo".⁶⁴¹ A historiadora não simplesmente "molda a sua descrição original do campo histórico" por meio de uma linguagem figurativa que "serve como a base sobre a qual o 'fato' e a 'explicação' se podem combinar numa relação de adequação mútua".⁶⁴² No caso da autora, a linguagem é um meio pelo qual suas impressões pessoais vêm à tona, expressas em um discurso que se pretende, ao mesmo tempo, biográfico e histórico, e também um modo pelo qual a vida dos personagens intensifica-se na narrativa. A própria caracterização da "amizade mútua" partilhada pelo casal – "esse sentimento delicioso e pouco conhecido" – é uma opinião de Priore: não é um "fato", tampouco uma "explicação" do fato.

Mas, afinal, o que é fato? Linda Hutcheon, no final dos anos 1980, assinala que tanto a historiografia quanto a ficção "constituem seus objetos de atenção; em outras palavras, elas decidem quais os acontecimentos que se transformarão em fatos" na narrativa.⁶⁴³ Por seu turno, o filósofo marxista polonês Adam Schaff já caracterizava, no início dos anos 1970, o procedimento historiográfico, ressaltando precisamente o aspecto subjetivo desse procedimento a partir da seleção dos fatos:

(...) ao proceder à seleção dos fatos históricos entre os acontecimentos históricos, o que fazemos sempre baseados numa teoria ou numa hipótese que é o nosso sistema de referência, determinamos ao mesmo tempo a orientação da seleção dos materiais históricos que constituem o fato determinado.⁶⁴⁴

BARMAN, Roderick J. *Citizen Emperor*. Pedro II and the Making of Brazil, 1825-91. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 399.

⁶⁴¹ PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 176.

⁶⁴² WHITE, Hayden. Historicismo, história e imaginação figurativa. In: WHITE, *Trópicos do discurso*, op. cit., p. 132.

⁶⁴³ HUTCHEON, *Poética do pós-modernismo*, op. cit., p. 161.

⁶⁴⁴ SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 233.

Desse modo, “a questão epistemológica referente à maneira como conhecemos o passado se reúne à questão ontológica referente ao status dos vestígios desse passado”, conforme Hutcheon. Para a autora canadense, “a problematização pós-moderna se volta para nossas inevitáveis dificuldades em relação à natureza concreta dos acontecimentos (no arquivo só conseguimos encontrar seus vestígios textuais para transformar em fatos)”, bem como à “sua acessibilidade (Será que temos um vestígio total ou parcial? O que foi eliminado, descartado como material não-factual?)”. Daí que ela arremata, inspirada em Dominick LaCapra, que “todos os documentos processam informações, e, em si mesma, a própria maneira como o fazem é um fato histórico que limita a concepção documental de conhecimento histórico (...)”.⁶⁴⁵ Schaff, porém, desloca sua atenção do objeto (o documento) para o sujeito (o historiador) ao apontar tanto o estatuto ontológico quanto o estatuto gnosiológico do “fato histórico”:

Somos uma vez mais confrontados com o caráter complicado do fato histórico que por um lado, do ponto de vista do seu estatuto ontológico, é um fragmento da história acontecida, da realidade objetiva, e por outro lado, do ponto de vista do seu estatuto gnoseológico (*sic*), o produto da interação específica do sujeito e do objeto, como em todos os outros casos da relação cognitiva. Embora permanecendo um elemento sólido da realidade objetiva que existe fora de qualquer espírito que conhece e independentemente dele, o fato histórico é ao mesmo tempo um produto específico, um produto sobre a gênese do qual o historiador exerce a sua ação.⁶⁴⁶

Todavia, o historiador é ele próprio “um ‘produto’ social”, por isso a seleção dos fatos decorre do “contexto histórico do historiador”.⁶⁴⁷ Ele não apenas seleciona os fatos e os descreve, como também os explica e os avalia.⁶⁴⁸

Ao constatar, a partir de Simon Hornblower, que a escrita da história de Tucídides leva em conta “a estruturação da massa verbal”; que o historiador é mais do que “mero comentador do texto historiográfico”, Luiz Costa Lima afirma que “o pesquisador contemporâneo não só já não pode manter a crença literal na história como aporética afirmação da verdade como é forçado a admitir a inevitável parcialidade de

⁶⁴⁵ HUTCHEON, *Poética do pós-modernismo*, op. cit., p. 161.

⁶⁴⁶ SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 233-234.

⁶⁴⁷ *Ibid.*, p. 237.

⁶⁴⁸ *Ibid.*, p. 240.

quem escreve a história”.⁶⁴⁹ No entanto, mesmo quando Lima constata a parcialidade do historiador, ele não pretende tornar a escrita da história equivalente à ficção literária, ainda que ambas retirem “a história crua da pura empiricidade para elaborá-la segundo modos bem diversos, em que o próprio de um é o impróprio do outro”. De acordo com o autor, “é essa fonte comum, a radical diferença de seus resultados, e a falta comum de teorização suficiente de ambas, que dão lugar aos equívocos que têm acompanhado a escrita da história e a literatura”.⁶⁵⁰ Em outras palavras, a fonte comum não implica, pois, um resultado comum. A constatação de que ambas são narrativas não invalida a pretensão de comprovação da escrita da história à medida que ela “procura construir um aparato analítico explicativo da história crua, caótica e racional” a partir de seu “exame contrastivo com outros aparatos explicativos” e de seu “apoio na referencialidade contextual”.⁶⁵¹

Rüsen insistiria na cientificidade da história. Schaff, em alusão a Lucien Febvre, diria que saber o porquê dos fatos é o que constitui a história como ciência, e acrescentaria: “Saber o porquê dos fatos e o como desse saber, é nisso precisamente que consiste a explicação”.⁶⁵² Nesse ponto, Rüsen vai além de Schaff à medida que ele se interessa pelo modo próprio de explicação do pensamento histórico.⁶⁵³ Para tanto, o historiador alemão problematiza três modos de explicação aplicados à ciência da história.

A explicação nomológica,⁶⁵⁴ inspirada em Carl Gustav Hempel, a qual se pretende “racional” ou “científica” pela equivalência ao “modelo das ciências naturais”, recorre a causas e a leis universais, que funcionam como *explanans*, para chegar ao efeito, que é o *explanandum*. Rüsen esboça o esquema de uma explicação nomológica hempeliana (Quadro A),⁶⁵⁵ em que (1) é a condição inicial ou marginal, entendida como “causa”, (2) é a lei e (3) é o “efeito”:

⁶⁴⁹ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 42-44.

⁶⁵⁰ Grifos do autor. *Ibid.*, p. 117.

⁶⁵¹ *Ibid.*, p. 119.

⁶⁵² SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 242.

⁶⁵³ RÜSEN, *Reconstrução do passado*, op. cit., p. 28.

⁶⁵⁴ Também conhecida como explicação causal. SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 246.

⁶⁵⁵ RÜSEN, *Reconstrução do passado*, op. cit., p. 29.

QUADRO A – Esquema de uma explicação nomológica

(1) A é o fato.	<i>Explanans</i>
(2) Sempre que se trata de A, também acontece B.	
(3) B acontece.	<i>Explanandum</i>

Fonte: RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora da UnB, 2007, p. 29.

Para Rüsen, “uma fórmula universal desse tipo não decifra a experiência histórica, mas antes deturpa sua visão”,⁶⁵⁶ seja porque as leis não explicam “singularmente cada caso de mudança examinado”, assim como “não servem para deduzir este caso dos antecedentes”,⁶⁵⁷ seja porque a generalização de “formulação de leis da história” incorre em uma “estrutura de prognóstico” da qual se “poderia prever com precisão o futuro e controlar a mudança atual do homem e de seu mundo, no tempo, mediante planejamento”.⁶⁵⁸ O historiador alemão tece críticas quanto à capacidade de prognose baseada no conhecimento nomológico.

A possibilidade de prognósticos históricos não é apenas contestada pelo modo com que se leva em conta, na análise da estrutura da explicação histórica, a prática cognitiva da ciência da história, mas também pela lógica do pensamento histórico, cujos processos de constituição de sentido deixam patente que a narrativa histórica não se regula pelas formas do pensamento nomológico. Afinal, nessa narrativa importam, em última análise, as interpretações das experiências do tempo constituidoras de identidade e essas interpretações dependem das representações de continuidade que não se exprimem em fórmulas de lei.⁶⁵⁹

Se um dos problemas da explicação nomológica para a ciência da história consiste justamente na incapacidade de prognose expressa em fórmula de lei, também a explicação intencional⁶⁶⁰ (hermenêutica) encontra limites na discrepância entre as intenções conscientes – ou mesmo inconscientes – dos homens e a execução de suas

⁶⁵⁶ Ibid., p. 33.

⁶⁵⁷ Ibid., p. 31.

⁶⁵⁸ Ibid., p. 33.

⁶⁵⁹ Ibid., p. 33.

⁶⁶⁰ Também conhecida como explicação finalista ou teleológica. SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 255.

ações. Rüsen demonstra o esquema da explicação intencional (Quadro B),⁶⁶¹ em que “S” é o sujeito da ação, “Z” é o objetivo da ação, “C” é a natureza de uma situação e “x” é a ação.

QUADRO B – Esquema de uma explicação intencional

(1) S quer Z. (2) S avalia a sua situação como C. (3) S está convencido que, em C, só é possível conseguir Z por meio de x.	<i>Explanans</i>
(4) S executa x.	<i>Explanandum</i>

Fonte: RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora da UnB, 2007, p. 36.

Rüsen aponta, pelo menos, dois problemas na explicação intencional para a ciência da história: um relaciona-se à constatação de que “a maior parte das mudanças temporais que os homens provocaram, em si próprios e em seu mundo, não correspondem às intenções que pudessem ter orientado as ações”;⁶⁶² outro se relaciona ao fato de que “as ações humanas, que promovem mudanças no tempo, se dão sob circunstâncias cujos efeitos não conseguem ser adequadamente estimados e cujas intenções tampouco vêm a ser plenamente levadas em conta”.⁶⁶³ Seria esse o modo de explicação preponderante nos livros de Laurentino Gomes, haja vista o papel que ele atribui aos sujeitos de determinadas ações nos subtítulos de sua coletânea?

Vejamos o caso de *1889* – como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. O “imperador cansado” é D. Pedro II, o “marechal vaidoso” é Deodoro da Fonseca e o “professor injustiçado” é Benjamim Constant. À exceção de D. Pedro, que é caracterizado, sobretudo, por sua inação, os outros dois personagens são os que atuam diretamente, na narrativa de Gomes, para a proclamação da república no

⁶⁶¹ RÜSEN, *Reconstrução do passado*, op. cit., p. 36.

⁶⁶² *Ibid.*, p. 41.

⁶⁶³ *Ibid.*, p. 42.

Brasil: Deodoro como o “catalisador das energias do meio militar”⁶⁶⁴ e Benjamim como o mentor intelectual da “mocidade militar” para a qual ele lecionava na Escola Militar da Praia Vermelha.

Como sublinha o autor, o marechal não era, a princípio, republicano: “Aparentemente, só se converteu ao projeto republicano forçado pelas circunstâncias e a contragosto, ao perceber que a mudança de regime se tornara inevitável”.⁶⁶⁵ Em realidade, embora Gomes tenha sugerido a suposta inevitabilidade da mudança do regime político, ele destaca uma série de eventos ocorridos a partir do final de 1888 que haveriam de fazer com que Deodoro da Fonseca apoiasse a fundação do novo regime.

Ao chegar a Mato Grosso [*para onde havia embarcado em 27 de dezembro de 1888*], Deodoro deu-se conta de que fora, de fato, atraído [*pelo governo imperial, que queria afastá-lo do Rio de Janeiro onde os militares conspiravam contra o império*]. Não havia muito o que fazer ali. A disputa entre Bolívia e Paraguai estava longe de representar qualquer ameaça aos interesses brasileiros. Surpresa maior ele teve ao ser informado de que o governo havia nomeado para administrar Mato Grosso o coronel Cunha Matos – aquele mesmo oficial que havia detonado a Questão Militar durante uma visita de inspeção ao Piauí. Na condição de comandante de armas da província, Deodoro estaria subordinado ao novo governador. Portanto, ele, um marechal, iria responder a um coronel! Por fim, Deodoro recebeu a notícia de que o conselheiro Gaspar Silveira Martins, seu rival na vida privada e na política gaúcha, acabara de ser nomeado para a presidência da província do Rio Grande do Sul. Foi a *gota d’água*. Irritado com o que julgava ser uma *afrenta direta* aos seus *brios pessoais*, o marechal abandonou o posto sem antes pedir autorização e tomou um navio de volta para o Rio de Janeiro sem nunca ter exercido as novas funções.⁶⁶⁶

As motivações – de ordem pessoal – do então monarquista Marechal Deodoro para apoiar a República foram muitas: o “desterro” para Mato Grosso, a estima à hierarquia militar (seria um ultraje um marechal subordinar-se a um coronel, mesmo que fora da alçada militar) e o benefício concedido pelo governo imperial aos desafetos políticos do personagem, como Cunha Matos e Silveira Martins. Após elencar as motivações do marechal, Laurentino Gomes opta por construir uma breve sequência narrativa que se caracteriza pela contundência: a nomeação de Silveira Martins para a

⁶⁶⁴ GOMES, 1889, op. cit., p. 200.

⁶⁶⁵ Ibid., p. 188.

⁶⁶⁶ Grifos meus. Ibid., p. 194.

presidência da província do Rio Grande do Sul teria sido a “gota d’água” que teria deixado Deodoro “irritado”, considerando-a uma “afrota direta” aos seus “brios pessoais” – ou seja, o militar teria agido “aparentemente movido mais pelo ressentimento contra o governo imperial do que por qualquer convicção ideológica”.⁶⁶⁷ Ademais, haveria também uma perspectiva corporativista que mexeria com os brios do personagem: derrubar o regime que supostamente perseguia o Exército era, *de certo modo*, “salvar” o Exército, o qual já era eminentemente republicano. Essa interpretação da motivação do marechal está implícita em 1889, quando Gomes reproduz uma fala atribuída a Deodoro às vésperas do golpe, em conversa com Benjamim Constant: “Benjamin, o velho [*D. Pedro II*] já não regula, porque, se ele regulasse, não haveria esta perseguição contra o Exército. Portanto, já não há outro remédio, leve a breca a Monarquia”.⁶⁶⁸ Logo, vem-nos a pergunta: por que o marechal deu o golpe militar que instaurou a República no Brasil (*explanandum*)? No esquema de explicação intencional, temos o Quadro C esboçado a partir da narrativa de Laurentino Gomes, considerando os diferentes capítulos em que Deodoro é mencionado:

QUADRO C – Esquema de uma explicação intencional em 1889 (Mal. Deodoro)

<i>Explanans</i>
(1) O Marechal Deodoro quer “salvar” o Exército e seus “brios pessoais”.
(2) O Marechal Deodoro avalia que o governo imperial persegue o Exército e afeta seus “brios pessoais”.
(3) O Marechal Deodoro relutantemente se convence de que, com a perseguição aos militares e o ultraje aos seus “brios pessoais”, só será possível salvar o Exército do governo imperial por meio de um golpe militar que derrube a monarquia.
<i>Explanandum</i>

⁶⁶⁷ Ibid., p. 25.

⁶⁶⁸ Ibid., p. 44.

(4) O Marechal Deodoro executa o golpe militar.

Fonte: A autora.

De modo análogo, podemos aplicar o esquema da explicação intencional de Gomes ao caso de Benjamin Constant, tenente-coronel à época do golpe, professor de matemática e um dos fundadores da República. Para o autor, “as decepções na vida profissional, somadas à personalidade persecutória” teriam levado o professor “a se distanciar do ambiente da Monarquia, onde via as portas se fecharem, e a abraçar a causa republicana”,⁶⁶⁹ ao mesmo tempo em que “a junção do magistério com a fé positivista o levariam ao encontro da mocidade militar e ao destino que lhe era reservado na história republicana brasileira”.⁶⁷⁰ Formalmente, porém, estas teriam sido as palavras proferidas pelo personagem sobre sua motivação:

Está provado que a Monarquia no Brasil é incompatível com um regime de liberdade política. (...) Para que a intervenção do Exército se legitime aos olhos da nação e pelo julgamento de nossas próprias consciências, é necessário que a sua ação se dirija à destruição da Monarquia e à proclamação da República, recolhendo-se em seguida aos seus quartéis e entregando o governo ao poder civil.⁶⁷¹

Novamente nos deparamos com o *explanandum*: por que Benjamin Constant conspirou para o golpe militar? Aqui o sujeito da ação é evidentemente outro, assim como o próprio objetivo da ação, como demonstra o Quadro D.

QUADRO D – Esquema de uma explicação intencional em 1889 (B. Constant)

<i>Explanans</i>
(1) Benjamin Constant quer instaurar a República.
(2) Benjamin Constant avalia que “a Monarquia no Brasil é incompatível com um regime de liberdade política”, sentindo-se perseguido pelo regime monárquico.

⁶⁶⁹ Ibid., p. 203.

⁶⁷⁰ Ibid., p. 208.

⁶⁷¹ Ibid., p. 43.

(3) Benjamim Constant está convencido de que, nesse contexto, só será possível instaurar a República por meio da intervenção do Exército.

Explanandum

(4) Benjamim Constant conspira para o golpe militar.

Fonte: A autora.

Rüsen assinala que “a ciência da história só utiliza as explicações nomológicas e hermenêuticas de modo subsidiário”,⁶⁷² porquanto elas não se constituem como o modo próprio de explicação do pensamento histórico. Nesse sentido, o autor se questiona “se já não existiria na narrativa histórica um potencial explicativo que poderia ser utilizado pela ciência da história de forma especificamente científica”.⁶⁷³ Para tanto, o historiador alemão considera que a pergunta “por quê?” é especificamente histórica e que ela requer também “uma resposta especificamente histórica”. Desse modo, o autor aponta que, em uma explicação histórica, o *explanandum* é “a modificação temporal de alguma coisa” e o *explanans* é “o acontecimento que explica a mudança”.⁶⁷⁴ Logo, Rüsen esboça um esquema de explicação narrativa baseada em Arthur Danto, conforme o Quadro E.⁶⁷⁵ Notemos que “S” é o “sujeito” de uma história (que pode ser um indivíduo, um grupo de pessoas, um conceito, um sistema socioeconômico, etc.), que “F” é a situação inicial, que “H” é a situação final e que “G” é o acontecimento. Notemos também que t_1 refere-se a um momento inicial; t_2 , a um momento posterior em relação a t_1 ; e t_3 , a um momento posterior em relação a t_2 .⁶⁷⁶

QUADRO E – Esquema de uma explicação narrativa

(1) S é F em t_1

(2) G ocorre com S em t_2

⁶⁷² RÜSEN, *Reconstrução do passado*, op. cit., p. 50.

⁶⁷³ Ibid., p. 43.

⁶⁷⁴ Ibid., p. 50.

⁶⁷⁵ Ibid., p. 51.

⁶⁷⁶ Ibid., p. 44; p. 51.

(3) S é H em t₃

Explanandum: (1), (3); *Explanans*: (2)

Fonte: RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Brasília: Editora da UnB, 2007, p. 51.

Rüsen caracteriza uma explicação especificamente histórica como uma explicação narrativa. Para o autor, “o próprio narrar a história já é por si um procedimento explicativo”.⁶⁷⁷ Apliquemos, assim, o esquema de uma explicação narrativa ao Marechal Deodoro construído por Laurentino Gomes no capítulo dedicado ao militar alagoano. O *explanandum* deve contemplar a mudança temporal da atitude do personagem: por que Deodoro não acreditava inicialmente na implantação da República no Brasil, mas, posteriormente, passou a apoiá-la?

QUADRO F – Esquema de uma explicação narrativa em 1889

(1) Em meados de 1888, o Marechal Deodoro acredita que “*República no Brasil é coisa impossível. (...) O único sustentáculo do nosso Brasil é a Monarquia; se mal com ela, pior sem ela*”.⁶⁷⁸

(2) A partir do final de 1888, o Marechal Deodoro sente-se ultrajado em seus “brios pessoais” e com a perseguição do Exército pelo governo imperial.

(3) Em novembro de 1889, o Marechal Deodoro dá o golpe militar que derruba a monarquia e instaura a República no Brasil.

Explanandum: (1), (3); *Explanans*: (2)

Fonte: A autora.

À questão anterior que engendrou a explicação intencional, “por que Deodoro deu o golpe militar que instaurou a República no Brasil?” (esse é o modo de explicação adotado por Gomes na narrativa como um *todo*), deslocamos, na explicação narrativa, a ênfase para uma questão que se constitui como especificamente histórica por conter a

⁶⁷⁷ Grifos do autor. Ibid., p. 50-51.

⁶⁷⁸ Grifos do autor ao reproduzir uma carta que o Marechal Deodoro teria enviado ao sobrinho, Clodoaldo da Fonseca. Esta carta abre o capítulo “O Marechal” (p. 187-198). GOMES, 1889, op. cit., p. 187.

modificação temporal da situação do sujeito – “por que Deodoro que não apoiava o golpe militar passou a apoiá-lo?” (esse é o modo de explicação adotado por Gomes no capítulo dedicado exclusivamente ao marechal). Rüsen ressalta que as explicações intencionais “só podem funcionar em relação a ações” enquanto “acontecimentos cujo significado é determinado por intenções (conscientes ou inconscientes) daqueles que as executam”.⁶⁷⁹ Nesse sentido, William H. Dray retomaria R. G. Collingwood: por vezes, o historiador, não o agente (de uma ação passada), é quem primeiramente descobre o que foi realmente aquela ação, isto é, qual pensamento – ou qual “intenção”/“motivação” – um evento pretérito realmente expressou.⁶⁸⁰

A ação dos sujeitos em *1889*, mesmo quando suas intenções surgem de forma obscura, sobressai-se no livro: um sujeito (que pode ser um indivíduo, como Deodoro da Fonseca, ou um grupo de pessoas, como os republicanos) *executa* ou *planeja* o golpe militar/*derruba* a monarquia/*proclama* a república. Além disso, os 24 capítulos de *1889* podem ser lidos isoladamente, pois não se articulam em uma sequência temporal, analítica e processual em que a compreensão de um capítulo requeira necessariamente a leitura do capítulo anterior: o capítulo 2 narra o golpe republicano a partir de um episódio (o telegrama que Campos Salles enviou a Francisco Glicério em 07 de novembro de 1889), ao passo que o capítulo 3 descreve o império tropical (que traça um panorama do Brasil do Primeiro Reinado ao período regencial, encerrando-se com o golpe da maioria que daria origem ao Segundo Reinado e, ao mesmo tempo, fazendo alusão ao golpe republicano que interromperia o reinado de D. Pedro II), enquanto o capítulo 16 narra justamente a queda da monarquia. Após termos acompanhado a narrativa sobre a derrubada do império e a proclamação da república, conseguimos, afinal, compreendê-la?

Para Adam Schaff, do ponto de vista de quem escreve a história, é correto afirmar que “(...) sem compreender a ação dos homens, é impossível explicar a história; em outros termos, a compreensão é uma parte constitutiva da explicação histórica”.⁶⁸¹ Já para Collingwood, os conceitos “explicação” e “compreensão” são intercambiáveis,

⁶⁷⁹ RÜSEN, *Reconstrução do passado*, op. cit., p. 37.

⁶⁸⁰ “Since, for Collingwood, what happened was human action, this implies that, at least sometimes, it may be the historian, not the agent, who first discovers what a given action really was, i.e., what thought a past event really expressed.” DRAY, William H. *History as Re-enactment*. R. G. Collingwood’s Idea of History. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 41.

⁶⁸¹ SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 259.

conforme assinala William Dray.⁶⁸² Mas é o filósofo da história Louis Mink quem nos aponta a relação entre o ato de *ter acompanhado* uma estória e o ato de compreendê-la. Creio que o apontamento de Mink sirva tanto para aquele que escreve a história (ou a estória, ao englobar tanto a narrativa histórica quanto a narrativa ficcional) quanto para quem a lê.

(...) elas [*as estórias*] visam à produção e ao fortalecimento do ato de compreender no qual as ações e os eventos, embora representados como que ocorrendo na ordem do tempo, podem ser narrados como se, em um único relance, estivessem unidos em uma ordem de significação, em uma representação da *totum simul* a qual nós nunca podemos mais que parcialmente alcançar.⁶⁸³

À primeira vista, o modo como entendemos a sucessão temporal se desvanece: a sequência do início, meio e fim daria lugar aos sucessivos momentos da estória simultaneamente, em uma só percepção. Mink recorre, assim, ao modo de compreensão configuracional para explicar esse aparente paradoxo.

Mas na compreensão configuracional de uma estória que se acompanhou, o fim está conectado com a promessa de um início, assim como o início [*está conectado*] com a promessa do fim (...). Compreender uma sucessão temporal significa pensar em ambas as direções de uma só vez (...).⁶⁸⁴

Ao contrário da narrativa de Mary Del Priore, a narrativa de Laurentino Gomes é *descontínua*, em que cada capítulo de *1808*, *1822* ou *1889* tem seu início, meio e fim, que não necessariamente se articula com o capítulo precedente ou subsequente. Ao mesmo tempo, cada final de capítulo aponta para a inevitabilidade de determinado acontecimento: no caso de *1889*, para a iminente proclamação da república, antecipada, de alguma forma, nos diferentes capítulos antes do derradeiro (“O Desafio”). Assim, no

⁶⁸² DRAY, *History as Re-enactment*, op. cit., p. 35.

⁶⁸³ “(...) they [*stories*] aim at producing and strengthening the act of understanding in which actions and events, although represented as occurring in the order of time, can be surveyed as it were in a single glance as bound together in an order of significance, a representation of the *totum simul* which we can never more than partially achieve.” MINK, Louis O. *Historical Understanding*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1987, p. 56.

⁶⁸⁴ “But in the configurational comprehension of a story which one has followed, the end is connected with the promise of the beginning as well as the beginning with the promise of the end (...). To comprehend temporal succession means to think of it in both directions at once (...).” Ibid., p. 56-57.

capítulo 6 (“O Século das Luzes”), após Gomes discorrer brevemente sobre as mudanças científicas, artísticas, filosóficas, políticas e econômicas do século XIX, ele o encerra com esta frase: “Foi nesse clima de mudança e ruptura que se deu a Proclamação da República no Brasil”.⁶⁸⁵ Do mesmo modo, no capítulo anterior (“Dom Pedro II”), o autor alude à queda da monarquia no país ao reproduzir a frase atribuída a Rojas Paúl, então presidente da Venezuela: “Foi-se a única república da América!”.⁶⁸⁶ De modo análogo, a partir das “fissuras abertas entre o comando militar e o governo imperial”, o jornalista anuncia nas linhas finais do capítulo 7 (“Os Republicanos”): “Em razão disso, a troca de regime, em vez de percorrer um caminho mais suave e institucional (...), veio por um golpe planejado às escondidas e executado na calada da noite”.⁶⁸⁷

É certo que, enquanto a narrativa de Gomes aproxima-se de uma perspectiva teleológica, a vida não segue, de qualquer forma, a lógica de uma narrativa. Mink anota a seguinte observação:

Mas dizer que as qualidades da narrativa são transferidas da vida para a arte parece ser uma *hysteron proteron*. As histórias não são vividas, mas contadas. A vida não tem inícios, meios ou fins; há encontros, mas o início de um caso pertence à história que contaremos a nós mesmos mais tarde (...).⁶⁸⁸

Um aspecto que une, portanto, distintos filósofos e historiadores, como Mink, Rüsen e Paul Ricoeur, é o reconhecimento da configuração da experiência temporal na narrativa. Para Ricoeur, a invenção de uma intriga é “o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda”. Isto é, com a narrativa, reunimos causas, objetivos e acasos sob “a unidade temporal de uma ação total e completa”.⁶⁸⁹ Desse modo, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”.⁶⁹⁰

⁶⁸⁵ GOMES, 1889, op. cit., p. 145.

⁶⁸⁶ Ibid., p. 129.

⁶⁸⁷ Ibid., p. 163.

⁶⁸⁸ “But to say that the qualities of narrative are transferred to art from life seems a *hysteron proteron*. Stories are not lived but told. Life has no beginnings, middles, or ends; there are meetings, but the start of an affair belongs to the story we tell ourselves later (...).” MINK, *Historical Understanding*, op. cit., p. 60.

⁶⁸⁹ RICOEUR, *Tempo e Narrativa* (tomo 1), op. cit., p. 10.

⁶⁹⁰ Ibid., p. 15.

4.1.2 (Re)escrever a história: o caminho da ciência especializada à vida prática (e vice-versa)

Por que reescrevemos a história? Adam Schaff, ao retomar a proposição de Carl Becker, observa que a história é reescrita a partir das demandas do presente – ou, precisamente, a partir das dificuldades do presente que demandam do passado uma reinterpretação.

(...) os períodos de estabilidade, propícios ao sentimento de satisfação do presente, favorecem igualmente o consenso quanto à imagem tradicional do passado; pelo contrário, nos períodos de crise e de oposição, quando a estabilidade é abalada, os homens descontentes com o presente são inclinados a estar também descontentes com o passado; a história é então submetida a uma reinterpretação na perspectiva dos problemas e das dificuldades do presente.⁶⁹¹

É claro que, à primeira leitura, repousa aí uma instrumentalização do passado a serviço do presente, como se esse “passado-tornado-presente” fosse propiciado pela força e pela imposição da categoria do presente,⁶⁹² já abordado nos capítulos anteriores. No entanto, também poderíamos concordar com Louis Mink, para quem “(...) toda geração dá a si mesma seu próprio motivo para reescrever sua própria história”, de modo que, desde, pelo menos, o Iluminismo tardio, deparamo-nos com “a história escrita pelos vencedores” e também com “a história que traça a gênese daquelas instituições e práticas que constituem o *locus* dos problemas sociais contemporâneos, a fim de discernir as possibilidades e os meios de mudança”.⁶⁹³ Mas teria sido apenas no século XX que os historiadores passariam a *se enxergar* “como parte de uma tradição de mudança de interpretação histórica”, ao mesmo tempo em que ocorriam “a institucionalização, a especialização e a expansão explosiva da pesquisa histórica

⁶⁹¹ SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 272-273.

⁶⁹² HARTOG, “El historiador en un mundo presentista”, op. cit., p. 15-16.

⁶⁹³ “(...) each generation gives its own reason for rewriting its own history (...). One such reason could be traced in the history textbooks used in the schools of Alsace-Lorraine from 1870 through the 1920s and in innumerable other cases: History is written by the winners. (...) Another and quite different reason became the principle of the “New History” or pragmatic history in the United States following World War I: History traces the genesis of those institutions and practices which constitute the locus of social problems in order to discern the possibilities and means of change.” MINK, *Historical Understanding*, op. cit., p. 89.

profissional”.⁶⁹⁴ Essa especialização teria como consequência não apenas a contínua reescrita da história por parte daqueles que teriam passado da condição de consumidores para a condição de “produtores de historiografia”, como acarretaria “o aumento da distância entre a historiografia e a cultura geral”.

(...) a relação da história com a sociedade não se assenta predominantemente na produção de uma coleção de estudos especializados, mas na modificação da estrutura da consciência histórica – a qual, como a língua, é uma das características fundamentais da vida social compartilhada. E é claro que tanto a especialização quanto o escopo da historiografia profissional em crescente larga escala *amplia* a distância entre a história e a cultura. Um esboço compartilhado da história forma a memória comum de uma sociedade, mas tende a desaparecer à medida que é constantemente corrigida e elaborada por brigadas de especialistas.⁶⁹⁵

Aqui é pertinente retomarmos o debate sobre história pública, presente no capítulo 2, quando o historiador é instado a *encurtar* a distância entre a história e a sociedade, em que um dos resultados pode ser um livro de divulgação. Ludmilla Jordanova, professora do Departamento de História da Universidade de Durham, encara a história pública como “história popular”, no sentido de que se trata de uma história não apenas vista ou lida *por* um grande número de pessoas, mas também feita, em sua maioria, *para* um público amplo.⁶⁹⁶ Ela reconhece os múltiplos usos do passado, em que “a história como entretenimento utiliza o passado com objetivos comerciais”, enquanto “a história como formação de consciência utiliza o passado para fins políticos”, ao passo que “a história como educação pública utiliza o passado para informar as audiências (seletivamente) sobre as tendências sociais e políticas”.⁶⁹⁷ Percebemos que, pelo ponto

⁶⁹⁴ Ibid., p. 90.

⁶⁹⁵ “But the relation of history to society does not lie primarily in the production of an aggregate of specialized studies, but in the modification of the structure of historical consciousness – which, like language, is one of the fundamental features of shared social life. And it is clear that both the specialization and the scope of professional historiography on an increasingly large scale *widen* the gap between history and culture. A shared outline of history forms the common memory of a society, but it tends to disappear as it is constantly corrected and elaborated by brigades of specialists.” Grifos do autor. Ibid., p. 91.

⁶⁹⁶ Grifos meus no excerto em português. “Among other things, public history is *popular* history – it is seen or read by large numbers of people and has mostly been designed for a mass audience.” JORDANOVA, Ludmilla. *History in Practice*. London: Hodder Education, 2006, p. 126. Grifos da autora no excerto em inglês.

⁶⁹⁷ “History as entertainment uses the past for commercial purposes. History as consciousness-raising uses the past for political ends. History as public education uses the past to inform audiences (selectively) about political and social trends.” Ibid., p. 131.

de vista da autora, não apenas os propósitos de cada “história” são distintos, como também são conflitantes. Em comum, porém, repousaria, nessas histórias, um juízo moral – bruto, implícito ou velado: juízo esse que não é, às vezes, perceptível pelo público leigo.⁶⁹⁸ Dessa forma, a historiadora acentua o quanto as diferentes manifestações da história pública mobilizam sentimentos intensos de seu público, ao apresentarem o passado de modo didático e moralista,⁶⁹⁹ tendo como resultado “um desejo por respostas simples e por polaridades morais claras”.⁷⁰⁰ Nesse sentido, resta-nos a pergunta: ao atingir audiências mais vastas, a história perderia *necessariamente* o senso crítico que caracteriza a história como ciência? Ou, antes, para utilizarmos os termos de Jörn Rüsen, a “*estratégia cognitiva da produção de saber histórico*”, que pressupõe a inter-relação entre as perspectivas orientadoras da experiência do passado e as regras da pesquisa empírica, cederia simplesmente lugar à “*estratégia política da memória coletiva*” ou à “*estratégia estética da poética e da retórica da representação histórica*”?⁷⁰¹

Como assinala Rüsen, as três dimensões da “constituição histórica de sentido” são interdependentes, resultando, pois, no “*critério de sentido da narrativa histórica*”.⁷⁰² Ainda assim, o historiador alemão reconhece que “a especialização decorrente da *cientificização* da história faz com que o produto historiográfico da pesquisa histórica não seja dos mais apropriados aos processos da formação da consciência histórica”.⁷⁰³ Ao pensar especificamente no espaço escolar, o autor defende que a teoria da história assuma uma “*função didática de orientação*”, tornando-se uma “teoria do aprendizado histórico”.⁷⁰⁴ Não é à toa que ele qualifica como “equivoco comum” transferir para o ensino de história “as perspectivas orientadoras e os métodos da pesquisa histórica”: a

⁶⁹⁸ “The point about history that reaches wider audiences is that the moral judgements can be crude, implicit or concealed, making them (sometimes) hard to discern and to be held up for critical inspection by those not ‘in the know’.” Ibid., p. 137.

⁶⁹⁹ “It is in the interest of many groups to present the past in simplified moralistic and didactic terms, which play upon intense feelings.” Ibid., p. 147.

⁷⁰⁰ Ibid., p. 146.

⁷⁰¹ Grifos do autor. RÜSEN, *Razão histórica*, op. cit., p. 163.

⁷⁰² Grifos do autor. Ibid., p. 163.

⁷⁰³ Grifos do autor. Ibid., p. 49.

⁷⁰⁴ Grifos do autor. Ibid., p. 49.

disciplina “história” nas escolas não pode ser tratada como “uma miniatura da especialidade científica”.⁷⁰⁵

Mas como transpor a racionalidade do pensamento histórico em sua cientificidade para a vida prática? Essa questão contém em si mesma a definição de “cultura histórica”, a qual, segundo Rüsen, é “o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática”, em que “os sujeitos agentes e padecentes logram orientar-se em meio às mudanças temporais de si próprios e de seu mundo”.⁷⁰⁶ O campo cognitivo (ciência) se articularia com o campo não cognitivo (político e estético), de modo que podemos “falar da *razão política*, quando se trata da maneira de assegurar a validade de dominação e poder, de garantir sua legitimidade”, e também podemos falar da *razão estética*, quando se trata da maneira de assegurar a validade “da apresentação formal, que fazem dos saberes históricos fatores tão eficazes da orientação histórica, em que o poder se enraíza e o pensamento aparece como meio de entendimento mútuo”.⁷⁰⁷ As três dimensões da cultura histórica – cada qual com uma racionalidade que lhe é própria – são autônomas e, ao mesmo tempo, são mutuamente dependentes.⁷⁰⁸ No entanto, quando ocorre a *instrumentalização mútua* da ciência e da política ou da ciência e da arte, ocorrem “simplificações e alterações da cultura histórica”.⁷⁰⁹

De acordo com Rüsen, existe uma tendência espontânea a essa instrumentalização. A ciência pode subsumir o aspecto político da cultura histórica e transformar a verdade em ideologia, ou a política pode subsumir o aspecto científico da cultura histórica e transformar “os critérios de sentido determinantes do pensamento histórico” em “mera expressão de jogos de interesse e ambições de poder”, resultando em decisionismo e relativismo científico.⁷¹⁰ Do mesmo modo, quando a estética é utilizada como “uma didática *a priori*” – com a mera função de “‘transpor’ ou ‘intermediar’ conteúdos cognitivos para formas esteticamente agradáveis”, corre-se o risco de que a “percepção sensível” da arte acabe sendo “a única mensagem da história”,

⁷⁰⁵ Ibid., p. 50.

⁷⁰⁶ RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 121.

⁷⁰⁷ Grifos do autor. Ibid., p. 123.

⁷⁰⁸ Ibid., p. 124.

⁷⁰⁹ Ibid., p. 125.

⁷¹⁰ Ibid., p. 125.

já que a tendência da arte é contrapor-se à instrumentalização política e cognitiva.⁷¹¹ Em outras palavras, ao desvincular-se da ciência e da política, “o sentido estético próprio da cultura histórica acarreta a irracionalidade e a despolitização da consciência histórica nos grupos sociais em que está constituído esteticamente”.⁷¹² Nesse sentido, há um ponto comum entre Rüsen e Jordanova: para Rüsen, “sempre que a identidade histórica se forma ou se enraíza nos sentimentos profundos dos sujeitos, perde disposições essenciais à orientação política e à reflexão racional”;⁷¹³ enquanto, para Jordanova, “o problema é que os sentimentos não são sempre um guia muito bom [*para o conhecimento/aprendizado/compreensão da história*] porque, pela sua própria natureza, eles tornam as pessoas acríicas”.⁷¹⁴ A conclusão óbvia é que essa acriticidade repousa no uso não racional da história. A questão daí decorrente formula-se da seguinte forma: de que modo nós podemos evitar as simplificações e as alterações da cultura histórica, ou seja, as tendências naturais à instrumentalização mútua de suas dimensões? Rüsen nos fornece a resposta: elas “podem ser superadas sistematicamente pela formação histórica”.⁷¹⁵

A formação histórica é uma “categoria didática”, que abrange as “competências simultaneamente relacionadas ao saber [*à totalidade do saber*], à práxis e à subjetividade”. Por conseguinte, ela pressupõe “a capacidade de apreender os contextos abrangentes – e de refletir sobre eles –”, bem como de contrapor-se “à fragmentação do saber científico necessariamente decorrente da especialização da ciência” e à “pressão objetiva do saber empírico e de sua aplicabilidade técnica”.⁷¹⁶ Ela é, sobretudo, “a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido”.⁷¹⁷ Rüsen complementa, assim, que a formação histórica requer o aprendizado histórico – isto é, a apropriação da “história”. Como se dá essa apropriação?

“Objetivamente”, a história está dada de dupla maneira. De uma parte, como sedimento quase-coisificado das mudanças no tempo, nas circunstâncias concretas da vida presente (toda pessoa nasce na

⁷¹¹ Ibid., p. 129.

⁷¹² Ibid., p. 130.

⁷¹³ Ibid., p. 130.

⁷¹⁴ JORDANOVA, *History in Practice*, op. cit., p. 147.

⁷¹⁵ RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 126.

⁷¹⁶ Ibid., p. 95.

⁷¹⁷ Ibid., p. 104.

história, em um passado que se transpõe para o presente). De outra parte, nos diversos estados de coisas (como documentos, monumentos e semelhantes), que informam sobre o que, quando e por que foi o caso. (...) A apropriação histórica do próprio presente exige do sujeito, contudo, que passe de uma à outra experiência. Isso vai além de uma tarefa meramente escolar. Essa passagem sempre ocorreu nas circunstâncias reais da vida dos sujeitos que aprendem. A história sempre se *prescreve* [*pré-escreve*] antes de qualquer tentativa de aprendizado. (...) Estar pré-escritas, para as histórias, significa que elas fazem parte, na forma de memória consciente e de passado interpretado, da vida real presente, na qual se deve aprender como lidar com ela. (...) O que o sujeito precisa é assenhorear-se de si a partir dela [*da história*]. Ele necessita, por uma apropriação mais ou menos consciente dessa história, construir sua subjetividade e torná-la a forma de sua identidade histórica. Em outras palavras: precisa aprendê-la, ou seja, aprender a si mesmo.⁷¹⁸

O excerto reproduzido aponta para a circularidade da questão anterior: como se dá a apropriação da história para que se aprenda a identidade histórica? Aprender a assenhorear-se de si a partir de histórias pré-escritas ainda não é uma resposta satisfatória à pergunta. Por isso, Rüsen recorre a conceitos psicanalíticos, que foram reapropriados no capítulo anterior a partir da “estética da recepção” de Wolfgang Iser. Não é que o autor faça referência a Iser ou a Sigmund Freud em seu texto, porém sua concepção de “identidade histórica”, a qual se constitui na “formação histórica”, tem sua analogia *parcial* na “experiência estética” do texto literário de que trata Iser.

No passado, apreende-se a qualidade temporal como um *outro* próprio, cuja alteridade especificamente histórica se torna um desafio intelectual para as representações do tempo que orientam o agir, a ser levado a sério. Formação é a capacidade de se contrapor à alteridade do passado, de levantar o véu da familiaridade que se tem com o passado camuflado na vida prática presente e de reconhecer o *estranho*, assim descoberto, como próprio. (...) Isso requer o aumento da capacidade de empatia e a disposição para perceber a particularidade de sua própria identidade histórica, dentro de cujos limites, porém, haja espaço para a alteridade dos demais sujeitos, com os quais e contra os quais as afirmações de cada um, nas orientações históricas, têm de lidar e manter-se. O autoconhecimento no espelho do passado está formado quando inclua (*sic*) a autocrítica como aptidão para perceber os limites que separam sua própria identidade da alteridade dos demais.⁷¹⁹

⁷¹⁸ Grifos do autor. RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 106-107.

⁷¹⁹ Grifos do autor. *Ibid.*, p. 108-109.

Ao percebermos o passado como “um outro próprio”, distinto do presente, somos capazes de tirá-lo de sua familiaridade cotidiana – “camuflado na vida prática presente” – e de reconhecê-lo como “estranho”. O próprio Laurentino Gomes “levanta o véu da familiaridade” quando descreve o município de Petrópolis em um dos capítulos de *1889* e, de certa forma, convida o leitor a sair do texto para ver com seus próprios olhos a coabitação de duas temporalidades: “Hoje o que mais impressiona em Petrópolis é a sensação de estranheza quando se olha em volta. Ali, duas cidades convivem no mesmo espaço”.⁷²⁰ Isto é, duas cidades *temporalmente* distintas coexistem na serra fluminense: “A primeira é a cidade histórica, situada na área central. (...) A outra Petrópolis é maior e mais recente. Construída de forma atabalhoada a partir de meados do século XX, encontra-se afastada do centro (...)”.⁷²¹ O princípio da relação identidade-alteridade histórica pode ocorrer, assim, a partir da própria observação da arquitetura de uma cidade – como “o sedimento quase-coisificado das mudanças no tempo”⁷²², embora não seja suficiente “para mobilizar uma atenção consciente e ativa a essa experiência, com a intenção de se apropriar dela mediante uma interpretação própria”.⁷²³ Para isso, o “impulso necessário” decorre “dos problemas de orientação do próprio presente”,⁷²⁴ que pode também ser experimentado por meio da leitura de um texto. Lembremo-nos de quando Iser afirma que “a eficácia do texto literário vem à tona pela aparente evocação e pela subsequente negação do familiar”, que nos leva a ultrapassar nossas pré-concepções, de modo que estejamos em posição de encontrar novas experiências.⁷²⁵ Pois bem, acrescento que o texto de história, percebido aqui em sua analogia com a leitura de um texto literário, pode provocar no leitor o reconhecimento do passado como “estranho”, pode ensiná-lo a encontrar novas experiências e pode, sim, auxiliá-lo a perceber “a particularidade de sua própria identidade histórica”.

⁷²⁰ GOMES, *1889*, op. cit., p. 92.

⁷²¹ *Ibid.*, p. 91-92.

⁷²² RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 106.

⁷²³ *Ibid.*, p. 112.

⁷²⁴ *Ibid.*, p. 112.

⁷²⁵ “The efficacy of a literary text is brought about by the apparent evocation and subsequent negation of the familiar. What at first seemed to be an affirmation of our assumptions leads to our own rejection of them, thus tending to prepare us for a re-orientation. And it is only when we have outstripped our preconceptions and left the shelter of the familiar that we are in a position to gather new experiences.” ISER, “The Reading Process: a Phenomenological Approach”, op. cit., p. 64.

Todavia, não é todo texto de história (ou, especificamente, todo livro de divulgação) que se presta à formação histórica, que potencializa “a capacidade de empatia” e “a autocrítica como aptidão para perceber os limites que separam sua própria identidade [*a identidade do sujeito em formação*] da alteridade dos demais”. Afinal, como adverte Adam Schaff, a “má subjetividade”, “aquela que deforma o conhecimento”, também está presente em um texto de história. Essa “má subjetividade” provém “de fontes extracientíficas, como o interesse pessoal, a animosidade em relação a uma pessoa, os preconceitos contra certos grupos humanos, nacionais, étnicos ou sociais, por exemplo”.⁷²⁶ O autor não trata aqui de negar a subjetividade na história, já que “eliminar o sujeito da relação cognitiva é suprimir esta última”,⁷²⁷ mas, sim, de reconhecer que “a ‘objetividade’ é a distância entre a boa e a má subjetividade, e não a eliminação total da subjetividade”.⁷²⁸ A “boa subjetividade” é “aquela que provém da essência do conhecimento como relação subjetivo-objetiva e do papel ativo do sujeito no processo cognitivo”.⁷²⁹ Nesse sentido, Rüsen assinala que “o processo de aprendizado e apropriação histórica”, de um lado, e “de auto-afirmação histórica”, de outro, ocorre por meio de três operações artificialmente distintas: experiência, interpretação e orientação.

A atividade da consciência histórica pode ser considerada como aprendizado histórico quando produza (*sic*) ampliação da *experiência* do passado humano, aumento da competência para a *interpretação* histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de *orientação* da vida prática.⁷³⁰

Por experiência histórica, o autor concebe a “distinção qualitativa entre passado e presente, que o passado é qualitativamente um outro tempo do que o presente”: em outras palavras, Rüsen sublinha a distinção de que “os dias de hoje se passam de outra forma do que no passado, porque as condições da vida prática de cada um são *historicamente específicas*”.⁷³¹ No entanto, a ampliação da *competência histórica experiencial* do sujeito depende de sua própria “curiosidade empírica”. É ele quem

⁷²⁶ SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 284.

⁷²⁷ Ibid., p. 287.

⁷²⁸ Ibid., p. 282.

⁷²⁹ Ibid., p. 282.

⁷³⁰ Grifos meus. RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 110.

⁷³¹ Grifos meus. Ibid., p. 111; p. 113.

“transcende seus próprios limites” e sai em “busca do conteúdo empírico do saber histórico” e de “novas experiências históricas”.⁷³² Já a *competência histórica interpretativa* assenta-se nas “dissonâncias cognitivas e afetivas entre as experiências do tempo e os modelos de interpretação (...)”.⁷³³ Esses modelos diferenciam-se qualitativamente à medida que se complexificam, de maneira que temos os modelos tradicionais de interpretação transformando-se em exemplares; os exemplares, em críticos; e os críticos, em genéticos.⁷³⁴ Por último, a *competência histórica de orientação* pressupõe que o sujeito seja capaz “de correlacionar os modelos de interpretação, premissas de experiência e saber, com seu próprio presente e com sua própria vida, de utilizá-los para refletir e firmar posição própria na vida concreta no presente”.⁷³⁵

A formação histórica de que fala Rüsen pressupõe, portanto, o desenvolvimento e a inter-relação das três competências (experiência, interpretação e orientação), de modo que as simplificações da cultura histórica sejam sistematicamente superadas, isto é, que suas dimensões cognitiva, política e estética não se instrumentalizem mutuamente. Os potenciais de racionalidade do pensamento histórico pressupõem a concomitante autonomia e dependência mútua de suas três racionalidades para que esses potenciais atuem, afinal, na vida prática.

Nesse sentido, Mary Del Priore, em artigos publicados em 2009 e 2014, insta os historiadores a transporem o resultado de suas pesquisas para um modo de apresentação – para uma narrativa – que permita ao leitor não apenas a fruição da leitura, mas também a construção de uma consciência histórica. Caberia ao historiador a tarefa de vulgarizar a história, colocando-a “no mesmo plano de outras formas de cultura, inserindo-a em implicações sociais mais amplas e democráticas”.⁷³⁶

⁷³² Ibid., p. 112-113.

⁷³³ Ibid., p. 115.

⁷³⁴ (1) Do modelo *tradicional* de interpretação, como o mito de origem, temos “o enraizamento do ordenamento da vida e do mundo na profundidade inconsciente do tempo em movimento”. (2) Do modelo *exemplar* de interpretação, temos a *historia magistra vitae* – “a história ensina, a partir dos inúmeros acontecimentos do passado que transmite, regras gerais do agir”. (3) Do modelo *crítico* de interpretação, temos “a ruptura da continuidade” no momento em que, a partir das potencialidades linguísticas, ela “problematiza e relativiza o modelo precedente de interpretação histórica”. (4) Do modelo *genético* de interpretação, temos “uma forma do saber histórico, na qual o tempo, como mudança, torna-se o sentido histórico mesmo do passado lembrado”. Ibid., p. 48-63.

⁷³⁵ Ibid., p. 116.

⁷³⁶ PRIORE, “Vulgarização: outra história para a história”, op. cit., p. 19.

Porque a história, antes de ser uma disciplina, é uma prática social. O que quer dizer que homens e mulheres que se dizem historiadores fazem história para um público que os lê ou escuta. Seu reconhecimento social, assim como seus salários, dependem da sociedade que lhe acorda um *status* e lhe assegura uma remuneração. O duplo reconhecimento, o dos pares e o do público, consagra o historiador como tal. E mais, a história não é uma disciplina, monolítica; mas ela é composta por diferentes grupos que rivalizam na tarefa de, mediante um programa, prescrever o objeto da pesquisa e a maneira correta de apresentá-la, portanto, de narrá-la.⁷³⁷

Talvez o ponto problemático do trecho acima resida na vinculação do reconhecimento social do historiador à sociedade que lhe paga o salário. No processo de cientificização da história, Ranke constatava que a historiografia, à medida que se baseava na evidência empírica e se orientava em direção à ciência, deixava de ser eminentemente retórica, ou seja, deixava de orientar-se em direção às “necessidades práticas de seu público”. Ao reivindicar falar a verdade independentemente das expectativas e preconceitos de sua audiência, a historiografia assumia uma nova função no século XIX: a de simplesmente dizer como o passado realmente foi.⁷³⁸ Um historiador do século XXI sabe, decerto, os limites contidos na assertiva “*dizer/mostrar o passado como ele realmente foi*”, assim como também sabe que “*as necessidades práticas de seu público*” – ou precisamente de um público de não especialistas – nem sempre confluem para o compromisso com a verdade no qual se assenta o trabalho do historiador, embora essas “necessidades práticas” também possam ser interpretadas como as “carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo, (...) que se articulam na forma de interesse cognitivo pelo passado”.⁷³⁹

O papel da história na “vida prática” surge, para Priore, tanto vinculado aos “milhares de leitores” que se interessam por esse “produto cultural” – aqui ela pensa especificamente nas biografias históricas⁷⁴⁰ – quanto aos historiadores que têm como “missão” construir a consciência histórica em um país “com baixo nível de educação e

⁷³⁷ PRIORE, “Biografia: quando o indivíduo encontra a história”, op. cit., p. 13.

⁷³⁸ “Historiography was oriented to the practical needs of its audience. It was guided by the principle of addressing an audience, by speaking to someone; it was indeed rhetorical. Now historiography became oriented towards research; it gained a new quality of empirical evidence. It claimed to speak the truth irrespective of all expectations and prejudices of its audience. It no longer taught practical competence, but gave empirical knowledge. It simply said how it really had been.” RÜSEN, “Rhetoric and Aesthetics of History”, op. cit., p. 192.

⁷³⁹ RÜSEN, *Razão histórica*, op. cit., p. 30.

⁷⁴⁰ PRIORE, “Biografia: quando o indivíduo encontra a história”, op. cit., p. 14.

pouca memória histórica”.⁷⁴¹ Nesse contexto, a disciplina “história” é também atravessada pelas disputas internas que prescrevem sua disciplinização, em que o historiador depende de seus pares para ser consagrado como tal. Para retomarmos uma citação de Certeau, “existem as leis do meio. Elas circunscrevem possibilidades cujo conteúdo varia, mas cujas imposições permanecem as mesmas”.⁷⁴² Todavia, as imposições do meio, estando circunscritas ao meio acadêmico, não atuariam diretamente na “construção da consciência histórica” no Brasil, por isso Priore afirma que “é preciso adaptar gêneros de história a cada público, garantindo, contudo a rigorosa aplicação das regras do ofício”.⁷⁴³ Neste ponto, o historiador brasileiro José D’Assunção Barros discordaria da autora.

Não é função do historiador tornar digerível para o leitor não especializado um passado-presente que se encontra em parte registrado nas fontes de todos os tipos. Se a função do historiador é produzir novas interpretações sobre o passado é porque a sua principal função é lançar novas luzes sobre ele, a partir das demandas de seu próprio tempo. Encontrar uma sintonia de utilidade para a vida para esta operação que dele demanda lidar adequadamente com a veracidade e a veridicidade é a missão *última* do historiador.⁷⁴⁴

Barros trabalha com as noções de “veracidade” e “veridicidade” para se referir à prática historiográfica em si. Para o autor, a “veracidade” é “a qualidade daquilo que expressa ou toca, de alguma maneira, a verdade; ou, ainda como o potencial para a comprovação daquilo que é verdadeiro”, de modo que “quando procuramos ‘adequar’ uma afirmação ou enunciado à realidade efetivamente ocorrida em um passado que já desapareceu ao deixar vestígios sob a forma de fontes”, adentramos no âmbito da veracidade. Já a “veridicidade” é “a qualidade daquilo que é verídico” ou “que é *constituído* pela verdade (mas não é a verdade, propriamente, em si mesma)”. A verossimilhança – ou a impressão de verdade – é um aspecto da veridicidade, segundo Barros.⁷⁴⁵

⁷⁴¹ Idem, “Vulgarização: outra história para a história”, op. cit., p. 14-15.

⁷⁴² CERTEAU, *A escrita da história*, op. cit., p. 72.

⁷⁴³ PRIORE, “Vulgarização: outra história para a história”, op. cit., p. 19.

⁷⁴⁴ Grifos meus. BARROS, José Costa D’Assunção. Verdade e história – arqueologia de uma relação. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 12, nº 212, v. 12, 2014, p. 40.

⁷⁴⁵ Grifos do autor. *Ibid.*, p. 11-12.

À primeira leitura, o recurso concomitante às duas noções assemelha-se àquele “amor à verdade” de que fala Ranke ao enumerar os requisitos do historiador. No entanto, Barros parte das noções de “verdade-adequação” e “verdade-desvendamento” de Tzvetan Todorov para trabalhar conceitos análogos. Do mesmo modo, quando o autor critica a tentativa de encontrar para a história “uma sintonia de utilidade para a vida”, ele direciona sua crítica “ao libelo de [Friedrich] Nietzsche” que, no último quartel do século XIX, colocava-se “contra o excesso de histórias inúteis ou prejudiciais à Vida”.⁷⁴⁶ Barros atenta justamente para as consequências da ideia de que a história se legitime menos pelo seu método – “legitimidade apoiada na correção do método e na adequação teórica e argumentativa”⁷⁴⁷ – do que pela sua finalidade: “No limite, a ideia (...) pode conduzir à velha noção de que ‘os fins justificam os meios’. A verdade, ou intenção de verdade, parece se tornar irrelevante em casos como estes”.⁷⁴⁸

Faz sentido o alerta emitido por Barros, embora o compromisso com a verdade do empreendimento historiográfico não necessariamente assuma uma relação de oposição com a “utilidade para a vida”, se encararmos essa “utilidade” como a satisfação das carências de orientação no tempo e, ao mesmo tempo, não a desvincularmos do conhecimento empírico. Para isso, basta relermos a perspectiva de Rüsen sobre a “transposição” da racionalidade do pensamento histórico em sua cientificidade para a vida prática, cujos principais pontos foram sintetizados aqui. De qualquer modo, ainda é possível desenvolvermos outras respostas à pergunta suscitada logo no início: por que (re)escrevemos a história? Ou por que um historiador, um jornalista ou um romancista propõe-se a (re)escrever textos de temática histórica?

Nos capítulos anteriores, já havíamos aventado a hipótese de que Laurentino Gomes e Mary Del Priore (re)escreviam a história porque a percebiam, sobretudo, como um produto cultural, passível de consumo no mercado editorial. Nesse aspecto, Jordanova é categórica: “A história é parte de muitas indústrias que vendem o passado de uma forma ou de outra”.⁷⁴⁹ No entanto, outras hipóteses também são possíveis. Se observarmos, por exemplo, as finalidades de um romance histórico, elencadas por Robin

⁷⁴⁶ Ibid., p. 29.

⁷⁴⁷ Ibid., p. 27.

⁷⁴⁸ Ibid., p. 30.

⁷⁴⁹ “History is part of many industries that sell the past in one form or another”. JORDANOVA, *History in Practice*, op. cit. p. 141.

Lefere, deparamo-nos com certos objetivos semelhantes àqueles da historiografia produzida atualmente.

- Criar um quadro atraente do passado (...);
- Complementar a historiografia, inventando o não documentado (...);
- Testemunhar acerca de uma experiência da história (caso do romance histórico orientado para o passado próximo ou quase presente, vivido pelo autor);
- Perpetuar a memória de um episódio/figura;
- Resgatar um episódio/uma figura (se for representativa de um coletivo), uma realidade histórica não documentada ou mesmo silenciada;
- Oferecer um “exemplo” (história como *magistra vitae*), que esboce uma reflexão axiológica;
- Contestar/subverter certa historiografia, utilizando outra perspectiva ou interpretação;
- Problematizar: propor visões ou interpretações contraditórias sobre uma realidade histórica (...);
- Construir uma perspectiva indireta – para evitar uma censura ou para erigir uma analogia iluminadora – sobre o presente;
- Interpretar o processo histórico. (...);
- Esboçar uma reflexão meta-histórica. (...);
- Questionar a própria possibilidade de escrever a história. (...).⁷⁵⁰

À exceção dos itens que utilizam abertamente o termo “invenção” ou “não documentado” – e apesar da problemática exemplaridade da história como *magistra vitae* –, percebemos que a escrita ou a reescrita da história pode ser justificada igualmente por sua contestação, problematização e (re)interpretação de determinado evento ou da historiografia existente. Ela também pode, por vezes, resvalar para um testemunho que oscila entre história e memória, ou mesmo teorizar sobre os limites do conhecimento histórico e, conseqüentemente, de sua própria possibilidade de escrita. Contudo, creio que seja pertinente pensar de maneira mais ampla no gênero romance (não apenas no romance histórico) para que ponderemos as implicações epistemológicas tanto da ficção romanesca quanto da historiografia. Assim, ao mesmo tempo em que nos questionamos “por que (re)escrevemos a história”, também nos questionamos “como (re)escrevemos a história” – como a “evidência”, a “verdade” e a “retórica” emergem (ou submergem) nessa escrita.

⁷⁵⁰ LEFERE, Robin. *La novela histórica: (re)definición, caracterización, tipología*. Madrid: Visor Libros, 2013, p. 80-82.

Catherine Gallagher, professora do Departamento de Inglês da Universidade da Califórnia-Berkeley,⁷⁵¹ ao referir-se a um estudo de Michael McKeon, aponta para a ampliação do estatuto da verdade que o romance britânico passou a adotar no século XVIII.

McKeon demonstrou como a passagem do *romance* ao *novel* se insere em uma mudança epistemológica geral, de uma concepção limitada da verdade, como exatidão histórica a uma mais ampla que também inclui a simulação mimética. A aceitação geral da verossimilhança como forma de verdade, antes que de fraude, está na origem do conceito de ficção e, ao mesmo tempo, na do romance como gênero literário.⁷⁵²

Também no século XVIII – antes, portanto, da constituição da história como disciplina profissional – a história, ou precisamente a escrita da história, é considerada um ramo da arte da retórica.⁷⁵³ A desrretoricização (*de-rhetoricization*) do pensamento histórico ocorrida no século seguinte foi “um esforço para distinguir a história da ficção, especialmente do tipo de ficção em prosa representado pelo *romance* e pelo *novel*”. Esse movimento consistiu, segundo Hayden White, “em pouco mais que uma *reafirmação* da distinção aristotélica entre história e poesia”, qual seja, “o estudo de eventos que realmente ocorreram como distintos da imaginação de eventos que poderiam ter ocorrido ou que poderiam possivelmente ocorrer”. Ao reafirmar a tese aristotélica, a historiografia do século XIX frisaria também “a *afirmação* da ficção de que as ‘estórias’ que os historiadores contam são *encontradas* na evidência, e não inventadas”.⁷⁵⁴ Notemos que White utiliza o termo “ficção” para referir-se à narrativa histórica. Por quê? Porque as exclusões *estilísticas* de uma narrativa histórica implicam a exclusão dos tipos de evento que podem ser narrados e, ao mesmo tempo, incidem na própria constituição daquilo que se concebe como um evento histórico. Logo, os historiadores continuariam contando suas “estórias” a partir das premissas da retórica ciceroniana, e não a partir das evidências, ao contrário do que eles acreditavam no oitocentos.

⁷⁵¹ GALLAGHER, “Ficção”, op. cit.

⁷⁵² Ibid., p. 634.

⁷⁵³ WHITE, Hayden. The Politics of Historical Interpretation: Discipline and De-Sublimation. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 9, n. 1, p. 113-137, Sep. 1982, p. 120.

⁷⁵⁴ Grifos do autor. Ibid., p. 122.

A subordinação da narrativa histórica ao modo deliberativo do estilo médio [*de declamação*] demanda exclusões estilísticas, e isso tem implicações para a espécie de eventos que podem ser representados em uma narrativa. O que é excluído é a espécie de eventos tradicionalmente concebidos como matéria de crença e ritual religiosos (milagres, eventos mágicos, eventos divinos), de um lado, e a espécie de eventos “grotescos” que são a matéria da farsa, da sátira e da calúnia, de outro. Acima de tudo, essas duas ordens de exclusão relegam ao pensamento histórico a espécie de eventos que se prestam ao entendimento do que quer que atualmente passe pelo senso comum instruído. Elas efetuam uma disciplina da imaginação, nesse caso, da *imaginação histórica*, e elas estabelecem limites no que constitui um *evento histórico* especificamente. Ademais, uma vez que essas exclusões efetivamente estabelecem limites nas regras de descrição (ou nos protocolos descritivos), e uma vez que um “fato” deve ser considerado como “um evento sob descrição”, o que segue é que elas constituem o que pode contar como um *fato histórico* especificamente.⁷⁵⁵

Enquanto Gallagher, ao referir-se à origem do romance como gênero literário, enfatiza a “aceitação geral da verossimilhança como forma de verdade” no século XVIII, White, ao discorrer sobre a origem da história como disciplina, questiona o próprio estatuto da verdade que a escrita da história reivindicava no século XIX, reaproximando-a da “arte da retórica” do século anterior. Todavia, Gallagher, ao trabalhar com a noção de verossimilhança da ficção romanesca, destaca que a aceitação geral dessa “forma de verdade” implica também uma “suspensão da incredulidade” do leitor para que ele adentre na narrativa ficcional. Para a autora, essa “flexibilidade mental” setecentista constituiu o pré-requisito para a “formação da subjetividade moderna”, de modo que o recurso à imaginação foi instrumentalizado para fins práticos – para selar um casamento ou um negócio, por exemplo – e não apenas para a fruição do romance.

White, por seu turno, pensa no historiador, não no leitor de história, que faz uso da imaginação para a “disciplinização da sensibilidade histórica” (*the disciplinization of*

⁷⁵⁵ “The subordination of historical narrative to the deliberative mode of the middle style [*of declamation*] entails stylistic exclusions, and this has implications for the kind of events which can be represented in a narrative. What is excluded are the kind of events traditionally conceived to be the stuff of religious belief and ritual (miracles, magical events, godly events), on the one side, and the kind of ‘grotesque’ events which are the stuff of farce, satire, and calumny, on the other. Above all, these two orders of exclusion consign to historical thinking the kind of events that lend themselves to the understanding of whatever currently passes for educated common sense. They effect a disciplining of the imagination, in this case, the *historical imagination*, and they set limits on what constitutes a specifically *historical event*. Moreover, since these exclusions effectively set limits on rules of description (or descriptive protocols) and since a ‘fact’ must be regarded as ‘an event under a description’, it follows that they constitute what can count as a specifically *historical fact*.” Grifos do autor. Ibid., p. 122-123.

historical sensibility). Para o autor, a realidade histórica *imaginada* no século XIX tinha relação com a contribuição de um filósofo do século XVIII, Edmund Burke, o qual exorcizava “a noção do sublime de qualquer apreensão do processo histórico” ao considerar que um evento como a Revolução Francesa causava “escárnio e horror” a seus observadores.⁷⁵⁶ Como herança de Burke e, em especial, do idealismo germânico (Friedrich Schiller, G. W. Hegel, Immanuel Kant), tínhamos o belo no lugar do sublime, de sorte que o historiador, em face da natureza estética da compreensão do seu objeto de estudo, vislumbrasse algo de belo em todas as coisas concernentes ao humano e assumisse uma calma olímpica ante qualquer situação social de seu tempo, por mais aterrorizante que essa situação pudesse parecer a qualquer um a quem faltasse perspectiva histórica.⁷⁵⁷

Nesse sentido, a instrumentalização da imaginação setecentista a que se refere Gallagher *não* pode ser estendida para a escrita da história do século seguinte, *se* nós concordarmos com White. Afinal, o autor não trabalha com a imaginação histórica como a outorga de um “crédito contingente e temporário”, mas problematiza, a partir de considerações estéticas, as implicações políticas de seu uso para a disciplinização da história. No entanto, considero o ponto de vista de Gallagher pertinente à compreensão da escrita e da leitura da história quando reinterpreto suas considerações sob a perspectiva historiográfica.

Como se *lê* a história? Por meio de uma “flexibilidade mental” que também envolve certa simulação, tal qual o romance. Afinal, o leitor simula crer naquele passado-presente que o texto de história lhe oferece. Contudo, para Hans Ulrich Gumbrecht, o leitor, dependendo da obra que ele lê, encontra “realidades do passado” no presente, quando “aquilo que nos afeta no ato da leitura envolve o presente do passado em substância – e não um sinal do passado, nem a sua representação”.⁷⁵⁸ Nesse caso, não seria necessário que o leitor simulasse crer no “passado-tornado-presente” do texto a fim de “entrar no jogo narrativo”, mas que lhe ocorresse, como acredita Gumbrecht, a

⁷⁵⁶ Ibid., p. 124-125.

⁷⁵⁷ “This aestheticism permits the historian to see some beauty, if not good, in everything human and to assume an Olympian calm in the face of any current social situation, however terrifying it may appear to anyone who lacks historical perspective.” Ibid., p. 127.

⁷⁵⁸ GUMBRECHT, *Atmosfera, ambiente, Stimmung*, op. cit., p. 25.

“imediatez na experiência de presentes passados”.⁷⁵⁹ No capítulo anterior, eu já havia assinalado que certos livros de divulgação, como os de Laurentino Gomes e de Eduardo Bueno, não permitiam essa “imediatez”, pois eles funcionam, sobretudo, como releituras presentistas de outros relatos que versam sobre o passado histórico. Na outra ponta, porém, reaparece a pergunta: como se *escreve* a história? Por meio da mesma “flexibilidade mental” que permite ao historiador utilizar metodicamente certa dose de imaginação a partir da evidência (dos “testemunhos empíricos do passado”) ou, precisamente, quando lhe falta essa evidência. É quando as conjecturas preenchem as lacunas das fontes a partir do recurso ao contexto, como aponta Barros.⁷⁶⁰ Dito isso, vejamos o que diz Gallagher:

O *novel* promove uma atitude de credulidade irônica que se torna possível graças a uma incredulidade otimista: o leitor, dissuadido de crer na verdade literal de uma representação, admira-lhe a verossimilhança, simulando crer o suficiente para entrar no jogo narrativo. Essa flexibilidade mental foi uma condição essencial para a formação da subjetividade moderna. Facilitou, por exemplo, a formação da família moderna baseada em sentimentos. (...) As mulheres, em particular, deviam ser aptas a imaginar, sem se comprometerem e antes mesmo de receberem uma proposta de casamento, como seria amar um determinado homem. E o que valia para o amor valia também para o comércio. Mercadores e seguradores tinham necessidade de calcular os riscos, os investidores davam a própria confiança em troca de garantias mínimas, convictos de que um risco maior importaria em maior lucro; e, de modo mais geral, nenhuma empresa poderia prosperar sem um certo grau de imaginação. (...) Logo, uma espécie de “assentimento irônico” torna-se uma necessidade universal. Quase todos os progressos ligados à modernidade – de uma maior tolerância religiosa às descobertas científicas – requisitaram o tipo de provisoriidade cognitiva que se experimenta ao ler ficção, ou seja, a capacidade de outorgar um crédito contingente e temporário.⁷⁶¹

⁷⁵⁹ Gumbrecht cita algumas obras (pictóricas, literárias, musicais) que “permitem que o leitor encontre realidades do passado”. O autor exemplifica: “Sempre que recitamos os monólogos ou os diálogos da maneira que Corneille ou Racine os imaginaram, convocamos esses textos para uma nova vida. Os sons e os ritmos das palavras são atirados contra os nossos corpos do mesmo modo que eram atirados aos corpos dos espectadores naquele tempo. Aí reside um encontro – uma imediatez, uma objetividade do passado-feito-presente – que não pode ser minado por nenhum ceticismo”. Caberia nos perguntarmos em que medida a recitação desses monólogos/diálogos, evidentemente fora de seus contextos originais, possibilita, *de fato*, o envolvimento do passado em substância aos espectadores do presente, cujo contexto difere das circunstâncias vividas pelos espectadores “daquele tempo”. *Ibid.*, p. 24.

⁷⁶⁰ BARROS, “Verdade e história – Arqueologia de uma relação”, *op. cit.*, p. 35.

⁷⁶¹ GALLAGHER, “Ficção”, *op. cit.*, p. 641.

Essa “provisoriedade cognitiva” que perpassa não apenas a leitura de um romance, mas que está na base do próprio desenvolvimento da ciência já havia sido explorada pelo filósofo alemão Hans Vaihinger em 1877, com a publicação do livro *A filosofia do como se* em 1911. O autor argumenta que a ciência faz uso de um artifício, de métodos provisórios, para substituir o sistema natural, isto é, para substituir a realidade que esse sistema representaria, “onde os seres são organizados segundo os mesmos princípios que a natureza parece ter adotado”. Para tanto, a ciência lança mão da divisão artificial, substituindo “provisoriamente as formações ainda desconhecidas, as únicas verdadeiras, por outras que não correspondem diretamente à realidade”.⁷⁶²

Percebemos que Vaihinger não nega a existência de uma realidade a qual a ciência busca alcançar, assim como faz a história em relação à realidade pretérita a qual busca reconstituir. No entanto, ele reconhece que certas ficções provisórias são necessárias para a própria ciência, uma vez que “seguem a finalidade *prática* de possibilitar o registro e a rubrica das coisas” e que “prestam serviços *heurísticos*, ao preparar e facilitar a identificação do sistema natural”.⁷⁶³ Ele ressalta, contudo, que a “consciência de sua artificialidade” não pode ser esquecida, pois é o seu caráter provisório que a torna útil para a ciência e não a equiparação desta ficção à realidade em si.

O filósofo argumenta de modo semelhante quando ele chama a atenção para o caráter provisório daquelas ficções que negligenciam uma série de características da realidade para “apreender unicamente os fenômenos mais importantes”. Ele reconhece a artificialidade desse método, cuja aplicabilidade reside na complexidade das situações estudadas, sabendo, porém, que a fração da realidade não corresponde a sua totalidade.⁷⁶⁴ De modo análogo, os historiadores, ao trabalharem com o “fato”, trabalham, na verdade, com “o produto de uma abstração especulativa”, em que “um fragmento da realidade histórica é isolado, separado das suas múltiplas correlações e interdependências com o processo histórico”. Dessa forma, mesmo que o objeto de estudo dos historiadores seja sempre o processo histórico na sua totalidade, como

⁷⁶² VAIHINGER, Hans. *A filosofia do como se*: sistema das ficções teóricas, práticas e religiosas da humanidade, na base de um positivismo idealista. Chapecó: Argos, 2011, p. 131-132.

⁷⁶³ Grifos do autor. *Ibid.*, p. 132.

⁷⁶⁴ *Ibid.*, p. 134-136.

acredita Adam Schaff, o certo é que um historiador se apercebe de seu objeto “através do estudo de fragmentos dessa totalidade”.⁷⁶⁵

Ainda assim, Schaff, como filósofo materialista, não atribui a esse aspecto do trabalho do historiador o componente ficcional de que trata Vaihinger quando analisa, em seu idealismo kantiano, as ciências em geral. De qualquer maneira, um historiador do século XXI, mesmo que não se identifique com a vertente pós-moderna da historiografia, *sabe* que o relato do passado não corresponde ao passado em si; que os eventos pretéritos não estão sujeitos à experimentação, à verificação e ao controle, como ocorre nas ciências naturais; que a reconstituição narrativa do passado baseia-se, em grande parte, em documentos oriundos desse passado, e que o contexto estudado resulta, portanto, de outros textos.

Por isso mesmo, considereei pertinente a aplicação da expressão “flexibilidade mental”, utilizada por Catherine Gallagher, à própria noção de “imaginação histórica” que utilizo aqui, a fim de evitar o uso do termo “ficção” para a *historia rerum gestarum* e as possíveis confusões decorrentes de tal uso. É verdade que Gallagher aplica a expressão “flexibilidade mental” à própria leitura da ficção romanesca, mas também a estende a outras atitudes que surgem na modernidade e que requerem, inspirada em Samuel Taylor Coleridge, a “suspensão da incredulidade” (o “assentimento irônico”) e certa “provisoriedade cognitiva”. A “suspensão da incredulidade” no ato da leitura de um texto de história não significa atribuir ao passado um caráter fictício, mas significa, antes, atribuir à narrativa sobre o passado o poder de restituir o passado no presente. Nessa “provisoriedade cognitiva”, o leitor – aqui lembro que o historiador é, antes de tudo, um leitor⁷⁶⁶ – adentra no mundo do texto temporariamente, de modo que o “familiar” (o presente, quando cabe ao leitor “a tarefa de configurar a obra”⁷⁶⁷) torne-se “estranho” (na evocação do passado) para, depois, tornar-se novamente “familiar” (no

⁷⁶⁵ SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 308.

⁷⁶⁶ “Mas nós passamos muito mais tempo lendo história do que a escrevendo. Além disso, o modo pelo qual lemos molda e forma o modo pelo qual escrevemos. Somos leitores em primeiro lugar e escritores em segundo”. HARLAN, David. Reading, Writing, and the Art of History. *American Historical Association*, November 2010. Disponível em:

<https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/november-2010/reading-writing-and-the-art-of-history> Acesso em: 05 jul. 2017.

⁷⁶⁷ RICOEUR, *Tempo e narrativa* (tomo 3), op. cit., p. 289.

passado-tornado-presente, em que “a concretização se torna ilusão, no sentido de um crer-ver”⁷⁶⁸) ante seus olhos.

Essa interpretação do ato da leitura *não* se choca com a pretensão à racionalidade do pensamento histórico na vida prática. Lembremos quando Rüsen afirma que a apreensão da qualidade temporal do passado “como um *outro* próprio” constitui-se como um “desafio *intelectual*” que requer tanto o “aumento da capacidade de *empatia*” quanto “da disposição para *perceber* a particularidade de sua própria identidade histórica”.⁷⁶⁹ Lembremos também que a experiência histórica pressupõe “a distinção qualitativa entre passado e presente”, algo que uma narrativa histórica proporciona. Acrescentemos, por fim, que a interpretação da experiência histórica decorrente do ato de leitura de uma narrativa histórica pode ser inserida e utilizada “no quadro de orientação da vida prática”.⁷⁷⁰ Por conseguinte, a suspensão da incredulidade, ao propiciar novas experiências históricas, atua na vida concreta no presente, de modo a suscitar no leitor sua própria capacidade de constituir sentido.

4.2 A narrativa do Segundo Reinado e seus personagens

A narrativa do Segundo Reinado no Brasil não se dissocia de seus personagens – sejam as coletividades como os “abolicionistas”, os “republicanos” e os “proprietários de escravos”, sejam os indivíduos como d. Pedro II e a princesa Isabel. De um lado, temos aqueles que contribuíram para o fim do império. Do outro, temos duas figuras que encarnavam o regime monárquico no país. Para além de uma relação de oposição entre os sujeitos, temos uma sucessão de acontecimentos convertidos em fatos históricos, assim como uma diversidade de interpretação/explicação desses fatos. Nesse sentido, ao lermos *O castelo de papel*, fica-nos a impressão de que a antipatia política à princesa imperial teria pautado a ação de seus opositores, enquanto Mary Del Priore não dá o *devido* destaque à excepcionalidade do governo de uma mulher na sociedade patriarcal brasileira do século XIX. Já Laurentino Gomes, embora mencione esse aspecto no

⁷⁶⁸ Ibid., p. 290.

⁷⁶⁹ Grifos meus. RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 108-109.

⁷⁷⁰ Ibid., p. 110-111.

capítulo dedicado à Redentora, opta por conferir protagonismo aos maçons republicanos em diferentes passagens do capítulo.

Por isso, é importante que analisemos o conteúdo selecionado e a explicação dada pelos autores. Como lembra Schaff, o historiador, ao transformar determinado acontecimento em fato histórico, “avalia os acontecimentos do passado, a fim de proceder de entre eles à seleção requerida”. É certo que, nessa avaliação, o acontecimento deve ser “particularmente importante do ponto de vista de um sistema de referência definido”.⁷⁷¹ No entanto, devo concordar com Hayden White – por mais paradoxal que pareça evocar Schaff e White no mesmo parágrafo – que “toda história digna do nome contém em si não só certa quantidade de informação e uma explicação (ou interpretação) do que ‘significam’ essas informações” – os fatos históricos –, “mas também uma mensagem mais ou menos patente sobre a atitude que o leitor deveria assumir *tanto* diante dos dados relatados *quanto* da sua interpretação formal”. O autor acrescenta, assim, que “essa mensagem está contida nos elementos figurativos que aparecem no discurso e que servem como pistas subliminarmente projetadas para o leitor acerca da *qualidade* do assunto estudado”.⁷⁷²

Mas não são somente os elementos figurativos que contêm a “mensagem subliminar”, por isso destaco a própria disposição da informação no texto – a frequência com que é evocada, o número de linhas (parágrafos, páginas) que ocupa, a ordem de aparecimento, a articulação com outros dados que o historiador/jornalista pode *ou não* trazer à tona. Afinal, as informações selecionadas não estão “soltas” no texto; elas são organizadas para que o leitor possa assumir determinada atitude diante do que lê. Sob essa perspectiva, o d. Pedro II que surge em *Condessa de Barral* é diferente do imperador que surge em *1889*. No livro de Priore, a construção romântica do monarca desenvolve-se de modo que ele apareça em afinada sintonia com sua “alma gêmea”, Luísa Margarida Portugal e Barros, a qual, por sua vez, surge em acentuado contraste com a imperatriz Teresa Cristina. Já no livro de Gomes, a maior parte do reinado de d. Pedro II desenvolve-se a partir de uma concepção ainda restrita de cidadania, em que pesem as qualidades prodigiosas atribuídas à personalidade do soberano. Nesse sentido, faço referência a outras biografias do imperador e a outras perspectivas historiográficas

⁷⁷¹ SCHAFF, *História e verdade*, op. cit., p. 263.

⁷⁷² Grifos do autor. WHITE, “Historicismo, história e a imaginação figurativa”, op. cit., p. 122.

sobre o período em que ele governou para que também possamos ampliar nossa atitude diante do que lemos e, por conseguinte, ampliar nossa própria experiência e interpretação históricas.

4.2.1 Princesa Isabel: o Terceiro Reinado que não se concretizou

Isabel foi herdeira do trono brasileiro por 43 anos, entre 1846, ano de seu nascimento, e 1889, data da queda da Monarquia. Governou o Brasil em três ocasiões, na condição de princesa regente, sempre durante as viagens de seu pai ao exterior. Além dela, só outras oito mulheres em todo o mundo ocuparam o posto de autoridade máxima de seus países durante o século XIX (...).⁷⁷³

Em 1889, no capítulo dedicado à princesa Isabel (capítulo 13 – A redentora, p. 231-250), Laurentino Gomes não confere, logo no início do texto, protagonismo à excepcionalidade da regência de uma mulher em uma sociedade patriarcal, mas, sim, ao requerimento dos vereadores maçons da Câmara Municipal de São Borja que propunha um plebiscito sobre a conveniência do Terceiro Reinado no caso de falecimento do imperador. Gomes destaca, no documento aprovado pela Câmara gaúcha em 13 de janeiro de 1888, dois atributos da princesa que se sobressaíram negativamente aos olhos dos maçons republicanos: o fervor religioso de Isabel e seu casamento com um príncipe estrangeiro.⁷⁷⁴

Alguns parágrafos depois, o autor toca em outro ponto, de natureza econômica, que indicava a perda do “mais sólido pilar de sustentação” da monarquia: a migração da elite rural e escravagista para a causa republicana após a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888.⁷⁷⁵ Nesse caso, a Redentora, alcunha recebida do abolicionista José do Patrocínio, atentava contra “o direito de propriedade” ao assinar uma lei que nem sequer cogitava a indenização dos senhores de escravos. Em face desse contexto, a princesa era, assim, indesejada na sucessão do trono brasileiro tanto pelos republicanos quanto pelos barões de café.

⁷⁷³ GOMES, 1889, op. cit., p. 238.

⁷⁷⁴ Havia maçons republicanos e maçons monarquistas. No caso, a iniciativa teria partido da ala republicana. Ibid., p. 231.

⁷⁷⁵ Ibid., p. 233.

Todavia, Gomes prefere retomar o protagonismo maçônico ao ressaltar a divergência entre Isabel e a maçonaria no que tange à Questão Religiosa (desenrolada na década de 1870). Ele assinala que a Igreja, por meio do papa Pio IX, proibira os fiéis de frequentar as lojas maçônicas, em que pese a própria atitude de dom Pedro II de frequentá-las. Por conseguinte, o imperador – “como chefe do Estado e representante supremo da Santa Sé no país” – não sancionou as bulas papais relativas a essa proibição. Ao inexistir, na época, a separação entre Igreja e Estado, os padres e bispos, embora devesses seguir as orientações do papa, deviam também obediência ao monarca, pois eram funcionários do governo imperial. Contudo, o bispo de Olinda, dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e o bispo de Belém, dom Antônio de Macedo Costa, optaram por ser fiéis à orientação do Vaticano, não do imperador. Desse modo, ao determinar “a excomunhão de todo fiel católico que continuasse a frequentar as lojas maçônicas”, dom Vital seria penalizado pela lei brasileira, assim como dom Macedo Costa, que lhe havia prestado solidariedade. Ambos seriam julgados e condenados, em 1874, “a quatro anos de prisão com trabalho forçado, pena depois reduzida para prisão simples por interferência do imperador Pedro II”. Nesse ínterim, porém, a princesa Isabel – “católica fervorosa”, como ressalta Gomes – teria intercedido a favor dos bispos, de modo que, em 1875, os clérigos seriam anistiados “mediante um acordo diplomático previamente negociado com o Vaticano”.⁷⁷⁶ Para o jornalista paranaense, o desfecho do caso, ao desagradar maçons e republicanos, incidiria negativamente na imagem da princesa, acusada de ter influenciado a concessão da anistia.

Notamos, assim, que Gomes não contextualiza de imediato a “excentricidade” que era Isabel “em um mundo masculino, conservador e patriarcal” – para usar os termos do próprio autor.⁷⁷⁷ Ao listar os atributos da princesa que inspiravam antipatia dos homens que detinham algum poder político e econômico na época, o jornalista dá pouco destaque ao fato de que a condição feminina de Isabel suscitasse por si só ressalvas por parte desses homens, onipresentes no espaço público e nos espaços de poder. Mesmo quando eles acusavam a princesa de ser excessivamente submissa ao marido, eles não criticavam sua submissão em si, mas a submissão *a um príncipe estrangeiro* – “na imprensa, dizia-se que, na eventualidade da morte do imperador Pedro II, seria o conde

⁷⁷⁶ Ibid., p. 237-238.

⁷⁷⁷ Ibid., p. 238.

d'Eu o verdadeiro soberano brasileiro".⁷⁷⁸ Como assinala o autor, o casal de príncipes havia se tornado "o alvo predileto dos ataques da campanha republicana".⁷⁷⁹ Enquanto Isabel era espezinhada "pelo conservadorismo e pelo apego extremado à religião católica", o conde d'Eu era atacado pelo clericalismo e pela suposta usura e avareza, sendo apontado como o "dono de cortiços miseráveis no centro do Rio de Janeiro, onde exploraria de forma desumana os moradores pobres cobrando-lhes aluguéis extorsivos".⁷⁸⁰

Mas não seria a campanha de difamação contra a herdeira presumida do trono – também dirigida contra seu marido – uma estratégia republicana de desestabilização da monarquia de modo a dificultar um Terceiro Reinado sob a batuta de uma mulher? Gomes não engendra esse tipo de questionamento, embora ele assinale que a Constituição de 1891 (nossa primeira constituição republicana), tal qual a Constituição de 1824, não contemplava o direito de que a mulher pudesse votar e ser votada. Em linhas gerais, "no século XIX, prevalecia no país a noção de que as mulheres deveriam ser educadas para assumir o papel de esposa e mãe".⁷⁸¹ Ainda assim, Isabel viria a prestar o juramento de princesa imperial do Brasil ao completar quatorze anos de idade e assumiria a regência pela primeira vez aos 25 anos, vendo-se "à frente de um gabinete ministerial composto de sete homens maduros e circunspectos".⁷⁸²

Percebemos, pois, que, em 1889, o jornalista não menciona a disputa entre a princesa e seu sobrinho mais velho, Pedro Augusto de Saxe e Coburgo, pela sucessão do trono brasileiro – algo que fez Mary Del Priore em *O príncipe maldito*, como vimos no capítulo anterior. Gomes limita-se a destacar a hipótese de que Isabel abdicaria do trono em favor do sobrinho, de modo que um estrangeiro, como o conde d'Eu, não assumisse indiretamente o governo do país.⁷⁸³ Contudo, o autor destaca que a questão envolvendo a abdicação da princesa não se vinculava somente às qualidades de Pedro Augusto, "um rapaz bonito e inteligente": prevalecia o fato de que o neto do imperador "era homem, portanto um candidato mais ao gosto da elite imperial masculina".⁷⁸⁴

⁷⁷⁸ Ibid., p. 235.

⁷⁷⁹ Ibid., p. 247.

⁷⁸⁰ Ibid., p. 247.

⁷⁸¹ Ibid., p. 238.

⁷⁸² Ibid., p. 239.

⁷⁸³ Ibid., p. 254-255.

⁷⁸⁴ Ibid., p. 255.

Priore, por seu turno, exime-se desse tipo de conclusão em *O príncipe maldito* (2007), mas não em *O castelo de papel* (2013), no qual ela desenvolve argumentos contraditórios – sobre os quais falarei adiante – para refutar a tese do preconceito contra uma mulher no poder. Concentremo-nos, por ora, no livro de 2007, no qual a historiadora empenha-se em apontar o “desastre” que era a regência de Isabel – tanto pelas características da filha de d. Pedro II quanto pela situação política e econômica do país:

Os membros do gabinete menosprezavam a regente que defendia a Igreja contra a maçonaria. Ou que puxava as orelhas do pai porque este, em viagem, visitara uma sinagoga. Ou, ainda, porque fora à casa de George Sand. Isabel, a pudica, a beata, considerava a conhecida escritora uma “mulher imoral”! As reformas na legislação eleitoral tinham falhado. A economia patinava. Uma grande seca no Nordeste enchia as páginas dos jornais com fotografias de cadáveres ambulantes. Os jornais pró-republicanos aproveitavam para caricaturá-la junto ao marido. Se tentava pavimentar o caminho para, em breve, ocupar o trono, encontrava má vontade por parte dos políticos. Havia um consenso de que não reinaria. Essa opinião era compartilhada por diplomatas. Muitos escreviam aos seus países, afirmando que o próprio imperador não tinha fé no III Reinado. A princesa revidava as resistências com descaso e, às vezes, raiva (...) E por tudo isso e mais um pouco sua regência era um desastre.⁷⁸⁵

Do mesmo modo, Priore, tal qual destacaria Gomes, complementa que as resistências a Isabel derivavam também do matrimônio com o príncipe francês. Nesse sentido, o apoio de parte dos políticos a Pedro Augusto advinha do rechaço a um possível reinado do Conde d’Eu: “Não eram poucos os periódicos, jornalistas e políticos republicanos que apoiavam o golpe em favor de Pedro de Saxe, como um instrumento de pressão contra o III Reinado do ‘Francês’, como os desafetos chamavam Gaston”.⁷⁸⁶ Mas o ponto que diferencia *O príncipe maldito* do livro de Gomes ou de *O castelo de papel* é precisamente a ênfase nas estratégias políticas utilizadas pela Redentora e por Pedro de Saxe em relação à sucessão imperial. Segundo a historiadora, o rapaz teria contado com a simpatia do imperador – “O avô não duvidaria em fazê-lo seu sucessor, persuadido de

⁷⁸⁵ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 72.

⁷⁸⁶ *Ibid.*, p. 83.

que a monarquia teria mais a lucrar com o neto do que com Isabel”⁷⁸⁷ – e da imperatriz – “Ela o escolhera, pois era o filho mais velho da filha menor. Isabel, a filha maior, era tão apegada com o pai que chegava a provocar ciúmes na velha senhora”⁷⁸⁸. A princesa, por sua vez, teria procurado angariar a simpatia dos abolicionistas:

Pavimentava, como poucos, o caminho para o III Reinado. Ajudava a investir na imagem da futura rainha clemente e justa. Valorizava seus conhecimentos sobre a questão [*da Abolição*]. Nos últimos anos, ela se aproximara cada vez mais de abolicionistas moderados, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças, gente que acreditava que o movimento tinha que ser legal e pacífico. (...) Ao assumir a regência, fora pressionada a empreender de forma mais enérgica o que vinha prometendo por meio de gestos simbólicos e atitudes tímidas. (...) Pouco a pouco, a tia compreendeu que a eficiência de tais manobras afastava, também, o fantasma do sobrinho. E, sempre, com luvas de pelica, procurava calar o ambiente de resistência à sua pessoa.⁷⁸⁹

Curiosamente, os conflitos entre tia e sobrinho ficam em um segundo plano em *O castelo de papel*, porquanto Mary Del Priore assume outro tom para retratar Isabel. Da princesa beata, mas disposta a fazer-se imperatriz em *O príncipe maldito*, a Redentora passa a ser descrita como uma mulher sem ambição política no livro posterior de Priore – “Quantas vezes Isabel reiterou: quem lhe dera não participar de atos oficiais. Que seu pai viesse logo ‘arredá-la de suas responsabilidades’. Que não tinha ambição. Que gostaria de trabalhar menos e sem se cansar. Que governar era levar uma ‘vida de cão’”. A autora, assim, arremata que Isabel “foi a mulher que não queria ser imperatriz”, pois estaria mais interessada na vida doméstica – em sua “missão de esposa, dona de casa, mãe de família” – do que nas funções públicas e políticas do império.⁷⁹⁰

Gastão d’Orléans, por sua vez, teria sido sistematicamente alijado da esfera de poder pelo sogro. Um exemplo é que, somente depois de decorridos quatro anos do início da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, d. Pedro II permitiu que o genro se envolvesse na guerra, após o então marquês de Caxias, “com a saúde abalada, aos 65 anos”, abandonar “o posto do que chamava ‘a grande guerra’” e retornar,

⁷⁸⁷ Ibid., p. 75.

⁷⁸⁸ Ibid., 252.

⁷⁸⁹ Ibid., p. 125.

⁷⁹⁰ PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 291.

“silenciosamente, ao Rio de Janeiro”.⁷⁹¹ Caberia, portanto, ao Conde d’Eu caçar Solano López no Paraguai, já que ele era “o único oficial de alto escalão com prestígio suficiente para ocupar o lugar do velho comandante em chefe e dar cabo da ‘pequena guerra’”.⁷⁹² O príncipe consorte chegaria a Assunção em 14 de abril de 1869. Priore descreve, de modo heroico, sua postura como oficial, a despeito do nervosismo, da surdez e da saúde frágil que acometiam o príncipe: “Gastão era incansável. (...) Exibia coragem e sangue frio, aproximando-se o mais possível das tropas inimigas”.⁷⁹³ Ou ainda: “Gastão sabia ser valente e não temia a morte”.⁷⁹⁴ Por isso, finda a guerra, em abril de 1870, o príncipe faria uma “entrada triunfal no Rio de Janeiro”, sendo “arrebatado de bordo como um herói”.⁷⁹⁵

Afora o entusiasmo inicial pelo seu desempenho na Guerra do Paraguai, Gastão d’Orléans passaria a ser atacado pela imprensa oposicionista como corresponsável pelas regências da princesa imperial quando das viagens de d. Pedro II ao exterior em 1871, 1876 e 1887. Em realidade, restaria ao príncipe ficar nos bastidores: ele “não foi sequer autorizado a caminhar ao lado de Isabel quando ela prestou juramento no cargo de regente”, como lembra Priore.⁷⁹⁶

De acordo com a autora, no início da década de 1870, Isabel e Gastão não se imiscuíam nos debates políticos do país, tanto porque d. Pedro não os punha a par dos assuntos relativos ao império quanto porque a preocupação com a falta de herdeiros se fazia presente – casados desde 1864, ambos se defrontavam com o fato de que “o bom entendimento e o carinho que nutriam um pelo outro não se desdobravam em filhos”.⁷⁹⁷ Como consequência, Isabel teria se aproximado cada vez mais da Igreja católica, cujo consolo “vinha compensar a desolação de não ter primogenitura”,⁷⁹⁸ ao passo que d. Pedro, ao retornar ao Brasil em 1º de abril de 1872, traria a bordo os netos Pedro e Augustinho, filhos de D. Leopoldina, a caçula que falecera na Europa.

⁷⁹¹ Ibid., p. 102.

⁷⁹² Ibid., p. 102.

⁷⁹³ Ibid., p. 110.

⁷⁹⁴ Ibid., p. 112.

⁷⁹⁵ Ibid., p. 122.

⁷⁹⁶ Ibid., p. 136.

⁷⁹⁷ Ibid., p. 142-143.

⁷⁹⁸ Ibid., p. 143.

Se, na primeira viagem de d. Pedro ao exterior, acreditava-se que ele tivesse deixado em seu lugar um “simulacro de autoridade, levando consigo a autoridade do poder”, a situação agravava-se à medida que se questionava “publicamente a ‘segurança das monarquias hereditárias’” ao recair sobre Isabel a desconfiança de sua esterilidade.⁷⁹⁹ Mesmo depois de conseguir finalmente engravidar, a princesa haveria de enfrentar um longo trabalho de parto e acabaria perdendo a filha, a quem deu o nome de Luísa Vitória. Nesse contexto, o casal de príncipes mudou-se para Petrópolis em 1874, afastando-se do burburinho político e social da época. O refúgio no “vilarejo” teria sido um modo de também escapar do “ressentimento e [das] frustrações de diferentes grupos políticos” que, por meio da imprensa livre, externavam seu descontentamento, encontrando “um bode expiatório no casal”.⁸⁰⁰ Mesmo que apenas 29% da população fosse alfabetizada no início dos anos 1870, “as notícias circulavam por toda a cidade (...) por meio de conversas informais”, como anota Priore.^{801 802} Logo, o sistemático ataque da imprensa oposicionista ao imperador, à princesa imperial e ao príncipe consorte teria circulado sem grandes dificuldades pelo Rio de Janeiro. Ao se afastarem da corte, os príncipes deixavam, assim, de acompanhar os rumos políticos do império.

Longe do imperador, pareciam ter encontrado um ponto de equilíbrio. Pouco acompanhavam a política ou as questões graves em que mergulhava o Império. Não viam chegar as transformações. Mudanças *tão claras quanto os trovões de uma tempestade galopando na serra*. Não duvidavam de nada... O vilarejo de camponeses alemães e ar francesado, verdadeira utopia de que o Brasil queria ser, os fazia esquecer a realidade do Rio de Janeiro: uma cidade longe dos modelos civilizatórios europeus. Onde pululavam a sujeira, o cheiro de merda, o pregão dos ambulantes, o trânsito das carroças e dos bondes puxados por burros (...).⁸⁰³

Novamente, Mary Del Priore opta por metáforas cuja força estética atua sobre a capacidade heurística do relato histórico, como foi abordado no capítulo anterior. A

⁷⁹⁹ Ibid., p. 140.

⁸⁰⁰ Ibid., p. 162.

⁸⁰¹ Ibid., p. 167.

⁸⁰² No censo de 1872, somente 15,8% da população brasileira sabiam ler e escrever. Contudo, a leitura e a escrita não se restringiam aos alfabetizados, pois não era incomum, entre os analfabetos, a “delegação da escrita e da leitura”. MARTINY, Carina. Os usos do escrito no universo familiar: a prática da escrita no Brasil da segunda metade do século XIX. *História UNISINOS*, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 73-83, jan./abr. 2016.

⁸⁰³ Grifos meus. PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 151.

comparação entre as mudanças que se desfaldavam no império e os trovões de uma tempestade aponta para um oxímoro: a clareza das transformações políticas e a aparente cegueira do casal de príncipes. Essa “cegueira” seria reforçada pelo local em que Isabel e Gastão buscaram refúgio, haja vista o contraste entre Petrópolis e o Rio de Janeiro. Na descrição de Priore, o termo “europeu” surge vinculado à noção de “civilizado”: Petrópolis, um vilarejo germânico de “ar afrancesado”, encarnava os “modelos civilizatórios europeus”, ao contrário do Rio de Janeiro, cuja “sujeira” e “cheiro de merda” não correspondiam à “utopia de que o Brasil queria ser”. Segundo Luiz Felipe de Alencastro, o Rio de Janeiro era “um ambiente pestilento”, especialmente no verão, enquanto “Petrópolis surgia como uma medida profilática em benefício da família real e da elite da corte”.⁸⁰⁴ A esse respeito, Laurentino Gomes complementa a peculiaridade da cidade cujo nome deve sua origem ao imperador.

Cápsula do tempo preservada na serra fluminense, Petrópolis é testemunha de uma miragem histórica. Miragem, como se sabe, é uma ilusão de ótica que distorce a percepção da realidade. Visto de Petrópolis, o Brasil da época do Império é uma terra mais imaginária do que real. Às vésperas da Proclamação da República, havia ali um país que aparentava ser mais civilizado, rico, elegante e educado do que de fato era ou seria no futuro.⁸⁰⁵

Aqui Laurentino Gomes vale-se do privilégio do “futuro” – já que o tempo presente é o futuro do passado narrado – para prolongar o efeito de “miragem histórica” de que Petrópolis era testemunha. Petrópolis encarnava um Brasil que não correspondia à realidade – “que aparentava ser mais civilizado, rico, elegante e educado” do que era. Poderíamos interpretar que, naquela época, a expectativa de um outro Brasil (no caso, Petrópolis) não se vinculava à experiência do país de então (fosse na corte, fosse no interior do país). Como lembra Koselleck, “passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência”.⁸⁰⁶ Mas por que as duas temporalidades não coincidem? Porque “uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passo que a

⁸⁰⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 68.

⁸⁰⁵ GOMES, 1889, 2013, p. 93.

⁸⁰⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 310.

experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais”.⁸⁰⁷

No entanto, quando Gomes constrói narrativamente os contrastes do Brasil império, ele trabalha simultaneamente com certa noção de passado e de futuro, embora de forma não explícita: no lugar das mediações conceituais, o autor opta por trabalhar com a dicotomia “real” e “imaginário”. O certo é que o modelo que correspondia ao futuro ambicionado no Brasil oitocentista era o modelo europeu, a partir do qual o império brasileiro importou “conceitos políticos e filosóficos” para a construção das instituições nacionais, de sorte que “leis e rituais da Monarquia procuravam *imitar* o pensamento e o ambiente dos salões europeus (...)”.⁸⁰⁸ Nesse sentido, o jornalista lembra que “a primeira Constituição brasileira (...) era considerada uma das mais *avançadas* do mundo na definição dos direitos individuais e na liberdade de imprensa, mas em nenhum momento mencionava a existência de escravos no país”.⁸⁰⁹ O fato de que a Constituição de 1824, a despeito de ter sido outorgada por D. Pedro I, tenha sido *avant-garde* em relação aos direitos individuais não se coadunava com a realidade de escravidão no Brasil, mesmo porque nossa primeira Carta Magna tinha sido uma “imitação”⁸¹⁰ de outra realidade, de outro contexto, inspirada na divisão de poderes do pensador franco-suíço Benjamin Constant. O resultado foi, portanto, o choque entre ideias avançadas para o Brasil da época – “o Brasil imaginário” de que fala Gomes – e práticas atrasadas em relação aos demais países (em especial, àqueles considerados “civilizados”) – “o Brasil real”, para utilizar as palavras do autor.

No contexto do Segundo Reinado, Isabel apenas se envolveria com questões relativas à escravidão na segunda metade dos anos 1880 após ter, finalmente, garantido a primogenitura, conforme Priore. Em outubro de 1875, a princesa daria à luz o menino Pedro, príncipe do Grão-Pará, que seria apelidado de Baby. Em janeiro de 1878, nasceria outro filho do casal, Luiz. Ambas as crianças nasceriam no Brasil. Já o terceiro filho, Antônio, nasceria em Paris em agosto de 1881. Em um primeiro momento, a sucessão imperial estava garantida, embora o sobrinho Pedro de Saxe ainda ambicionasse o trono

⁸⁰⁷ Ibid., p. 310.

⁸⁰⁸ Grifos meus. GOMES, 1889, 2013, p. 93.

⁸⁰⁹ Grifos meus. Ibid., p. 94.

⁸¹⁰ Reproduzo o termo utilizado por Laurentino Gomes, embora eu considere que o termo mais adequado nesse caso seria “transposição” (para manter o sentido original a que o autor remete).

imperial. Priore assinala, em uma das poucas ocasiões em que cita o neto mais velho de d. Pedro II no livro, que o jovem “movia-se nas sombras, tramando suceder o avô no trono, com o apoio de membros da Marinha, alguns republicanos e gente da Corte. Ele conseguiu dividir o partido monarquista, já minoritário. Uns queriam Pedro, outros Isabel”.⁸¹¹ Mas por que não queriam a princesa à frente de um Terceiro Reinado? Priore formula essa pergunta nas páginas finais de *O castelo de papel*,⁸¹² embora a autora já tivesse discorrido sobre a resistência política à Condessa d’Eu nas páginas anteriores do livro.

Sintetizemos, portanto, a narrativa da historiadora. Na primeira regência de Isabel, a princesa estava às voltas com uma gravidez que não se concretizava. Politicamente, a assinatura da Lei Rio Branco (ou Lei do Ventre Livre) em 28 de setembro de 1871 havia sido hostilizada pelos proprietários de escravos, ao mesmo tempo em que indicava um passo adiante na questão da abolição no Brasil. Isabel, porém, não teve papel ativo nos desdobramentos do projeto de lei à medida que ela se mantinha afastada dos debates sobre a emancipação dos escravos no país. Já em sua segunda regência, Isabel estava mais interessada em cuidar de Baby do que em se envolver com os assuntos políticos. Priore ressalta aqui o quanto a princesa encarnava, aos olhos de seus detratores, os valores de uma tradição católica que não se coadunava com os valores republicanos emergentes. Para a autora, essa incompatibilidade estaria no centro do conflito na época, mas passaria despercebida por Isabel, uma vez que ela estava focada no filho: “Morando em Petrópolis, só cuidava dele. A regência? Seu pai lhe deixara um conjunto de recomendações em tom pessimista. Que ela aguentasse no cargo. Não havia orientação precisa”. Ademais, “o novo gabinete a ignorava. Não lhe propunham reformas, nem ela aos ministros”.⁸¹³ A hostilidade à princesa estendia-se ao discreto Gastão (como o caracteriza Priore), o qual “era chamado pejorativamente de ‘o francês’. Suspeitavam que ele estava por trás da inação de Isabel. Acusavam-no de não se adaptar à terra da esposa”.⁸¹⁴ Apenas em sua terceira regência, a princesa parecia estar relativamente a par da situação em que se encontrava a opinião pública sobre o império

⁸¹¹ PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 242.

⁸¹² Ibid., p. 290.

⁸¹³ Ibid., p. 159.

⁸¹⁴ Ibid., p. 162.

– pelo menos, no que tange à questão da escravidão –, o que a levaria a assinar a Lei Áurea em 1888.

A opinião pública teria sido simpática à abolição, mas os proprietários de escravos, até então o principal sustentáculo econômico da monarquia, opuseram-se veementemente à assinatura da lei. Aqui existe, decerto, uma perspectiva mais aprofundada desenvolvida por José Murilo de Carvalho na análise da composição de nossa elite política. Ao constatar o excesso de bacharéis no Brasil império, o historiador afirma que uma das consequências desse excesso foi a “busca desesperada de emprego público”, que reforçou, naquele contexto, “o caráter clientelístico da burocracia imperial”.⁸¹⁵ Entretanto, a elite cuja fonte de riqueza advinha originariamente da economia açucareira, a qual se encontrava em declínio a partir de determinado momento do século XIX, dependia mais do emprego público do que aquela elite cuja fonte de riqueza advinha da economia cafeeira, que estava em alta na época. Em outras palavras, um senhor de engenho, assim como seu filho ou genro, podia depender mais dos vencimentos de magistrado (ou seja, de seu emprego público) do que de suas terras,⁸¹⁶ o que o tornava propenso, como deputado, a votar com o governo imperial. Como assinala Carvalho, os magistrados colocavam-se “quase sistematicamente ao lado da monarquia, da ordem, da unidade nacional”⁸¹⁷ e das reformas sociais, tendo contribuído “efetivamente para a aprovação de medidas antiescravistas” no Segundo Reinado.⁸¹⁸ O destaque, nesse caso, seriam os magistrados nordestinos para quem “o problema da mão-de-obra escrava não era tão sério”,⁸¹⁹ ao contrário dos proprietários de terras das províncias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.⁸²⁰ Aliás, entre os republicanos paulistas, que atuavam em prol dos setores cafeicultores de sua província,⁸²¹ a postura *antiabolicionista* era a mesma adotada pelos seus conterrâneos

⁸¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. A elite política imperial. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 86-87.

⁸¹⁶ *Ibid.*, p. 112-113.

⁸¹⁷ *Ibid.*, p. 191.

⁸¹⁸ *Ibid.*, p. 222.

⁸¹⁹ *Ibid.*, p. 222.

⁸²⁰ No Partido Liberal, havia proprietários de terras de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, que se consideravam liberais por defenderem “a descentralização do poder em benefício de interesses locais ou provinciais, isto é, em benefício deles mesmos”. *Ibid.*, p. 212.

⁸²¹ Havia diferenças na composição do Partido Republicano do Rio de Janeiro e do Partido Republicano de São Paulo. Enquanto o primeiro era formado por intelectuais e profissionais liberais urbanos que defendiam as liberdades individuais, um governo representativo e a “verdade democrática”; o segundo era

conservadores ou liberais: isto é, independentemente da filiação partidária, preponderava em São Paulo um pragmatismo socioeconômico em defesa de seus próprios interesses.⁸²²

De todo modo, naquele domingo, 13 de maio, Isabel deixou Petrópolis e dirigiu-se à corte para assinar a Lei Áurea: “Depois, foi para o balcão apoiada pelo antigo ministro Cotegipe. Ao perguntar-lhe o que achava do gesto, o velho político respondeu: ‘Redimiste, sim, Alteza, uma raça; mas perdeste vosso trono...’”.⁸²³ Não está em questão se Cotegipe realmente teria proferido essas palavras, porquanto interessa à autora a contundência da resposta, que antecipa não apenas um evento, mas que indica uma das razões pela qual Isabel haveria de perder o trono.

A abolição foi a pá de cal sobre a Monarquia. A libertação dos escravos trouxe à República o apoio da ‘aristocracia territorial’, como então se chamavam os conservadores, ex-proprietários de escravos. O movimento republicano, por seu lado, já tinha o apoio da mocidade das escolas, de parte da intelectualidade e da maioria das Forças Armadas devido à Questão Militar.⁸²⁴

A situação era mais complexa do que essa que Mary Del Priore esboçou, pois a divisão regional, mais do que a partidária, teria definido o apoio à República ou à Monarquia, se levarmos em conta a análise de José Murilo de Carvalho. Priore, contudo, responsabiliza, em parte, os conservadores pela queda do regime, ao mesmo tempo em que exime os liberais da participação. Carvalho lembra que “os elementos vinculados à posse da terra não se filiavam predominantemente a um ou outro partido monárquico, mas se distribuíam quase que igualmente entre eles”. O historiador destaca, assim, que “o grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalizão de burocratas e donos de terra, ao passo que o grosso do Partido Liberal se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e de donos de terra”.⁸²⁵ Ainda assim, “todas as principais leis de

formado por proprietários de terras vinculados à economia cafeeira, cuja principal preocupação era a federação, isto é, a autonomia provincial. Nesse sentido, “eles [*os republicanos paulistas*] pediam não a ausência do governo, mas o governo a serviço de seus interesses”. Ibid., p. 209.

⁸²² Ibid., p. 215.

⁸²³ PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 228.

⁸²⁴ Ibid., p. 238.

⁸²⁵ CARVALHO, *A construção da ordem*, op. cit., p. 212.

reforma social, tais como a abolição do tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre, a Lei de Abolição, a Lei de Terras, foram aprovadas por Ministérios e Câmaras conservadores”.⁸²⁶

De qualquer modo, passada a euforia inicial com a assinatura da Lei Áurea, viria “a sensação de fim de festa”: segundo Priore, “os conservadores clamavam por indenização. Os abolicionistas, por reformas. O fosso entre o trono e a opinião pública se escancarava”.⁸²⁷ Seria pertinente frisar que os ex-proprietários de escravos (que não eram necessariamente conservadores) eram os que clamavam, grosso modo, por indenização. À parte disso, o certo é que Priore intenciona ressaltar o isolamento do regime, à medida que faltava à monarquia uma base de sustentação político-econômica. Ou antes, como assinala o historiador Roderick J. Barman, o apoio social que Isabel havia recebido advinha basicamente “de setores da população que eram marginalizados – aqueles a quem eram negados os direitos políticos, os economicamente desprovidos e os descendentes de africanos”. Nesse contexto, sua nova popularidade “aprofundava a hostilidade dos grupos dominantes em relação a ela”.⁸²⁸ Curiosamente, a Questão Militar, uma sucessão de conflitos desencadeados entre 1884 e 1887, teria se iniciado com a punição dada ao tenente-coronel Antônio de Sena Madureira após o oficial ter homenageado precisamente um *abolicionista*, o jangadeiro Francisco José do Nascimento.

Tudo começou com o prestigiado oficial tenente-coronel Sena Madureira que circulava na Corte. À sua resistência à contribuição obrigatória ao montepio dos militares seguiu-se incidente mais espinhoso: ele convidou uma das personalidades da luta abolicionista cearense, o jangadeiro Francisco José do Nascimento, chamado o Dragão do Mar por se recusar a transportar escravos para o sul, a visitar a Escola de Tiro no Rio de Janeiro, do qual era comandante. A homenagem ao abolicionista converteu-se em punição para Sena Madureira, transferido para a província do Rio Grande do Sul, onde a abolição estava em curso. Choveram polêmicas e a imprensa deu espaço para os debates. Críticas sobre a desorganização do Exército, escândalos no

⁸²⁶ Ibid., p. 224.

⁸²⁷ PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 233.

⁸²⁸ “Having previously experienced nothing but criticism from the popular press, D. Isabel naturally inferred from these expressions of support that her use of monarchical powers to hasten slavery’s end had been entirely justified. The princess’s newfound popularity derived, however, from the sectors of the population who were outsiders – those denied political rights, economically deprived, and African by descent. By its very nature D. Isabel’s new popularity deepened the ruling groups’ hostility toward her.” BARMAN, Roderick J. *Citizen Emperor. Pedro II and the Making of Brazil, 1825-91*. Stanford: Stanford University Press, 1999, p. 346.

fornecimento de remédios, quebra de disciplina e críticas à concentração de poderes nas mãos de D. Pedro aprofundavam o fosso entre o governo e o Exército. (...) Somou-se ao clima pesado a desobediência do general Deodoro da Fonseca. Ele recusou-se a punir Sena Madureira, que, em artigo cortante, denunciou a prática de submeter a experiência de velhos militares de carreira à inexperiência de políticos encruados no Ministério da Guerra. Tinha início uma acalorada discussão entre Cotegipe e Deodoro, o último defendendo o ponto de vista de seus companheiros de armas. O conflito migrou para a Escola Militar, no Rio de Janeiro. Ali, o major Benjamim Constant, professor de matemática, animava sublevações. Surgiam vários incidentes que iam *engrossar como um rio durante as chuvas de verão*.⁸²⁹

Priore é eficaz no uso de metáforas – “na produção de uma nova pertinência semântica”⁸³⁰ – de modo que a interpretação literal da frase deva ser substituída por uma interpretação literária, deslocando o sentido original do enunciado: ou seja, os incidentes entre os militares se avolumariam de tal forma a ponto de serem comparados a “um rio durante as chuvas de verão”. Na intriga de uma narrativa, a autora arranja “uma nova congruência no agenciamento dos incidentes”. Afinal, uma intriga “‘toma conjuntivamente’ e integra numa história inteira e completa os eventos múltiplos e dispersos e assim esquematiza a significação inteligível que se prende à narrativa considerada como um todo”.⁸³¹ A autora transita com facilidade desde a punição dada a um prestigiado oficial como Sena Madureira até a migração do conflito para a Escola Militar, conseguindo interligar em três parágrafos (sintetizados na citação acima) dois dos nomes envolvidos não somente na Questão Militar, mas no próprio protagonismo da proclamação da República: Deodoro da Fonseca e Benjamim Constant. Nesse contexto, Carvalho acrescenta que, “ao final do Império, a Escola Militar transformara-se num centro de oposição intelectual e política ao regime”. A oposição à monarquia naquele ambiente é explicada tanto pela origem social dos estudantes – oriundos de famílias militares ou remediadas – quanto pelo tipo de educação que recebiam – uma formação técnica e positivista, ao contrário da elite civil, cuja formação era eminentemente jurídica e eclética.⁸³²

⁸²⁹ Grifos meus. Ibid., p. 209-210.

⁸³⁰ RICOEUR, *Tempo e narrativa* (tomo 1), op. cit., p. 9.

⁸³¹ Ibid., p. 10.

⁸³² CARVALHO, *A construção da ordem*, op. cit.

Priore cita frequentemente a imprensa oposicionista (republicana) para construir seu discurso sobre a decadência do império (de modo a antecipar narrativamente a queda do regime) e as inabilidades políticas de Isabel (de modo a ressaltar seu pendor para a vida doméstica e religiosa, e não para a condução do Terceiro Reinado). Dado o contexto patriarcal em que a princesa estava inserida, não é surpreendente que a imprensa procurasse caracterizá-la como “emocionalmente incapaz” de reinar, embora Priore não teça quaisquer considerações sobre isso.

E o “fanatismo” da princesa tornou a virar manchete nos jornais. Mais. Ela era apontada como autoritária, capaz de afrontar velhos políticos amigos do trono, de prometer um governo fradesco, de ser casada com um estrangeiro, de *não ser emocionalmente capaz de governar*.⁸³³

Ao acreditarmos que o relato de Priore reproduz o sentimento que perpassava a imprensa da época, observamos que essa imprensa ecoava o contexto do qual fazia parte, no qual a mulher não ocupava o espaço público, não tinha o direito de votar nem de ser votada, tampouco devia imiscuir-se em assuntos políticos: o lugar das mulheres era, pois, na esfera *privada*, “por serem destinadas à obscuridade da reprodução”.⁸³⁴ Como lembra José Murilo de Carvalho em relação ao fracasso da representação positiva da mulher como República no Brasil: “Entre nós, se o povo masculino esteve ausente da proclamação, que dizer do povo feminino? (...) Havia uma elite política de homens, que eram chamados públicos. A mulher, se pública, era prostituta”.⁸³⁵ A historiadora francesa Michelle Perrot, ao analisar a relativa ausência de fontes sobre as mulheres no oitocentos, assinala que o pouco do que se toma nota naquele período é impregnado do olhar masculino (dos “escrivães da história”: “administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública”). Assim, os “estereótipos mais conhecidos” são utilizados para descrever a presença feminina em uma reunião ou manifestação: “mulheres vociferantes, megeras a partir do momento em que abrem a boca, histéricas, assim que começam a gesticular”.⁸³⁶ Afinal, o espaço público, mesmo na Paris do século XIX, era um espaço dos homens, de modo que as mulheres, limitadas “às conveniências

⁸³³ Grifos meus. PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 222-223.

⁸³⁴ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 9.

⁸³⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 92.

⁸³⁶ PERROT, *As mulheres ou os silêncios da história*, op. cit., p. 33.

da polidez”, evitassem “os assuntos mais quentes”, sobretudo a política.⁸³⁷ Por conseguinte, essa divisão sexual dos espaços reverberava nos procedimentos de registro.

Os procedimentos de registro dos quais a história é tributária são fruto de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto de intervenção do poder e campo dos valores verdadeiros. (...) Mas, grosso modo, o mundo público, sobretudo econômico e político, é destinado aos homens e é o mundo que conta. (...) A cidade do século 19 é um espaço sexuado. As mulheres inscrevem-se nele como ornamentos, estritamente disciplinadas pela moda, que codifica suas aparências, roupas e cuidados, principalmente para as mulheres burguesas cujo lazer ostentatório tem como função significar a fortuna e a posição de seu marido. Protagonistas no verdadeiro sentido da palavra, elas desfilam nos salões, no teatro ou no passeio, e é por suas roupas que os cronistas se interessam (...).⁸³⁸

Sabemos que a história (*res gestae*) não se repete, mas sabemos que a narrativa histórica (*rerum gestarum*) ou jornalística pode, por vezes, soar anacrônica ou extemporânea quando utiliza a “história” para “resgatar” estereótipos, juízos de valor ou julgamentos morais. A narrativa jornalística no Brasil repercute os preconceitos do senso comum – as reminiscências de um passado que não passa – quando utiliza os parâmetros do século XIX para caracterizar as mulheres e seu papel na sociedade contemporânea. Não foi assim que a revista *IstoÉ*, na edição 2417, de 06 de abril de 2016, caracterizou a presidente eleita Dilma Rousseff às vésperas da votação pela admissibilidade do impeachment na Câmara dos Deputados? A revista afirmou na época que “não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff *perdeu* também *as condições emocionais para conduzir o governo*”, chegando a compará-la à rainha Maria I (1734-1816), conhecida como a rainha louca.⁸³⁹ Não havia sido assim que a imprensa de oposição ao império havia caracterizado a princesa Isabel, segundo o relato de Mary Del Priore? Daí eu me questiono: em que medida as características atribuídas à presidente eleita ou à princesa imperial correspondiam efetivamente à realidade? Não teria sido a imprensa (em duas circunstâncias totalmente distintas) a

⁸³⁷ Ibid., p. 10.

⁸³⁸ Ibid., p. 34.

⁸³⁹ PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. “Uma presidente fora de si”. Publicado em 1º de abril de 2016. *IstoÉ Independente*, edição 2417, 06 de abril de 2016. Disponível em: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/ Acesso em: 01 jun. 2017.

porta-voz de um discurso que pretendia desestabilizar – ou aprofundar a instabilidade – do governo (fosse no segundo governo de Dilma Rousseff, fosse nos anos finais do Segundo Reinado) mediante certo “controle” do imaginário que levasse à deposição do governo criticado? Carvalho observa que “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político”, mas eu acrescentaria que a imprensa no Brasil, dadas as *especificidades* de cada época, também manipula o imaginário como modo de legitimar ou deslegitimar um regime político ou um governo. Afinal, “é por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, *o coração*, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”.⁸⁴⁰

Ainda assim, Priore questiona-se se haveria politicamente preconceito contra Isabel pelo fato de ela ser mulher.

Por que não queriam Isabel à frente de um Terceiro Reinado? Haveria preconceito contra uma mulher no poder nesses tempos? (...) A tese [*de que havia preconceito*] não se sustenta. As brasileiras foram, desde sempre, matriarcas e matronas que faziam viver suas famílias e dependentes. Eram fazendeiras, comerciantes, costureiras, prestamistas de dinheiro, rendeiras, agricultoras, cozinheiras, prostitutas, viviam de explorar escravos, enfim, havia de tudo, até *garçonettes* nos cafés dançantes e sorveterias. (...) O positivismo que imperou em províncias inteiras, como o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, pregava que não existia inferioridade intelectual nas mulheres. Eles e elas eram seres complementares. O importante era ser “filha obediente, esposa dedicada e mãe exemplar”. Tudo o que Isabel representava.⁸⁴¹

Como é possível notar, a historiadora se contradiz. O fato de que uma mulher no Brasil imperial – ou mesmo antes no Brasil colonial – fosse, em certos casos, a provedora da família não significava, nem na teoria nem na prática, que ela pudesse ocupar o espaço público como um homem ocupava. Aliás, a ideia de casamento e de sacralização da maternidade, difundida pela Igreja católica no período colonial, havia seduzido as mulheres – ou, no caso, as mães solteiras – precisamente pelo seu lado pragmático: pela estabilidade de “um nicho acolhedor”, como anota Priore em outro livro, fruto de sua tese de doutorado.⁸⁴² Para a historiadora, o binômio matrimônio-maternidade havia

⁸⁴⁰ Grifos meus. CARVALHO, *A formação das almas*, op. cit., p. 10.

⁸⁴¹ PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 290.

⁸⁴² Idem. *Ao sul do corpo*, Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. Unb, 1993, p. 70; p. 125.

sido uma maneira encontrada pelas mulheres de valorizarem-se em uma “sociedade androcêntrica”: “Identificada com um papel que lhe era culturalmente atribuído, ela valorizava-se socialmente por uma prática doméstica, quando era marginalizada por qualquer atividade na esfera pública”.⁸⁴³ No período imperial, a situação não havia mudado significativamente, uma vez que a própria autora reconhece que os positivistas – os republicanos eram positivistas – acreditavam que a mulher deveria ser “filha obediente, esposa dedicada e mãe exemplar”. Reconhecer que Isabel correspondia a contento a essas características apenas reforça a ideia de que o lugar da princesa – e da mulher, em geral – era na esfera privada, não na esfera pública. A historiadora afirma exatamente isto na página seguinte.

O que não se admitia era discutir “os direitos da mulher”, sobretudo nas funções políticas e públicas: isso podia trazer “contendas com o marido”, diziam alguns. Mas o sufrágio nunca esteve entre os assuntos de interesse de Isabel, que gostava de falar de música e jardinagem.⁸⁴⁴

Os gostos de Isabel – suas preferências na vida doméstica – não deveriam ser confundidos com o papel político que lhe era designado como princesa imperial, inclusive porque, politicamente, a princesa havia, sim, externado seu interesse em determinados assuntos. A abolição foi um desses assuntos, mesmo que não tenha sido inicialmente o cerne das preocupações da princesa. Além disso, a preocupação anterior com a progenitura não havia deixado de ser um assunto eminentemente político, haja vista a pressão para dar à luz um herdeiro do trono. De todo modo, ainda que Isabel não se interessasse em discutir “os direitos da mulher” naquele momento, importa-nos perceber que não interessava aos *homens* – àqueles que exerciam as funções políticas e públicas – essa discussão. Afinal, foram esses homens que vetaram a possibilidade de um Terceiro Reinado. Nesse sentido, Priore já havia assinalado a resistência do próprio imperador ante a ideia de que Isabel o sucedesse no trono.

Como tantos homens, sobretudo os que integravam uma sociedade patriarcal, D. Pedro não parecia convencido de que as mulheres pudessem exercer esse ofício. Embora valorizasse sua filha, parecia

⁸⁴³ Ibid., p. 18.

⁸⁴⁴ Idem, *O castelo de papel*, op. cit., p. 291.

incapaz de aceitá-la como sua sucessora. Tanto mais que ela deveria submeter-se a um marido. E esse marido, talvez, quisesse influir nos destinos da nação.⁸⁴⁵

Logo, quando Priore se questiona se haveria preconceito contra uma mulher no poder nesses tempos, se “as classes dirigentes não quereriam submeter-se ao governo de uma mulher”, a resposta imediata não deveria ter sido “A tese não se sustenta”.⁸⁴⁶ A própria historiadora havia observado, em diferentes momentos de sua narrativa, que havia, sim, preconceito contra uma mulher como herdeira presuntiva do trono. O imperador mesmo não parecia convencido disso, conforme Priore anotou. Ademais, o fato de que “mulheres de certa classe social não resolviam coisa alguma” reforçava, de um lado, a posição de subalternidade de Isabel como mulher de classe social elevada e, de outro, chocava-se com o papel de soberana que lhe cabia quando regente.

Não faltava inteligência a Isabel. Mas decidir não era seu papel. Mulheres de certa classe social não resolviam coisa alguma. Era Gastão quem lhe “fazia grande parte da papinha”, sobrando-lhe tempo para dormir, passear e ler romances – como ela mesma contava ao imperador. A única vez em que, durante a regência, tomou uma iniciativa foi ao determinar que, no aniversário do pai, os soldados estariam dispensados de marchar debaixo ‘do sol ardentíssimo’ de verão. Mas, no natal, ganhou de presente críticas azedas. Era acusada de estar “inteiramente alheia a tudo o que se passasse nas regiões ministeriais”. De retirar-se para Petrópolis a fim de gozar “da vida do campo e dos prazeres simples”. De não ter vontade, pois “não queria nem mais nem menos” do que quisessem os ministros de seu pai.⁸⁴⁷

Decerto, não estou aqui afirmando que a mera condição feminina de Isabel tenha sido a “causa” de uma “consequência”: não houve Terceiro Reinado. Estou apenas me questionando o alcance de uma ideia (e o rechaço à sua concretização): a de uma mulher no poder ante uma elite política composta *somente* por homens. Priore, por seu turno, opta por outro enfoque: à princesa não interessava a vida política.⁸⁴⁸ A autora ratifica, de certo modo, a acusação dos opositores do Terceiro Reinado quando ela afirma que era,

⁸⁴⁵ Ibid., p. 46.

⁸⁴⁶ Ibid., p. 290.

⁸⁴⁷ Ibid., p. 139.

⁸⁴⁸ A perspectiva de Priore coaduna-se com a de Roderick J. Barman, para quem a princesa Isabel “nunca demonstrou muito gosto ou talento para a política”, não tendo encontrado qualquer satisfação nas vezes em que atuou como regente. Desse modo, “a perda de sua posição como futura imperatriz privou d. Isabel de pouco ou nada”. BARMAN, *Citizen Emperor*, op. cit., p. 365.

de fato, Gastão quem tomava determinadas decisões no lugar de Isabel – “quem lhe ‘fazia grande parte da papinha’”. Gomes segue caminho semelhante quando compartilha as críticas de republicanos e monarquistas, “que a viam mais empenhada em cumprir suas obrigações religiosas do que em preocupar-se com os destinos do país”.⁸⁴⁹ De todo modo, também houve críticas a d. Pedro II, como veremos a seguir.

4.2.2 Dom Pedro II: o império que chegou ao fim

Mary Del Priore, nas biografias dedicadas aos personagens do Segundo Reinado, traça perfis de figuras muito próximas ao imperador Pedro II: em *O príncipe maldito*, o destaque é o príncipe Pedro Augusto, neto do imperador; em *Condessa de Barral*, a narrativa gira em torno de Luísa Margarida Portugal e Barros, a “paixão” de dom Pedro II; já em *O castelo de papel*, a ênfase é a história do casal Princesa Isabel e Gastão d’Orléans, filha e genro do imperador, respectivamente. Logo, nos livros da historiadora, Pedro II surge em linhas esparsas, à exceção de *Condessa de Barral*: no lugar das costumeiras intrigas políticas, ganha força a história de amor.

Ela acabou com a timidez dele. Sua malícia era um convite. E ele aceitou, confiando nela. Admirava-a e lhe concedeu todas as intimidades. E acabaram vivendo um romance único. O elo que os unia era muito forte. Ia muito além das ‘necessidades primitivas’, nome que se dava ao puro e simples desejo sexual. Era uma mistura sublime de amizade, ternura, entusiasmo pela beleza e o encontro de almas. Um sentimento construído num momento histórico especial: o século XIX, o século do romantismo. Ele era D. Pedro II, o imperador do Brasil. Ela, a condessa de Barral.⁸⁵⁰

O “século do romantismo” não ficou circunscrito à esfera privada, ainda que seja a intimidade de d. Pedro II que a historiadora explore em *Condessa de Barral*, assim como fizera Raimundo Magalhães Júnior, em 1956, ao reproduzir e comentar as cartas do imperador à condessa. Aliás, o início do livro de Priore é a reprodução parcial de uma carta de d. Pedro, na qual ele explicita os sentimentos dirigidos à Barral: “Você sabe

⁸⁴⁹ GOMES, 1889, op. cit., p. 248.

⁸⁵⁰ PRIORE, Mary Del. *Condessa de Barral. A paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 11.

quem ocupou completamente meu coração. (...)Diga-me se alguém já lhe quis mais do que eu e se não devemos nos regozijar de tamanha felicidade?”.⁸⁵¹ O tom das cartas, além de detalhar as atividades diárias do imperador, externa um misto de ternura e saudades, como esta de 8 de janeiro de 1880: “Encho o vazio destas páginas com tudo o que é seu, apesar de todos os pesares. Que saudades!”.⁸⁵²

Para Magalhães Júnior, a leitura dessas correspondências “nos deixa a impressão de que para Pedro II (...) a Condessa de Barral foi, ao mesmo tempo, a mãe que não chegou a ter, a esposa que não pôde escolher e a amante, esta sim, de sua própria escolha, mulher de beleza e de espírito (...)”.⁸⁵³ O autor possivelmente faz menção à figura materna não apenas porque d. Pedro perdeu a mãe quando tinha um ano de idade e foi separado da madrasta quando tinha cinco anos, mas também porque a condessa era nove anos mais velha do que o imperador: ela nascera em 13 de abril de 1816; ele, em 2 de dezembro de 1825. Já a menção à esposa de d. Pedro, em que pesem “a voz aguda e bem timbrada com que cantava as árias de Rossini” e “o coração bondoso com que se consagrava magnanimamente aos pobres”, é reduzida à alcunha de “princesa medíocre e claudicante”. As referências a Teresa Cristina ocorrem em acentuado contraste com as menções à Condessa de Barral, a “amante” de “inteligência vivacíssima, capaz de manter brilhantemente conversação em várias línguas e atenta a tudo quanto se passava, não apenas nas cortes, mas nos círculos intelectuais e artísticos do mundo”.⁸⁵⁴ A diferença intelectual entre as duas mulheres, ressaltada por Magalhães Júnior, será utilizada ao máximo por Priore em seu livro sobre Luísa, juntamente com as diferenças físicas e morais.

Nesse sentido, é pertinente atentarmos para os autores que Priore ou Gomes utilizam em seus livros. No caso de Priore, já adiantamos que a intriga de sua narrativa sobre a condessa e a imperatriz deve muito a Magalhães Júnior: o acentuado contraste entre as duas mulheres é mais do que o mote de *Condessa de Barral* – é justamente o que

⁸⁵¹ PEDRO DE ALCÂNTARA Apud Ibid., p. 9.

⁸⁵² PEDRO DE ALCÂNTARA Apud MAGALHÃES JÚNIOR, *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*, 1956, p. 305.

⁸⁵³ MAGALHÃES JÚNIOR, Ibid., p. 25.

⁸⁵⁴ Ibid., p. 15.

“esquematiza a significação inteligível que se prende à narrativa considerada como um todo”.⁸⁵⁵

Notemos, além disso, a recorrência com que determinadas características físicas de uma personagem como Teresa Cristina são destacadas nas biografias históricas, independentemente da época em que foram escritas. Pedro Calmon, em *O rei filósofo* (1938), descreve a irmã mais nova do rei Francisco II das Duas Sicílias como uma mulher “muito baixa”, que “claudicava de uma perna”. Em linhas gerais, ela era “(...) pequenina e morena, de cabelos negros, lustrosos e lisos, e [ostentava] um ar de candura e bondade (...). De rosto, era quase bela”.⁸⁵⁶ Lídia Besouchet, em *Pedro II e o século XIX* (1975), já opta por destacar a “grande decepção” de d. Pedro, então com 17 anos, ao encontrar-se com a jovem de 21 anos a bordo da fragata *Constituição*: “A noiva era feia e claudicava de uma perna”.⁸⁵⁷ Lilia Schwarcz, em *As barbas do imperador* (1998), também descreve a futura imperatriz a partir da decepção do rapaz: “No entanto, malgrado as informações que lhe haviam chegado sobre as virtudes da imperatriz, d. Pedro só pôde notar-lhe os defeitos: Teresa Cristina era baixa, gorda, e além de tudo coxa e feia”.⁸⁵⁸ A descrição de José Murilo de Carvalho, em *D. Pedro II* (2007), não foge à regra: “A mulher que lhe tinham arrumado era quase quatro anos mais velha, de cultura modesta, baixinha, sem beleza, e manca”.⁸⁵⁹ Laurentino Gomes segue o mesmo caminho em *1889* (2013): “Ao conhecê-la pessoalmente em setembro de 1843, [d. Pedro II] porém, levou um susto. Teresa Cristina era feia, baixa, rechonchuda e mancava de uma perna. Tinha braços curtos e mãos gorduchas. O rosto redondo emoldurava um olhar inexpressivo, no qual se destacava o nariz comprido e pontiagudo”.⁸⁶⁰ O “susto” e a “decepção” do rapaz decorreriam da miniatura que lhe havia sido enviada da Europa: nela a princesa das Duas Sicílias “aparecia como uma jovem de traços delicados, olhar insinuante, os ombros e o busto generoso emoldurados por um colar de pérolas” – imagem essa que havia agradado ao jovem imperador, mas que não teria correspondido à realidade.⁸⁶¹

⁸⁵⁵ RICOEUR, *Tempo e narrativa* (tomo 1), op. cit., p. 10.

⁸⁵⁶ CALMON, Pedro. *O rei filósofo*. Vida de D. Pedro II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 81.

⁸⁵⁷ BESOUCHET, Lídia. *Pedro II e o século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 71.

⁸⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 95.

⁸⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II. Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 52.

⁸⁶⁰ GOMES, *1889*, op. cit., p. 119.

⁸⁶¹ GOMES, *1889*, op. cit., p. 119.

De todo modo, nos diários de d. Pedro II, as referências à imperatriz são positivas. Um exemplo é uma anotação feita em 1861, na qual ele externava seu respeito e estima à esposa, “cujas qualidades constitutivas do caráter são excelentes”.⁸⁶² Da mesma forma, o falecimento de Teresa Cristina em dezembro de 1889 teria realmente lhe causado sofrimento, conforme outra anotação: “Somente choro a felicidade perdida de 46 anos”.⁸⁶³ É verdade que naquele mês de dezembro a família imperial brasileira exilava-se na Europa, e que a dor de d. Pedro talvez refletisse duas perdas concomitantes: “Nada pode exprimir quanto perdi! Que noite vou passar! Dizem que o tempo tudo desfaz. Mas poderei viver tempo igual ao da minha felicidade?”.⁸⁶⁴

Ainda assim, em que pese a estima que d. Pedro consagrava à esposa, Mary Del Priore prefere utilizar recorrentemente a “falta de beleza” de Teresa Cristina como estratégia narrativa. A mais comum é criar situações de disputa, explorando o contraste entre uma imperatriz feia e uma condessa formosa. Ao mesmo tempo, ao imputar qualidades elevadas à Condessa de Barral, Priore relega à esposa do imperador sentimentos rasteiros. Assim, a autora constrói a personagem Luísa de modo que ela seja muito mais do que uma mulher bonita para a época: “calculadamente virtuosa”, capaz de manejar “inteligência, discrição e deferência”, ela seria, por fim, “alguém excepcional”.⁸⁶⁵

Luísa não seria considerada bela pelos padrões atuais. Tinha, contudo, uma cabeleira negra que o romantismo elegeu como a cor de suas heroínas e um par de olhos de veludo, brilhantes como duas estrelas. Ela tinha graça, o gesto fino, o espírito vivo e mais: era uma verdadeira *coquette*. O espetáculo da *coquetterie* implicava se colocar sempre à disposição do observador. Sua encenação era dedicada ao suspirante. O poder da sedução feminina não estava, então, no gesto de agradar imediatamente. Mas na tentação calculada. A mulher tinha que se oferecer e se recusar ao mesmo tempo. E o elemento maior do encanto não era uma fisionomia irretocável, mas um corpo oculto.⁸⁶⁶

Stephen Kern, a partir dos *Sonnets from the Portuguese* (1850) de Elizabeth Barrett Browning, atenta para o fato de que as representações vitorianas das origens

⁸⁶² PEDRO DE ALCÂNTARA Apud SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 382.

⁸⁶³ PEDRO DE ALCÂNTARA Apud CALMON, *O rei filósofo*, op. cit., p. 435.

⁸⁶⁴ PEDRO DE ALCÂNTARA Apud CALMON, *O rei filósofo*, op. cit., p. 436.

⁸⁶⁵ PRIORE, *Condessa de Barral*, op. cit., p. 144.

⁸⁶⁶ *Ibid.*, p. 141.

anatômicas do desejo eram vagas. Nos sonetos de Browning, prevalecem “as metáforas do eufemismo e da circunspeção”, de modo que ela ouve “os passos da alma” e aguarda com “os joelhos trêmulos”.⁸⁶⁷ Do mesmo modo, poderíamos dizer que “a cabeleira negra” de Luísa ou os seus “olhos de veludo” seriam as características físicas sobre as quais repousaria o desejo velado de um romântico da época.

No entanto, para além da aparência física da personagem, interessa a Mary Del Priore delinear a personalidade da futura Condessa de Barral. Para tanto, a autora recorre à infância de Luísa, quando de sua mudança do Recôncavo Baiano para Paris devido às atividades do pai como embaixador: “Vivendo entre adultos, Luísa fazia-se precoce. Era sabida e articulada. Circulava, com os pais, entre as personalidades do mundo diplomático e, filha única que se tornou, concentrava as atenções de D. Domingos, D. Maria do Carmo e a de seus amigos”.⁸⁶⁸ Também, à medida que se tornava moça, “não faltava quem suspirasse por ela”.⁸⁶⁹ Já adulta, ao tornar-se esposa do então visconde de Barral, Luísa seria alçada a um “misto de musa, madona e rainha do lar”.⁸⁷⁰ De volta ao Brasil, a jovem viveria durante certo período na Bahia até receber um convite, em agosto de 1843, para ser dama de honra da princesa Francisca de Bragança, irmã de d. Pedro II, a qual partiria para a França a fim de se estabelecer com o marido, o príncipe de Joinville.⁸⁷¹ Desse modo, Luísa voltaria a viver em Paris por algum tempo, mas retornaria ao Brasil quando, dentre outros motivos, seus serviços não fossem mais tão bem pagos. Já em solo brasileiro, ela receberia um convite da Corte do Rio para educar as filhas do imperador, as princesas Isabel e Leopoldina. Sua nomeação ocorreria em 31 de agosto de 1856. A partir desse ponto da narrativa, Mary Del Priore torna frequentes as menções a d. Pedro II, ainda que forçosamente ligadas – direta ou indiretamente – à aia das princesas.

O único homem que daria ordens a Luísa, de hora em diante, era um moço bonito, apesar da gordura que começava a se espalhar pelo seu

⁸⁶⁷ “Victorian renderings of the anatomical sources of desire were vague. Elizabeth Barret Browning’s *Sonnets from the Portuguese* (1850), which inspired a generation of lovers, rendered the physical sources of desire with metaphors of euphemism and circumspection. She hears ‘footsteps of the soul’ and waits with the ‘trembling knees’.” KERN, *The Culture of Love*, op. cit., p. 91.

⁸⁶⁸ PRIORE, *Condessa de Barral*, op. cit., p. 61.

⁸⁶⁹ *Ibid.*, p. 73.

⁸⁷⁰ *Ibid.*, p. 80.

⁸⁷¹ *Ibid.*, p. 101.

corpo. Alto, de feições severas e modos lentos, tinha um par de olhos azuis como contas, afundados num rosto muito branco. Mais ouvia do que falava e dele emanava um sentimento de desconfiança em relação ao interlocutor. Raramente as pessoas ficavam à vontade na companhia do imperador. Podia-se resumi-lo numa única palavra: reservado.⁸⁷²

Foi, então, de modo reservado, que o imperador teria mantido “casos amorosos curtos”. Segundo Priore, d. Pedro, “depois que se tornou pai de quatro filhos, ganhou um discreto ar de conquistador romântico”.⁸⁷³ Assim, a historiadora *maliciosamente* assinala que os “sentimentos do coração” do imperador foram alimentados “não com a gorda e feiosa esposa, mas com outras mulheres”.⁸⁷⁴ A autora empenha-se em descrever Teresa Cristina de modo pejorativo, minimizando suas boas ações para ressaltar que a imperatriz “fisicamente era um desastre”: “Elegância? Nenhuma. Graças? Poucas”.⁸⁷⁵ Exatamente pelos seus atributos físicos pouco atraentes e por uma educação relativamente limitada, “Teresa Cristina se sentia ameaçada pela inteligência, o brilho e a graça de Luísa” – qualidades que, por sua vez, teriam fascinado o imperador e as princesas.⁸⁷⁶

Mesmo se considerássemos o grau de subjetividade típico das fontes epistolares, perceberíamos que a construção das personagens de Priore obedece à lógica maniqueísta que não encontramos na vida comum nem na experiência do passado. É certo que “o movimento da imaginação é considerado como um complemento, quando não um pressuposto da produção do conhecimento”, mas a imaginação, na história como ciência, “está sempre limitada – enquadrada mesmo – sistematicamente pela relação da pesquisa à experiência”.⁸⁷⁷

Não é à toa que, na narrativa da historiadora, as picuinhas sentimentais convertem-se em uma romanesca plausibilidade explicativa da relação que teria se estabelecido entre a imperatriz e a condessa. Teresa Cristina teria despertado em Luísa “um misto de *compaixão* e *desprezo*”, ao passo que a italiana, contida, teria procurado não externar sua *inveja* em relação à brasileira.⁸⁷⁸ Do mesmo modo, Laurentino Gomes,

⁸⁷² Ibid., p. 136.

⁸⁷³ Ibid., p. 140.

⁸⁷⁴ Ibid., p. 140.

⁸⁷⁵ Ibid., p. 167.

⁸⁷⁶ Ibid., p. 170

⁸⁷⁷ RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 32-33.

⁸⁷⁸ Grifos meus. PRIORE, *Condessa de Barral*, op. cit., p. 166; p. 170.

tendo Mary Del Priore como fonte, reproduz o mau juízo da historiadora sobre a imperatriz, a qual “(...) conformada com seu destino de mulher feia e insossa, *dissimulou os sentimentos*, fazendo vistas grossas à óbvia paixão do marido pela rival baiana”.⁸⁷⁹ Magalhães Júnior já havia insinuado a dissimulação: “Pobre de espírito, mas não de sentimentos, sentia *ciúmes*, decerto. Seu temperamento, porém, nada tinha de explosivo. Era manso e resignado”.⁸⁸⁰

Para os romancistas vitorianos, o ciúme era “uma doença a ser evitada, uma corrupção do amor ou um ‘contágio do mal’”. A resposta a esse sentimento traduzia-se em “negação, fuga, autopiedade ou, em casos extremos, na retribuição do assassinato ou na ‘satisfação’ do duelo”. Kern observa que havia, em cada resposta, um traço em comum: projetar a origem do lamento tanto no amado infiel quanto na terceira pessoa envolvida no caso, bem como “evitar refletir sobre as origens da lamentação com seu próprio eu”.⁸⁸¹ Priore, tal qual uma romancista vitoriana, constrói o ciúme de Teresa Cristina sob essa perspectiva: um misto de negação, fuga e autopiedade, que teria levado a imperatriz a buscar consolo em suas orações, devolvendo “seu ódio à *traidora*, com um terço na mão”.⁸⁸²

Assim, a historiadora, ao dedicar um capítulo de *Condessa de Barral* a Teresa Cristina, simplesmente reduz a personagem ao status de “rival” (Capítulo 6 – A rival): “Mas quem era, afinal, a suposta adversária de Luísa?”.⁸⁸³ A imperatriz é, então, descrita como uma mulher cheia de “ódio”, “ciúmes” e “inveja” – uma “nuvem negra” que pairava sobre a felicidade do casal Luísa e Pedro. À condessa, alçada à heroína na narrativa da historiadora, caberia lutar contra a “dor indefinida” e o “olhar de cobra” da imperatriz.⁸⁸⁴

⁸⁷⁹ Grifos meus. GOMES, 1889, op. cit., p. 123.

⁸⁸⁰ Grifos meus. MAGALHÃES JÚNIOR, *D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada*, op. cit., p. 16.

⁸⁸¹ “Victorians viewed jealousy as a disease to be avoided, a corruption of love, or a ‘contagion of evil’. In response they typically chose denial, flight, self-pity, or, in extreme instances, the retribution of murder or the ‘satisfaction’ of dueling. These responses had one thing in common – they projected the source of the grievance onto either the ‘unfaithful’ beloved or the ‘third party’ and therefore avoided reflecting on any sources of the grievance within one’s own self.” KERN, *The Culture of Love*, op. cit., p. 26.

⁸⁸² PRIORE, *Condessa de Barral*, op. cit., p. 165.

⁸⁸³ *Ibid.*, p. 167.

⁸⁸⁴ “No horizonte de Luísa, alguns problemas se somavam a outros. Ao longo dos anos na corte brasileira, uma nuvem negra pairou sobre o casal. Era Teresa Cristina, a imperatriz. Ciumenta, sua intuição captava as ‘herzegovinas’ [os momentos de intimidade entre Luísa e d. Pedro II]. Devolveu seu ódio à *traidora*, com um terço na mão. Rezava para acalmar sua insegurança. Confessou a uma amiga que o bom do

Luísa contava quarenta anos quando se tornou preceptora das meninas Isabel e Leopoldina. Em suas conversas com d. Pedro, ela “sabia ser maliciosa, indulgente e educativa ao mesmo tempo. Ela trazia Paris para o Rio de Janeiro. (...) Oferecia-lhe um mundo de informações. Discutiam tudo. Os livros, as ideias, as artes, as filhas”.⁸⁸⁵ Já as princesas admiravam a preceptora por outros motivos: “Luísa era feminina, perfumada e elegante. Enfim, tudo o que Teresa Cristina não era, pois a melancolia murchou seu rosto e as lágrimas lhe enfearam. A aia, não a mãe, iria ajudá-las a se tornar sedutoras”.⁸⁸⁶

Sob essa perspectiva, a *inveja* contumaz de Teresa Cristina chega a ser dirigida, inclusive, às filhas, já adultas. Para tanto, a historiadora narra em dois momentos a suposta invidía que a felicidade conjugal das jovens teria causado à mãe. Em *O príncipe maldito*, a matriarca teria se colado às filhas e lhes bebido “a felicidade num copo de fel”.⁸⁸⁷ Já em *Condessa de Barral*, o “olhar inquisitivo” da imperatriz sobre as princesas teria revelado um “olhar de inveja de mulher mal casada e mal amada”.⁸⁸⁸ As motivações desse misto de amargura e ciúme seriam explicadas por conta de um casamento frustrado desde o início, quando Teresa Cristina teria surgido pessoalmente aos olhos de d. Pedro como uma “decepcionante visão”.⁸⁸⁹

A Condessa de Barral, ao contrário, logo teria impressionado o imperador ao apresentar-se formalmente no paço como aia das princesas.

Quando se adiantou para cumprimentar o par imperial, reza a lenda que chegou perto da perfeição. O imperador, que vira tantas reverências na vida, as desajeitadas, as esbaforidas, as pernósticas, encantou-se com a obra de arte de Luísa: respeitosa, sem se humilhar, calma, segura de si e soberanamente submissa. Ela deu ao seu caminhar um movimento concêntrico e harmonioso como uma serpente sobre a grama. Anjo ou demônio, numa ondulação graciosa que difundia um perfume conhecido como Brisa de Paris? Avançava o pezinho, modelando o vestido com tanta precisão que provocava admiração e desejo, comprimidos pelo mais absoluto respeito. Era a “genialidade do andar francês”.⁸⁹⁰

casamento das filhas é que ia se ver livre, finalmente livre, da presença da Barral. E mais ciúmes ela teve quando sentiu que, além do marido, perdia as filhas. A imperatriz sofria de inveja e ciúmes ao mesmo tempo. Dois sentimentos diferentes correspondiam a um mesmo estado de alma em Teresa Cristina: uma dor indefinida. E foi contra a dor da imperatriz e seu olhar de cobra que Luísa teve que lutar”. *Ibid.*, p. 165.

⁸⁸⁵ *Ibid.*, p. 147-148.

⁸⁸⁶ *Ibid.*, p. 146.

⁸⁸⁷ *Idem*, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 28.

⁸⁸⁸ *Idem*, *Condessa de Barral*, op. cit., p. 164.

⁸⁸⁹ *Idem*, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 24.

⁸⁹⁰ *Idem*, *Condessa de Barral*, op. cit., p. 143-144.

Notemos que as qualidades que a historiadora atribui à condessa pertencem, antes, ao contexto sociocultural do que ao indivíduo – a graciosidade da reverência de Luísa revelaria a genialidade do *andar francês*. Seu poder de sedução seria explicado pelo espetáculo feminino da época, a *coquetterie*. Do mesmo modo, a beleza de sua cabeleira negra faria parte do *idéário romântico* do século XIX. O próprio “contexto” (a “época”) funciona como uma personagem que *age* na narrativa: “Apesar das terríveis restrições de uma época chamada de ‘vitoriana’, Luísa e Pedro embarcaram na aventura do amor romântico. A Condessa e o Imperador se amavam a distância”.⁸⁹¹

Poderíamos dizer que a condessa, tal qual uma heroína romântica recriada por Mary Del Priore, encarnava os valores mais elevados do período em que viveu sob o *ponto de vista* de sua biógrafa. Contudo, há também limites para essa representação romântica: Luísa, em que pese sua “idealização física e moral”, era uma mulher mais velha, casada e mãe de um menino, estando distante, portanto, da “pureza inacessível” – encarnada pela “mocinha virginal” – idealizada pelo romantismo.⁸⁹²

Percebemos, assim, que a narrativa histórica da autora aproxima-se, na forma, de um romance oitocentista, mas também guarda certa semelhança com aquela historiografia romântica que sobrevivera no século XIX ante a emergência de uma “história positivista e factual”. Nesse contexto, Luiz Costa Lima chama-nos a atenção para o tipo de história escrita por Jules Michelet, considerando-o um exemplo de historiografia “que não recalca o filão poético”. A história escrita pelo historiador francês é justamente o oposto da historiografia científica do século retrasado, em que o recalque, e não a eliminação, do elemento poético se transforma “em estetização (Rüsen) e/ou se *naturaliza* pela forma narrativa (Droysen)”.⁸⁹³ Como vimos até aqui, Priore, no século XXI, não recalca o componente poético de sua narrativa, mas também não externa uma preocupação com a “regulação metódica” que a embasa, bastando-lhe, ao que

⁸⁹¹ Ibid., p. 154.

⁸⁹² Os aspectos de uma “heroína romântica” são analisados por Cilene Margarete Pereira a partir do conto “Miss Dollar”, de Machado de Assis. PEREIRA, Cilene Margarete. A construção da heroína “romântica”: educação sentimental em “Miss Dollar”, de Machado de Assis. *Eutomia*, Recife, v. 1, n. 3, p. 263-280, 2009.

⁸⁹³Grifos do autor. LIMA, *O controle do imaginário*, 1989, p. 125.

parece, o recurso às fontes para conferir certa legitimidade àquilo que ela escreve (por mais que ela alegue, em outros momentos, aplicar as regras de ofício do historiador).⁸⁹⁴

Mas voltemos à Condessa de Barral. Luísa retorna à França em 1865, após os casamentos das princesas Isabel e Leopoldina, e distancia-se, assim, de d. Pedro. Mesmo longe, ela e o imperador manteriam contato. Nesse caso, Lídia Besouchet, sem aludir diretamente à relação amorosa entre Pedro e Luísa, procura compreender o caráter – não propriamente o conteúdo – das cartas que o imperador enviava à Condessa de Barral, destacando as missivas redigidas durante a Guerra do Paraguai.

De tudo ele lhe dava ciência. Aos olhos da posteridade, essas cartas se tornaram ainda mais insólitas porque parece quase impossível que o principal responsável pelos feitos que ali estavam se desenrolando tivesse tempo suficiente para pensar na amiga ausente. (...) por que, durante aqueles dias de horror e de batalhas, o Imperador se recolhia para escrever à Condessa de Barral? Não era uma extravagância incompreensível?⁸⁹⁵

A “extravagância incompreensível” sugere, então, a extrema importância que d. Pedro dava a Luísa. A frequência da troca de correspondências, até mesmo em época de guerra, seria sintomática do afeto que teria unido ambos. Desse modo, o destaque em Besouchet às cartas do imperador reverbera em Priore, possivelmente porque ambas reconhecem nas missivas de d. Pedro, “nascido pessoa pública”, a privacidade que praticamente inexistia na vida do soberano.⁸⁹⁶

D. Pedro II foi imperador de 1840 a 1889 e “teve sua vida contada a partir de episódios repletos de dramaticidade e destacada com base neles”, como observa Schwarcz.⁸⁹⁷ Nesse sentido, Besouchet assinala que “o Imperador passou, sem transição, do papel de menino velado pelo povo (...) à representação do patriarca”.⁸⁹⁸ Gilberto Freyre realizara tamanha observação em 1925:

⁸⁹⁴ O próprio Michelet, a despeito de sua historiografia poética, não prescindia das fontes primárias para a escrita da história. TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Jules Michelet: um historiador às voltas com a crítica literária. *Cadernos Literários*, Rio Grande, v. 23, n. 1, p. 101-120, 2015.

⁸⁹⁵ BESOUCHET, *Pedro II e o século XIX*, op. cit., p. 137-138.

⁸⁹⁶ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 382.

⁸⁹⁷ *Ibid.*, p. 21.

⁸⁹⁸ BESOUCHET, *Pedro II e o século XIX*, op. cit., p. 24.

(...) esse pobre querido Dom Pedro que da meninice não recolheu nenhum sabor; nem da mocidade nenhum encanto, tão cedo se abafaram nele todas as alegrias de viver, primeiro sob a sombra da vida de príncipe e logo sob as dobras hieráticas do manto de imperador (...).⁸⁹⁹

Sim, percebemos que determinadas características atribuídas a dom Pedro II e a sua vida perpassam os discursos de diferentes épocas, como se o contexto de sua criação explicasse a personalidade que ele viria a desenvolver, bem como o tipo de governo que ele estabeleceria no Segundo Reinado. Nesse sentido, o golpe da maioria, ocorrido quando d. Pedro tinha quatorze anos, teria levado o jovem, ainda sem as barbas que o caracterizariam na vida adulta, a pular etapas da vida (sua juventude e mocidade) para governar um país que corria então o risco de fragmentar-se.^{900 901} Por conseguinte, “o papel de instituição que lhe estava destinado desde a infância fez com que tudo lhe chegasse de forma antecipada, como se precisasse envelhecer às pressas para dar um ar de seriedade ao também jovem país entregue ao seu comando”, de acordo com Gomes.⁹⁰² Na abertura do capítulo 5 (“Dom Pedro II”) de seu *1889*, o jornalista narra dois momentos distintos do imperador – o da ascensão ao trono e o de sua deposição.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Habsburgo e Bragança, mais conhecido como dom Pedro II, governou o Brasil por 49 anos, três meses e 22 dias. No século XIX, só a rainha Vitória, da Inglaterra, permaneceu mais tempo no trono do que ele, um total de 63 anos, sete meses e dois dias. Quando assumiu o trono, no dia 23 de julho de 1840, era um adolescente ainda imberbe. Tinha quinze anos incompletos. Ao ser deposto pela República, em 1889, a duas semanas de completar 64 anos, era um senhor de barbas brancas, semblante cansado e muito mais envelhecido do que indicaria a idade real (...).⁹⁰³

Essa delimitação temporal indica o período da vida de d. Pedro que interessa a Laurentino Gomes em *1889*: o período em que o monarca governou e que se tornou

⁸⁹⁹ FREYRE, Gilberto. *D. Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical*. Reedição de conferência proferida a 2 de dezembro de 1925. Recife: Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, 1975.

⁹⁰⁰ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 67.

⁹⁰¹ “O Brasil vivia uma fase turbulenta, às voltas com as revoluções regionais do período da Regência. Tudo fazia prever o desastre. A chance de o país se manter unido era mínima. Na falta de qualquer outro elo capaz de assegurar a integridade nacional, coube àquele garoto triste e franzino ser o depositário de todas as esperanças dos brasileiros naquele momento”. GOMES, *1889*, op. cit., p. 114-115.

⁹⁰² *Ibid.*, p. 118.

⁹⁰³ *Ibid.*, p. 111.

conhecido como Segundo Reinado. Indica também o tom que os capítulos dedicados ao imperador (Capítulo 5 – Dom Pedro II; Capítulo 14 – O imperador cansado) assume em relação à narrativa mais ampla: o da inevitabilidade da República.

Ao narrar os feitos conquistados pelo imperador durante seu reinado, o autor logo frisa o quanto “desses atributos eram mais aparentes do que reais”.⁹⁰⁴ Se, por um lado, d. Pedro havia sido vitorioso na “manutenção da integridade territorial” e no “controle das tensões sociais e regionais”, ele, por outro lado, fracassava na integração de “todos os brasileiros” – ou, precisamente, na “construção da cidadania”.⁹⁰⁵

Ao final de quase meio século na condução dos destinos brasileiros, [*d. Pedro II*] deixava um legado impressionante. A unidade do país estava, finalmente, consolidada. A escravidão havia sido abolida no ano anterior. O Império enfrentara rebeliões regionais e guerras externas mantendo sempre o mesmo sistema representativo, com a realização ininterrupta de eleições. A Constituição e os regulamentos básicos também haviam permanecido os mesmos, sem rupturas. Seria esse, até hoje, o conjunto de leis mais duradouro de toda a história brasileira. Havia um sistema judiciário em funcionamento, em que as pessoas tinham direito de defesa e ninguém seria condenado sem prévio julgamento. A imprensa gozava de liberdade de expressão. (...) o Brasil se mantivera como uma nação relativamente estável, ao contrário dos vizinhos, dominados por caudilhos e permanentemente às voltas com golpes de estado (*sic*) e guerras civis.⁹⁰⁶

A própria estabilidade do Estado nacional sob o regime monárquico de base escravista é, contudo, questionável, como argumentarei adiante. Em que pese a longevidade do Segundo Reinado e de suas instituições (inclusive, a escravidão), d. Pedro não enfrentou anos tranquilos. Sua ascensão ao trono aconteceu quando ainda se desenrolava a Guerra dos Farrapos (1835-1845), que havia instituído uma república no Rio Grande do Sul. Por isso, destaco como ponto principal na narrativa de Gomes seu relativo silêncio sobre os anos iniciais do governo de d. Pedro II. Ao voltar os olhos, sobretudo, para os estertores do império, o autor não dá a devida atenção aos anos tensos que perpassaram a vida e o reinado do imperador. Afinal, d. Pedro, desde seu nascimento, já personificava um “mito de Estado”: “o imperador vinha ao mundo antes

⁹⁰⁴ Ibid., p. 112.

⁹⁰⁵ Ibid., p. 110.

⁹⁰⁶ Ibid., p. 111-112.

do menino”, como lembra Schwarcz.⁹⁰⁷ A conclusão da autora não é muito diferente daquela a que havia chegado Calmon meio século antes: o menino Pedro, “antes dos seus seis anos, era uma entidade política”.⁹⁰⁸ Afinal, em 7 de abril de 1831, o pai, d. Pedro I, abdicaria do trono brasileiro em prol do filho, ainda criança, cuja tutoria seria confiada, inicialmente, a José Bonifácio de Andrada e Silva e, posteriormente, ao Marquês de Itanhaém.⁹⁰⁹

Esse é, pois, um dos episódios dramáticos a que se refere Schwarcz sobre a vida do monarca brasileiro. Outro episódio delicado relaciona-se a pouca idade de Pedro II quando de sua ascensão ao trono. Nesse contexto, fazia-se necessário enaltecer as “qualidades prodigiosas” do jovem imperador, como “maturidade precoce” e “prodigalidade intelectual”,⁹¹⁰ para, em seguida, arranjar-lhe um casamento que representasse a “efetivação da maioridade”.⁹¹¹ Com Teresa Cristina, ele teria quatro filhos – Afonso, nascido em 1845; Isabel, nascida em 1846; Leopoldina, nascida em 1847; e Pedro Afonso, nascido em 1848 –, mas apenas as princesas chegariam à fase adulta. O primogênito morreria aos dois anos de idade, enquanto o caçula morreria ainda bebê.

Durante as ausências do imperador, caberiam duas importantes incumbências à princesa Isabel, já adulta. Em seu papel de regente, a princesa imperial assinaria a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei Áurea, em 1888. Nesse sentido, d. Pedro, ainda que fosse simpatizante da causa abolicionista, não tomaria *diretamente* uma medida efetiva para abolir a escravidão no Brasil. Para Calmon, a tímida ação do monarca assentava-se em questões político-econômicas – no fato de que “os homens eram fracos diante das circunstâncias: o eleitorado, a lavoura, a riqueza apoiavam-se no eito da fazenda onde a raça cativa moirejava de sol a sol”.⁹¹² Ainda assim, segundo Besouchet, a Lei dos Nascituros – projeto do Visconde de Rio Branco, do Partido Conservador – daria vigor à monarquia no momento em que “tirava das plataformas republicanas o grande trunfo da

⁹⁰⁷ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 45.

⁹⁰⁸ CALMON, *O rei filósofo*, op. cit., p. 24.

⁹⁰⁹ D. Leopoldina havia falecido em 1826, ao passo que, em 1831, d. Pedro I retornaria a Portugal junto com d. Amélia, sua segunda esposa, a fim de restituir o trono português a d. Maria da Glória, sua filha. Ele próprio viria a falecer em 1834. Quanto às princesas Januária, Paula e Francisca, elas permaneceriam no Brasil com o irmão.

⁹¹⁰ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 70.

⁹¹¹ *Ibid.*, p. 92.

⁹¹² CALMON, *O rei filósofo*, op. cit., p. 354-355.

libertação”.⁹¹³ Curiosamente, a abolição, ocorrida nos estertores do império, atrairia justamente para a causa republicana os ex-proprietários de escravos, “ainda desorientados pelo abandono em que o Trono os havia deixado”.⁹¹⁴

Em uma historiografia mais recente, deparamo-nos, contudo, com uma explicação mais complexa. É verdade que a formação do Estado brasileiro assentou-se na “economia mercantil exportadora de base escravista”, e que o senhoriato, por seu turno, “precisava do Estado para manter a escravidão”. Entretanto, houve, desde o princípio, contradições inerentes a essa mútua dependência.

Essa necessidade [*do senhoriato em relação ao incipiente Estado brasileiro*] (...) se assentava muito mais no papel da monarquia em manter o tráfico de escravos e, posteriormente, a legalidade da instituição na ordem jurídica, do que na conservação da dominação em si mesma, que só pode ser *direta*, fundada na autoridade do senhor e em pequenos exércitos de homens livres permanentemente a seu serviço. A escravidão, portanto, produz impulsos contraditórios em relação às tarefas necessárias à constituição do Estado. Favoreceu, por um lado, a unidade e a monarquia, ao criar um poderoso “interesse comum” capaz de conduzir o processo de independência em direção à formação de um centro político com jurisdição sobre o conjunto do território e “biombo” externo para a manutenção do tráfico já internacionalmente condenado no segundo quartel do século XIX. A permanência da escravidão, por outro lado, é um poderoso obstáculo para que o Estado realize a sua natureza, porque instaura uma ordem que, fundada na violência privada, resiste reiteradamente ao desarmamento e à constituição do monopólio da violência pelo poder central.⁹¹⁵

Se considerarmos os fundamentos escravistas do Estado nacional como uma herança colonial, podemos também considerar que a escravidão, além de retirar do Estado o monopólio da violência, encarnava – até então – o próprio “interesse nacional”. Em 1867, as acusações do escritor José de Alencar contra as simpatias abolicionistas do imperador baseavam-se em uma interpretação própria da escravidão, encarada como “um fenômeno histórico que não podia ser resolvido a golpes de lei”. Alencar defendia o “papel civilizador” que a escravidão havia desempenhado na história mundial, alegando que ela ainda cumpria esse papel no caso brasileiro e que, quando deixasse de cumpri-lo,

⁹¹³ BESOUCHET, *Pedro II e o século XIX*, op. cit., p. 191.

⁹¹⁴ *Ibid.*, p. 506.

⁹¹⁵ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles*. O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 276.

desapareceria por si só.⁹¹⁶ Para o romancista, d. Pedro II, no anseio de “agradar aos filantropos europeus”, colocava em risco os “interesses nacionais”.⁹¹⁷ De acordo com José Murilo de Carvalho, as críticas contra os projetos emancipacionistas do imperador uniam “conservadores dissidentes, liberais e republicanos” que entreviam “inspiração imperial e não nacional” nessas iniciativas.⁹¹⁸

Em realidade, a política de d. Pedro II havia sido marcada por ambiguidades, como assinala Schwarcz. Ao encarnar o “monarca-cidadão” na década de 1870, como fizera Luís Felipe de Orléans na França entre 1830 e 1848, o imperador “suavizava os rituais”, renunciando ao título de soberano – “porque a soberania era do povo” – e adotando uma indumentária – de cartola e “jaquetão” – que o confundia com seus súditos.⁹¹⁹ Nos retratos de Pedro II, sozinho ou junto à família, é comum vê-lo com um livro em mãos, representando o cidadão “emancipado com a cultura” ou precisamente “o sábio mecenas”.⁹²⁰ No entanto, d. Pedro não teria deixado de utilizar o Poder Moderador, que lhe permitia, por exemplo, dissolver o Parlamento quando achasse necessário.⁹²¹ Do mesmo modo, ele manteria a estrutura do país inalterada: eram, sobretudo, os costumes, os símbolos e as imagens da monarquia que se modernizavam. Já as transformações referentes à infraestrutura contavam com os investimentos do barão – e, posteriormente, visconde – de Mauá, que culminariam na inauguração da primeira estrada de ferro no Brasil, em 1854, e na iluminação a gás das principais cidades brasileiras.⁹²² Em outras palavras,

[D. Pedro] resistiu ao debate político, compactuando com um parlamentarismo fraudulento e, apesar de afirmar-se publicamente contrário à escravidão, usou timidamente de seu poder de forma mais explícita no sentido de apressar a abolição desta. Com efeito, se o final da escravidão era matéria de maior apreensão, de toda maneira a política foi antes a de “deixar correr, deixar passar”, enquanto se caprichava, mesmo, na fachada europeizante do Império.⁹²³

⁹¹⁶ CARVALHO, *D. Pedro II*, op. cit., p. 134.

⁹¹⁷ *Ibid.*, p. 133.

⁹¹⁸ *Ibid.*, p. 136.

⁹¹⁹ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 322.

⁹²⁰ *Ibid.*, p. 326.

⁹²¹ *Ibid.*, p. 323.

⁹²² BESOUCHET, *Pedro II e o século XIX*, op. cit., p. 85-86.

⁹²³ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 324.

Nesse contexto, Laurentino Gomes observa que “visto de Petrópolis, o Brasil da época do Império é uma terra mais imaginária do que real”, uma vez que a construção de um país aparentemente civilizado “estava confiada a uma aristocracia relativamente pequena, que (...) tinha contato com as ideias liberais discutidas em universidades europeias, mas tirava sua riqueza da exploração da mão de obra cativa e do latifúndio”.⁹²⁴ Este é o caso da Condessa de Barral, filha de um senhor de engenho, a qual, embora se opusesse à escravidão, não hesitava em castigar seus escravos em nome da disciplina. Entretanto, Mary Del Priore limita-se a encarar esse paradoxo como algo comum na época: “Consciência pesada? Nenhuma. Punir fazia parte das relações entre senhores e escravos”.⁹²⁵

Para o conde Arthur de Gobineau, conhecido pelas teses racistas em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, a escravidão era “a causa de todo o mal”.⁹²⁶ O conde foi ministro da França no Brasil de abril de 1869 a maio de 1870, tendo-se tornado frequentador assíduo do Palácio de São Cristóvão na medida em que estreitava a amizade com o imperador. Todavia, fora d. Pedro, o conde francês não nutria qualquer simpatia pelos brasileiros: “Todos mulatos, a ralé do gênero humano, e costumes condizentes”.⁹²⁷ Mesmo assim, Gobineau haveria de afirmar: “É muito estranho, num país cujo aspecto é tão romântico; isso é a prova de que as paisagens não fazem os homens, e é evidente que a escravidão os deforma”.⁹²⁸

Apesar de d. Pedro manter a escravidão durante a maior parte de seu reinado, ele é visto, aos olhos de Lídia Besouchet, como aquele que teve o intuito de “preservar, das grandes comoções inúteis, os espíritos; defender o povo em suas liberdades essenciais; e liberá-lo pela educação. Fazer o país progredir em ordem”.⁹²⁹ Anteriormente, Heitor Lyra também havia elogiado o império que d. Pedro havia dado ao país, caracterizando o período como “quase meio século de ordem interna, de prosperidade e de liberdade pública”.⁹³⁰ Nesse sentido, o declínio do império representava, para o autor, o desaparecimento da “fé monárquica” no Brasil, quando suas instituições “já haviam

⁹²⁴ GOMES, 1889, op. cit., p. 93.

⁹²⁵ PRIORE, *Condessa de Barral*, op. cit., p. 89.

⁹²⁶ RAEDERS, Georges. *O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 78.

⁹²⁷ GOBINEAU, Conde de. Apud *Ibid.*, p. 77.

⁹²⁸ GOBINEAU, Conde de. Apud *Ibid.*, p. 78.

⁹²⁹ BESOUCHET, *Pedro II e o século XIX*, op. cit., p. 76.

⁹³⁰ LYRA, *História de Dom Pedro II*, op. cit., p. 119.

preenchido sua principal finalidade histórica, que fora preservar e transmitir às gerações vindouras a unidade da raça e do País”.⁹³¹ O ponto de vista de ambos os autores não é, contudo, compartilhado por Laurentino Gomes e Mary Del Priore. Para Gomes, o imperador havia falhado na construção da cidadania ao fracassar na integração efetiva de todos os brasileiros.⁹³² Já para Priore, um dos problemas é que Pedro II “pensava tanto antes de agir que terminava por paralisar os negócios importantes para o Brasil”.⁹³³

Aqui entram em jogo três aspectos importantes do Segundo Reinado: (i) a defesa da ordem em meio ao “cancro social” da escravidão⁹³⁴ e à profissionalização do exército (cujo *esprit de corps* se fortaleceria a partir da Guerra do Paraguai) ante a existência e a legitimidade da violência privada do sistema escravista; (ii) o papel da educação (“das letras e das ciências”), com destaque ao Colégio Pedro II, em meio a uma população majoritariamente analfabeta; (iii) a importação de um aparente “liberalismo” romântico na construção da nacionalidade brasileira por meio da perspectiva indianista e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Vejamos o primeiro item. É possível que o intento do imperador fosse “fazer o país progredir em ordem”, porém a ordem do próprio regime (cercado por repúblicas que adotavam o trabalho livre) e a necessidade de manter a integralidade do território eram fatores que não podiam ser desconsiderados. Em primeiro lugar, porque o Estado brasileiro havia sido formado mediante a manutenção e a reiteração da escravidão, “forma específica de privatismo na qual a conservação de uma esfera privada de exercício da violência é pressuposto e condição de existência e manutenção”.⁹³⁵ Em segundo lugar, porque o intervencionismo na região platina por parte do império brasileiro, como a Guerra da Cisplatina (1825-1828), a Guerra contra Oribe e Rosas (1850-1851) e a intervenção no Uruguai (1864), “era menos uma idiossincrasia do que um resultado da peculiaridade continental de suas instituições – a monarquia e a escravidão – e da perpétua insegurança que se derivava dessa peculiaridade nas

⁹³¹ Ibid., p. 31.

⁹³² GOMES, 1889, op. cit., p. 110.

⁹³³ PRIORE, *O castelo de papel*, op. cit., p. 72.

⁹³⁴ De acordo com José Bonifácio de Andrada e Silva.

⁹³⁵ COSTA, *A espada de Dâmocles*, op. cit., p. 275.

fronteiras promíscuas do sul”.⁹³⁶ A dependência do uso da milícia rio-grandense para enfrentar as forças caudilhescas do Prata era sintomática da “impossibilidade estrutural” de um “exército de caráter nacional”, uma vez que o Estado não detinha o monopólio da violência.⁹³⁷

Essa impossibilidade estrutural assentava-se em quatro pontos basilares, apontados pela historiadora Wilma Peres Costa: todos, direta ou indiretamente, remetiam à ordem escravista. O primeiro relacionava-se ao “estreitamento da base de recrutamento”, haja vista o fato de que o escravo, “por definição, não [era] recrutável”. O segundo dizia respeito à grande quantidade de homem livre que era cooptada pela “esfera da coerção privada”, trabalhando na “manutenção da ordem no interior das fazendas”. O terceiro, por seu turno, relacionava-se com a manutenção da Guarda Nacional, a qual permanecia sob o controle dos agentes privados e de suas máquinas partidárias. Por fim, o quarto ponto assentava-se no fato de que o senhor de escravo não desenvolvia uma vocação militar nem almejava a oficialidade do exército, porquanto “a dominação escravista [exigia] a presença concreta da autoridade do senhor e de seus prepostos”.⁹³⁸

Nesse contexto, o exército profissional brasileiro atraía para as suas fileiras as camadas médias da população – as quais encontravam guarida no serviço público em geral –, fosse pelo ensino de relativa qualidade na escola militar, fosse pela estigmatização do trabalho manual. Por outro lado, a oficialidade militar distinguia-se dos demais ramos do serviço público, principalmente por duas características: (a) por ser permanente – isto é, a permanência de seus quadros não dependia do partido político que estivesse no poder; (b) por ser hierárquica – ou seja, a ascensão na carreira dependia de critérios como antiguidade, mérito, etc. De todo modo, os principais quadros do exército não ficariam indiferentes aos títulos de nobreza, nem deixariam de exercer a militância político-partidária nesse período. Isso significa dizer que “a novidade, a partir dos anos 70, não foi a politização em si mesma [da força armada], mas

⁹³⁶ Ibid., p. 73; p. 146.

⁹³⁷ A partir de Max Weber. Ver: Ibid., p. 143-144; p. 146-147.

⁹³⁸ Ibid., p. 278.

a forma que essa politização passou crescentemente a assumir: a da coesão institucional por sobre as clivagens político-partidárias (...).⁹³⁹

Já o Paraguai da década de 1860, no momento em que ameaçava a Argentina e o Brasil (no caso brasileiro, estavam em questão nossas fronteiras e a navegação dos rios comuns), ostentava forças militares superiores e se tornava “*temível não pelo seu arcaísmo, mas por sua modernidade*”⁹⁴⁰. Em outras palavras, o caráter nacional do exército paraguaio se mostrava superior às forças caudilhescas e milicianas dos países com os quais entrava em litígio. Essa especificidade levaria os países ameaçados – e que eram então adversários entre si (Brasil e Argentina) – à formação de uma aliança inédita no combate a um inimigo comum e à adoção da “guerra total” visando à destruição tanto do exército paraguaio quanto da liderança de Solano López.⁹⁴¹ Nessa conjuntura, a inclusão do Uruguai na formação da Tríplice Aliança justificava-se como modo de neutralizar a aliança entre o Paraguai e o Partido Blanco do Uruguai e de, assim, preservar a fronteira do Rio Grande do Sul.⁹⁴² Como aponta Francisco Doratioto, no momento em que o Paraguai “buscou ter participação ativa nos acontecimentos platinos, apoiando o governo uruguaio hostilizado pela Argentina e pelo Império”, o país “entrou em rota de colisão com seus dois maiores vizinhos e Solano López acabou por ordenar a invasão de Mato Grosso e Corrientes e iniciou uma guerra que se estenderia por cinco anos”. Para o autor, a Guerra do Paraguai teria sido o “resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações”.⁹⁴³

Neste momento, porém, interessa-me apontar como a ordem escravista, que se assentava sobre o uso privado da violência, garantia e, ao mesmo tempo, ameaçava a ordem do regime monárquico no Brasil. Nas dificuldades de recrutamento enfrentadas pelo Estado nacional de base escravista, repousava a dificuldade de formação de um exército profissional de caráter nacional, que viria a enfrentar o moderno exército paraguaio a partir de 1865. Acrescento à ameaça contra a ordem monárquica a própria

⁹³⁹ Ibid., p. 279-280.

⁹⁴⁰ Grifos da autora. Ibid., p. 151.

⁹⁴¹ Ibid., p. 151.

⁹⁴² Ibid., p. 160.

⁹⁴³ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

coesão institucional do exército brasileiro pós-1870 (ou seja, após a Guerra do Paraguai), tendo como base o estudo de Wilma Peres Costa.

Laurentino Gomes, por sua vez, não se detém na questão sob esse prisma. Ele se limita a afirmar que, nos anos que antecederam a queda da monarquia, os militares “reclamavam dos soldos, congelados havia muitos anos, da redução dos efetivos das Forças Armadas depois da Guerra do Paraguai, da demora nas promoções, da falta de modernização dos equipamentos e regulamentos”.⁹⁴⁴ Quando recuamos, porém, ao momento anterior à guerra – considerando a relação entre a ordem escravista e o não monopólio estatal da violência –, percebemos que, além da exclusão dos escravos sob o manto do “povo” e de suas “liberdades”, havia também a dificuldade de defender o Estado nacional que havia surgido *sob* o regime monárquico.⁹⁴⁵

Vejamos agora o segundo item (relativo ao papel da educação naquela época). No Rio de Janeiro, o Imperial Colégio Pedro II, reinaugurado em 25 de março de 1838, seria “uma espécie de ‘símbolo de civilidade’, de um lado, e de pertencimento a uma elite, de outro”.⁹⁴⁶ No “seu colégio”, D. Pedro “assistia a provas, selecionava professores e conferia médias”.⁹⁴⁷ Somente essa escola tinha a prerrogativa de “conferir ao aluno o valioso título de bacharel em Letras, um diploma difícil de obter, mas que dava o direito a entrar automaticamente em qualquer das raras escolas de ensino superior existentes (...)”.⁹⁴⁸ No entanto, em que pese a importância dada pelo imperador às ciências e às letras, apenas a corte, ao final do império, contava com metade de sua população já alfabetizada. As demais províncias, ao contrário, ainda careciam de suficiente instrução primária.⁹⁴⁹ Como aponta Gomes, “entre os negros e escravos recém-libertos, o índice de analfabetismo era (...) superior a 99%” em 1889.⁹⁵⁰

⁹⁴⁴ GOMES, 1889, op. cit., p. 179.

⁹⁴⁵ Estado, governo e povo são entidades distintas. Todavia, o Estado nacional brasileiro nascera sob um sistema representativo (monarquia constitucional) e um sistema de trabalho (escravista) que garantiram a unidade territorial sem garantir o monopólio estatal da violência e sem assegurar ao povo suas liberdades e necessidades. D. Pedro II, mesmo fazendo uso do Poder Moderador, governava em meio à disputa de poder entre o Partido Liberal e o Partido Conservador (cujos parlamentares eram eleitos pelo voto censitário), sob os interesses econômicos em jogo e sob a pressão platina sobre a fronteira meridional do Brasil. A ordem, portanto, não era estável, embora esforços imperiais fossem envidados para a centralização do poder.

⁹⁴⁶ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 150.

⁹⁴⁷ *Ibid.*, p. 151.

⁹⁴⁸ GOMES, 1889, op. cit., p. 74.

⁹⁴⁹ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 155.

⁹⁵⁰ GOMES, 1889, op. cit., p. 65.

Percebemos, portanto, que Laurentino Gomes traça uma visão crítica do reinado de Pedro II, aproximando-se antes de Lilia Schwarcz do que de Lídia Besouchet na compreensão das ações do monarca. Desse modo, resta-nos a pergunta: como d. Pedro pretendia liberar o povo pela educação se havia poucas escolas no Brasil imperial e estas se concentravam, sobretudo, na corte? É certo que Pedro II financiou o estudo de médicos brasileiros, criou a Imperial Academia de Música e a Ópera Nacional, e deu especial atenção a instituições como “o Imperial Observatório, o Museu Nacional, o Arquivo Público, a Biblioteca Nacional, o Laboratório do Estado, o Jardim Botânico e a Academia Brasileira de Belas Artes”, porém negligenciou a educação primária, definida como obrigação do Estado na Constituição de 1824, em benefício da educação superior e do Colégio Pedro II, de ensino secundário.⁹⁵¹ José Murilo de Carvalho, por seu turno, como um simpatizante da monarquia, sai em defesa do imperador ao apontar que o apoio de d. Pedro “à ciência, às letras e às artes, à educação e à técnica” foi, em realidade, “um exemplo importante num país de 80% de analfabetos”: “O pouco que se fez no Brasil no século XIX nesses campos deve muito a ele”.⁹⁵²

Entretanto, o próprio mecenato de d. Pedro era restrito a alguns artistas – àqueles cujos modelos românticos privilegiavam, por exemplo, uma perspectiva indianista do Brasil. Esses artistas inseriam-se, assim, na “rede de clientelismo” criticada por Gomes, sendo financiados pelo Estado ou pelo imperador por meio de empregos públicos ou de bolsas de estudo na Europa. Para o jornalista, o fato de que “os principais poetas e romancistas do Império eram funcionários públicos (...)” exemplificava a “praga do apadrinhamento” que vicejava no Segundo Reinado.⁹⁵³

Mas retornemos aos modelos românticos que inspiraram o patrocínio do imperador. De que modelo de romantismo se falava nessa época? Isaiah Berlin, ao analisar as raízes do romantismo, volta os olhos para a Alemanha do século XVIII – justamente para um século que se tornou conhecido pelo grande triunfo da ciência. Segundo o filósofo, “(...) enquanto, talvez, a felicidade e a ordem pudessem ser fornecidas pela nova filosofia científica”, tínhamos, ao mesmo tempo, outros tipos de satisfação moral e espiritual que viriam a ser fornecidos “[*pelos*] desejos irracionais dos homens,

⁹⁵¹ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 152; p. 155.

⁹⁵² CARVALHO, *D. Pedro II*, op. cit., p. 230.

⁹⁵³ GOMES, *1889*, op. cit., p. 102.

[*pelo*] domínio inteiro daqueles percursos inconscientes dos quais o século XX nos fez tão profundamente cientes”.⁹⁵⁴ No Brasil, teríamos, ao contrário, um século XIX marcado por um romantismo de inspiração *francesa*. O precursor em nossa terra é o francês Ferdinand Denis, que, em sua vinda ao Brasil, acentua seu entusiasmo pela natureza – somente pela natureza –, encontrando nela “o meio para a autonomização da literatura” frente à “repugnância que lhe causaram os costumes da sociedade tropical”.⁹⁵⁵ Ainda assim, como observa Luiz Costa Lima, o recurso à natureza não nos teria inspirado a “autorreflexão libertadora” como ocorrera no caso europeu. Afinal, aqui não houve a “rebeldia contra a sociedade instituída” como havia ocorrido na Alemanha, na Inglaterra ou mesmo na França, porquanto nossos românticos eram financiados pelo governo imperial. No lugar da “autorreflexão” e do “sentimento de infelicidade”, o contato com a natureza descambou para o “sentimentalismo” ou, especificamente, para o “êxtase ante sua selvagem maravilha”.⁹⁵⁶

Incapaz de usufruir do intercâmbio intelectual que tanto favoreceu o romantismo alemão, e, embora em proporções menores, o inglês, o sentimento de infelicidade se depurou em mero sentimentalismo. Deste modo a natureza ou era cantada por sua exuberância ou se tornava o palco das lamentações da alma ferida. Em ambos os casos, a Europa se insinuava. No primeiro, ou porque os estrangeiros que se preocupavam com as letras no país as criticavam por não explorarem melhor a singularidade da natureza tropical ou porque, coincidindo a introdução do romantismo com a ameaça sentida de uma “reeuropeização” do país (...), extremar-se na observação da natureza seria como defender a nossa autonomia.⁹⁵⁷

Se “o romantismo francês será uma resposta ao novo mundo que surge com a Revolução [*Francesa*]”, Bernardo Ricupero sublinha que “o romantismo latino-americano é principalmente uma reação ao fim do Antigo Regime”.⁹⁵⁸ No caso brasileiro, a ideia de nação se assentaria em ideias românticas reivindicadoras e fundadoras de

⁹⁵⁴ “(...) while perhaps happiness and order might be provided by the new scientific philosophy, the irrational desires of men, the whole realm of those unconscious drives of which the twentieth century has made us so very acutely aware, began to breed some kind of satisfactions of their own.” BERLIN, Isaiah. *The Roots of Romanticism*. Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 47.

⁹⁵⁵ LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. Razão e imaginação nos tempos modernos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 133.

⁹⁵⁶ *Ibid.*, p. 134.

⁹⁵⁷ *Ibid.*, p. 136.

⁹⁵⁸ RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 46; p. 79.

uma literatura e de uma historiografia propriamente brasileiras, que legitimaria a centralização do Estado sob a égide da monarquia constitucional. Eis, portanto, o terceiro item a ser abordado (relativo ao uso do romantismo na construção de nossa nacionalidade).

Tal qual Luiz Costa Lima, Ricupero afirma que a reivindicação de uma autonomia intelectual brasileira, própria do romantismo que emerge após a independência política do país, torna-se, em realidade, dependente da legitimidade cultural europeia. Como consequência, a fundação de uma crítica literária e de uma historiografia romântica no Brasil ficará a cargo de viajantes e cronistas estrangeiros, como Robert Southey (Inglaterra), John Armitage (Inglaterra) e Karl von Martius (Bavária), além do já citado Ferdinand Denis (França).

Nesse sentido, para além da natureza, os românticos europeus atentarão para a cor local como um fator histórico tipicamente brasileiro. Denis, em 1826, já apontava que a grande particularidade do Brasil era o fato de que o país era “o resultado da combinação de diferentes raças”.⁹⁵⁹ Em 1844, Martius, em *Como se deve escrever a história do Brasil* (publicada na Revista do IHGB), haveria de ressaltar essa especificidade na formação da nacionalidade brasileira.⁹⁶⁰ Contudo, o naturalista bávaro, em sua abordagem sobre as três raças, enxergaria no negro um “fator de impedimento ao processo de civilização”.⁹⁶¹ Aliás, como assinala Manoel Luiz Salgado Guimarães, “ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo”, a historiografia produzida no IHGB estaria definindo “aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros”.⁹⁶²

Por que, então, a instituição passaria a promover estudos etnográficos, arqueológicos e linguísticos sobre os indígenas brasileiros? Porque os historiadores do IHGB estariam “presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear marcado pela noção de progresso (...)”, de modo que a linha evolutiva iniciasse com o indígena e culminasse com o branco, portador da

⁹⁵⁹ Ibid., p. 86-88.

⁹⁶⁰ Ibid., p. 125.

⁹⁶¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988, p. 17.

⁹⁶² Ibid., p. 07.

civilização nos trópicos.⁹⁶³ De todo modo, a base para a construção da nacionalidade consistiria “[na] construção de um passado e [de] uma cronologia específica e, ainda, [na] constituição de um espaço capaz de identificar os limites e o território desse corpo nacional”.⁹⁶⁴

Inspirado no *Institut Historique*, de Paris, o IHGB seria fundado em 21 de outubro de 1838 no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Teria como sócios efetivos os membros da elite imperial ao privilegiar inicialmente “o prestígio social mais do que a produção intelectual” no recrutamento dos sócios. Sua importância cresceria em 15 de dezembro de 1849, quando fossem inauguradas suas novas instalações no Paço Imperial. Nesse momento, a instituição congregaria “todos os elementos justificadores [de sua] existência”: “o Paço Imperial, os personagens ilustres, os discursos eruditos e, principalmente, Dom Pedro II”. Não é à toa que 75% dos recursos do IHGB seriam oriundos do Estado, uma vez que “a contrapartida para Dom Pedro II [era] ter garantido o prestígio de monarca ilustrado, chamado por Victor Hugo de neto de Marco Aurélio”.⁹⁶⁵ Assim, a “presença assídua e participante” de d. Pedro viria a contribuir “para a construção da imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras”.⁹⁶⁶ Seria, ao mesmo tempo, uma forma de contrapor-se aos chefes de Estado das repúblicas latino-americanas – de um lado, um imperador “culto e mecenas”; de outro, os “generais e caudilhos toscos”.⁹⁶⁷

O IHGB, por seu turno, “(...) pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais”.⁹⁶⁸ Nesse sentido, “a *Revista do IHGB*, penetrada da concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecer exemplos às gerações vindouras (...)”.⁹⁶⁹ Dado o contexto, o imperador já era um exemplo vivo, pois, ao participar ativamente do IHGB e financiar “poetas, músicos, pintores e cientistas”, ele “(...) tomava parte de um grande projeto que implicava, além

⁹⁶³ Ibid., p. 11.

⁹⁶⁴ CARDOSO, Eduardo Wright. Uma nação para ser vista: desvelando o tempo e o espaço nacionais por meio da cor local na historiografia oitocentista. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 491-514, jul./dez. 2015, p. 494.

⁹⁶⁵ RICUPERO, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil*, op. cit., p. 114-115; p. 123; p. 129.

⁹⁶⁶ GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”, op. cit., p. 10.

⁹⁶⁷ CARVALHO, *D. Pedro II*, op. cit., p. 230.

⁹⁶⁸ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 127.

⁹⁶⁹ GUIMARÃES, “Nação e civilização nos trópicos”, op. cit., p. 15,

do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural”.⁹⁷⁰

Todavia, se o instituto carecia de “verdadeira base social” – sendo “dependente da boa vontade de Dom Pedro II” –,⁹⁷¹ podemos afirmar que as manifestações artísticas, mesmo financiadas pelo imperador, atingiriam um público mais amplo. Entra em cena, portanto, o indianismo, que, ao valer-se “dos poemas épicos, dos romances, das telas grandiosas e das óperas”, passaria “a exercer uma clara influência sobre setores mais amplos, em particular na corte”.⁹⁷² Desse modo, teríamos uma literatura romântica – indianista, ainda que com divergências –, encabeçada por Gonçalves de Magalhães e José de Alencar.

Para Magalhães, assim como “para os primeiros românticos que escreviam pouco depois da independência, ainda se tratava de glorificar o índio em oposição ao português”. Já aos românticos posteriores, como Alencar, que não precisavam mais afirmar a autonomia brasileira, restava “construir uma nação que não [*podia*] prescindir da influência do conquistador”. Nesse contexto, “ganha premência o tema da mestiçagem entre índio e português, com a significativa ausência do negro”.⁹⁷³ Todavia, sabemos que a construção romântica do indígena não correspondia ao indígena real, tratando-se, antes, de um modelo idealizado. Como lembra Laurentino Gomes, o romantismo “buscava redescobrir as raízes da nacionalidade brasileira, mas a matéria-prima eram modelos europeus”.⁹⁷⁴

De modo semelhante, funcionou a “retórica pictórica” da cor local,⁹⁷⁵ evidenciada pelos quadros de Victor Meirelles e de Pedro Américo. Contudo, aos poucos, os símbolos da monarquia passaram a mesclar as referências à cultura local e à natureza tropical com elementos estrangeiros, que remetiam diretamente à cultura europeia e ao progresso industrial. As imagens do imperador das décadas de 1870 e 1880 são uma amostra disso, segundo Schwarcz.⁹⁷⁶

⁹⁷⁰ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 127.

⁹⁷¹ RICUPERO, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil*, op. cit., p. 129.

⁹⁷² SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 142.

⁹⁷³ RICUPERO, *O romantismo e a ideia de nação no Brasil*, op. cit., p. 164.

⁹⁷⁴ GOMES, *1889*, op. cit., p. 103.

⁹⁷⁵ CARDOSO, “Uma nação para ser vista”, op. cit., p. 495.

⁹⁷⁶ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 335.

Se, em seus últimos anos, o império defrontava-se com a reatualização de seus símbolos e os limites de sua eficácia, é mister assinalarmos que a república também se defrontaria com a questão simbólica em seus primeiros anos no Brasil. Como lembra Priore, a república não era inicialmente bem quista, restando aos republicanos justificar o golpe como a defesa da “ordem social”.⁹⁷⁷ Nesse sentido, José Murilo de Carvalho, inspirado em Bronislaw Baczko, atenta para a relação entre símbolo e imaginário.

Um símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas ideias, ou entre objetos e ideias, ou entre duas imagens. Embora o estabelecimento dessa relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia política vai depender daquilo que Baczko chamou de comunidade de imaginação, ou comunidade de sentido. Inexistindo esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio, se não no ridículo.⁹⁷⁸

A famosa frase de Aristides Lobo sobre o golpe republicano “O povo assistiu àquilo bestializado” resume, para Laurentino Gomes, o que foi aquele acontecimento: “a República brasileira nasceu descolada das ruas”.⁹⁷⁹ Carvalho, por sua vez, entrevê na frase “uma atitude paternalista em relação ao povo, ao considerá-lo vítima impotente das maquinações do Estado ou de grupos dominantes”. O historiador prefere, antes, perceber que “todo sistema de dominação” desenvolve uma base de legitimidade, “ainda que seja a apatia dos cidadãos”.⁹⁸⁰ Da mesma forma, todo regime político busca legitimação por meio da elaboração de um imaginário.⁹⁸¹ O império teria falhado nesse quesito? A resposta repousa em um fato: independentemente da eficácia do imaginário elaborado pela monarquia em seus últimos anos, os republicanos dariam um golpe para forçar a mudança de regime e, posteriormente, procurariam elaborar um imaginário que legitimasse o novo regime político. Nesse contexto, Gomes, na introdução de seu *1889*, ressalta que a propaganda republicana pré-golpe não encontrava eco na população.

⁹⁷⁷ PRIORE, *O príncipe maldito*, op. cit., p. 256.

⁹⁷⁸ CARVALHO, *A formação das almas*, op. cit., p. 13.

⁹⁷⁹ GOMES, *1889*, op. cit., p. 19.

⁹⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 11.

⁹⁸¹ Idem, *A formação das almas*, op. cit., p. 10.

Apesar da intensa propaganda republicana por meio da imprensa, panfletos, reuniões e comícios, a ideia da mudança de regime político não deslanchava na população. Na última eleição parlamentar do Império, realizada em 31 de agosto de 1889, o Partido Republicano elegeu somente dois deputados e nenhum senador. Os votos colhidos pelos seus candidatos em todo o país não chegaram a 15% do total apurado. O resultado era pior do que o obtido quatro anos antes, no pleito de 1885, quando foram eleitos para a Câmara três deputados republicanos, entre eles os futuros presidentes da República Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Salles (1898-1902). Sem eco nas urnas, os civis encontraram nos militares o elemento de força que lhes faltava para a mudança do regime.⁹⁸²

Já dissemos que Laurentino Gomes dedica dois capítulos de *1889* exclusivamente ao imperador: Capítulo 5 - Dom Pedro II (p. 111-130) e Capítulo 14 - O imperador cansado (p. 251-260). O quinto capítulo, embora se concentre nos anos de juventude do monarca, encerra-se de modo a ressaltar “os traços republicanos” daquele que preferia ser presidente da República a imperador constitucional, conforme anotação do diário de d. Pedro em 31 de dezembro de 1861.⁹⁸³ Desse modo, o 14º capítulo retoma a questão republicana ao apontar a inércia do governo imperial ante a conspiração que resultaria na queda do império. Gomes interpreta que o imperador, de saúde frágil e vítima de diabetes, ao ver-se “confrontado com o avanço da propaganda republicana e a indisciplina nos quartéis (...), parecia incapaz de exercer a liderança que o momento exigia”.⁹⁸⁴ Já o historiador Jurandir Malerba interpreta que, mesmo com a “saúde claudicante”, d. Pedro “tinha poder e instrumentos para domesticar os dissidentes”. Nesse sentido, o autor considera que “o alheamento do imperador em relação aos negócios da política tem muito de livre-arbítrio”, porquanto d. Pedro estaria mais preocupado “com o seu legado à história, com as glórias de ser lembrado como soberano esclarecido (...) do que apegado com o fastio do mando”.⁹⁸⁵ Então, qual teria sido o propósito da suntuosidade do baile da Ilha Fiscal em homenagem aos oficiais e

⁹⁸² GOMES, *1889*, op. cit., p. 19.

⁹⁸³ Ibid., p. 129; CARVALHO, *D. Pedro II*, op. cit., p. 77.

⁹⁸⁴ GOMES, *1889*, op. cit., p. 252.

⁹⁸⁵ A esse respeito, Barman já havia assinalado que “cerca de cinquenta anos de governo e de responsabilidade constituíram um fardo que d. Pedro não mais saudava, mas seu senso de dedicação e seu orgulho não lhe permitiram renunciar a isso”. Por conseguinte, “a deposição do regime forneceu um meio honrado de fuga” ao imperador, segundo o brasilianista. Ver: BARMAN, *Citizen Emperor*, op. cit., p. 364. Ver também: MALERBA, Jurandir. *As Festas Chilenas, a Monarquia e a República*. In: MALERBA, Jurandir; HEYNEMANN, Cláudia Beatriz; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira (Org.). *Festas Chilenas*. Sociabilidade e política no Rio de Janeiro no ocaso do Império. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014, p. 42-43.

marinheiros chilenos do encouraçado *Almirante Cochrane*? Afinal, d. Pedro havia dado seu último baile em 31 de agosto de 1852 – deixando de reafirmar o seu poder nos salões e nas cerimônias – para retomar a prática em 1889⁹⁸⁶ (inicialmente prevista para 19 de outubro e postergada para 09 de novembro daquele ano devido à enfermidade do rei dom Luís I, de Portugal, sobrinho de d. Pedro II). Malerba coloca em pauta esse questionamento e dá o seu palpite.

Por que o imperador, que passou quase quatro décadas alheio à vida social, permitiu a seu chefe de governo promover uma festa pantagruélica como foi o baile da Ilha Fiscal, que, bem sabia ele, ecoaria tão negativamente na opinião pública? Aquilo definitivamente nada tinha a ver com sua rotina e com seu perfil. Teria sido uma manobra redondamente equivocada do velho monarca no sentido de exaltar seu reinado, sua casa dinástica, com vistas a ela dar continuidade por meio de sua herdeira? Minha hipótese segue em sentido frontalmente oposto. O imperador deixou o cisne dar seu último e estridente canto; sabia de tudo que corria a sua volta; não ofereceu resistência, apenas entregou-se, por assim dizer, indiferente, à força implacável dos novos tempos. Fez do baile o *grand finale* de seu reinado, sua despedida.⁹⁸⁷

A ideia de história de Collingwood, analisada por William Dray, assenta-se em uma premissa, a de que, “para um historiador, as ações humanas estudadas nunca são ‘espetáculos’, mas sempre experiências que, para serem entendidas, são vividas plena e novamente em sua imaginação”.⁹⁸⁸ Nesse sentido, “para entender uma ação humana pretérita, o historiador não deve somente descobrir o pensamento expresso na ação, mas deve, em realidade, repensar ou reencenar aquele pensamento em sua própria mente”.⁹⁸⁹ A história, ao fim e ao cabo, seria inferencial, o que não significa dizer que essa inferência esteja dissociada da evidência.⁹⁹⁰ Malerba, ao conjecturar sobre as razões que teriam levado o imperador a promover um baile daquela magnitude, parece aproximar-se da perspectiva collingwoodiana de reencenação de uma experiência passada, algo que pressupõe, sem dúvida, certa dose de empatia. O historiador, porém,

⁹⁸⁶ MALERBA, *Ibid.*, p. 39.

⁹⁸⁷ *Ibid.*, p. 42.

⁹⁸⁸ “To an historian, the human actions studied are never ‘spectacles’, but always experiences which, in being understood, are lived thorough again in his imagination.” DRAY, *History as Re-enactment*, op. cit., p. 37.

⁹⁸⁹ “(...) in order to understand a past human action, the historian must not only discover the thought expressed in it, but must actually re-think or re-enact that thought in his own mind.” *Ibid.*, p. 52.

⁹⁹⁰ *Ibid.*, p. 53-54.

deixa explícito que sua colocação trata-se de uma hipótese. Pode ser que o baile da Ilha Fiscal representasse a despedida proposital de d. Pedro de seu reinado. Pode ser também que o baile tenha sido um modo encontrado pelo Visconde de Ouro Preto, então chefe do gabinete imperial, de “arrefecer a oposição”.⁹⁹¹

O certo é que, na mesma noite em que acontecia o baile, ocorria uma reunião no Clube Militar presidida por Benjamim Constant, onde seria selado o destino do império. Laurentino Gomes aponta a simbologia da concomitância dos acontecimentos sob uma perspectiva *histórica*.

Vistas hoje, à distância de mais de um século, todas essas coincidências – a morte de um rei em Portugal, a reunião dos militares republicanos, uma celebração incomum da nobreza exatos seis dias antes da queda do Império – conferem ao Baile da Ilha Fiscal um forte valor simbólico. Para anfitriões, homenageados e convidados da época, no entanto, tratava-se apenas da maior e mais desejada festa promovida pela Monarquia brasileira em todos os seus 67 anos de história, ou seja, desde que o país se tornara independente.⁹⁹²

Aqui Gomes aproxima-se da perspectiva rüseniana sobre a experiência do passado humano, que implica uma percepção qualitativa, a de “(...) que o tempo é passado com relação ao tempo presente e que, de algum modo, permanece, como passado, neste”.⁹⁹³ O autor reconhece que o significado do evento para os personagens do baile é distinto do nosso, uma vez que já conhecemos a sucessão dos acontecimentos que culminaram na queda da monarquia em 15 de novembro de 1889. Nesse aspecto, o autor não incorreu, portanto, em anacronismo. Isto é, ele não se valeu do privilégio do futuro para “prognosticar” os eventos do passado, como ele fizera em seu livro de estreia, *1808*, ao julgar as ações de d. João VI. Ademais, Gomes evita uma caracterização burlesca de d. Pedro II, como ele fizera com d. João, pois o jornalista entrevistou no imperador as qualidades prodigiosas de d. Leopoldina e de d. Pedro I: “A paixão pela ciência e pelos livros era um legado da mãe, Leopoldina” ou “Do pai, herdou a austeridade no uso do dinheiro público” ou ainda “Como o pai, era também meticuloso

⁹⁹¹ MALERBA, “As Festas Chilenas, a Monarquia e a República”, op. cit., p. 44.

⁹⁹² GOMES, *1889*, op. cit., p. 266.

⁹⁹³ RÜSEN, *História viva*, op. cit., p. 111.

na administração dos negócios públicos”.⁹⁹⁴ Além disso, o imperador era “generoso”, recomendando à filha “tolerância em relação aos adversários políticos internos”, de modo que, mesmo com os ataques sofridos pela imprensa livre, d. Pedro II teria primado pela calma e pela paciência, vislumbrando o “exercício da política” como uma “questão moral”.⁹⁹⁵

Todavia, enquanto Gomes esboça um retrato, ao mesmo tempo, crítico e sereno do imperador, a imprensa da época, que gozava de grande liberdade desde os anos 1850, primou pelo oposto: por meio das caricaturas, d. Pedro era ridicularizado como Pedro Banana.⁹⁹⁶ As críticas dirigiam-se às longas viagens imperiais (foram três viagens ao exterior antes do exílio: em 1871, 1876 e 1887) e aos estudos a que ele se dedicava (“literatura comparada, linguística, geografia humana, etnologia, arqueologia, línguas mortas”) – estudos esses que nada tinham a ver com a política e com o dia-a-dia da população no Brasil.⁹⁹⁷ Além disso, nos anos 1880, o imperador externaria um cansaço que reverberaria não apenas na sua aparência de monarca precocemente idoso (de barbas brancas), mas também no seu hábito de dormir em público – seja nas sessões do IHGB, seja nos exames do Colégio Pedro II –, provável consequência do diabetes. Sua imagem pública começava, então, a deteriorar-se: “(...) em questão estavam a sua personalidade e capacidade de dissimulação, suas pernas finas, a voz estridente; suas viagens, sua mania de erudição, mas, sobretudo, a sonolência e a formalidade vazia das Falas do Trono (...)”.⁹⁹⁸ Desse modo, segundo Schwarcz, o imperador já não conseguia convencer como “‘monarca-cidadão’ e menos ainda como o grande mecenas do romantismo brasileiro”, visto que, nas últimas décadas do século XIX, o indianismo também estava em baixa.⁹⁹⁹

Por último, cabe retomarmos Gilberto Freyre em seu discurso relativo ao centenário do nascimento de d. Pedro II. Sua fala pode parecer-nos datada, mas ela nos revela o *ponto de vista* daquele que a profere em determinado *contexto* ao buscar os motivos da queda da monarquia no Brasil. Não foi isso, afinal de contas, que vimos até agora – uma diversidade de interpretações de diferentes épocas acerca do mesmo

⁹⁹⁴ GOMES, 1889, op. cit., p. 125-126.

⁹⁹⁵ Ibid., p. 128-129.

⁹⁹⁶ SCHWARCZ, *As barbas do imperador*, op. cit., p. 416.

⁹⁹⁷ Ibid., p. 419.

⁹⁹⁸ Ibid., p. 420.

⁹⁹⁹ Ibid., p. 423.

evento histórico? Concordo com Louis Mink quando ele diz que “(...) cada geração dá a si mesma seu próprio motivo para reescrever sua própria história”.¹⁰⁰⁰ Na década de 1920, o motivo para (re)escrevê-la no Brasil e o modo de interpretá-la convergem para a excentricidade da perspectiva freyriana. Em 1925, o sociólogo pernambucano lamentava a falta de paternalismo e de patriarcalismo de nosso último monarca, que o teria afastado do *modus operandi* do senhor de engenho e, portanto, de um “jeito tipicamente brasileiro” de governar. Freyre não deixa de atribuir a essa falta de jeito de d. Pedro a própria deposição do monarca. Para o autor, o soberano teria perdido o Brasil de vista, “um Brasil que o queria mais para o ver de cetro, reinando e a cavalo, como um São Jorge de verdade, do que para lhe ouvir os discursos e as frases de censor moral, de Marco Aurélio medíocre, de literato de terceira ordem”.¹⁰⁰¹ Não é sem razão que Barman afirma que “a deposição do imperador, e, por conseguinte, seu fracasso como governante dominou a visão da posteridade sobre Pedro II”, de modo que as conquistas de meio século acabaram sendo menos persuasivas do que a imagem do pequeno grupo que deixava o palácio e se dirigia ao cais à meia-noite sob uma guarda pesada.¹⁰⁰² Nesse contexto, compreendemos *parcialmente* a fala de Freyre, embora justamente nas décadas de 1910 e 1920 a reputação de Pedro II começasse a ser reabilitada, culminando na trasladação de seu corpo e do corpo da imperatriz para o Brasil. Conforme o autor pernambucano,

Pedro II como que evitou governar monárquica, patriarcal e brasileiromente o Brasil para o dirigir segundo uma combinação toda sua de ‘poder pessoal’ com conceitos de ideologia liberal, então a irromper dos versos bombásticos de Victor Hugo e dos discursos de Gladstone.¹⁰⁰³

Precisamente pelos juízos de valor expressos em seu discurso, Freyre evidencia menos o perfil de Pedro II do que o seu próprio. Em todo caso, os biógrafos de d. Pedro frequentemente recorrem não apenas às suas representações como monarca dos

¹⁰⁰⁰ MINK, *Historical Understanding*, op. cit., p. 89.

¹⁰⁰¹ FREYRE, “D. Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical”, 1975.

¹⁰⁰² “The fact of the emperor’s overthrow, and thereby his failure as ruler, has dominated posterity’s view of Pedro II. The image of the little group trudging under heavy guard in the midnight hours from the city palace to the quayside is more compelling than the achievements of half a century.” BARMAN, *Citizen Emperor*, op. cit., p. 398.

¹⁰⁰³ FREYRE, “D. Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical”, op. cit., 1975.

trópicos, mas também às características de sua personalidade e de sua educação como um modo de compreender os dois Pedros que coabitavam um só corpo: d. Pedro II e Pedro de Alcântara. Na tentativa de analisar a biografia de Pedro II, subjaz o intento de compreender o longo Segundo Reinado e, ao mesmo tempo, o fracasso imperial ante o golpe republicano. Já o interesse biográfico por Pedro de Alcântara acompanha o interesse pelo “cidadão comum, que detestava as pompas do poder”. Em suma, “no Brasil, predominava a máscara do imperador Pedro II. Na Europa e nos Estados Unidos, ressurgia o cidadão Pedro d’Alcântara”. O que teria unido ambos seria a paixão pelo Brasil, conforme anotou José Murilo de Carvalho.¹⁰⁰⁴

Nesse ponto, Carvalho assemelha-se a Calmon, que já havia defendido a ideia da paixão de d. Pedro II pelo país.¹⁰⁰⁵ Um exemplo é a referência de Calmon aos momentos finais do imperador no exílio, quando teria sido substituído o travesseiro sobre o qual repousava o corpo morto por uma almofada cheia de terra do Brasil – um pedido que externava “a ilusão de ter restituído ao chão do seu país o resto de si mesmo, que lhe pertencia”.¹⁰⁰⁶ Gomes, por seu turno, anota a versão do bilhete e do “pequeno embrulho contendo uma substância escura” que o Conde d’Eu teria encontrado entre os pertences pessoais do imperador no dia de sua morte. No bilhete, estava escrito: “*É terra de meu país; desejo que seja posta no meu caixão, se eu morrer fora de minha pátria*”. Em 05 de dezembro de 1891, d. Pedro II do Brasil falecia no Hotel Berdford, em Paris, mas somente em 08 de janeiro de 1921, seus restos mortais e os da imperatriz Teresa Cristina seriam trasladados para a catedral de Petrópolis, após a revogação do decreto que havia banido a família imperial de nosso território.¹⁰⁰⁷

¹⁰⁰⁴ CARVALHO, *D. Pedro II*, op. cit., p. 10.

¹⁰⁰⁵ Todavia, Barman, em sua biografia sobre d. Pedro II, ressalta que o imperador queria viver na Europa. O historiador entrevê nas correspondências que o imperador trocava com a Condessa de Barral ou com outras mulheres esse desejo: “Para Pedro II, a Condessa de Barral e outras correspondentes eram importantes menos pelos seus encantos pessoais do que pela personificação do que ele realmente queria – uma vida na Europa”. Barman retoma a ideia quando da partida do imperador e da família imperial para o exílio: “Três vezes antes, em 1871, 1876 e 1887, ele entregou os poderes do Estado e escapou para o exterior, onde ele não era mais o imperador, mas simplesmente Dom Pedro de Alcântara, o companheiro próximo dos principais sábios e letrados. À medida que o *Alagoas* partia do litoral do Brasil, em novembro de 1889, D. Pedro era capaz de perceber sua nova situação como similar àquela existente durante suas ausências anteriores”. O autor chega a exagerar em seu argumento sobre o benefício do exílio ao afirmar que Pedro II encontrava-se, afinal, “em férias inesperadas”. BARMAN, *Citizen Emperor*, op. cit., p. 298; p. 364-365.

¹⁰⁰⁶ CALMON, *O rei filósofo*, op. cit., p. 459.

¹⁰⁰⁷ Grifos do autor. GOMES, *1889*, op. cit., p. 301.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de um texto de história requer uma “flexibilidade mental” do leitor para que ele saia do mundo que lhe é familiar (o presente) e adentre no mundo não familiar do texto (o passado representado) a fim de torná-lo familiar aos seus olhos (o passado-tornado-presente). Aqui demos os primeiros passos na formulação de uma *teoria do leitor de história* a partir da teoria literária de Wolfgang Iser. É possível, porém, que um romance histórico requeira do leitor a mesma flexibilidade mental de transitar em mundos temporalmente distintos. O certo é que essa flexibilidade pode ampliar a competência experiencial histórica do leitor quando, na acepção rüseniana, ele reconhece que o passado é qualitativamente distinto do presente: ou seja, o leitor deve ser capaz, sobretudo, de diferenciar as distintas temporalidades nas quais ele transita a partir do texto. Existe, contudo, um adendo *se* concordarmos com Rüsen: a ampliação dessa competência requer do leitor que ele parta de sua curiosidade *empírica* e busque novas experiências históricas não em um romance histórico, mas no saber histórico construído *empiricamente*. Em outras palavras, o leitor *implícito* do texto de história (que, após configurar a obra, adentra no mundo não familiar do passado empiricamente reconstruído no texto) simula crer nesse passado-tornado-presente decorrente do ato de leitura (quando o mundo estranho do texto deixa de parecer-lhe estranho) a partir do qual ele pode ampliar sua competência histórica experiencial e pode também expandir sua capacidade histórica interpretativa, de modo que ele consiga orientar-se na vida prática contemporânea ao constituir sentido sobre a experiência do tempo. Sob essa acepção, seu interesse cognitivo pelo passado – mediado pelas suas expectativas, experiências e visões de mundo – pode levar, portanto, à formação de sua consciência histórica.

Essas foram as contribuições teóricas de Iser, Gallagher e Rüsen para um dos problemas suscitados nesta tese: o papel desempenhado pelo leitor de história (leigo ou não) na tríade autor-obra-leitor. Uma vez que o historiador (ou o jornalista) não escreve apenas para seus pares, coube-nos perscrutar o público extra-acadêmico para o qual o historiador/jornalista transforma em texto os resultados de sua pesquisa empírica. Os dados de 2015 do Instituto Pró-Livro apontam que 11% dos leitores entrevistados,

distribuídos em 315 municípios brasileiros, afirmaram ter lido, naquele ano, os livros categorizados como “História, Economia, Política, Filosofia ou Ciências Sociais”. Todavia, quando focalizamos somente os entrevistados com nível superior, o percentual sobe para 23%. Existe, assim, certa demanda social por “história” (e pelas ciências humanas, em geral), embora os motivos pelos quais os livros de história são lidos podem ser apenas conjecturados. Um dos argumentos aqui utilizados é que o leitor tanto está inserido em uma sociedade de consumo que valoriza a “cultura” (ou a história, em particular) por percebê-la como “elemento codificado de estatuto social” (Baudrillard), quanto está inserido em uma sociedade centrada em questões obsessivas de “legitimidade do eu”, cuja visão íntima das relações pessoais e *sociais* perscruta nos diferentes meios, inclusive nos livros de história, “os estados emocionais subjetivos dos agentes” (Sennett) – no caso, dos agentes históricos. Outro argumento é o de que o leitor procure satisfazer suas carências de orientação no tempo por meio desses livros (Rüsen) ou busque na história a explicação para o presente – como chegamos até aqui (Gomes) ou, precisamente, como nos tornamos o que somos, em que subjaz a indagação de “quem eu sou hoje” (Hartog).

O certo é que, no Brasil, o leitor lê livros (independentemente do gênero) porque os considera, sobretudo, fonte de conhecimento. Nesse contexto, os livros de divulgação histórica poderiam cumprir o papel social a que Mary Del Priore se refere: o de construir uma consciência histórica. Entretanto, a construção dessa consciência pressupõe satisfazer as carências humanas de orientação do agir e do sofrer em meio às mudanças temporais (Rüsen), ou mesmo compreender a relatividade dos pontos de vista, inclusive das vozes do passado que chegam à consciência, atribuindo a elas significado de acordo com o *contexto de origem* (Gadamer). Vimos, porém, que os livros de divulgação aqui analisados recorrem, em maior ou menor medida, a um sentido de continuidade em suas narrativas, em que o passado é destituído de sua passividade – seja porque foram atribuídos ao tempo pretérito significados e valores próprios do tempo presente, seja porque o passado narrado foi instrumentalizado, sobretudo, para satisfazer as demandas e urgências do presente. Nesse sentido, a prevalência de uma perspectiva *presentista* da história não se coadunaria com a formação/construção de uma consciência histórica, tal qual concebida aqui. Essa observação não significa negar a

esses livros alguma capacidade de satisfazer o leitor em suas carências de orientação no tempo, mas implica sublinhar os *limites* dessa satisfação. Afinal, os livros de divulgação analisados *tendem* a reduzir as três orientações temporais (passado, presente e futuro) a uma única orientação – o presente –, restringindo, pois, a capacidade de que o leitor constitua sentido sobre a experiência do tempo.

À perspectiva presentista (quando não, anacrônica) da história, une-se, por vezes, uma perspectiva fatalista ou teleológica, cujo princípio explicativo pauta-se na finalidade das ações dos personagens narrados. Nesse aspecto, a narrativa histórica destinada ao grande público, em especial no caso de Laurentino Gomes, adota menos o modo de explicação narrativa do que o modo de explicação intencional. Em realidade, Gomes e Priore, ao situarem-se em um momento futuro em relação ao evento pretérito analisado, utilizam recorrentemente essa vantagem para anteciparem, em suas narrativas, o acontecimento que mudará a vida dos personagens históricos e os rumos da nação. No caso de Priore, porém, não é incomum que, nas páginas iniciais de seus livros, ela também adie a revelação da identidade do personagem ou do acontecimento com o qual um de seus personagens está na iminência de defrontar-se na narrativa. As estratégias narrativo-temporais da autora assentam-se nos recuos e nos avanços que o leitor é instado a fazer para acompanhar a leitura do texto e os desdobramentos dos acontecimentos. Esses *flashbacks* e *fastforwards* ora são intercalados com o recurso ao contexto, ora são preenchidos com uma composição extradocumental dos personagens e das situações. É justamente o que está além dos documentos que confere à sua obra certa proximidade com a ficção romanesca. Ou, antes, é a adoção do modelo narrativo de uma historiografia de outras épocas que confere contornos literários à sua narrativa, haja vista a construção de uma intriga romanceada (não isenta de juízos de valor) que perpassa certos clássicos da historiografia brasileira.

À parte disso, ambos os autores utilizam os clássicos historiográficos em suas pesquisas empíricas como fonte ou bibliografia consultada, não apenas como “modelo narrativo”. Esses clássicos surgem em suas narrativas (de modo velado ou explícito), sem grande problematização ou contextualização – isto é, sem a devida crítica e interpretação que esses livros deveriam receber por terem sido escritos e publicados sob *condições históricas específicas*. Nesse sentido, os próprios autores selecionam,

interpretam e avaliam as informações e *perspectivas* extraídas dos clássicos, e as *reatualizam* em suas narrativas de acordo com seus pontos de vista. Logo, o que está em questão aqui é o seguinte: ao optarem por narrar a história do Brasil oitocentista desse modo, os autores reabilitaram aquela *retoricização* da história que a orienta em direção “às expectativas e aos preconceitos” de seus leitores. Curiosamente, essa retoricização não deixa de ser presentista e de ter, conseqüentemente, implicações epistemológicas, quando o próprio estatuto da verdade é relegado ao segundo plano. Desse modo, certos clássicos da historiografia, ao se tornarem fontes de legitimidade/autoridade para a reatualização do passado, reabilitam estereótipos e mobilizam julgamentos, sentimentos e emoções por meio dos atuais best-sellers de história, cujo alcance pode, afinal, não se limitar ao seu próprio tempo.

REFERÊNCIAS

Fontes

GOMES, Laurentino. **1808** – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Laurentino. **1822** – Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram d. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOMES, Laurentino. **1889** – como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2013.

PRIORE, Mary Del. **O príncipe maldito**. Traição e loucura na família imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

PRIORE, Mary Del. **Condessa de Barral**. A paixão do imperador. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PRIORE, Mary Del. **A carne e o sangue**. A imperatriz d. Leopoldina, d. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PRIORE, Mary Del. **O castelo de papel**. Uma história de Isabel de Bragança, a princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d’Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

Bibliografia

AGRA DO Ó, Alarcon. Thomas Lindley: um viajante fala de doenças e dos seus enfrentamentos no início do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan.-abr. 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-94.

ANKERSMIT, Frank. “Truth in Literature and History”, 2009, p. 1-13. Disponível em: www.culturahistorica.es/ankersmit.castellano.html Acesso em: 27 dez. 2016. Tradução em inglês do original em alemão. Ver: ANKERSMIT, Frank. “Wahrheit in Literatur und Geschichte”. In: KÜTTLER, Wolfgang; RÜSEN, Jörn; SCHULIN, Ernst. **Geschichtsdiskurs. Band 5: Globale Konflikte, Erinnerungsarbeit und Neuorientierungen seit 1945**. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1999, p. 337-360.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. Biografia e gênero. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p. 131-146.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BANDE FUENTES, Emilio José. La Historia en el escaparate: entre la comercialidad y la reflexión crítica. In: FORCADELL, Carlos; FRÍAS, Carmen; PEIRÓ, Ignacio; RÚJULA, Pedro (Org.). **VI Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. Usos públicos de la historia**. v. 1. Zaragoza, 19-21 septiembre 2002, p. 32-46.

BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BARMAN, Roderick J. **Citizen Emperor**. Pedro II and the Making of Brazil, 1825-91. Stanford: Stanford University Press, 1999.

BARROS, José Costa D'Assunção. Verdade e história – arqueologia de uma relação. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 12, nº 212, v. 12, 2014.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BERLIN, Isaiah. **The Roots of Romanticism**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

BESSONE, Tânia Maria et al (Org.). **D. João VI e o oitocentismo**. Rio de Janeiro: Contra capa,/FAPERJ, 2011.

BESOUCHET, Lídia. **Pedro II e o século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 109-122.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOJADSEN, Angel. Apresentação – O Projeto Leopoldina. In: **D. Leopoldina** – cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 7-14.

BONALDO, Rodrigo Bragio. Sátira, liberalismo e ironia no 1808..., de Laurentino Gomes: uma contribuição à crítica das mitologias do presentismo. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 201-220, jan./jun. 2009.

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Presentismo e presentificação do passado**: a narrativa jornalística da história na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno. Porto Alegre: UFRGS, 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BONALDO, Rodrigo Bragio. A narrativa jornalística da história: o passado como produto para o mercado. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 123-144, jan.-jun. 2011.

BOTTON, Rafael Reigada. **Decadência de Portugal e o Cesarismo**: um estudo sobre a historiografia de J.P. de Oliveira Martins. Porto Alegre: PUCRS, 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUENO, Eduardo. Orelha do livro. In: PRIORE, Mary Del. **O príncipe maldito**. Traição e loucura na família imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

BULCÃO, Clóvis. “Leopoldina, a austríaca que amou o Brasil”. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 235-243.

CALMON, Pedro. **O rei cavalleiro**. Vida de d. Pedro I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CALMON, Pedro. **O rei do Brasil**. Vida de d. João VI. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935.

CALMON, Pedro. **O rei filósofo**. Vida de d. Pedro II. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CARDOSO, Eduardo Wright. Uma nação para ser vista: desvelando o tempo e o espaço nacionais por meio da cor local na historiografia oitocentista. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 491-514, jul./dez. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/Teatro de Sombras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. Ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 12 ed. Petrópolis: Novas Vozes, 1994.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve analogia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul.-dez. 2007.

CHEKE, Marcus. **Carlota Joaquina** – a rainha intrigante. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949.

CHESNEAUX, Jean. **De la modernité**. Paris : Éditions de la Découverte, 1983.

CORBETT, Katharine T.; MILLER, Howard S. (Dick). A Shared Inquiry into Shared Inquiry. **The Public Historian**: Public History as Reflective Practice, v. 28, n. 1, p. 15-38, winter 2006.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**. O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec, 1996.

D. Leopoldina – cartas de uma imperatriz. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

DEVOTO, Fernando (Org). **Historiadores, ensayistas y gran público**. La historiografía argentina, 1990-2010. Buenos Aires: Biblos, 2010.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOSSE, François. **La apuesta biográfica**. Escribir una vida. Valencia: Universitat de València, 2007.

DOSSE, François. **Le Pari Biographique**. Écrire une vie. Paris: Éditions La Découverte, 2005.

DRAY, William H. **History as Re-Enactment**. R. G. Collingwood's Idea of History. Oxford: Oxford University Press, 1995.

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia**: pistas para percibir el mundo. Barcelona : Paidós, 1993.

FORCADELL, Carlos; FRÍAS, Carmen; PEIRÓ, Ignacio; RÚJULA, Pedro (Org.). **VI Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea. Usos públicos de la historia**. v. 1. Zaragoza, 19-21 septiembre 2002.

FREYRE, Gilberto. **D. Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical**. Reedição de conferência proferida a 2 de dezembro de 1925. Recife: Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, 1975.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

GALLAGHER, Catherine. Ficção. In: MORETTI, Franco (Org.). **O romance 1**: A cultura do romance. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 629-658.

GLEZER, Raquel; ALBIERI, Sara. O campo da história e as "obras fronteiriças": algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação. **Revista IEB**, São Paulo, n. 49, p. 13-30, março 2009.

GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**. Guarulhos, n.08, p.44-53, 2º semestre de 2014.

GUZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A Casa de Bragança nos seus domínios americanos: abordagens historiográficas. In: BESSONE, Tânia Maria et al. (Org.), **D. João VI e o oitocentismo**. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2011, p. 127-140.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Nação e cidadania no império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiente, Stimmung**. Sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARLAN, David. Reading, Writing, and the Art of History. **American Historical Association**, November 2010.

HARTOG, François. El historiador en un mundo presentista. In: DEVOTO, Fernando (Org.). **Historiadores, ensayistas y gran público**. La historiografía argentina, 1990-2010. Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 15-28.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

ISER, Wolfgang. The Reading Process: a Phenomenological Approach. In: TOMPKINS, Jane P. (Ed.). **Reader-Response Criticism**. From Formalism to Post-Structuralism. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1980, p. 50-69.

ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**. Uma teoria do efeito estético. v. 1. São Paulo: Ed. 34, 1996.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.

JORDANOVA, Ludmilla. **History in Practice**. London: Hodder Education, 2006.

KÄFER, Eduardo Luís Flach. **Entre a memória e a história: a historiografia da independência nos cem anos da emancipação**. Porto Alegre: PUCRS, 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2016.

KELLEY, Robert. Public History: its origins, nature and prospects, **The Public Historian**, 1:1, Autumn 1978, p. 111-120.

KERN, Stephen. **The Culture of Love**. Victorians to Moderns. Cambridge/London: Harvard University Press, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC Rio, 2006.

LEFERE, Robin. **La novela histórica**: (re)definición, caracterización, tipología. Madrid: Visor Libros, 2013.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4 ed. rev. ampl. Barueri: Manole, 2009.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. Razão e imaginação nos tempos modernos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country** – Revisited. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II – 1825-1891**. Declínio – 1880-1891. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. José Presas e as ‘Memórias Secretas de Dona Carlota Joaquina’. In: PRESAS, D. José. **Memórias secretas de d. Carlota Joaquina**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti e Zélio Valverde Editores, 1940.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **D. Pedro II e a Condessa de Barral através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808- 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. **A independência brasileira**: Novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos à luz dos debates sobre *Public History*. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 15, p. 27-50, ago. 2014.

MALERBA, Jurandir. As Festas Chilenas, a Monarquia e a República. In: MALERBA, Jurandir; HEYNEMANN, Cláudia Beatriz; RAINHO, Maria do Carmo Teixeira (Org.). **Festas Chilenas**. Sociabilidade e política no Rio de Janeiro no ocaso do Império. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

MARQUES, Teresa Martins. Bastardia real: representações ficcionais do caso de d. João VI. In: BESSONE, Tânia Maria et al (Org.). **D. João VI e o oitocentismo**. Rio de Janeiro: Contra capa,/FAPERJ, 2011, p. 281-294.

MARTINY, Carina. Os usos do escrito no universo familiar: a prática da escrita no Brasil da segunda metade do século XIX. **História UNISINOS**, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 73-83, jan./abr. 2016.

MEGILL, Allan. **Historical Knowledge, Historical Error: A Contemporary Guide to Practice**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. O feminismo e a política. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 17-30.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINK, Louis O. **Historical Understanding**. Ithaca/London: Cornell University Press, 1987.

MONTEIRO, Tobias. **História do império**. A elaboração da independência. Tomo 1. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

MONTEIRO, Tobias. **História do império**. A elaboração da independência. Tomo 2. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

MORETTI, Franco (Org.). **O romance 1: A cultura do romance**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MURARI, Luciana. **Tudo o mais é paisagem**: representações da natureza na cultura brasileira. São Paulo: USP, 2002. 591 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MUSSA, Alberto. Orelha do livro. In: PRIORE, Mary Del. **A carne e o sangue**. A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. D. João: o indivíduo e a história. In: BESSONE, Tânia Maria et al (Org.). **D. João VI e o oitocentismo**. Rio de Janeiro: Contra capa,/FAPERJ, 2011, p. 313-324.

NORTON, Luiz. **A corte de Portugal no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

OBERACKER JR., Carlos H. **A Imperatriz Leopoldina**. Sua vida e sua época. Ensaio de uma biografia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Natureza e identidade: o caso brasileiro. **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 9, p. 123-134, ago./dez. 2011.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Dom João VI no Brasil**. 1808-1821. v.1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1945.

OLIVEIRA MARTINS. **História de Portugal**. 22^a ed. Lisboa: Guimarães Editores, 2007.

PEDREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. In: MALERBA, Jurandir. **A independência brasileira**: Novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 55-98.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**: um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PEREIRA, Cilene Margarete. A construção da heroína “romântica”: educação sentimental em “Miss Dollar”, de Machado de Assis. **Eutomia**, Recife, v. 1, n. 3, p. 263-280, 2009.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.

PIMENTA, João Paulo. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico, **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 3, p. 53-82, setembro 2009.

PIMENTA, João Paulo; ATTI, César Augusto; CASTRO, Sheila Virgínia; DIMAMBRO, Nadiesda; LANNA, Beatriz Duarte; PUPO, Marina; VIEIRA, Luís Otávio. A Independência e uma cultura de história no Brasil. **Almanack**. Guarulhos, n. 08, p. 5-36, 2^o semestre de 2014.

PRESAS, D. José. **Memórias secretas de d. Carlota Joaquina**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti e Zélio Valverde Editores, 1940.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. Unb, 1993.

PRIORE, Mary Del. O ano que definiu o Brasil. **Veja**, nº 2025, 12 de setembro de 2007, p. 126-128.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul.-dez. 2009.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas**. Sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

PRIORE, Mary Del. O indiscreto Demonão. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013, p. 231-234.

PRIORE, Mary Del. Vulgarização: outra história para a história. **Revista Expedições: Teoria e História da Historiografia**, v. 5, n. 2, p. 9-20, jul.-dez. 2014.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAEDERS, Georges. **O Conde de Gobineau no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

RAVAZZOLO, Ângela. **A escrita da história por jornalistas**: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso Elio Gaspari. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 175 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RIBEIRO, Naiara dos Santos Damas. **As formas da história**: Johan Huizinga e a História da Cultura como Morfologia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. 252 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo 1. Campinas: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo 3. Campinas: Papyrus, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRÍGUEZ, Martha. Los relatos exitosos sobre el pasado y su controversia. Ensayistas, historiadores y gran público, 2001-2006. In: DEVOTO, Fernando (Org.). **Historiadores, ensayistas y gran público**. La historiografía argentina, 1990-2010. Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 117-138.

ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cíntia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. **Rumores**, São Paulo, número 14, volume 7, p. 138-157, julho-dezembro 2013.

RÜSEN, Jörn. Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold von Ranke. **History and Theory**, Middletown, v. 29, n. 2, p. 190-204, mai. 1990.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. México: Siglo XXI Editores, 2006.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 3-21, 1997.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SETÚBAL, Paulo. **As maluquices do imperador**. 14 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1993.

SILVA, Arlenice Almeida da. A história e as formas. In: LUKÁCS, György. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, Edmar Luís da. **Compreender a vida, fundamentar a História**: “a crítica da razão histórica” em Wilhelm Dilthey (1833-1911). Belo Horizonte: UFMG, 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SILVEIRA, Jozé Antonio Lopes da. Oração Funebre da Primeira Imperatriz do Brazil a senhora D. Maria Leopoldina nas solemnes exequias, que mandou celebrar o governo da província da Paraíba do Norte no dia 5 de abril de 1827. Pronunciada por Jozé Antonio Lopes da Silveira coadjutor da freguesia da mesma cidade. In: **Publicações do Archivo Nacional**. A Imperatriz Maria Leopoldina. Documentos interessantes publicados para commemorar o primeiro centenario da sua morte, occorrida no dia 11 de dezembro de 1826. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Archivo Nacional, 1926, p. 68-74.

Simpósio Comemorativo do Bicentenário de Nascimento da Imperatriz d. Leopoldina. 1797-1997. Exposição Imperatriz D. Leopoldina: testemunhos de vida e atuação. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. Prefácio. In: OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Dom João VI no Brasil**, 1808-1821. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1945.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Jules Michelet: um historiador às voltas com a crítica literária. **Cadernos Literários**, Rio Grande, v. 23, n. 1, p. 101-120, 2015.

TOMPKINS, Jane P. (Ed.). **Reader-Response Criticism.** From Formalism to Post-Structuralism. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1980.

VAIHINGER, Hans. **A filosofia do como se:** sistema das ficções teóricas, práticas e religiosas da humanidade, na base de um positivismo idealista. Chapecó: Argos, 2011.

VARNHAGEN. Francisco Adolfo de. **História da independência do Brasil.** Até ao reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. 3 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

VASCONCELOS, José Antonio. **Quem tem medo de teoria?** A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** 4 ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias e biógrafos.** Jornalismo sobre personagens. São Paulo: Summus Editorial, 2002.

WATT, Ian. **Mitos do individualismo moderno.** Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

WEHLING, Arno. De princesa real a imperatriz: uma união, diversos significados. In: **Simpósio comemorativo do bicentenário de nascimento da Imperatriz d. Leopoldina.** 1797-1997. Exposição Imperatriz D. Leopoldina: testemunhos de vida e atuação. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

WEHRS, Carlos. A princesa Leopoldina de Bragança e Bourbon e a casa ducal de Saxe-Coburg. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 168 (437), p. 275-289, out./dez. 2007.

WHITE, Hayden. The Politics of Historical Interpretation: Discipline and De-Sublimation. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 9, n. 1, p. 113-137, Sep. 1982.

WHITE, Hayden. O fardo da história. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso.** Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 39-64.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 97-116.

WHITE, Hayden. Historicismo, história e imaginação figurativa. In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 117-136.

WHITE, Hayden. **The Practical Past**. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

Sítios eletrônicos

CORREIO BRAZILIENSE. Letícia Colin brilha na pele da imperatriz Leopoldina. Publicado em 30 de maio de 2017. Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/05/30/interna_diversao_arte.598585/leticia-colin-brilha-na-pele-da-imperatriz-leopoldina-confira-entrevi.shtml Acesso em: 21 jul. 2017.

CORREIO DO POVO. Onze autores começam a corrida pela cadeira 10 da ABL. Porto Alegre, publicado em 13/02/2013. Disponível em:

<http://correiodopovo.com.br/ArteAgenda/?Noticia=488574> Acesso em: 15 mai. 2015.

DIAS, Leo. 'Novo Mundo' registra bons números de audiência no horário da Globo. Publicado em 07 de abril de 2017. Disponível em: <http://leodias.odia.ig.com.br/2017-04-07/novo-mundo-registra-bons-numeros-de-audiencia-no-horario-da-globo.html> Acesso em: 21 jul. 2017.

EDITORA GLOBO. Release de 1889. Disponível em:

http://editoraglobo.globo.com/globolivros/laurentino_gomes/files/1889_release_final.pdf Acesso em: 18 ago. 2015.

EDITORA PLANETA. Conócenos. Disponível em:

<http://www.planeta.es/es/ES/Conocenos/Default.htm> Acesso em: 16 ago. 2015.

EDITORA PLANETA. Editora Planeta do Brasil. Disponível em:

<http://www.planeta.es/es/ES/AreasActividad/Editoriales/Grupo-Planeta/Editora-Planeta-do-Brasil.htm> Acesso em: 16 ago. 2015.

EDITORA PLANETA DO BRASIL. Disponível em: <http://www.editoraplaneta.com.br/> Acesso em: 16 ago. 2015.

ESTADÃO. Laurentino Gomes fecha trilogia com 1889. São Paulo, publicado em 27/12/2011. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,laurentino-gomes-fecha-trilogia-com-1889-imp-,815660> Acesso em: 21 ago. 2015.

ESTADÃO. Ferreira Gullar e Laurentino Gomes levam Prêmio Jabuti. São Paulo, em 02/12/2011. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,ferreira-gullar-e-laurentino-gomes-levam-premio-jabuti,805811> Acesso em: 18 ago. 2015.

EXTRA. De frente para a TV: Letícia Colin é o grande destaque de 'Novo Mundo'. Publicado em 11 de junho de 2017. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/telinha/de-frente-para-tv-leticia-colin-o-grande-destaque-de-novo-mundo-com-sua-leopoldina-21458767.html> Acesso em: 21 jul. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/01/ilustrada/1.html> Acesso em: 17 ago. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2507200910.htm> Acesso em: 17 ago. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Nova tiragem de 1822 deve chegar às livrarias na próxima semana. São Paulo, em 17/09/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/800638-nova-tiragem-de-1822-deve-chegar-as-livrarias-na-proxima-semana.shtml> Acesso em: 17 ago. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Com nova tiragem nas livrarias, autor de 1822 conta sobre seus projetos. São Paulo, em 20/09/2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2010/09/801803-com-nova-tiragem-nas-livrarias-autor-de-1822-conta-sobre-seus-projetos.shtml> Acesso em 17 ago. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Laurentino Gomes fecha com editora Globo. São Paulo, em 25/05/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2012/05/1095386-laurentino-gomes-fecha-com-editora-globo.shtml> Acesso em: 17 ago. 2015.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. '1808' reconta era joanina com leveza. *Folha de São Paulo*, em 06/10/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm> Acesso em: 08 jul. 2016.

G1. Vender um milhão de livros é 'razoável', diz autor de '1808' e '1822'. São Paulo, publicado em 09/09/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/bienal-do-livro/rio/2011/noticia/2011/09/vender-um-milhao-de-livros-e-razoavel-diz-autor-de-1808-e-1822.html> Acesso em: 13 mai. 2015.

GOMES, Laurentino. Um barril de pólvora chamado Brasil. Entrevista concedida a Fernando Vives. **CartaCapital**, São Paulo, em 18/11/2011. Disponível em: www.cartacapital.com.br/educacao/um-barril-de-polvora-chamado-brasil Acesso em: 27 nov. 2015.

HISTÓRIA HOJE. Disponível em: www.historiahoje.com Acesso em: 05 ago. 2015.

HISTÓRIA VIVA. 7 Perguntas para Laurentino Gomes. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/7_perguntas_para_laurentino_gomes.shtml Acesso em: 19 ago. 2015.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Pesquisa Retratos de Leitura. 3ª edição. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_a_IPL.pdf Acesso em: 06 jul. 2015.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Pesquisa Retratos de Leitura. 4ª edição. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/atuacao/28-projetos/pesquisa-retratos-da-leitura-no-brasil/8042-downloads-4eprlb> Acesso em: 01 jul. 2017.

LAURENTINO GOMES. Disponível em: <http://www.laurentinogomes.com.br/books-1822.html> Acesso em: 18 ago. 2015.

LINHARES, Juliana. Bela, recatada e 'do lar'. Publicado em 18 de abril de 2016. **Veja**, edição 2474, 20 de abril de 2016, p. 28-29. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar> Acesso em: 08 jul. 2016.

NASCIMENTO, Cristiane. A carne e o sangue. **Revista de História**, Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/livros/a-carne-e-o-sangue> Acesso em: 04 jul. 2015.

OTVFOCO. Média geral de 'Novo Mundo' supera a de 'Eta Mundo Bom' e 'Sol Nascente'. Publicado em 07 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.otvfoco.com.br/media-geral-de-novo-mundo-supera-de-eta-mundo-bom-e-sol-nascente/> Acesso em: 21 jul. 2017.

PARDELLAS, Sérgio; BERGAMASCO, Débora. Uma presidente fora de si. Publicado em 1º de abril de 2016. **IstoÉ Independente**, edição 2417, 06 de abril de 2016. Disponível em: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/ Acesso em: 08 jul. 2016.

PRIORE, Mary Del. "Continuamos elegendo bandidos contumazes. O nosso Congresso é um esgoto...". Entrevista concedida a Rodrigo Elias e Fabiano Vilaça. **Revista de História**, em 04/04/2010. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/mary-del-priori Acesso em: 06 ago. 2015.

SINDICATO NACIONAL DE EDITORES DE LIVROS. Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro. Disponível em: <http://www.snel.org.br/dados-do-setor/producao-e-vendas-do-setor-editorial-brasileiro/> Acesso em: 06 jul. 2015.

SINDICATO NACIONAL DE EDITORES DE LIVROS. Produção e vendas do setor editorial brasileiro. Ano base 2014. Disponível em: http://www.snel.org.br/wp-content/themes/snel/docs/pesquisa_fipe_2015_ano_base_2014.pdf Acesso em: 06 jul. 2015.

STYCER, Maurício. Como Letícia Colin e sua Leopoldina roubaram a cena em 'Novo Mundo'. Publicado em 11 de abril de 2017.

Disponível em: <https://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2017/04/11/como-leticia-colin-e-sua-leopoldina-roubaram-a-cena-em-novo-mundo/> Acesso em: 21 jul. 17.

TPM. Historiadora debate Barbie, aborto, erotismo e os mitos que a mulher leva para a cama. Texto de Nina Lemos. São Paulo, publicado em 18/07/2011. Disponível em: <http://m.revistatpm.uol.com.br/artigo/5044> Acesso em: 19 ago. 2015.

VEJA. Laurentino Gomes anuncia trilogia sobre escravidão. São Paulo, em 11/05/2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/literatura-nacional/laurentino-gomes-anuncia-trilogia-sobre-escravidao/> Acesso em: 23 nov. 2015.

ZERO HORA. "O regime caiu inerte", diz Laurentino Gomes, autor do livro "1889". Porto Alegre, em 23/08/2013. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2013/08/o-regime-caiu-inerte-diz-laurentino-gomes-autor-do-livro-1889-4244516.html> Acesso em: 13 out. 2015.